

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

nº 31

Goiânia-GO
Kelps, 2021

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Revisão

Victor Marques

Programação visual

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 31 (2020) – Goiânia:
Kelps, 2021.

286 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de
Goiás. I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2021

IHGG – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul – CEP.: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

Site: www.ihgg.org

DIRETORIA DO IHGG
Gestão: 2017-2021

Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**
1º Vice-Presidente: **Hélio Moreira**
2ª Vice-Presidente: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**
3º Vice-Presidente: **Bento A. A. Jayme Fleury Curado**

Secretária Geral: **Eleuzenira Maria de Menezes**
1º Secretário: **Orlando Ferreira de Castro**
2ª Secretária: **Jacira Rosa Pires**

Tesoureiro: **Nelson Lopes Figueiredo**
1º Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**
2º Tesoureiro: **Aparecida T. de Fátima Paraguassú**

1º Orador Oficial: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**
2º Orador Oficial: **Rogério Arédio Ferreira**

1º Bibliotecário: **Francisco Itami Campos**
2º Bibliotecário: **Iuri Rincon Godinho**

Diretoria de Museu: **Maria Terezinha Campos Santana**
Diretoria de Arquivo: **Antônio César Caldas Pinheiro**
Diretoria de Revista: **Lena Castello Branco F. de Freitas**
Diretoria de Boletim: **José Ubirajara Galli**

Assessoria de História: **Juarez Costa Barbosa**
Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

DISCURSOS

Lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	15
<i>Colemar Natal e Silva</i>	
Coelho Vaz na Academia do Planalto	21
<i>José Mendonça Teles</i>	

ARTIGOS

Clássico da historiografia brasileira, <i>Poder e paixão: a saga dos Caiado</i> completa dez anos.....	27
<i>Nilson Jaime / Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Gastão de Deus Victor Rodrigues – <i>poeta e juiz de Direito</i> –	53
<i>Geraldo Coelho Vaz</i>	
A pandemia de um novo caos.....	68
<i>Elizabeth Abreu Caldeira Brito</i>	
A imagem da modernidade nos arquivos de arquitetura.....	72
<i>Gustavo Neiva Coelho</i>	
O nascimento de Goiás.....	91
<i>Maria Helena Romacheli</i>	
Alcide Jubé	113
<i>Ademir Hamú</i>	

O Monumento das três raças	121
<i>Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado</i>	
Aldair da Silveira Aires: além do peixe na telha.....	144
<i>Ubirajara Galli</i>	
Será que todo dia é mesmo dia de índio?.....	147
<i>Antônio Teixeira Neto</i>	
História e arqueologia para um estudo de caso em Ipameri-GO ..	153
<i>Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz</i>	
Bernardo Élis e a receita goiana para mudar uma capital.....	188
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
A Capela de Areias, Entreposto da Saudade	199
<i>Antônio César Caldas Pinheiro</i>	

CRÔNICAS

Saint – Hilaire em Santa Luzia.....	245
<i>Epaminondas Roriz</i>	
No pátio do colégio	249
<i>Lena Castello Branco</i>	
Musa Bravia.....	252
<i>Leo Lynce</i>	
O covarde assassinato de Americano do Brasil.....	255
<i>Cida Sanches</i>	
Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim).....	260
<i>Hélio Moreira</i>	

ATIVIDADES DO IHGG

Atividades realizadas / outras - 2020	263
---	-----

SÓCIOS DO IHGG	271
-----------------------------	-----

GALERIA DE FOTOS	279
-------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

Há vasta literatura sobre o fim do mundo. Do Apocalipse às profecias de Nostradamus, em línguas e tempos diversos, especulou-se e especula-se a respeito. Fogo descendo dos céus? Inundações? Gelo e frio – ou calor abrasador?

Ao longo do tempo, houve momentos terríveis quando se desencadeou a fúria da natureza. Talvez o mais conhecido deles seja a erupção do vulcão Vesúvio, descrita por Plínio, o Moço, cronista e historiador que foi testemunha da tragédia que se abateu sobre Pompéia.

Ao amanhecer do dia 4 de agosto do ano de 79 – diz ele - um trovão distante fez-se ouvir nas proximidades do Vesúvio. Nas proximidades, Pompéia tinha cerca de 20 mil habitantes e era conhecida pela vida prazerosa que proporcionava. Com vivendas e vilas suntuosas, exibia templos, casas de comércio, termas e um conjunto de bordéis de luxo, a Vila dos Prazeres. O autor evoca sua própria experiência quando, na juventude, esteve no local; e refere as “pinturas ilustrativas” de conteúdo erótico que cobriam as paredes.

Vênus era a deusa tutelar de Pompéia, que tinha como lema: “Vale lucrum”, o lucro acima de tudo. Com vocação hedonista, a cidade privilegiava o atendimento das “demandas menos espirituais dos seres humanos”, lembra Plínio. Na véspera do dia fatídico, os pompeianos dedicaram-se a celebrar Baco (ou Dionísio), divindade do vinho e dos prazeres carnavais.

* Sócia Emérita do IHGG – Diretora da Revista.

Naquela manhã de agosto, servos e escravos dirigiam-se ao mercado; padeiros trabalhavam em seus fornos de barro; mãe e filha passeavam pelas ruas, enquanto madrugadores buscavam as termas para um banho reconfortante.

E eis que “o ventre da terra explodiu”, nas palavras do cronista. O cume do Vesúvio foi envolto por uma nuvem escura, que se abriu e espalhou-se lentamente. O sol deu lugar à noite. Dentro de uma hora, a matéria sólida ejetada pelo vulcão, depois de ser lançada a elevadas altitudes, é despedaçada pelo calor das labaredas e começa a cair. Primeiro, são pedras do tamanho de nozes; a cidade fica inteiramente soterrada. As cinzas vulcânicas vêm depois; seu vapor sulfuroso é letal para a respiração. Surpreendidos em suas atividades rotineiras, os corpos de homens, mulheres e crianças petrificam-se pela mistura de cinza e água, trazida pelo maremoto que, em ondas gigantescas, devasta a região.

A escuridão estende-se por dois dias; no terceiro – anota Plínio – surge um “crepúsculo granuloso”, algo como um tímido bruxulear de luz e sombra. A paisagem que se vislumbra é de total desolação: “Pompéia está enterrada para sempre”, registra o cronista. Mais de 2.000 pessoas morreram; na vizinha Herculano, os moradores tiveram tempo de fugir da lama incandescente e salvaram-se, quase todos.

É da natureza humana procurar explicações para as grandes tragédias, conhecer o porquê delas e os motivos que as provocaram, se os houver. “Ira dos deuses” – dizia a versão mais difundida entre os contemporâneos, para explicar o acontecido em Pompéia. O Imperador Tito determinou que uma comissão de senadores fosse ao local, para ver de perto a situação e sugerir providências. Plínio ironiza: “Nós sabemos o que resulta dessas comissões do governo; quando chegarem a uma decisão, Pompéia estará esquecida”.

Realmente, a cidade somente voltaria a ser lembrada no século 18, quando começaram as escavações que se realizam desde então, revelando aos poucos as ruínas soterradas debaixo de lavas e cinzas vulcânicas.

Em tempo recente, há cerca de uma década, formou-se na Islândia uma nuvem tóxica com a forma de cogumelo. Lembrando a bomba atômica, disseminou o pavor e desorganizou a vida em países do Hemisfério Norte. Os componentes da fumaça negra que os ventos espalhavam na atmosfera eram mortais: se aspirados, necrosariam os pulmões e as pessoas morreriam asfixiadas.

A mídia noticiou freneticamente: aeroportos fecharam, voos foram cancelados, houve prejuízos de toda ordem. Impossível prever até quando perduraria a erupção de um vulcão islandês em erupção, de nome tão complicado que não me é possível transcrevê-lo. Depois de apavorar meio mundo, cessou abruptamente sua atividade, permitindo voltar à rotina dos bons tempos.

Estaria a Humanidade a viver um simples ensaio, sem saber o que viria depois? A propósito: o calendário dos Incas prevê o fim do mundo para acontecer em 2012. Já vivemos no lucro.

Isso sem falar no Covid-19 e todo o medo e incerteza que nos atemoriza, a todos nós. Desnorteadas, pessoas comuns (como nós), bem como cientistas e especialistas procuram entender o que está a acontecer e como proceder. Isolamento? Remédios? Vacinas? Na dúvida, discursos e entrevistas sucedem-se.

Enquanto isso, segue a vida com suas exigências, rotinas e surpresas. “Há tempo para todo propósito debaixo do céu” diz o Eclesiastes. “Tempo de nascer e tempo de morrer. Tempo chorar e tempo de rir...” Ao que acrescentamos: Tempo de trabalhar, tempo de escrever.”

Em assim sendo, historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, cronistas e escritores, em geral, elaboraram e ora nos

brindam com o material enfeitado neste número 31 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Com ele encerra-se a laboriosa e profícua gestão do Presidente Geraldo Coelho Vaz e de sua equipe, da qual tive a honra de participar.

Boa leitura a todos – e que tenhamos em breve a solução do enigma que ora nos desafia: que o Covid 19 seja enfim vencido e possa ter início a nossa vida pós-normal, com as bênçãos de Deus.

Goiânia, 15 de março de 2021

DISCURSOS

Lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz

Discurso proferido pelo dr. Colemar Natal e Silva*, no ato do lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto e Geográfico de Goiás.

Exmo, Snr. Dr. Interventor Federal,
Altas autoridades
Exmas. Snras., Senhoritas e Senhores

Ontem – a fanfarra estridente das bandeiras gloriosas, iluminadas pelo ideal de conquista, acalentadas pelo sonho do ouro, bravas indômitas, rasgando a estranha virgem e generosa das flores seculares, alargando as fronteiras da Pátria.

E a memória evoca com carinho e veneração a figura hercúlea dos Fernão Dias Paes Leme, dos Bueno, dos Ortiz e Camargo que lá mesmo, dos confins da eternidade, se projetam sobre o País, como nomes tutelares.

Fadigas, canseiras, febres, fome, luta com os índios e as feras, tudo levou de vencida o ideal que havia de fazer decantadas riquezas minerais.

Os ínvios caminhos que não tinham fim, as estradas salineiras, longas, aspérrimas, guardam os lances desse drama das bandeiras.

* Colemar Natal e Silva, Presidente Perpétuo do IHGG.

O tropel da glória passou por cima de tudo, soluços, gemidos e dores, para que a Pátria Brasileira crescesse como cresceu em extensão territorial.

Corrida a cortina do tempo se revê, há 213 anos, o episódio imortal do descobrimento de Goiaz: – foi o remate glorioso de um desses lances.

Realizada a descoberta, as mãos ávidas de riqueza mergulharam na terra e saíram carregadas de ouro que sustentou por muito tempo a grandeza do trono português.

A fama corria célere; atrás dela novas expedições, umas após as outras, e os descobrimentos se sucediam, já nos quadrantes da terra que seria mais tarde a terra goiana, a nossa terra.

Formavam-se os povoados, os comércios, nasciam as vilas, as cidades – era enfim o esboço de organização administrativa, o embrião de uma nova capitania.

Mais lucrava a Metrópole do que a Colônia com essas conquistas extraordinárias.

O alvará de 8 de novembro de 1744 foi o marco de relevo: — desmembrada a capitania de São Paulo passou Goiaz a constituir capitania a parte.

Corria o século 17 que assinalou o início da conquista do Brasil Central.

Goiaz-capitania, dentro do Brasil-Colônia; Goiaz-Província, dentro do Brasil-Império; Goiaz-Estado, dentro do Brasil-Reública, encerram três ciclos largos, bem distanciados e distintos de nossa fase evolutiva.

A princípio a história veio-se fazendo como por si mesma, documentos avulsos, esparsos, reunidos a esmo, sem a preocupação de se ligarem, sem argamassa dessa argila com que se ligam hoje os fatos que nascem sob os nossos dias.

O historiador de hoje imbuído das noções científicas do determinismo histórico, do determinismo econômico, precisa colocar-se a distância, de muito alto, de muito longe, para encontrar a harmonia dos fatos, para bem cumprir a missão de coordenador de eras e épocas distintas.

Essa homogeneidade o historiador não a encontra nos fatos em si, ele a faz.

A consciência do fenômeno histórico, dissemos na “História de Goiaz”, será então uniformizada pelo historiador, dentro da orientação moderna, filha do grão de cultura e civilização do século 20.

Tanto assim que, para nós é outro, agora, o sentido histórico das bandeiras.

HOJE: — não mais a exploração desordenada; não mais a conquista bruta do solo e do gentio; não mais a fome do ouro, pelo ouro e sim a preocupação extensa e profunda de se ligar o passado ao presente, de encontrar o sentido histórico, real, econômico desses fatos e acontecimentos, dentro dos novos rumos que a Sociologia nos aponta.

Uniformizar, tornar homogêneos esses fatos para que, no seu curso evolutivo, o sociólogo encontre a significação, a razão de ser deles, orientando-se na marcha para o futuro. Porque;

AMANHÃ: — será o remate de todos essas fases, na conquista gloriosa que uma época de cultura maior nos promete.

Não basta olhar para o passado, é mister colher suas lições para compreender toda a significação do presente, e prever e prevenir o futuro.

Será a soma de todos os esforços, a luz intensiva sobre todos os setores da inteligência humana.

E quando a civilização brasileira se impuser pelas suas próprias características dentro e fora das Américas.

Lançamos hoje a pedra fundamental do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no mesmo dia em que, no ano de 1723, se plantava a primeira pedra para a construção da Igreja do arraial fundado com o nome de Santana.

Ao fazê-lo, evocamos, primeiramente, do fundo de um misticismo salutar, a imagem da querida Padroeira de Goiás – Nossa Senhora de Santana, sob cujos auspícios se organizou e se guiou a bandeira do Ananguera.

Breve se erguerá para os céus de Goiânia o edifício de nosso Instituto – o maior monumento até hoje levantado ao culto da história e da geografia em nosso Estado.

Se na atualidade, é uma verdade científica que a arte traduz as tendências da civilização, como a música e a pintura, o estilo de nosso edifício, simples, rígido, harmonioso, mas sem artifícios de abóbodas e enfeites inúteis de docéis e capitéis, é fácil ver nele a feição prática, mais exata, mais positiva, que preside a orientação da cultura histórica em nossos dias.

Na Nova Capital que é, ao mesmo tempo, a síntese de todas as conquistas e glórias do **Passado**, a consciência do momento histórico da civilização do **Presente** e a previsão arrojada, sábia, científica, do **Futuro** – não era possível que se deixasse de erguer uma guarida para a cultura da história, para o estudo da geografia.

Pedro Ludovico, Interventor de Goiás, que aparece no momento atual quer da vida social, política, econômica, quer dar vida cultural de nosso Estado, como o bandeirante do século 20, grande para a posteridade, como Bartolomeu Bueno para nós outros – soube compreender a necessidade; e deu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás todo seu apoio.

As novas gerações devem também reconhecimento à visão patriótica de S. Excia. O Secretário Geral, dr. João Teixeira Álvares Júnior, Interventor Federal em exercício, que referendou o decreto de nossa reorganização.

Quero finalizar nossas palavras, volvendo o pensamento para a vetusta cidade de Goiaz – berço que consagramos.

Para aquele centro cultural, onde sempre cintilaram inteligências de escola projetando sobre todos os quadrantes do Estado as luzes de uma intelectualidade vigorosa e fina; onde existiu a primeira Academia de Letras de Goiaz, onde se fez ouvir o estro mavioso de nossos melhores poetas, onde a música, as letras, as artes sempre tiveram os seus mais apaixonados cultores, onde mesmo se registram a pugnas mais ardorosas e brilhantes de nossas lides jornalísticas – onde se fundou o nosso Instituto Histórico – para lá é que se deve volver, nesse instante, o nosso pensamento, numa saudação cheia de sadia cordialidade, na qual a cidade nova se confraterniza com a cidade antiga.

Seja-nos licito repetir, agora, mais estas palavras, que já uma vez tivemos ensejo de proferir pela imprensa: “Goiânia, a cidade das realizações ousadas, dos empreendimentos e iniciativas felizes e construtoras em todos os setores da atividade humana, a cidade que nasceu grande e já traduz tão bem a vertigem do progresso e da civilização contemporâneos, não pode viver sem Goiaz – berço querido de tantas tradições preciosas que um dever cívico imperioso nos induz, não só a guardar, como a defender.

Goiânia e Goiaz são duas cidades que se completam, que se devem entender e que precisam viver unidas: – uma é tradição – é o passado repleto de recordações gratas e afetivas, de glórias legítimas, de lucros impercíveis; outra é a cidade do presente e do futuro – a materialização do espírito da época e um prenúncio da vertigem por vir.

Não basta o progresso material: “Das pedras que compuseram Cartago não ficou uma partícula transfigurada em espírito ou em luz; a imensidade de Babilônia ou de Nínive não apresenta mais, na memória dos homens, do que o esforço que vai da Acrópole ao Pirêo.

E o espírito cintilante de um dos grandes pensadores sul-americanos traduz assim esse pensamento “....Grande civilização, grande povo – na acepção que tem valor para a história, são aqueles que, ao desaparecerem materialmente no tempo, deixam vibrante para sempre a melodia florida de seu espírito, fazendo persistir na posteridade o seu imperecedouro legado como – segundo disse Carlyle da alma de seus heróis “como uma nova e divina porção da sùmula das cousas, como a Helena evocada do poema de Goethe do meio da noite, torna a descer ao horto sombrio, deixando a Fausto sua túnica e seu véu: estas vestes não são a própria deidade, mas participam de sua divina beleza e tem a virtude de elevar quem as possui acima das cousas vulgares”.

E’ assim que à nova Capital não bastam os palácios luxuosos, as vivendas principescas, todas essas realizações ousadas da civilização contemporânea.

Ela precisa projetar bem longe as luzes de sua intelectualidade, precisa manter sempre acesa essa partícula de luz que traz a grandeza imaterial e duradoura das cidades.

Salve Goiaz!

Goiânia, 1935

Coelho Vaz na Academia do Planalto

*José Mendonça Teles**

Em meu livro *Amor/Diário*, há um poema sobre amigos: “Amigos existem/ por todos os cantos/ Amigos de graça,/ amigos sem graça/ Amigos que chegam/ na roda do tempo/ e nunca se encontram/ por falta de tempo. / Amigos que chegam/ bebem bebida/ despedem sorrindo/ e se vão de partida. / Amigos da hora/ amigos de fora., /amigos de dentro/ do peito e atentos/ aos misteres da fé/ São tantos os amigos, /são tantos, José?”

Geraldo coelho Vaz é um amigo de fé. Conheci-o na segunda metade dos anos cinquenta em Catalão, quando da realização de um congresso estudantil. A cidade viveu dias de intensa movimentação, com a presença de estudantes de vários municípios, principalmente de Goiânia que viajaram na famosa “Maria Fumaça”, balançando nos trilhos que ligavam Goiânia a Catalão. Viagem inesquecível, tanto pela algazarra estudantil, como também pelo tempo que demorava, depois de parar nas estações de Leopoldo de Bulhões, Vianópolis, Pires do Rio e Ipameri. Era tempo do tempo devagar, por isso, esquecíamos das horas e vivíamos festivamente aqueles momentos. E foi um desses momentos estudantis que fui apresentado a Geraldo Marmo Coelho Vaz. Isto mesmo, com o sobrenome Marmo, como está escrito na cara que ele me enviou, quando eu estudava no Rio de Janeiro, prova que

* José Mendonça Teles, Presidente ad vitam do IHGG.

nossa amizade continuou após o congresso de estudantes. Sua carta datada de 14 de maio de 1960, veio de Catalão, onde ainda residia, embora tenha nascido na Campininha, em 1940. Geraldo tinha 19 anos e já era escritor conhecido, pois já havia entrado nas letras com o livro *Vultos Catalanos*. Sua carta, que transcrevo, mostra a inquietação de dois jovens que, embora distantes, iriam pegar depois o comboio sentimental e viajariam juntos por todas as estações desse Goiás dos ermos e gerais. Diz ele na carta:

“Prezado amigo Zé Mendonça. Talvez seja a carta que mais admirei em toda a minha existência, pois nela vi claramente um idealista que contava suas mágoas à terra que muito idolatra. Ao lê-la lembrei-me de um poeta, que em versos dizia as nostalgias do caboclo sertanejo, dedilhando as dores nas cordas de uma viola chorosa. Lembrava-se de sua longínqua casa de sapé onde deixava a mulher e filhos. Você não chora por isto, porém sente saudades da terra de Hugo de Carvalho Ramos que também é toda sua como também é minha. Amo este punhado de chão, que vi a luz primaveril de meus anos já distantes e longe dos meus dias de infância ao lado das cachoeiras e matas, dos vales e rios, da fazenda e dos cavalos, onde eu cavaleguei por longos tempos. Tudo isto é Goiás, a terra que Anhanguera pisou com botas largas, alargando nosso território para mais além. Agradeço-lhe sua carta e espero receber mais, a fim de firmar nosso intercâmbio, ademais se for possível e se houver possibilidade enviar-lhe-ei algumas poesias, para serem encetadas em qualquer jornal que achar possível publicar meus trabalhos. Escreva-me contando as possibilidades deste meu pedido.

Como vai de estudos e trabalho? Espero que continue a idealizar ficções como algumas que conheço,

através de jornais estudantis de Goiânia, como também uma poesia sua (creio que é) no Popular, já há diversos meses.

Na expectativa de receber uma resposta desta, despede-se o seu grande amigo, Geraldo Marmo Coelho Vaz”

Como se vê, éramos dois jovens pondo para fora seus sentimentos e preocupados, sobretudo com a licenciatura. A carta do Geraldo Marmo, hoje Geraldo Coelho Vaz, está nos arquivos, esperando também que minhas cartas, dirigidas a ele, guardadas.

Em 1962, em Goiânia, iríamos nos encontrar na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás, bacharelando-nos em 1966, quando lançamos o livro *Poesias e Contos Bacharéis*, com segunda edição em 1976. É que nossa turma tinha 8 escritores: Yêda Schmaltz, Miguel Jorge, Luiz Fernando Valadares, Alaor Barbosa, Edir Guerra Malagoni, Martiniano José da Silva, Geraldo Coelho Vaz e este orador.

Concluído o curso jurídico e já casado com a artista plástica e escritora Alcione Guimarães, Geraldo, além de dedicar-se à advocacia ao magistério e ao jornalismo, não se afastou das atividades literárias, sempre que possível produzindo suas obras, hoje com mais de vinte livros publicados, com destaque para a poesia e as pesquisas históricas.

Companheiro de longas viagens no caminho da cultura “Coelhinho”, como costume chamar-lhe na intimidade, e o mesmo acontece com ele, ao chamar-me de “Zezé”, como sou conhecido em família, tem sido um amigo que está sempre no lado esquerdo desse peito, daí o apoio que ele sempre me deu ao presidir por vários anos a Academia Goiana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e ao apoiá-lo quando presidia a União Brasileira de Escritores e Academia Goiana de Letras.

O seu ingresso nesta Casa¹, fundada pelo idealismo de Gelmires Reis e Dilermando Meireles, é um reconhecimento por tudo que Geraldo Coelho Vaz tem feito e vem fazendo para enriquecer a cultura brasileira. Em nome da nossa Entidade, presidida pelo Acadêmico Marco Antônio Martins de Araújo, e como titular da Cadeira nº 1, ocupada pelo nosso saudoso José Dilermando, digo a Geraldo Coelho Vaz, que seja bem-vindo, a Casa é sua!

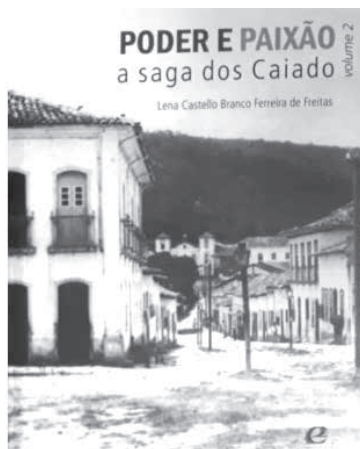
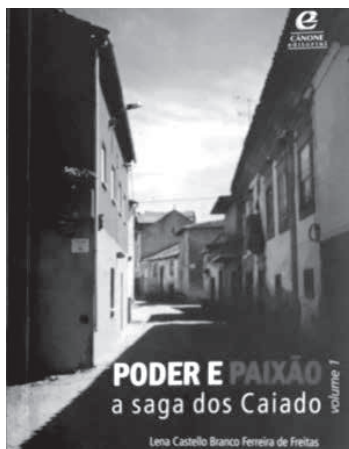
1 Posse na Academia de Letras e Artes do Planalto de Luziânia-GO.

ARTIGOS

Clássico da historiografia brasileira, *Poder e paixão: a saga dos Caiado* completa dez anos.

*Nilson Jaime**

*Jales Guedes Coelho Mendonça***



Em 2020, comemoram-se 250 anos da concessão da carta de sesmaria “de meia légua de terra” ao português Manuel Cayado de Sousa, patriarca da família Caiado no Brasil, pela Junta Provisória de três “homens bons” que governava interinamente a então Capitania de Goiás, desmembrada há pouco da de São Paulo. A

* **Nilson Jaime** é Mestre e Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira n° 6.

** **Jales Guedes Coelho Mendonça** é Promotor de Justiça, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira n° 5.

gleba localizava-se nas cercanias das “matas da Paciência”, às margens do rio Uru – tributário da bacia hidrográfica do Tocantins –, nas adjacências de Vila Boa, antiga capital, e equivaleria hoje a cerca de 225 alqueires goianos.

Em 3 de maio de 2010, ano em que a referida sesmaria (datada de 18 de junho de 1770) completava 240 anos, foi lançado, em Goiânia, o livro *Poder e Paixão: a saga dos Caiado* (Cânone Editorial, 2 volumes¹, 1.070 páginas), da historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (n. 1931). O concorrido lançamento – curiosamente realizado no Salão “Dona Gercina”² do Palácio das Esmeraldas, na cidade filha da “Revolução de 1930” e ainda patrocinado meritoriamente pela Agência Goiana de Cultura “Pedro Ludovico Teixeira” –, contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas os anfitriões da noite: o governador Alcides Rodrigues e sua esposa Raquel Rodrigues.

No evento, o citado mandatário, a autora, o prefaciador, o secretário estadual Sérgio Caiado e o deputado federal Ronaldo Caiado fizeram uso da palavra. O discurso enunciado pelo então parlamentar e atual governador³ granjeou maiores comentários em decorrência da carga de simbologia que mobilizou, sobretudo o resgate e a evocação da famosa frase atribuída ao cientista Albert Einstein: “É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito.” Na sequência, emendou:

A família sempre foi vítima desse preconceito. Acho que agora vamos ver uma história de Goiás com isenção, imparcialidade, sem querer absolver ninguém e ao mesmo tempo satanizar aquele que foi adversário político⁴.

1 Esta resenha contempla apenas o volume 1 da obra.

2 Estas e as próximas duas “entre aspas” chamam a atenção para a ironia de que o evento relatado, protagonizado por um membro da família Caiado, tenha se dado justamente em locais que levam nomes de personagens ligados à Revolução de 1930, alçoz desta família.

3 Ronaldo Caiado foi eleito Governador de Goiás em 2018, para mandato a ser cumprido de 2019 a 2022.

4 Citação do discurso do então senador Ronaldo Caiado, presenciado pelo primeiro autor.

Poder e Paixão é prefaciado por Noé Freire Sandes (1961-2020), professor-doutor de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), que qualifica a obra como “definitiva sobre a família Caiado”. A apresentação “de orelha”, da lavra de Nasr Fayad Chaul, também docente da aludida instituição, segue a mesma senda do prefaciador ao julgar o trabalho “parte obrigatória da bibliografia sobre a Primeira República em Goiás, sobre os anos 1930 e a vida política do Estado pós-30.” Em outras palavras, as ponderações apontam para uma idêntica conclusão: o livro nasceu clássico. A propósito, esse é o maior conceito que um escritor pode aspirar sobre sua produção intelectual.

A autora, doutora em História pela USP, professora aposentada da UFG, ex-membro do Conselho Federal de Educação, integrante da Academia Goiana de Letras (AGL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), logo nas primeiras linhas da introdução, já esclarece que na historiografia pouco se fala da Primeira ou “Velha” República (1889-1930) em Goiás. E o que é escrito não analisa as ações e realizações dos sujeitos históricos do período, indicando, subliminarmente, prossegue ela, a percepção

de que esse foi um tempo destituído de interesse e significado, quando coronéis atrasados uniram-se em uma oligarquia violenta e retrógrada, cuja expressão emblemática seria um certo Totó Caiado – homem de maus bofes que mandava matar os adversários e arrancar-lhes as orelhas (p.15).

Segundo Lena, a forte representação negativa dos Caiado no imaginário popular não apresentava sua correspondência ao que ela experimentava no convívio com integrantes da família. Nesse particular, revelou que sua amizade com Brasilete Caiado restou decisiva para suscitar “dúvidas quanto à veracidade de tão

depreciativas afirmações, pois ninguém mais idealista do que ela, refinada e autêntica vilaboense, ao mesmo tempo batalhadora e amante da cultura”⁵.

O livro exigiu da pesquisadora quase dez anos de dedicação. A fim de aquilatar-se o grau do esforço despendido, basta notar que o depoimento do senador Emival Caiado, grande incentivador do projeto, totalizou cerca de trinta horas de gravações. De mais a mais, as notas de rodapé insertas ao final de cada um dos 26 capítulos dos dois tomos atingiram a monumental cifra de 3.389 (três mil, trezentas e oitenta e nove) intervenções. Sem embargo, a energia consumida valeu a pena: o produto final afigura-se na maior contribuição de Lena à historiografia brasileira.

Metodologia e escopo

De acordo com o consagrado intelectual francês Paul Ricoeur, em seu clássico *A memória, a história, o esquecimento*⁶, é armado de perguntas que o historiador se engaja em investigações nos arquivos. Assim pensando, e optando pela história-problema, Lena formula alguns questionamentos, dos quais deve o leitor se apossar antes de iniciar a leitura:

- i) Como e por que se deu a demonização dos Caiado – e, em especial, do senador Antônio (Totó) Ramos Caiado?;
- ii) Na disseminação do estereótipo atribuído aos Caiado, até que ponto foi decisivo o contexto histórico das décadas de 1920 e 1930?;
- iii) Como atuou, nesse sentido, a força da propaganda somada à suspensão das liberdades individuais, durante o Estado Novo?;
- iv) Na história da Primeira República, o que comprova ser irremediavelmente ruim no caiadismo, ou seja, a predominância política do grupo

5 Freitas, L. C. B. F de. *Poder e Paixão: a saga dos caiado*. v. 1. 2010. p. 15

6 Ricoeur, P. a *Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

liderado por Totó Caiado?; v) O que evidencia que os políticos da Velha República tenham sido retrógrados, violentos e corruptos?; vi) Se verdadeira a assertiva, por que só os situacionistas foram apontados como tal?; vii) Sustenta-se em provas documentais a generalização desses atributos aos políticos ditos ‘carcomidos’?; viii) Ou será ela resultante de elaborações calcadas em divergências que, no fundo, eram mais contingenciais do que reais?⁷.

Para escrever *Poder e Paixão*, a historiadora vasculhou 37 arquivos públicos e acervos particulares situados na Cidade de Goiás, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com destaque para o Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e o Arquivo do Fórum Emílio Póvoa (Cidade de Goiás), onde se encontram, respectivamente, inquéritos instaurados pela Comissão de Sindicância de Goiás e processos dos políticos derrotados em 1930. A autora realça a importância desses documentos, uma vez que eles eventualmente permitiram, a despeito do rígido controle de informações vigente à época, ouvir a voz dos “decaídos”.

As missivas em posse da família são fontes valiosas, notadamente o “conjunto epistolar composto por cartas escritas por Totó Caiado para a esposa, Mariquita, durante o prolongado exílio a que foi obrigado o ex-senador, nos anos subsequentes à Revolução de 1930”⁸. De igual modo, as cartas trocadas entre Consuelo Caiado e a sua amiga Leonor Borba, capazes de desvendar parte da mentalidade feminina de um século atrás.

Diante desse verdadeiro arsenal do passado, Lena passou a perquirir como e quando os Caiado se radicaram em Goiás, além da forma como se afirmaram econômica, social e politicamente, permanecendo em evidência há 150 anos nas sociedades goiana

7 Freitas, op. cit., pp. 15-16

8 *Ibidem*, p. 21

e brasileira. Para melhor conhecer as raízes ibéricas caiadistas, a historiadora empreendeu viagem ao vilarejo ancestral de Caria, na região de Beira Alta, em Portugal.

Para reconstituir a saga dessa família, a autora fixou balizas cronológicas, espaciais e temáticas. O interregno de tempo escolhido foi de 1770 – data da concessão da sesmaria, já mencionada –, até 21 de abril de 1960, dia da inauguração de Brasília, cujo projeto de lei para a transferência teve a autoria do deputado federal Emival Caiado, presidente do Bloco Parlamentar Mudancista. O espaço delimitado centra-se prioritariamente no estado de Goiás e, particularmente, em sua antiga capital.

Quanto ao tema, Lena optou por não se estender em aspectos genealógicos, que extrapolariam as fronteiras do estado anhanguerino, alcançando o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outros. No entanto, tracejamentos biográficos de determinados agentes históricos restaram inevitáveis, a começar pelo patriarca Manuel Cayado de Souza, o seu neto Antônio José Caiado e algumas linhagens de seus descendentes. Dentre estes, o filho Torquato Ramos Caiado, os netos Antônio (Totó), Brasil e Leão, bem assim o bisneto Emival Ramos Caiado, ou seja, a vergôntea dos “Ramos”, todos com larga projeção política, principalmente entre 1912 e 1930.

Destaca ainda a participação feminina com Iracema Carvalho Caiado, Maria Adalgisa de Amorim Caiado e Consuelo Caiado, respectivamente, primeira e segunda esposas, e filha de Totó Caiado. Os demais cinco filhos do patriarca são apenas citados circunstancialmente, dentre eles Joaquina Emília, matriarca da linhagem Alencastro Caiado e José Caiado de Sousa, tronco da família Caiado radicada no Espírito Santo.

Ao analisar a intensa disputa de poder protagonizada pelos membros do clã, a autora adentra no campo da história política e da micropolítica, que nas últimas décadas ganharam maior

atenção dos especialistas. Outrossim, pontifica seu objetivo: “De algum modo, tentei elaborar uma renovada história regional, refugir ao determinismo e ao economicismo predominantes em boa parte da historiografia goiana.”⁹

O livro é dividido em oito partes, sendo quatro em cada volume, e possui índice onomástico específico nos dois tomos. Cada parte contempla três ou quatro capítulos – embora não recebendo essa denominação –, perfazendo 26 no total. Possui ainda introdução e conclusão.

De Caria a Vila Boa

O enredo histórico de *Poder e Paixão* começa onde igualmente terminará: no dia 21 de abril de 1960, na rampa do Congresso Nacional, em Brasília. É de lá que o deputado federal Emival Caiado e seu pai, o ex-senador da República Antônio (Totó) Ramos Caiado, contemplam, emocionados, o nascimento oficial da nova capital federal, em pleno sertão goiano. O sonho de várias gerações enfim concretizara-se. Um cartaz afixado num veículo antigo “Ford bigode” arranca aplausos da multidão e resume tudo: “Oh! Brasília! Esperei-te tanto!”¹⁰. Inicialmente Salvador, depois Rio de Janeiro – ambas no litoral –, e agora Brasília – no coração do Brasil.

A breve descrição da historiadora, com nuances poéticas, das festividades de inauguração de Brasília, dentro do quadrilátero demarcado por Luís Cruls quase setenta anos antes, é o pano de fundo da narrativa. Tal qual um “flashback”, uma reminiscência, que guarda semelhança com o romance épico “O tempo e o vento” do gaúcho Erico Veríssimo, Lena volta no tempo e inicia a tessitura da saga dos Caiado.

9 *Ibidem*, p. 23.

10 *Ibidem*, p. 28.

Eis o interessante diálogo travado entre Emival Caiado e seu genitor na ocasião mudancista:

- Está satisfeito, meu pai? – indagou Emival.
- Não esperava mais ver chegar este dia – confessou o ex-senador. Em seguida, arrematou: – Juscelino é o maior presidente que o Brasil já teve. A construção de Brasília e o que virá depois dela irão consagrá-lo perante a História (p. 27).

Na sequência, a historiadora descreve Caria, localizada na região da Beira Alta, em Portugal, terra natal de Manuel Cayado de Sousa, o primeiro da família a fincar os pés em Goiás na década de 1760. Filho de Manuel Dias e de Maria Cayada (o gênero flexiona o nome), o imigrante estabeleceu-se na sesmaria acima mencionada. Casou-se com Brígida de Almeida, filha do português Manoel Coelho de Almeida e também sesmeiro das “matas da Paciência”. Sobre Coelho de Almeida, consta que certa feita ele decidiu sair pelo sertão. Durante sua ausência, se alguém perguntava aos parentes sobre o seu paradeiro, recebia jocosamente a seguinte resposta: “Viajou. Foi para a Europa.” Dessa maneira teria surgido o nome da fazenda Europa, ainda hoje nas mãos dos Caiado.

No capítulo inaugural do livro sob epígrafe “De Caria a Vila Boa”, além das origens portuguesas e da chegada do patriarca a Goiás, esquadrinha-se a economia da jovem capitania goiana, em grande parte pertencente à Espanha até bem pouco tempo (1750), ano da celebração do Tratado de Madri, convenção internacional revogadora do conhecido Tratado de Tordesilhas (1494). É nesse contexto que se insere o empreendedorismo de Manuel Cayado de Sousa, que optou pela agricultura e pecuária, quando a maioria da população laborava na atividade mineradora.

Ao longo dos dois tomos, Lena pontifica a situação de pobreza vivida em Goiás. A esse respeito, convém mobilizar duas passagens, ambas sucedidas na fase imperial. A primeira, refere-se à frase do governador¹¹ D. José de Vasconcelos: “O quinto empobreceu Goiás, o dízimo acabou de matá-lo.”¹² O dízimo significava uma espécie de tributo cobrado pela Real Fazenda sobre produtos agropastoris.

A segunda envolve uma situação um tanto quanto simbólica, mas de fácil compreensão: as filhas legítimas oriundas do casamento de D. Pedro I com a princesa Leopoldina receberam os nomes de Januária, Paula e Mariana, em homenagem às províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Já às filhas Isabel Maria e Maria Isabel, advindas da relação extraconjugal mantida com a marquesa de Santos, o Imperador concedeu-lhes, respectivamente, os títulos nobiliárquicos de duquesas de Goiás e do Ceará.

Na planície

O capítulo 2, intitulado “Na planície”, apresenta como personagem central Antônio José Caiado, neto do patriarca Manoel Cayado de Sousa, e relata os acontecimentos no pós-1822, data da independência do Brasil. Lena mostra a gênese da primeira oligarquia goiana – a dos Jardim –, a partir da descrição do quarto governador da província, José Rodrigues Jardim, e de sua esposa Ângela Ludovico de Almeida. O casal é qualificado como “a primeira família goiana a atuar continuamente na política”¹³. A autora esclarece que “duas gerações depois, seus netos Bulhões

11 Será sempre usado o vocábulo governador para tratar do chefe do Executivo Estadual, embora em alguns momentos históricos a denominação seja presidente, que pode gerar confusão com o cargo de presidente da República.

12 *Ibidem*, p. 52

13 *Ibidem*, p. 67.

e Jardim retomariam as rédeas do poder em Goiás, tendo como aliados os Caiado”¹⁴.

Antônio José Caiado, o primeiro do clã a imiscuir-se na seara política, nasceu em 1826 e ingressou no Exército aos 18 anos. Designado para auxiliar na escolta do governador do Mato Grosso em sua viagem de regresso a Cuiabá – o percurso de Vila Boa a Cuiabá demorava à época em média de 30 a 40 dias –, o jovem Caiado buscou cumprir diligentemente sua missão, o que despertou a simpatia do poderoso viajante. Tempos depois, mercê da interferência do aludido mandatário, Antônio conseguiu desligar-se das fileiras castrenses e seguir sua vocação para as atividades agropecuárias e comerciais.

Tornou-se ainda, posteriormente, empreiteiro de obras públicas, amealhando com seu trabalho, considerável patrimônio. Afável, conquistou a amizade dos políticos, inclusive ajudando alguns em suas pretensões eleitorais. Daí até mergulhar de corpo e alma no universo da política foi um pulo. Firmou-se como o “baluarte agrário” do grupo bulhonista (em alusão à corrente liderada por José Leopoldo Bulhões Jardim).

Lena reconstitui a trajetória de Antônio José Caiado como vice-governador, no ocaso do regime imperial, quando chegou a assumir a chefia do Executivo por 320 dias no total, filiado ao Clube Liberal. Mostra sua eleição para a primeira Constituinte Estadual de 1891, já agora nas fileiras do Partido Republicano, e vice-governador na chapa encabeçada por Leopoldo de Bulhões. Como o prócer da oligarquia bulhonista preferiu ocupar o mandato no Congresso Nacional no Rio de Janeiro, Caiado acabou exercendo a governadoria entre 17 de julho de 1892 a 30 de julho de 1893, apesar de se dizer pouco preparado para o posto. Faleceu em 1899 como Senador da República.

14 *Ibidem*, pp. 67-68.

Galgando a encosta

O terceiro capítulo, “Galgando a encosta”, retrata sobretudo Torquato Ramos Caiado, filho primogênito de Antônio José Caiado, nascido no domingo de Ramos de 1848. Deriva daí o sobrenome “Ramos”. Após concluir o ensino secundário no Liceu de Goiás, Torquato rumou para São Paulo, com o objetivo de ingressar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Attingiu seu objetivo, porém cursou apenas o primeiro ano do curso jurídico.

Na capital paulista, Torquato casou-se com a paulista Claudina Fagundes, com quem teria onze filhos. Enérgica e de temperamento forte, Claudina contrapunha-se à natureza apaziguadora do esposo. A propósito, em 1927, os primos Totó e Mário Caiado protagonizaram pela imprensa uma áspera discussão. Na oportunidade, Mário chamou Antônio Ramos Caiado de Antônio “Fagundes”, sobrenome materno que ele sabidamente não ostentava. Subliminarmente, o que ele queria afirmar era que Totó herdara as características da linhagem da mãe, e não da família Caiado.

Claudina, certamente, desempenhara notável papel na preparação educacional de sua prole. Muito por isso o diploma de ensino superior que faltara ao esposo, não se repetiria com os filhos varões: o primogênito, Totó, concluiria o curso jurídico em São Paulo; Leão, na Faculdade de Direito de Goiás; Arnulpho, de Odontologia no Rio de Janeiro; e Brasil, de Medicina em São Paulo.

Lena Castello Branco, citando Edgard Carone, menciona uma “Geografia das oligarquias”, presente em todos os estados brasileiros, dominando o cenário político: “Sua força repousava na consanguinidade, na posse de terras e na hegemonia econômica e cultural dos elementos que a compunham”¹⁵. E completa:

15 *Ibidem*, p. 181.

Com acesso à propriedade rural e a níveis elevados de instrução, os oligarcas perpetuavam-se no poder, até que o grupo rival ascendente passasse a questioná-la e os sucedesse – pouco se alterando, contudo, o contexto socioeconômico e político no qual se inseriram (p. 181).

Assim, se sucedem as oligarquias Bulhões, sua dissidência xavierista e a sucedânea Caiado-Jardim, durante toda a Primeira República. Por último, a diferença entre o oligarca e o coronel incide apenas na escala, porquanto o primeiro domina o estado e o segundo chefia o município.

Não apenas a formação universitária desempenhou inquestionável contribuição para o fortalecimento da projeção social e política do clã, como também o casamento. Segundo Lena, os rebentos do casal Torquato e Claudina “aumentaram seu prestígio social e força política através de casamentos com integrantes de famílias de prol na sociedade goiana, dentre outras: os Amorim, os Rodrigues Jardim, os Alves de Castro, os Abrantes, os Perillo, os Albernaz”¹⁶.

Cumpre assinalar que a atuação política de Torquato, menos subserviente aos Bulhões que a do seu genitor, rendeu-lhe dissabores e impactou inclusive em sua carreira no serviço público federal. Lotado na Delegacia Fiscal em Goiás, Torquato foi removido para o Ceará, Amazonas e depois São Paulo, local onde, aliás, aposentou-se. Esse tipo de perseguição seria décadas mais tarde igualmente usada pelo senador Totó Caiado, filho primogênito de Torquato, com o adversário Augusto Jungmann, consultor jurídico do Tesouro Nacional. Aposentado, Torquato regressou a Goiás. Ao retomar o convívio com os familiares e amigos, elegeu-se senador estadual em 1903. Faleceu em 31 de dezembro de 1906.

16 *Ibidem*, p. 135.

A trilha ascendente do jovem caminhante

Os seis capítulos das partes 2 e 3 (do volume 1) têm como figura central Antônio (Totó) Ramos Caiado, nascido em 15 de maio de 1874, na Cidade de Goiás, filho primogênito de Torquato e Claudina. De acordo com a historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, do avô e padrinho herdara o nome e a vocação política. Ato contínuo, complementou: “No temperamento eram, contudo, muito diferentes pois, enquanto Antônio José destacava-se pela mansuetude, o jovem Caiado – Totó, para os familiares – em sua trajetória deixou marcas de arrebatamento e paixão.”¹⁷

Após concluir o curso clássico no Liceu de Goiás, Totó mudou-se para São Paulo a fim de estudar Direito na Faculdade do Largo do São Francisco. Na capital paulista, dividiu uma república com outros conterrâneos, dentre os quais estava José Xavier de Almeida, que no futuro tornar-se-ia governador.

Ante a sublevação da Marinha no Rio de Janeiro, em 1893, Totó alistou-se nas fileiras do Batalhão Acadêmico para defender o regime republicano, supostamente ameaçado por uma restauração monárquica. Nas trincheiras, deu expansão ao seu espírito aguerrido, cultivando uma característica familiar que Lena classificou como “ética do desassombro e da coragem pessoal.” Do conflito, legou uma cicatriz na fronte, bem como a patente de tenente honorário do Exército.

No entanto, o título que parecia mais lhe envaidecer era o de alferes – posto inferior ao de tenente, na hierarquia militar –, tanto que ao ser chamado de “coronel”, denominação comum aos chefes políticos da época, redarguia: “Sou e nunca seria mais do que alferes.” A experiência militar na denominada Revolta da Armada de 1893, ser-lhe-ia de grande valia futuramente, já que, frequentemente, o líder político precisava convolar-se em chefe

17 *Ibidem*, p. 151.

militar, consoante sucedido nas Revoluções de 1909 e 1930, e nas duas passagens da Coluna Prestes por Goiás, nos anos 1920.

Abafado o levante da força de mar, Totó regressou a São Paulo. Posteriormente, no intuito de acelerar a sua formatura, transferiu momentaneamente o seu curso para Ouro Preto, no início de 1895. Apesar de a autora não mencionar, a ainda capital de Minas Gerais estava em vias de perder o trono de sede governamental para Belo Horizonte, cidade em construção. Assim, o jovem Caiado vivenciou a fundo os acontecimentos mudancistas que, quarenta anos depois, serviriam de modelo para Goiás. Na terra dos inconfidentes, Totó notaria que a transferência ocorria com respeito às tradições ouro-pretanas, sobretudo com a preservação de seus principais estabelecimentos de ensino, padrão destoante do perpetrado no território goiano.

Retornando novamente à cidade paulista, Totó colou grau em 8 de dezembro de 1895. Recém-formado, voltou para Goiás. Na oportunidade, no estado, pairava uma séria tensão política entre os Caiado e os Bulhões, relacionada ao veto de Leopoldo de Bulhões à pretensão de Antônio José Caiado ocupar a vaga no Congresso Nacional, aberta com o falecimento do senador Cane-do. Após marchas e contramarchas, prevaleceu a vontade caiadista, malgrado abalar a longeva parceria firmada entre os clãs.

Empossado como Senador da República, no dia 15 de maio de 1896 – curiosamente a mesma data em que Totó completava 22 anos –, Antônio José Caiado escreve um mês depois ao neto, informando-lhe da possibilidade de ele tornar-se deputado federal no lugar de João Alves de Castro. Na sequência, a hipótese aventada não se confirmaria, e Totó terá de esperar mais 13 anos para galgar a cobiçada vaga parlamentar.

Diante do contexto político conflagrado em 1896, a imprensa bulhonista transforma o antigo “inteligente estudante” e “herói republicano” em “Totó Brabeza”, insinuando ainda ter ele

conseguido o diploma de bacharel apenas por presentear os professores com exóticos “couros de onça” oriundos de Goiás. Nesse contexto, logo Antônio Ramos Caiado perceberia a dificuldade para o exercício da advocacia. Ademais, destaca a historiadora, baseada em relatos orais da família, ele “sentia-se ultrajado por ser obrigado a comprovar documentalmente o que afirmava nos autos, quando sua palavra deveria bastar”¹⁸.

Desse modo, pragmaticamente, Totó opta pela profissão de tropeiro, transportando cargas pelas mais diversas rotas brasileiras e até mesmo para a Bolívia. Desse modo, ficou conhecido como “doutor da mula preta”. Entretanto, não se descurou do mundo político, a ponto de eleger-se deputado estadual, em 1897.

Em uma de suas viagens ao Rio de Janeiro, conheceu Iracema Pimentel de Carvalho, da alta sociedade carioca, com quem viria a se casar. A moça refinada morara por sete anos na Itália, quando seu genitor fora designado comissário-geral da imigração no país. Embora Iracema e Totó Caiado tivessem seis filhos, ela nunca se adaptou a Goiás, ambiente mais modesto do que ela estava acostumada. Adoentada, Iracema faleceu no Rio de Janeiro, em 1907.

Eleito governador pela agremiação bulhonista (Centro Republicano), em disputa sem concorrente, José Xavier de Almeida assumiu o cargo em 1901, sob a bandeira da implementação de uma política conciliadora. Nesse sentido, nomeou quadros da oposição, a exemplo de Totó Caiado para a Secretaria de Justiça.

No entanto, em 1904, Xavier de Almeida e Leopoldo de Bulhões, este então ministro da Fazenda do presidente Rodrigues Alves, romperam. No jogo de recomposição de forças do tabuleiro político, a legenda oposicionista passa a respaldar definitivamente o governo xavierista. Totó Caiado é mantido no comando da pasta até 1908, quando a conjuntura mudaria novamente.

18 *Ibidem*, p. 169

A revolução de 1909

De acordo com Lena Castelo Branco, as eleições de 1909, para o Congresso Nacional, cujo resultado foi apontado como “fraudulento” pela oposição, desencadeou o movimento armado daquele ano. As versões desconexas são sublinhadas pela historiadora: “em apuração feita pelo partido [democrata], José Leopoldo de Bulhões estaria eleito para o Senado Federal, com 4.538 votos, o que contrapunha ao resultado oficial, que proclamava vitorioso José Xavier de Almeida, com 2.767 votos.”¹⁹ Para a Câmara Federal, a situação não é diferente: “mais uma vez, são discrepantes os números do governo e os da oposição”²⁰.

Abre-se um parêntese na leitura de *Poder e Paixão* para uma rápida exposição – pelos autores deste texto – sobre os pressupostos da denominada Revolução de 1909, no dizer do professor Itami Campos “a única tomada de poder pela força, por um grupo estadual, em todo o período republicano”²¹:

Urge, em primeiro lugar, frisar que em um período de pouco mais de seis meses ocorreram três eleições: i) em setembro de 1908, para o bicameral Congresso Legislativo Estadual; ii) em janeiro de 1909, para a representação goiana no Congresso Nacional; iii) em março de 1909, para governador. As eleições eram um fator de imprevisibilidade e de grande agitação política.

Ainda, nesse parêntese, é preciso dizer que, mesmo com todas as dificuldades inerentes ao pleito, a vitória nas urnas não garantia automaticamente a posse do eleito, pois, durante a Primeira República, vigia, no âmbito do poder Legislativo, um mecanismo chamado de “verificação dos poderes”, baseado no princípio constitucional da independência dos poderes. Grosso modo,

19 *Ibidem*, p. 190.

20 *Ibidem*, p. 190.

21 Campos, F. I. *Coronelismo em Goiás*, p. 88-92.

era um filtro pelo qual deveriam passar todos os vencedores nos sufrágios, o que, na prática, dificultava o ingresso das oposições nos parlamentos (nas três esferas – municipais, estaduais e federal). A melhor síntese para explicar o sistema foi a criada pelo governador pernambucano José Bezerra: “ser eleito é uma coisa, ser reconhecido é outra.” A dualidade de etapas fica patente. Por fim, acrescenta-se que o preterido recebia a irônica alcunha de “degolado”.

E, finalizando a intervenção destes autores, em meados de 1908, o desembargador Luiz Gonzaga Jaime decide romper com José Xavier de Almeida por conta de sua preterição para concorrer ao Senado Federal pela legenda governista. Ao deixar o governo, o magistrado meia-pontense publicou no jornal *Goyaz*, de 20 de junho de 1908, o “Manifesto aos meus conterrâneos”, conhecido como “manifesto Gonzaga Jayme”, não referido nesse livro, mas mencionado pelos historiadores Maria Augusta Sant’Anna Moraes (*História de uma oligarquia: os Bulhões*, 1974 e 2018 – 2ª ed.); Maria Luiza Araújo Rosa (*Dos Bulhões aos Caiado*, 1984); Jales Guedes Coelho Mendonça (*A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*, 2013 e 2018 – 2ª ed.) e Victor Aguiar Jardim de Amorim (*Pelo Sangue: a genealogia do poder em Goiás*, 2015), como um dos fatores a dar impulso à combatida oposição, unindo de um mesmo lado os grupos Bulhões, Abrantes, Jardim, Jayme, Fleury Curado e Caiado, todos participantes da Revolução de 1909.

Ante a dissidência, Totó Caiado exonera-se da pasta que ocupava, em solidariedade a Gonzaga Jaime. Na sequência, os dissidentes iniciam a rearticulação da oposição, reaproximando-se do grupo bulhonista. A tempestade perfeita estava formada, ou seja, três eleições consecutivas em curto espaço de tempo, associada ao fortalecimento dos oposicionistas.

Os resultados eleitorais dos pleitos são por demais descontraídos. Cada agremiação proclama um número e apresenta uma versão. Esses dados, porém, parecem pouco importar, considerando que a decisão, em última instância, caberia ao Congresso Legislativo Estadual, que se reuniria apenas em maio de 1909.

O que se segue é um trecho do pronunciamento de Totó Caiado na Câmara dos Deputados, transcrito no livro: “... só restava um alvitre, um recurso, depois de haver apelado para o governo do estado, depois de haver apelado para o governo federal: lançar mão das armas, fazer valer seus direitos, fazer valer a soberania popular”²².

Assim, justamente no primeiro dia de maio de 1909 uma numerosa milícia armada, liderada por Eugênio Jardim, cunhado de Totó Caiado, entra na capital goiana com o objetivo de reconhecer os parlamentares alinhados com o movimento e empossar o terceiro vice-governador. Eis a Revolução de 1909.

No Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, escreve Lena, a briga nos bastidores do Congresso Nacional é para saber quem serão os reconhecidos e os degolados. A disputa antagoniza o presidente da Câmara dos Deputados – que igualmente presidia a Comissão de Verificação de Poderes –, deputado Carlos Peixoto, simpático à causa de Xavier de Almeida; e o senador Pinheiro Machado, ligado a Leopoldo de Bulhões. Ao final, vence a tese do reconhecimento de dois deputados federais de cada facção anhanguerina, o que significa uma vitória bulhonista. Entre os reconhecidos, encontra-se o “bulhonista” Antônio (Totó) Ramos Caiado, “cuja estrela política entrava em ascensão,” assevera a autora.

Derrotada pelas armas, a grei xavierista pede intervenção federal no estado ao adoentado presidente Affonso Penna – inimigo de Leopoldo de Bulhões, segundo Carone –, que incontinenti

22 *Ibidem*, p. 190.

determina o envio de tropas do Exército a Goiás. Entretanto, poucos dias depois, o citado presidente falece, assumindo o vice Nilo Peçanha, que convida Leopoldo de Bulhões a reassumir o Ministério da Fazenda. As forças federais, enfim, chegam à capital goiana, mas a revolução já era fato consumado.

Lena aproveita para, ao final desse capítulo, narrar o casamento, em 17 de agosto de 1909, de Totó Caiado, 35 anos, com Maria Adalgisa de Amorim (Mariquita), de 22, vergôntea de tradicional família goiana, com ancestralidade na linhagem Sócrates e Fleury. Desse enlace, que durou mais de meio século, nasceram onze filhos, alguns com a mesma verve política do pai.

A hegemonia do Partido Democrata até 1930

No dia 10 de janeiro de 1909, na residência de Arnulpho Caiado, localizada na Praça da Matriz, na capital de Goiás, realiza-se o conclave fundacional do Partido Democrata. Entre os presentes, o líder político de maior expressão é, sem dúvida, Leopoldo de Bulhões, ex-ministro da Fazenda, que visita sua terra natal após sete anos de ausência. Além dele e de Totó Caiado, chama a atenção a presença do jovem Pedro Ludovico. O evento representa a única reunião partidária em que os três oligarcas sucessivos (Leopoldo de Bulhões, Totó Caiado e Pedro Ludovico) encontram-se congregados. A melhor periodização da política de Goiás reforça a dimensão do singular acontecimento: i) ciclo bulhonista (1878– 1912); ii) ciclo caiadista (1912–1930); e iii) ciclo ludoviquista (1930 – novembro 1964). A coincidência entre os ciclos bulhonista e ludoviquista não se resume ao tempo de 34 anos, mas também, respectivamente, à ocorrência de um hiato, em ambas as fases: período de Xavier de Almeida (1901-1909) e consulado de Coimbra Bueno (1947-1950).

Içado ao poder pelas armas em maio de 1909, o Partido Democrata permanecerá ininterruptamente no governo até ser abatido por outra insurreição, a de 1930, essa de caráter nacional. Em 1912, irrompe uma crise na legenda que afasta os bulhonistas e os jaimistas e enfeixa o comando nas mãos dos cunhados Eugênio Jardim e Totó Caiado e, ainda, de Sebastião Fleury Curado. Este, porém, dois anos depois (1914), rompe com a dupla de parentes e abandona a agremiação. Em meados de 1926, ante a morte de Eugênio, o controle passa a ser exclusivamente de Totó. A partir daí, consolida-se definitivamente a expressão “caiadismo”.

Nos 21 anos da hegemonia democrata, ocorreram cinco eleições para governador (1913, 1917, 1921, 1925 e 1929) e, em nem uma delas a oposição apresentou candidato, o que avulta a pujança da sigla situacionista. Dos governadores do período, apenas dois cumpriram integralmente os seus mandatos: João Alves de Castro (1917-1921) e Brasil Caiado (1925-1929). Lena menciona, ainda, Miguel da Rocha Lima. Todavia, ele na verdade elegeu-se vice-governador e, em 1922, assumiu, com a renúncia de Eugênio Jardim.

Abre-se novamente um parêntese na leitura de *Poder e Paixão* para uma rápida exposição – pelos autores deste texto – sobre a oposição e as eleições parlamentares. No plano legislativo, particularmente na representação goiana no Congresso Nacional, aconteceram na fase democrata sete sufrágios (1912, 1915, 1918, 1921, 1924, 1927 e 1930). Nos quatro primeiros, a sigla manteve o costume anterior de reservar uma vaga para a minoria na Câmara dos Deputados, comprovada pela presença parlamentar de Marcelo Silva (1912 e 1915), Tullo Hostílio Gonzaga Jayme (1918) e Artur Napoleão (1921).

Entretanto, em 1924, tal tradição é quebrada, sob a alegação de não existir “oposição alguma” no estado. Mas, mesmo quando

ela passa a formalmente existir, em 1927, diante da fundação do Partido Republicano de Goiás, o costume não repristina. Apenas a justificativa sofre uma leve alteração: agora a sigla antigovernista não teria “quociente eleitoral de representação da minoria”, ou seja, votação proporcional suficiente. (cf. *O Democrata*, Goyaz, 1º de setembro de 1928).

Ainda, nesse parêntese, ressalte-se: é nessa perspectiva que se deve interpretar a missiva escrita por Colemar Natal e Silva e endereçada a Totó Caiado em 1929, extratada no livro: “A pretensão e o ‘placet’ de que tratam a carta do nosso comum amigo, Dr. Vianna, se referem ao meu desejo e à possibilidade de urna livre para a disputa do 4º lugar da chapa, no próximo pleito.”²³ Em outras palavras: Colemar não queria integrar, na eleição de março de 1930, a chapa do Partido Democrata, mas sim disputar a vaga hipoteticamente reservada à minoria (“quarto lugar da chapa”). Em caso similar, envolvendo Joviano de Moraes em 1924, a imprensa governista ironizou o pleito: “o ex-candidato queria um lugar vago, ou queria a simpatia do partido, ou queria um lugar na chapa – que é tudo a mesma coisa.” (cf. *O Democrata*, Goyaz, 14 de março de 1924).

Finalizando a intervenção destes autores, acrescente-se ainda que no bicameral Congresso Legislativo Estadual, o roteiro seguiu mais ou menos a mesma lógica do da esfera federal, com uma variação: a participação oposicionista não foi renovada a partir das eleições de 1920, e não 1924. No entanto, é imperioso assinalar que, no sufrágio de setembro de 1920, a legenda democrata apresentou inicialmente chapa incompleta (18 candidatos, dos 24 possíveis para a Câmara, e 5 das 6 cadeiras em disputa para o Senado). Como a minoria absteve-se de registrar seus postulantes, sobretudo por seu estado caquético após a morte do

23 *Ibidem*, p. 413.

ex-governador Francisco Leopoldo Jardim e o posterior fechamento do jornal *Goyaz* – de circulação ininterrupta desde 1885 –, os governistas complementaram então sua lista, preenchendo integralmente todas as vagas em disputa.

Apesar de Totó Caiado ter exercido quatro mandatos de deputado federal (de 1909 a 1921) e dois de senador da República (1921 a 1939, suspenso pela Revolução de 1930), isso não significa a superioridade dos cargos federais sobre o de governador. Tal leitura parece inverossímil. Em abono ao afirmado, vale recordar que Urbano Coelho de Gouvêa (por duas vezes), Eugênio Jardim, Xavier de Almeida, Olegário Pinto e Alfredo de Moraes renunciaram às suas respectivas cadeiras no Congresso Nacional para assumirem a chefia do Executivo de Goiás.

Nuvens no horizonte e a borrasca anunciada

O primeiro capítulo da parte 4 (“Nuvens no horizonte”) de *Poder e Paixão*, aborda a figura de Brasil Ramos Caiado, filho do casal Torquato e Claudina, e irmão de Totó, embora quase vinte anos mais moço. Médico formado em São Paulo em 1920, Brasil casou-se com a jovem paulista (de Campinas) Noêmia Rodrigues, com quem teve onze filhos. Foi eleito governador de Goiás em 1925 e senador da República em 1930.

A posse de Brasil, em 14 de julho de 1925, apesar de muito concorrida e até inusitadamente filmada por Aristides Junqueira – avô e homônimo do futuro Procurador-Geral da República (1989-1995) –, ocorreu em circunstâncias dramáticas, em razão da ameaça de invasão da capital goiana pelos integrantes da Coluna Prestes.

A esse respeito, no envolvente capítulo intitulado “Caminhos sem fim”, Lena descreve pormenorizadamente as duas passagens dos comandados de Luís Carlos Prestes por Goiás, sem

prejuízo da reação gestada pelo tenente honorário do Exército, Totó Caiado, e seu sobrinho, Aguinaldo Caiado de Castro – no futuro, general e senador da República. Ainda nessa mesma parte, já que cronologicamente inserido também no primeiro ano do governo Brasil Caiado, a historiadora analisa os trágicos acontecimentos perpetrados no povoado de Lagolândia, em Pirenópolis, envolvendo Benedita Cypriano Gomes, conhecida como Santa Dica, em que seis de seus seguidores foram mortos em tiroteio com as forças militar estadual, outros seis feridos e 83 presos, além de número indeterminado de policiais com ferimentos diversos.

Outra crise eclodida no governo Brasil – e iniciada publicamente na edição de 07 de maio de 1926 do jornal *O Democrata*, de propriedade de Totó Caiado –, foi o conflito com o poder Judiciário, esquadrinhado por Lena no capítulo “Tramas e urdiduras”. A desinteligência desencadeou a solicitação de intervenção federal ao presidente da República, assinada por quatro dos cinco desembargadores. O pleito não vingou, mas contribuiu decisivamente para que o governador seguinte não fosse da família Caiado – tal qual foram os eleitos anteriormente (Olegário Pinto, João Alves de Castro, Eugênio Jardim e o próprio Brasil) –, além de reorganizar a oposição, que encontrava-se desarticulada desde 1920, “em escala estadual”.

É necessário ressaltar, entretanto, que o Partido Republicano de Goiás (PRG), criado em novembro de 1927, na capital goiana, era uma legenda de dimensão estadual, e não simplesmente municipal, a congregar três tendências: bulhonismo, magistratura e dissidências do Partido Democrata de várias localidades, a exemplo de Itaberaí, Itumbiara, Luziânia, Pirenópolis, Rio Verde e da própria Cidade de Goiás, dentre outras).

Atente-se que esse PRG não pode ser confundido, como aparentemente defendido no livro, com o Partido Republicano

Independente, organizado em Rio Verde em 1924 pelo senador estadual (dissidente) Antônio (Totonho) Martins Borges, sogro de Pedro Ludovico. Tal partido, de caráter meramente local ou, quando muito, da região Sudoeste de Goiás, teve vida fugaz, atestada pela efemeridade de seu órgão de propaganda, o jornal *O Sudoeste*. O real alcance da citada sigla sudoestina, e mesmo dos acontecimentos sucedidos da respectiva zona nos anos 1920, precisam ser melhor compreendidos, sobretudo por suas implicações futuras, inclusive relativas à transferência da capital goiana. Não por outro motivo, que a legenda rio-verdense é esquadrinhada no livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (UFG, 2013 e 2018 – 2ª ed.), do segundo autor da presente resenha.

A despeito de todo esse ambiente conturbado, a historiadora não se esquece de descrever uma série de realizações empreendidas no governo Brasil Ramos Caiado, a começar pela criação do serviço sanitário e do fortalecimento das Faculdades de Farmácia e Odontologia, fundadas sob a sua liderança, registre-se. A gestão do primeiro médico a assumir a chefia do Executivo de Goiás foi concebida sob binômio “Instrução e Viação”. Isso explica a construção do belo prédio do Palácio da Instrução na antiga capital, recentemente “redescoberto” pela população, após a demolição de uma quadra que o ocultava, bem como a abertura de várias estradas.

Letras e flores e cartas a Consuelo

Finalizado o capítulo “A borrasca anunciada”, Lena fecha o primeiro volume com dois capítulos intitulados “Letras e Flores” e “Cartas a Consuelo”, que retratam a vida social da família Caiado: as festas, os saraus, os banquetes, o gosto pela literatura de Consuelo Caiado e o carinho da filha mais velha de Totó Caiado

pelo Gabinete Literário Goiano. Tais enfoques, que serão melhor detalhados no próximo ensaio, atinente ao segundo volume, no fundo, ressaltavam a supremacia cultural vilaboense em comparação aos demais municípios anhanguerinos. Por isso, o imortal Bernardo Élis gostava de lembrar que o vilaboense se sentia “um heleno entre bárbaros”.

Conclusão

Pela exaustividade e acurácia das pesquisas, rigidez metodológica e o notório saber histórico e cultural demonstrado, uma vez mais, por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, *Poder e Paixão: a saga dos Caiado* é uma obra maiúscula, talvez a maior do gênero já produzida em Goiás. Sua importância extrapola as fronteiras goianas. É um clássico da historiografia brasileira, escrito de forma literária não-ficcional por uma grande escritora.

Referências

AMORIM, V. A. J. de. *Pelo Sangue: a genealogia do poder em Goiás*. São Paulo: Baraúna, 2015. 310 p. il.

CAMPOS, F. I. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2003. 141 p. il.

FREITAS, L. C. B. F. de. 2009a. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Vol. 1. 523 p. il.

FREITAS, L. C. B. F. de. 2009b. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Vol. 2. 541 p. il.

MENDONÇA, J. G. C. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Ed. Vieira, 2013. 681 p. il.

MENDONÇA, J. G. C. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. 2. Edição. Goiânia: Editora UFG, 2018. 688 p. il.

MORAES, M. A. S. de. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1975, 325 p.

MORAES, M. A. S. de. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. 2ª Edição revisada. Goiânia: Kelps, 2018. 340 p.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 536 p.

ROSA, M. L. A. *Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da história política de Goiás – 1899-1909*. Goiânia: UCG, 1984. 176 p.

Gastão de Deus Victor Rodrigues – poeta e juiz de Direito –

Geraldo Coelho Vaz*

Gastão de Deus Victor Rodrigues é o Patrono da Cadeira número 06 da Academia Catalana de Letras, fundada por Cornélio Ramos e com a colaboração de Primo Neves da Mota Vieira, conhecido literariamente por Monsenhor Primo Vieira, e pelo poeta Júlio Pinto de Melo, no dia 18 de junho de 1973. Instalada no aniversário de Catalão, 20 de agosto do mesmo ano, com a solenidade de estilo e merecidamente, no Salão de festas



Gastão de Deus Victor Rodrigues

do Clube Recreativo e Atlético Catalano (CRAC), com a presença de autoridades e da sociedade catalana.

A Academia, pela Lei nº 42, de 26 de novembro de 1979, é reconhecida de Utilidade Pública Municipal, sancionada pelo então prefeito, Divano Elias da Silva e com a assinatura da

1 Geraldo Coelho Vaz, Presidente do IHGG

secretária, Shirley Horta Batista, lavrado às fls. 37 do Livro nº 9 de Registro de Leis Municipais.

É uma entidade cultural prestes a completar o cinquentenário de fundação. E ela está viva e participa de todos os acontecimentos culturais da cidade.

Todo esse preâmbulo é para dizer que eu sou sócio-fundador da Academia, e meu patrono é o catalano Gastão de Deus Victor Rodrigues, uma das figuras mais representativas da área literária de Goiás do início das duas primeiras décadas do século XX.

Nasceu na centenária cidade de Catalão, no dia 08 de março de 1883, filho de Francisco Victor Rodrigues e de Felicidade da Silveira Rodrigues.

Desse casamento entre Chiquinho Manco e dona Dadinha, como eram vulgarmente conhecidos por todos e, também, na intimidade familiar, nasceram 14 filhos, os quais, foram os primeiros catalanos a obter curso superior nas Universidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, antiga capital do Estado. Sua prole, pela ordem: Jozias Leopoldo, Maria Leopoldina, Arminda I, Alceu, Virgílio, Cristiano, Arminda Francisca do Amor Divino, Leopoldo Jozias, Benvinda Benildes Danaé, Zenaide Iluminata, Marietta, Isabel e Gastão de Deus. Desses filhos, 5 faleceram criança, Maria Leopoldina, Arminda I, Virgílio, Marietta e Isabel.

Dona Dadinha, muito virtuosa e religiosa, recebeu a morte dos filhos na primeira infância com resignação, ao contrário do marido que, muitas vezes, revoltado com o acontecimento, blasfemava da sua sorte.

O pai de Gastão (mesmo nome do avô), foi chefe político em Catalão, coronel da Guarda Nacional, nasceu no dia 03 de dezembro de 1830 e faleceu em sua terra natal, Catalão, em 16 de setembro de 1893, sempre preocupado com o progresso e

desenvolvimento de seu torrão natal, tanto que, em 1881, a pedido e encaminhado à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, escreveu a primeira história de Catalão de que se tem notícia, sob o título: *Descrição do Município de Catalão, Comarca do Rio Paranaíba*.

Ele era filho de Francisco José Rodrigues (Chico Manco) e de Messias Cartola de Souza, de tradicional família da cidade mineira de Paracatu.

Por ter o nome do pai, sem complexo ou preconceito, passou a ser chamado em Catalão e vizinhança de Coronel Chiquinho Manco.

As atividades do Coronel Chiquinho, em Catalão, prenderam-se inicialmente ao comércio em geral e, depois, percebendo a carência de uma botica (casa de manipulação de remédios), inaugurou a primeira e mais antiga farmácia do Estado de Goiás, em 1858, um ano antes da assinatura da emancipação política de Catalão.

A farmácia era localizada ao lado do majestoso sobrado da família Victor Rodrigues, que hoje não mais existe. E, para homenagear sua mulher, mãe extremada e responsável esposa, houve por bem, denominá-la *Farmácia Felicidade*.



Drogaria Felicidade e o sobrado da Família Victor Rodrigues (1950)

Com o falecimento do Cel. Chiquinho Manco, a farmácia passou a ser administrada por seu filho Alceu Victor Rodrigues.

Consta que, no ano de 1877, o casal Chiquinho Manco e Dadinha empreenderam viagem a cavalo com destino ao Rio de Janeiro, levando cerca de aproximadamente dois meses e, com eles, dois filhos mais velhos: Jozias Leopoldo e Alceu. Viagem dispendiosa e perigosa. Com eles, viajou o guia conhecedor do caminho, Antônio Cesar, empregado da família, marido de Jerominha, falecida na década de cinquenta do século passado, residia em frente à casa de Geraldo Gentil Aires e Virgínia da Silveira Aires, pais do escritor Aldair Aires e Nancy Silveira Aires.

Esse depoimento foi prestado por Jerominha ao Aldair e que tive o prazer de acompanhá-lo. A depoente era uma figura muito conhecida em Catalão, devido à grande quantidade de gatos, criados em sua casa.

Alceu Victor Rodrigues, que passou a administrar a Farmácia Felicidade, nasceu no ano de 1866, em Catalão e faleceu na mesma cidade no dia 11 de fevereiro de 1902. Iniciou seus estudos na cidade de seu nascimento. Em 1884, é nomeado delegado de polícia de Pouso Alto, hoje, Piracanjuba. Dois anos depois, deixa a delegacia e segue para o Rio de Janeiro, onde completa o preparatório e matricula-se na Faculdade de Farmácia. Em 1887, cola grau e segue para a cidade de Paracatu. Estabelece-se como farmacêutico e, em 1896, com o professor Júlio César de Melo Franco, passa a dirigir e redatoriar o jornal *O Paracatu* que circulou por um espaço de mais de 3 anos.

Jornalista e poeta, seus trabalhos literários encontram-se esparsos e publicados nos jornais mineiros, goianos, São Paulo e Rio de Janeiro.

O jornal *Folha do Sul*, dirigido pelo jornalista Honestino Guimarães, na cidade de Bela Vista de Goiás, traz, em março de

1905, trabalho póstumo de Alceu que intitula *Esboço Monográfico das águas termais de Caldas Novas*. Foi ele um dos primeiros a estudar o fenômeno das águas quentes daquela cidade goiana. Mais tarde, o editor Taylor Oriente publicou uma obra sobre as águas termais de Caldas Novas sob o título *As Fabulosas Águas Quentes de Caldas Novas*, coletânea, referindo-se às qualidades e vantagens dessa água medicinal, e nela, vê-se o trabalho do ilustre catalano.

Pelos seus trabalhos literários foi merecidamente designado Patrono da Cadeira número 08, da Academia Goiana de Letras, sendo seus ocupantes: Sebastião Fleury Curado (fundador), Joaquim Câmara Filho, José Lopes Rodrigues, Isócrates de Oliveira e Paulo Nunes Batista. Ainda, Patrono da Cadeira número 01, da Academia Catalana de Letras, sendo a fundadora e atual ocupante a escritora e atriz Marly Mendonça Netto Faiad.

Poeta responsável, muito preocupado com o espírito e movimentos filosóficos da Escola de Recife, filiou-se à Escola Condo-reira e era leitor de Victor Hugo e Tobias Barreto.

Um dos seus belos sonetos, elogiados por Victor de Carvalho Ramos (*Letras Goianas – Esboço Histórico*); Gastão de Deus Victor Rodrigues (*Páginas Goianas*); Veiga Netto (*Antologia Goiana*); Coelho Vaz (*Vultos Catalanos e Academia Goiana de Letras – história e antologia*); Gilberto Mendonça Teles (*A poesia em Goiás*) e, não resta dúvida, O Miosótis.

Então, vejamos:

*Tu lá lestes as baladas da Alemanha,
As lendas, as canções do velho Reno,
Onde é cada vaga como um tren,
Um poema de amor, de luz estranha?*

*Pois é lá, nessa terra que ele banha,
Que, entre as sarças de doloroso feno,
Fulge seu colo de lílaz sereno
E as outras flores em beleza ganha.*

*Pois, foi lá que a princesa enamorada,
Ao atirá-la ao turbilhão das águas,
Disse ao amante: — Vai buscá-la. Sim?*

*— Por certo, meu amor. Adeus, amada,
Morro por ti, e morrerei sem mágoas,
Mas, não te esqueças nunca mais de mim!*

Com o falecimento do farmacêutico Alceu Victor Rodrigues, seu irmão, o coronel Cristiano, assume a administração da Farmácia Felicidade e nela trabalhou por mais de sessenta anos. Transfere ao seu sobrinho professor José Victor Rodrigues, que se manteve à frente dos assuntos farmacêuticos até sua transferência residencial para a cidade mineira de Uberlândia no ano de 1950. Adquire a Farmácia Felicidade, o sobrinho-neto, João Netto de Campos II, onde encerra a dinastia e administração da referida farmácia. Ela foi adquirida por Oscar Lopes de Faria e esse, por sua vez, vendeu ao Sílvio Ribeiro, que atualmente dirige o estabelecimento farmacêutico. Hoje, passado mais de século e meio de existência, a farmácia, com o prédio ampliado e melhorado, continua no mesmo local e com a denominação mudada para Drogaria Felicidade.

Cristiano Victor Rodrigues, conforme seu sobrinho José Victor Rodrigues, na *Gazeta do Triângulo*, Araguari, 20 de agosto de 1959, “iniciou seus estudos na Politécnica do Rio, mas, por motivos alheios à sua vontade, não pôde terminar o curso de Agrimensura”.

Outro irmão de Gastão de Deus que deixou seu nome na lembrança histórica de Goiás foi o médico Jozias Leopoldo Victor Rodrigues, que nasceu em Catalão, no dia 25 de fevereiro de 1862. Iniciou seus estudos na cidade de seu nascimento e prosseguiu em Paracatu, concluindo o preparatório e o normal. Seguiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, concluindo o curso e recebendo o diploma de médico no dia 22 de dezembro de 1884.



Jozias Leopoldo Victor Rodrigues

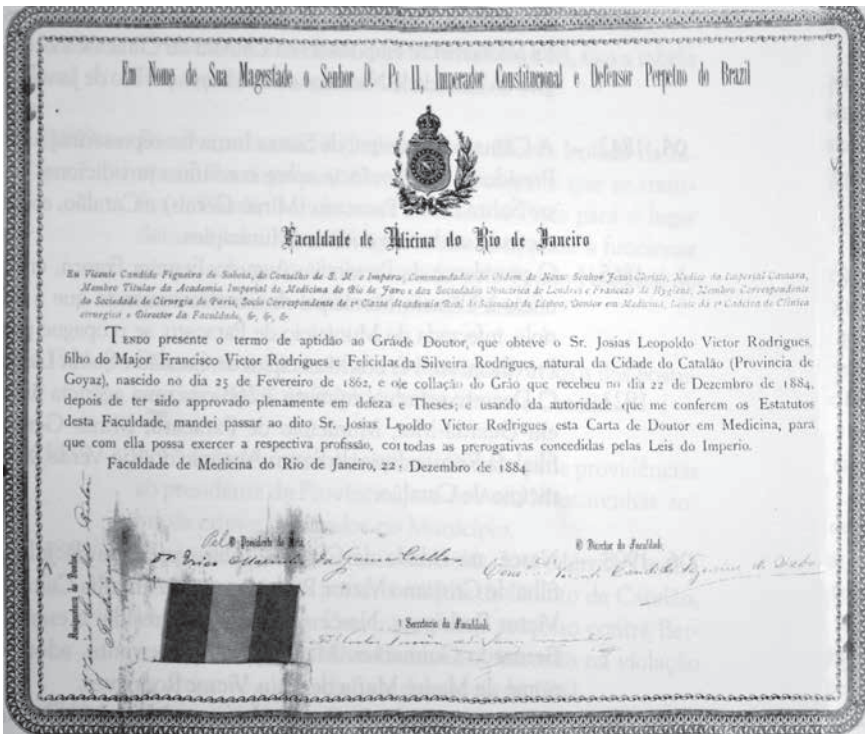
Conforme registro do professor José Victor Rodrigues, em artigo na *Gazeta do Triângulo*, Araguari (MG), em 22/08/1959, sob o título *Chiquinho Manco*, relata que:

Francisco Victor, homem de fé e vontade firmes conseguiu anos após, sob a presidência do imperador Dom Pedro II, que cochilava durante sua colação de grau, receber Jozias o título de doutor em Medicina.

Regressa a Catalão, passa a clinicar na cidade e, no dia 25 de abril de 1885, *O Correio Oficial* da Província de Goiás, publica que

“o doutor Jozias Leopoldo Victor Rodrigues, formado pela Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, abriu em Catalão, sua cidade natal, uma clínica médica cirúrgica. Tabela de preços: receita ou prescrição escrita, 4\$ 000, e

mais de duas receitas terá abatimento. Visitas dentro da cidade durante o dia 1\$000, à noite 2\$000; à noite após às 10 horas 5\$000. Povoação circunvizinhas: de cada uma légua, só de ida, durante o dia, 8\$000: de cada légua, só de ida e de noite 12\$000. Estada: pelas primeiras três horas, não pagamento e de cada hora que exceder, 1\$000. Operações: conforme importância e êxitos delas. Serviços de indigente serão grátis nos dias 25 de fevereiro (aniversário do médico); Sexta-feira da Paixão; 20 de agosto (aniversário de Catalão) e 25 de dezembro (Natal).”



Diploma outorgado ao primeiro médico nascido em Catalão,
Jozias Leopoldo Victor Rodrigues

Depois de clinicar na sua cidade natal por alguns anos, transferiu-se para Sacramento, Minas Gerais, onde exerceu a profissão até os últimos dias de sua existência.

O doutor Jozias Leopoldo Victor Rodrigues é o primeiro filho de Catalão a ter diploma de médico. Filho que deixou sua marca como figura humanitária, caridosa, social e que sempre promovia no salão do majestoso sobrado, conferências e debates sobre variados temas, que terminavam em declamações, músicas e noites dançantes.

O nosso desejo é ressaltar, nesta introdução, a importância da família e descendentes de Chiquinho Manco na elevação cultural da cidade de Catalão e, também, mostrar que no final do século XIX e início do século XX a família Victor Rodrigues contribuiu para que o homem inculto do interior, pudesse, inclusive, conhecer a luz do conhecimento humano.

Desta feita, mostrar o ambiente cultural em que viveu o filho caçula, o jovem Gastão de Deus Victor Rodrigues, que iniciou seus estudos em Catalão e, com dez anos de idade, seguiu para a cidade mineira de Paracatu e cursou o Grupo Escolar e diplomou-se na Escola Normal daquela cidade.

Retorna a Catalão e foi professor particular de seus primos, Mário de Cerqueira Netto (Nhôzico), João de Cerqueira Netto e Felicidade de Cerqueira Netto (Yayá).

Em face do seu valor cultural, Gastão de Deus, também na intimidade, conhecido por *Vozico*, era um homem culto e que gostava das letras, das artes e reconhecido jornalista.

No ano de 1901, transfere-se para a cidade mineira de Uberaba, onde passa a lecionar e exerce o jornalismo no tradicional *Lavoura e Comércio*, publicando artigos e, também, seus poemas.

Dois anos depois, deixa os gerais mineiros com destino a Vila Boa, aceita a nomeação de praticante da Secretaria de Finanças do Estado de Goiás.

Frequenta a biblioteca do Gabinete Goiano e participa com amigos dos saraus familiares, com declamações e serestas nas “noites claras de luar”.

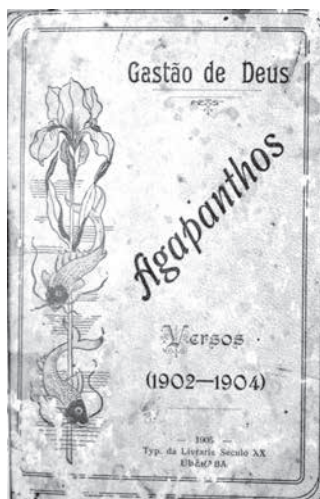
Em 1904 matricula-se na Faculdade de Direito e é removido para a Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública e ano seguinte, publica *Agapantos*, versos escritos em 1902/1904, pela Editora e Tipografia da Livraria Século XX, Uberaba – Minas Gerais.

No dia 19 de janeiro do mesmo ano, Gastão de Deus foi recebido em Catalão com festas pela sua família, improvisaram um sarau para comemorar o lançamento do livro no sobrado construído pelo seu pai, Coronel Chiquinho Manko, ora pertencente ao filho e irmão, Coronel Cristiano.

Conforme depoimento da prima do poeta, Dagmar Netto Vaz, mulher do Coronel Getúlio Vaz, o autor distribuiu o livro aos parentes e convidados. Muitas poesias já tinham sido publicadas no jornal catalano *Goyaz-Minas*, primeiro periódico a se estabelecer na cidade e que teve duração de quase três anos, nos idos de 1903.

Em Vila Boa, capital do Estado de Goiás, foi professor de Metodologia e Pedagogia na Escola Normal e designado professor de Literatura e Lógica no Liceu de Goiás.

A segunda turma da Academia de Direito, que em sessão solene, cola grau a 16 de dezembro de 1906, precisamente um ano após a formatura da primeira, teve como paraninfo o advogado e



político, Sebastião Fleury Curado, e os bacharelados Gastão de Deus Victor Rodrigues, Augusto Ferreira Rios, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Raimundo Pinto de Castro e João Avelino de Trindade, receberam os diplomas, sendo que Luiz Couto foi escolhido orador da turma.

Dos cinco bacharéis em direito, três deles, Gastão de Deus, Augusto Rios e Luiz do Couto seguiram com brilhantismo o caminho da justiça, nomeados juízes de Direito e reconhecidos poetas, que deixaram seus nomes ligados à literatura brasileira, principalmente, destacados vates do Brasil Central.

O professor Gastão, figura franzina e de porte elegante, paraninfa os formandos na Escola Normal de Vila Boa, logo em seguida, retorna à cidade de seu nascimento, nomeado delegado de polícia de Catalão, permanecendo poucos dias e exonera-se do cargo.

Retorna a Paracatu em 1907, contrai núpcias com Leonor Pimentel Ulhôa, de tradicional família mineira.

No final da década de sessenta do século passado, graças à gentileza de Dilênia, filha do casal, entrevistei dona Leonor, já acamada, contou-me que era míope, abria a janela de seu quarto, ao ouvir a flauta tocada por Gastão e assim se conheceram, assim se enamoraram e assim se casaram no ano 1907.

Dessa união, tiveram os seguintes filhos: Dilênia, Manoel, Alcir, Donizete, Gastão e Norita.

Dois anos após seu casamento, funda e dirige em Paracatu o jornal *O Paracatuense*, órgão político, noticioso, literário e agrícola, existindo até o ano de 1912. Defendia o semanário a facção política chefiada pelo médico Sérgio Gonçalves Ulhôa.

Gastão de Deus retorna a sua cidade natal, advoga e exerce a profissão de professor, ministrando aulas particulares aos seus conterrâneos.

No ano de 1914, é nomeado para instalar a Comarca de Anápolis, efetivando as solenidades em 15 de abril de 1915, e exercendo o cargo de Juiz de Direito até a sua prematura morte naquela cidade, em 17 de abril de 1917, onde foi sepultado.

Alguns meses antes de seu falecimento, em 1917, recebeu da Tipografia Pauliceia, São Paulo, *Páginas Goyanas*, livro em que, na primeira parte, faz estudos dos principais vultos literários de Goiás e, na segunda parte, sob o título *Traços Multicores*, seleciona alguns contos de sua autoria.

Gastão de Deus além de poeta, jornalista, professor e contista era um excelente músico. Virtuoso flautista, sempre apresentava nos encontros culturais de Catalão, Vila Boa e Paracatu.

Foi introdutor do conto em Goiás, ao lado de Hugo de Carvalho Ramos, autor de *Tropas e boiadas*, que também veio à luz, em 1ª edição, 1917, no mesmo ano em que Gastão publicou seus contos em *Páginas Goyanas*.

Agapantos, dedicado a seu irmão, Cristiano Victor Rodrigues, tem um belo prefácio do poeta nascido em Jaraguá, Augusto Rios.

O prefaciador enaltece o valor literário do poeta catalano: *a bela e auspiciosa estreia e que deve desfraldar aos quatro cantos do país o pavilhão rutilante de teu primeiro triunfo literário*.

Muitas das poesias de Gastão são belas, inspiradas, elegantes, bem trabalhadas e buriladas, tornando-as mais eloquentes e criativas.

Senão, vejamos em *Ave Regina*:



*Quando ela passa donairoso, altiva,
Nas formas gregas ressumbrando a graça
Meiga e formosa, quando às ruas passa,
Todos murmuram num só tempo: Diva!*

*A' rutilância de seus olhos, viva,
Onde ao dulçor a candidez s'enlaça
Quando ela às ruas gravemente passa,
Curva-se pasma a multidão cativa!*

*E se sigo na ebriez do aroma
Da sua longa e undiflava coma,
Pela mesma via em que, a sós, caminha,*

*Ante a grandeza que em seu ar impera
Digo — Vassalo de rainha austera:
“Ave, Regina! Soberana minha!”*

A respeito de *Ave Regina*, Augusto Rios, no prefácio, diz textualmente:

Poucas vezes tenho lido um soneto como este, e quem assim canta, sendo ainda tão jovem agora, é de crer-se, deve ter também o voo altivo e ousado como quem irá se assentar no cimo do Parnaso, no pináculo da glória.

Agapantos é um livro modesto no formato, precioso no cuidado que o autor teve para alcançar o estilo pomposo do lirismo e de apuro na linguagem.

Honestino Guimarães, no seu jornal *Folha do Sul*, Bela Vista de Goiás, 08 de abril de 1905, refere-se ao poeta catalano que sobre a sua mesa de trabalho encontra-se o mimoso livro *Agapantos*, com que Gastão de Deus, talentoso poeta goiano, fez sua estreia triunfal.

Trata-se de um livro bem trabalhado, enfeixa poesias parnasianas à moda do início do século passado. Quase todas elas escritas em Vila Boa, antiga capital de Goiás e em Catalão, sua terra natal. Poesias feitas com todo carinho com rimas ricas e métrica invejável.

O livro *Páginas Goyanas* é dividido em duas partes: a primeira, *Parnaso Goyano*; e a segunda, *Traços Multicores*.

A primeira parte da obra de Gastão, ele oferece ao leitor uma trabalhosa pesquisa, que levanta vida e obra de vinte e dois poetas goianos.

O crítico literário, professor e poeta, Gilberto Mendonça Teles, na sua obra *A poesia em Goiás*, afirma:

Na primeira parte desta obra, de que nos estamos constantemente valendo neste estudo, o autor discorre, criticamente, sobre os principais representantes de nossas letras, na poesia: trata-se de um belo trabalho, a começar com o prefácio, através do qual nos chegam valorosas informações sobre os poetas da época.

Todos os historiadores e pesquisadores que escreveram sobre a literatura brasileira, feita em Goiás, foram obrigados a consultar essa obra importante de Gastão que, infelizmente, foi lançada há mais de cem anos e trata-se de obra rara e edição esgotada.

Na segunda parte do livro, *Traços Multicores*, o autor publica 14 contos de sua autoria, cada qual dedicado às pessoas de sua família e também aos amigos e escritores de sua convivência.

O escritor Veiga Netto, com sua *Antologia Goiana*, publicada pelas Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, em São Paulo, em abril de 1944, recebeu o prêmio da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, criada pelo decreto nº 475, de 25/03/1943, pela Prefeitura Municipal de Goiânia,

confessa que bebeu da fonte histórica da obra de Gastão de Deus, recolhendo os subsídios necessários para a realização de sua obra.

Gastão de Deus Victor Rodrigues, conhecido no ambiente familiar como *Vozico* deixou um legado importante para a pesquisa histórica do Brasil e de Goiás com obras que orgulham a nossa Pátria e a nossa querida e centenária Catalão.

Referências

BORGES, Humberto Crispim. *Retrato da Academia Goiana de Letras*. Editora Oriente. Goiânia, 1977.

CAMPOS, Maria das Dores. *Gente nossa*. Gráfica de Goiás e Editora do Cerne. Goiânia, 1985.

NETTO, Veiga – *Antologia Goiana*. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo-SP, 1944.

RAMOS, Victor de Carvalho. *Letras Goianas – Esboço Histórico*. Editora J. Câmara e Irmãos. Goiânia, 1968.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Ed. da UFG. Goiânia, 1964.

TELES, José Mendonça. *Dicionário do Escritor Goiano*. Ed. Kelps. Goiânia, 2011.

VAZ, Coelho. *Academia Goiana de Letras (história e antologia)*. Ed. Kelps. Goiânia, 2008.

_____. *Vultos Catalanos*. Ed. Kelps. Goiânia, 2009.

Revista Portal Vip – 92º. Edição de agosto - Ano X - 2015. Catalão-GO.

A pandemia de um novo caos*

*Elizabeth Abreu Caldeira Brito***

A doença do século, Covid 19, provocada por um novo coronavírus, de alto grau de contágio, foi identificada em dezembro de 2019 em uma das 23 províncias da China: Hubei, cujo nome significa “norte do lago”, (por sua localização ao norte do lago Dongting).

Em um ano a doença se alastrou pelo mundo. Foi diagnosticada em 191 países/regiões. Ceifou a vida de quase dois milhões de pessoas, nos quatro cantos do planeta. Cerca de 5 mil pessoas morreram por dia, 35 mil por semana e 150 mil por mês. Um dos países de maior contaminação foi o Brasil. Em março de 2020 faleceu a primeira vítima brasileira da doença, na cidade de São Paulo. A partir daí, mais de 200 mil pessoas morreram. A quantidade de perdas de vida só é maior nos Estados Unidos, com mais de 375 mil óbitos.

Os descasos com a saúde pública por parte dos poderes constituídos, os desencontros de informações, ingerências, atritos políticos, falta de conscientização das pessoas (no que se refere à própria proteção, quanto ao uso de máscara e ao distanciamento social, condições fundamentais para evitar a proliferação de

* Texto atualizado. Antes foi publicado (em partes) nos Boletins 2020 do IHGG e na Coleção *Retalhos do Caos: Reflexões da Covid 19*.

** Sócia Titular, Cadeira nº 7 - 2ª Vice-Presidente do IHGG.

contágios), fizeram com que o Brasil galgasse o ápice, na escala de contaminação aumentando, consideravelmente, o número de casos confirmados: 7.619.200, de acordo com dados atualizados em dezembro de 2020. O final do “ano da Covid 19” é marcado com o surgimento de uma nova cepa do coronavírus. Essa segunda onda surge com maior grau de transmissibilidade, de acordo com especialistas, ao tempo em que se inicia a fase de imunização da população mundial, em janeiro de 2021.

A Organização Mundial da Saúde, por meio de seu diretor-executivo Michael Ryan, alerta que em função da falta de estrutura das nações, no que se refere à ciência, a comunicação, ao treinamento e a logística, ficou evidente a falta de preparo dos países. Afirma que no futuro as pandemias podem ser, ainda, mais letais. Pondera que essa não foi o “*big one*”. Ao contrário, seria um sinal para a urgente necessidade de se investir nos quesitos: científicos, de comunicabilidade, de treinamento e de gestão. Adverte, sobretudo, da fragilidade das nações. Para ele: “*o planeta é frágil, há muita complexidade e conectividade, e temos que trabalhar juntos, pois podem haver pandemias mais severas no futuro*”.

Vale ressaltar que a pandemia causada pela Covid 19 não é a única na história das civilizações, a provocar milhares de mortes pelo mundo. Desde os tempos mais remotos a humanidade é acometida por doenças endêmicas e/ou pandêmicas, que alteraram os destinos da humanidade.

Precedentes do Covid 19

A História registra, especialmente, *cinco pandemias que assolaram o planeta*: a Peste bubônica, a Varíola, a Cólera, a Gripe Espanhola e a Gripe Suína (H1N1).

A Peste Bubônica (considerada a causadora da Peste Negra) é transmitida por uma bactéria. Pode ser disseminada por pulgas ou roedores infectados. Calcula-se que, no Século XIV, a Peste

Negra (originada da Peste Bubônica) dizimou cerca de cem milhões de pessoas. A Varíola, que assolou o planeta há mais de 3000 anos, foi erradicada em 1980, após campanha maciça de vacinação. A Cólera, devido às mutações da bactéria responsável por sua transmissão, continua vitimando pessoas por todo o universo. Em 1817 houve uma epidemia global, ocasionando a morte de milhares de pessoas. Proveniente de uma bactéria, ela ocorre com mais frequência em países subdesenvolvidos, por meio da água e alimentos contaminados. No Brasil, especialmente nas áreas mais desassistidas, houve vários surtos da doença, devido à falta de saneamento básico.

A pandemia da Gripe Espanhola, em 1918, foi causada por um vírus Influenza (tão mortal quanto a Covid 19). Infectou mais de vinte e cinco por cento dos povos. Ceifou a vida de cerca de 50 milhões de pessoas. Pesquisas relatam que o transatlântico *Demerara* transportou o vírus da Europa para o Brasil. O navio desembarcou infectados no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro. A primeira pandemia deste século se deu em 2009 com a Gripe Suína (H1N1). Originária no México, surgiu em porcos. Disseminou-se pelo mundo. Ceifou mais de 16 mil vidas. Nas terras brasileiras, o vírus infectou 627 pessoas.

Os reflexos do isolamento social

O caos, desta segunda pandemia, nos força a novos ritos devido ao confinamento, há tempos prorrogado. Impetrado pelos governos municipais e estaduais, a política de restrição de movimentação, visa conter o avanço da disseminação da doença. O cenário do novo normal, advindo desse distanciamento social continuado, nos torna reféns do isolamento, da segregação, da insegurança, de incertezas e de novos e inesperados rituais. São inúmeros os sentimentos e as emoções que nos assolam. Por não serem antagônicos, se completam. Mas, especialmente agora, as emoções negativas

são preponderantes. Essas, como todas as emoções, tem um papel a cumprir e uma mensagem a traduzir. Elas nos remetem a uma maior conscientização e ao estímulo à mobilização. Tornam-se, portanto, alarmes que norteiam ações e atitudes que não se deve subestimar.

De forma recorrente, surgem: angústia - devido às incertezas quanto à economia financeira do país e dos cidadãos; culpa - no sentimento de responsabilidade sobre um ato ou uma ação; desespero - diante da sensação de impotência quanto ao desemprego e abandono; estresse - frente aos desafios do novo e as exigências que mobilizam sentimentos de incapacidade de superação; frustração - na impotência quanto ao alcance de metas e de objetivos; luto - pelas vidas perdidas próximas e distantes; medo - por um futuro incerto; opressão - pela reclusão a que somos impelidos; preocupação - quanto à população excluída vítima da fome, do desemprego e da falta de assistência, tédio - pela falta de estímulo e de distrações e tristeza - perante essas sensações pessimistas.

Ampliando o nosso olhar, observamos, com atrocidade, que o Brasil, neste momento de emergência sanitária, está acéfalo de administradores capazes. O Ministério da Saúde trocou várias vezes o seu Ministro. Percebe-se o notório caos e a falta de parâmetros na condução do país. Um reflexo do *modus operandi* recorrente no Brasil: de improvisações, de déficit organizacional e de segurança pública, de falta de infraestrutura social e hospitalar e de políticas públicas voltadas para o bem comum.

Cética. Vislumbro apenas uma luz tênue no fim do túnel, na distante linha do horizonte. Caso sobreviva às emoções negativas, ao caos pandêmico e ao luto, quem sabe eu possa imaginar o futuro com políticas públicas de saúde, (exercitadas no imediatismo da crise atual) de segurança, de igualdades: sociais, raciais, de gêneros e de oportunidades. Enfim, uma democracia aos que herdarem um Brasil-pós-caos.

A imagem da modernidade nos arquivos de arquitetura

OS PROJETOS ART DÉCO NA CIDADE DE IPAMERI

*Gustavo Neiva Coelho**

É significativo e curioso no entanto que o art déco tenha sido o último estilo reabilitado pela crítica, talvez por ser o único a poder disputar com o racionalismo ortodoxo o pioneirismo da modernidade.

Luiz Paulo F. Conde

O objetivo deste trabalho é divulgar parte das investigações desenvolvidas dentro de um projeto maior de inventário e documentação da “arquitetura erudita”, ou seja, aquela produzida em decorrência da elaboração de projetos desenvolvidos por profissionais capacitados, no estado de Goiás, ao longo de sua história.

A documentação iconográfica relacionada a projetos de arquitetura em Goiás já é conhecida e se apresenta desde o século XVIII, com importantes exemplares representados pelos desenhos da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás, ou mesmo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do arraial de Traíras. O século XIX, se bem que de pouca produção arquitetônica, em termos de projetos e desenhos, cuidou de promover a paisagem urbana, dando uma imagem própria às cidades através

* Gustavo Neiva Coelho é professor universitário e sócio correspondente do IHGG.

dos *Códigos de Posturas*, que demonstram essa preocupação quando determinam, citando aqui as posturas da vila de Catalão, aprovadas em 1838, que:

Art. 1º - Na Villa do Catalão e povoações do município he permitido levantar cazas independente de licença da Câmara sendo o terreno próprio: os fiscaes empregarão toda cautella e vigilância para que os edificios que se construírem, sejam dentro do alinhamento e de hum projecto regular, attendo a maior ou menor possibilidade, e condição do proprietário. O infractor será multado em dous mil reis, além de ser compelido judicialmente a demolir ou reedificar o edificio.

Ou ainda, nas mesmas posturas, a exigência de que toda casa seja rebocada e caiada e que os muros além de caiados e rebocados, devem ser cobertos com telhas para que não se deteriorrem. Na vila de Entre Rios, atual cidade de Ipameri, o artigo 21 do Código de Posturas elaborado em 1874, exigia que:

As casas que de hora em diante forem edificadas nesta Villa, serão sustentadas com esteios de aroeira, ou madeira de lei, cobertas de telha, contendo nunca menos de 18 palmos de superfície da terra à linha do travamento. Ao infractor multa de 10\$000 além da pena de ser demolida a casa. Entende-se o madeiramento lavrado.

Ou ainda, nas posturas aprovadas em 1876, que em seu artigo 18, exigia que:

Todo aquelle que edificar ou reedificar cazas ou muros, não poderá fazel-o sem que o alinhador esteja presente, para alinhar, pagando-lhe o dono da obra a quantia de 1\$000, ao infractor multa de 5\$000 e o duplo na reincidência.

Não significa isso que não tivessem sido elaborados projetos ou mesmo riscos, para a construção de edifícios, nesse período. Vila Boa registra a existência de projetos para a construção de uma enfermaria militar e da escola de aprendizes militares, planos para reforma do quartel e do depósito de artigos bélicos, além de referência nos relatórios de governo, da existência de projetos elaborados para o mercado municipal e açougue da capital, além de edifícios para casas de câmara e cadeia em várias cidades do interior, sendo que desses, apenas o que foi elaborado para Porto Imperial, atual Porto Nacional, no estado do Tocantins, chegou até nossos dias.

É o século XX, entretanto, que, apropriando-se das formas desenvolvidas nos períodos anteriores, melhor contribuirá para a definição e preservação de uma imagem para as cidades, com a exigência de aprovação de projeto para toda e qualquer construção levada a efeito dentro da área urbana dos municípios.

Num primeiro momento – no decorrer da década de 1920 – são as cidades existentes ao longo da estrada de ferro as que melhor exemplificam essa forma de atuação, passando posteriormente para outras regiões do estado. Desse período, os projetos existentes apresentam invariavelmente as características da arquitetura eclética, com um requinte de decoração e mesmo de elaboração nos desenhos, próximos daqueles elaborados em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, como é possível observar em trabalhos de catalogação já publicados sobre a arquitetura produzida naqueles estados, em fins do século XIX.

No entanto, é na década de 1930 que o conceito de modernidade começa a freqüentar o discurso construtivo, com a arquitetura desenvolvida no estado de Goiás se aproximando da contemporaneidade nacional, com a construção da nova capital influenciando a elaboração de projetos em várias cidades do interior, e mesmo a modernidade apregoada pelo Governo Vargas

chegando ao sudeste goiano através da ferrovia e dos meios de comunicação facilitados pelos trilhos.

De acordo com Guimarães (2003, p. 54),

o surgimento em ampla escala dos meios de comunicação tais como as revistas e o cinema e o aprimoramento da publicidade foram os maiores responsáveis pela enorme difusão da linguagem visual *déco*. As fontes, os ícones e as ilustrações são altamente marcantes e fazem parte do imaginário das pessoas até hoje. Elas representam uma época dourada onde o vislumbamento dos novos tempos pareciam ter se concretizado.

Em termos de Arquitetura, a modernidade desse período, principalmente para essa região do estado de Goiás, se apresenta nas formas desenvolvidas e caracterizadas pelo Art *Déco*, que no litoral já se apresentava como a arquitetura representativa dos edifícios governamentais, tendo como principais exemplos os edifícios do Ministério da Guerra e da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, as agências dos Correios e Telégrafos e uma infinidade de edifícios escolares da rede pública, principalmente. Esse é um modelo arquitetônico que

quando se firma no cenário internacional, com suas linhas retas, fachadas limpas e sóbrias, provoca uma sensação de monumentalidade, independente das grandes dimensões e volumes exagerados encontrados na Arquitetura de outros períodos. Segundo Lia Rossi (1994, p.90), a decoração utilizando recortes escalonados, que passa a ser uma das características principais, tanto da Arquitetura quanto do objeto *déco*, busca como inspiração elementos da história da arte, como os zigurates, templos mesopotâmicos que remontam a quatro mil

anos a. C., ou ainda às pirâmides escalonadas construídas no Egito, por volta do ano 2.700 a. C. ou mesmo nos templos pré-colombianos do século X de nossa era (Coelho, 2000, p.21-22).

É assim que podemos observar a existência ainda hoje, em arquivos, tanto públicos quanto particulares, de uma infinidade de projetos, desenvolvidos no decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950, onde essa modernidade se sobressai, trazendo para as cidades, através do conjunto criado em suas ruas e praças, a imagem da modernidade e do progresso que colocariam Goiás no mesmo patamar que os estados litorâneos, ou mesmo igualando o Brasil aos países desenvolvidos da Europa e do norte do continente americano, representados pelas linhas arquitetônicas do art déco.



Fig. 01 – Edifício do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro



Fig. 02 – Edifício da Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro

Em Goiânia podemos ver projetos desenvolvidos para os vários edifícios públicos, tanto da esfera estadual quanto federal, elaborados com base nessa modernidade, como é o caso dos desenhos apresentados para a construção do Teatro Goiânia, Estação Ferroviária, entre muitos outros. Merece destaque também o projeto da sede do Departamento de Imprensa e Propaganda, atualmente ocupado pelo Museu Estadual Prof. Zoroastro Artiaga, elaborado por Kazimierz Bartoszenwski, que

inova quanto à utilização de grandes vãos e pela mobilidade dos espaços internos observados no projeto original, infelizmente modificado por ocasião da construção, fazendo com que muito de sua monumentalidade interna desaparecesse (Coelho, 1997, p.56).

Também edificações particulares, residenciais e comerciais se apresentam com tais características, na nova capital, sendo que

nesse período, algumas famílias com um poder aquisitivo mais elevado construíram suas residências com as características do art déco, todas no Setor Central e próximas ao centro do poder da Praça Cívica, mais especificamente nas ruas 16, 25 e Avenida Tocantins. Infelizmente a grande maioria dessas residências já desapareceu, restando um único exemplar, utilizado hoje como museu, a residência do fundador Pedro Ludovico, projetada e executada pela equipe do escritório Coimbra Bueno, ainda na década de 1930 (Coelho, 1997, p.52).

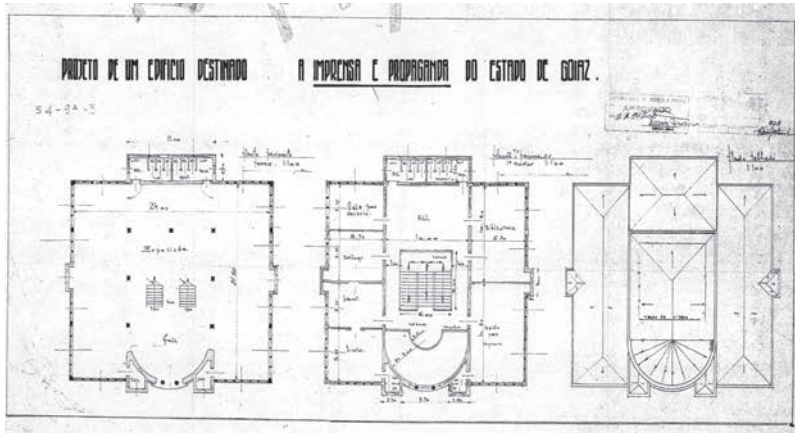


Fig. 03 – Projeto para o Departamento de Imprensa e Propaganda em Goiânia

Convém observar também que, por influência da capital, o bairro de Campinas, antigo povoado de Campininha das Flores, teve sua arquitetura de caráter tradicional substituída, quer pela ação de novas construções, quer por reformas nas fachadas de seus antigos edifícios, passando a se constituir de um núcleo com um representativo conjunto de edifícios déco.

Grande parte dos edifícios comerciais já existentes no setor, como farmácias, lojas de tecidos, oficinas mecânicas e mesmo açougues, tiveram, no decorrer da década de 1930, suas fachadas alteradas, com o objetivo de uma adaptação aos conceitos de modernidade em implantação na capital. E isso é possível ser constatado a partir do grande número de projetos de fachadas encontrados nos arquivos, tanto da prefeitura quanto do estado (Coelho, 2001, p.143).

No que se relaciona ao desenvolvimento dessa arquitetura, representativa da nova modernidade no interior do estado, o caso mais elucidativo é o daqueles projetos que participaram do concurso para construção do edifício da Prefeitura Municipal e Fórum da cidade de Ipameri, que infelizmente não apresentam a assinatura de seus autores. Convém observar que esse concurso, realizado durante a gestão do prefeito Dr. Gomes da Frota, interventor municipal nomeado por Pedro Ludovico, demonstra tanto a preocupação da municipalidade com as questões relacionadas ao progresso, quanto à modernidade representada pela construção de Goiânia e sua arquitetura.

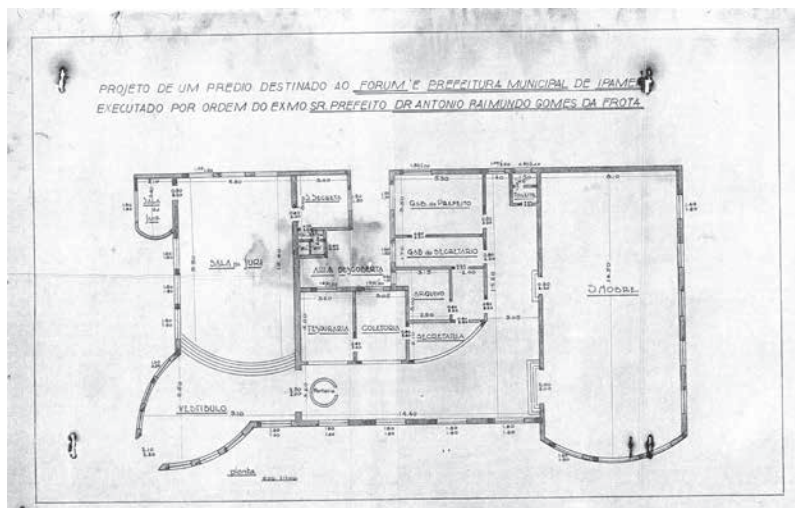


Fig. 04 – projetos para o concurso realizado em Ipameri pelo prefeito Gomes da Frota

Vários são também os projetos localizados em arquivos, relativos a edifícios comerciais, residenciais e mistos, unindo essas duas atividades. Projetos elaborados por escritórios goianos como o de Waldemar Leone Ceva em Ipameri, de José Amaral Neddermeyer, Eurico Viana e Geraldo Gonçalves, em Goiânia, ou mesmo de Richard Block, que apresenta desenhos datados de São Paulo, para a cidade de Ipameri e de Goiânia, para construções e reformas elaboradas no bairro de Campinas, na capital.

Igualmente na cidade de Catalão vários projetos foram localizados, documentando também aí a presença dessa preocupação com a modernidade e com a imagem de progresso de sua população. Anhangüera, Cumari, Goiandira e praticamente todas as cidades ao longo da ferrovia vão apresentar, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, uma produção arquitetônica voltada para esse estilo, com a construção de edifícios com grande valor e qualidade. Interessantes exemplos de mobiliário urbano, como

relógios, postes de iluminação e mesmo a urbanização de praças, comprovam o volume de obras desenvolvidas no período e que ainda hoje permanecem como registro.

O Departamento de Correios e Telégrafos comparece com seus edifícios vinculados aos Modelos Especiais desenvolvidos por sua equipe técnica, sendo as cidades de Goiandira, Ipameri e Pires do Rio contempladas com agências construídas segundo o *Modelo Especial – V*. O de Ipameri foi desenvolvido pela arquiteta Betina Kaisermann. Existe ainda uma cópia de projeto assinado pelo engenheiro Luiz Moura, com algumas alterações em relação àquele, apresentando apenas a planta baixa, tanto do pavimento térreo, destinado à agência, quanto do superior, onde se estabelecia o apartamento do agente.

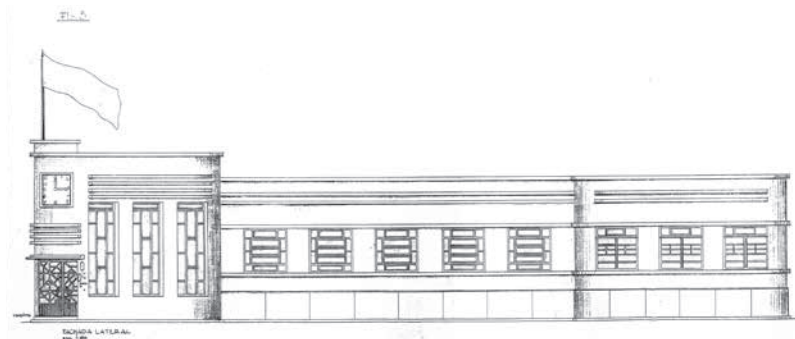


Fig. 05 – projeto para a sede dos Correios e Telégrafos de Ipameri

Dentre os projetos com características déco elaborados para Ipameri, os que mais se destacam são aqueles desenvolvidos para o concurso proposto pela Prefeitura Municipal, para sua nova sede. Não se sabe ao certo quantos projetos participaram de tal concurso, existindo, no entanto, cópias de três deles, em arquivo particular, na mencionada cidade. Quanto a sua autoria, provavelmente por exigência do concurso, nenhum deles

apresenta assinatura ou qualquer referência que possa identificar seu criador.

O primeiro desses projetos apresentado em três pranchas incorpora duas fachadas e planta baixa, onde é possível perceber toda a movimentação de composição e volumetria da fachada, com o uso de metais e vidros, além de elementos decorativos em relevo, com uso de uma horizontalidade marcante, equilibrada pela colocação de aberturas verticais. Em apenas um pavimento, apresenta-se ainda, em planta, toda a movimentação dos volumes da fachada convertidos em compartimentos, destinados principalmente à recepção e distribuição, já que o edifício deve abrigar, além da prefeitura, também o fórum.

Os outros dois projetos, mais sóbrios, não apresentam, como o primeiro, relação de composição e volumetria associando a planta às fachadas, sendo no entanto, mais detalhados no que se refere às possibilidades construtivas, apresentando cortes, planta de cobertura e detalhamentos de estrutura. Exibem os elementos próprios do *déco* apenas nas fachadas, com o uso de decoração escalonada, com um equilíbrio marcante e centralização do acesso. É interessante observar que tanto a palavra *Prefeitura* quanto *Fórum*, nos dois casos, utilizam fonte característica do período, que de certa forma, marcam ou identificam os títulos ou letreiros *déco*. A mesma tipologia pode ser encontrada na *Fundição Goiás*, que apesar de ser um galpão sem qualquer caracterização ou qualidade arquitetônica digna de nota, apresenta na fachada, além do letreiro, composição que lembra o *déco*.

Com essas características arquitetônicas podem também ser encontrados na cidade vários outros edifícios de uso público, como o Colégio Eduardo Mancini, o Banco Hipotecário de Minas Gerais – com a mesma composição e características encontradas na agência do mesmo banco, que existiu na cidade de Catalão

– além do edifício, na Praça da Liberdade, onde funcionou a segunda agência do Banco do Brasil, além de vários edifícios comerciais e residenciais, construídos durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, sendo Ipameri a cidade goiana onde esse modelo arquitetônico se estendeu por um período de tempo bem maior.

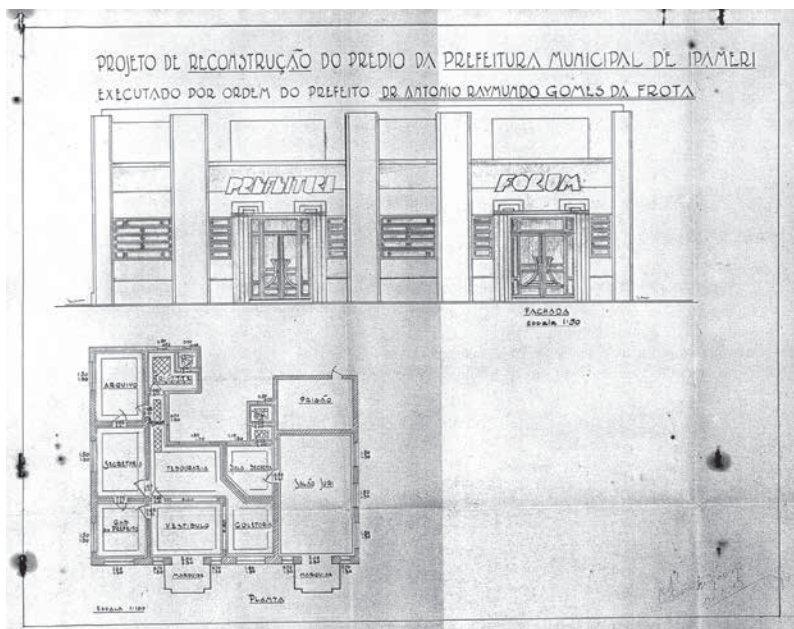


Fig. 06 – sede da agência do Banco Hipotecário

Dos vários profissionais residentes em Ipameri, que trabalharam na elaboração de projetos, o único a desenvolver propostas com características déco foi Wandemar Leone Ceva, que tendo atuado na década de 1920, com vasta produção eclética, chegou às décadas de 1950 e 1960 trabalhando também dentro dos conceitos do modernismo. Dono de uma versatilidade considerável, além de haver desenvolvido seus projetos sempre em consonância com o momento, atuou também na elaboração de

projetos de loteamentos, ordenamento urbano, e foi o responsável pelo levantamento cadastral da cidade, produzindo, na década de 1940, o melhor documento urbano da cidade.

Alguns projetos de Leone Ceva, com as características déco, já aparecem na década de 1930, como os desenvolvidos para as residências de Gustavo Leyzer, José Bernardo, ou os edifícios comerciais para José Antônio Mady e Ana Tomé. São edifícios onde os elementos decorativos com características déco aparecem nas platibandas, de forma escalonada tanto no sentido vertical quanto horizontal, além de frisos sobre portas e janelas.

Convém observar que, no decorrer da década de 1930, os melhores exemplares de edifícios com características déco, projetados e construídos em Ipameri, não foram elaborados por escritórios goianos, mas provenientes de São Paulo, como é o caso do edifício construído na Praça da Liberdade, por Múcio Vaz, com base em projeto do escritório de Richard Block. Esse mesmo escritório já havia elaborado alguns projetos ecléticos para residências na cidade, além de ser o responsável, como já foi visto, por algumas reformas em edifícios comerciais no Setor Campinas, na recém-fundada capital goiana.

Ainda com relação aos projetos de Leone Ceva, desenvolvidos na década de 1930, um dos mais antigos é o que foi elaborado como reforma para a residência de João de Brito, na Rua Padre Pezzutti, em 1936. Sendo o edifício original de características ecléticas, foram respeitadas sua volumetria e aberturas e acrescentados uma platibanda, elementos decorativos em relevo sobre as janelas e um alpendre lateral, com cobertura de laje plana e guarda-corpo vazado. Percebe-se nesse projeto a intenção do autor em promover mudanças no desenvolvimento de seu trabalho, sendo que ainda persistem as influências do que se exercitou durante praticamente uma década e meia. Na parte mais alta do frontão desse edifício aparece, em algarismos romanos, a data da reforma, prática bastante usual no ecletismo, que o déco aboliu.

Em 1940, Leone Ceva apresenta vários projetos desenhados por Dário Mesquita, com um padrão repetitivo de planta onde poucas alterações podem ser observadas. Fazem parte desse conjunto os edifícios residências pertencentes a Calixto Gebrim, José Emídio, Teotônio Rosa, Anacleto Ferreira e Adolfo Carneiro. As fachadas dessas edificações se apresentam divididas em três blocos, com aberturas centralizadas, sendo um deles utilizados pelo alpendre, onde a abertura é maior. Elementos decorativos se apresentam na parte superior da platibanda e na lateral, um pequeno portão de ferro fundido apresenta também elementos e desenho próprios do déco. As alterações em planta se resumem praticamente ao rebatimento da implantação no terreno ou mesmo uma ou outra alteração na disposição de cômodos, em especial os destinados ao setor de serviços.

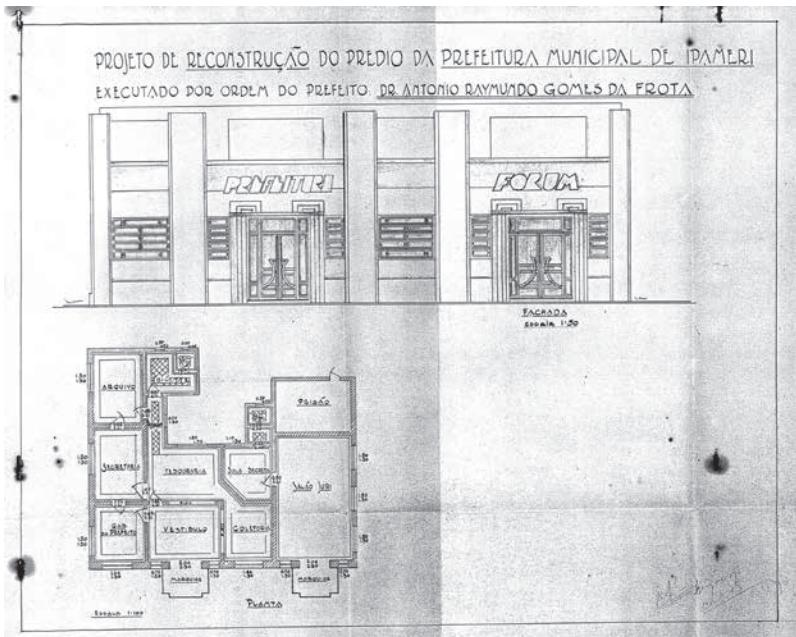


Fig. 07 – projetos de Leone Ceva com desenho de Dário Mesquita

No que se relaciona aos elementos decorativos próprios do *déco*, podemos ver esse modelo arquitetônico se organizando, de acordo com Margenat (1994, p.18), segundo três vertentes, em que em um primeiro momento temos o padrão construtivo vinculado à tradição histórica, utilizando elementos figurativos tradicionais; uma segunda corrente, em que predominam os elementos mais geométricos ou abstratos e uma terceira, em que predominam desenhos com linhas mais aerodinâmicas que buscam, de certa forma, um vínculo com a velocidade, que nesse momento da história representa todo um contexto de modernidade e visão futurista.

No caso da produção arquitetônica desenvolvida na cidade de Ipameri, com as características já mencionadas, vai ser a segunda dessas vertentes a que melhor ilustrará as edificações ali encontradas. Não são encontrados nessa cidade edifícios *déco* que utilizem em sua decoração nem os elementos figurativos tradicionais nem as linhas aerodinâmicas, sendo que com tendência mais movimentada, só será visto um dos projetos participantes do concurso para a sede da Prefeitura Municipal e Fórum, da década de 1930. No restante são, no mais das vezes, linhas geométricas, retas, com ângulos acentuados e relevos que podem tanto estar inseridos na decoração de portas e janelas quanto nas platibandas. Ilustram essa forma de representação, uma série de projetos elaborados com finalidade comercial, como oficinas, depósitos e pequenos empreendimentos e mesmo garagens para veículos.

De acordo com Bergallo e Tarán (1986, p.30), uma das grandes preocupações do *déco* é distinguir-se dos outros modelos arquitetônicos, particularizando-se através dos detalhes. Segundo esses autores, essa peculiaridade se evidencia principalmente nas fachadas, convertidas na parte mais importante do “objeto arquitetônico”, que superando a função meramente funcional, entendida por outros períodos como de delimitação dos espaços público e privado, passam a enfatizar um caráter muito mais expressivo, apresentando sua forma como sendo uma entidade cultural portadora de amplos e fundamentais significados.

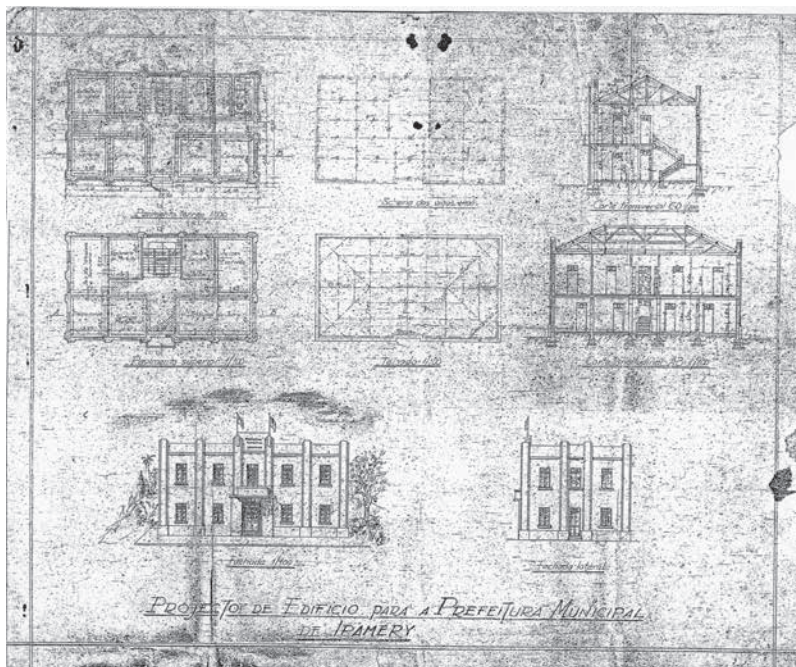


Fig. 08 – projetos de edifícios comerciais com elementos decorativos déco.

Bem característico da arquitetura ipamerina é o uso de elemento decorativo funcionando como fiel de balança, marcando o eixo de simetria do edifício, que aparece sempre na forma de um escudo estilizado elaborado em ranhuras ou como um elemento vertical escalonado que, mesmo aparecendo de forma repetida – sempre com número ímpar – o volume colocado no centro da composição terá um destaque maior que os demais. Quando tais elementos são colocados em número par, sua função deixa de ser a de marcar o eixo e passa a dar apoio a outro qualquer elemento – porta principal, balcão, volume de marquise, etc – que se destaca como marcador do eixo de simetria.

A marcação desse eixo de simetria, dentro dos conceitos do déco, pode ser melhor entendida quando Guimarães (2003, p.22),

falando sobre “axialidade e monumentalidade” diz que, apesar do modernismo contestar as leis acadêmicas da axialidade, o déco

continuou mantendo eixo, ritmo e na maioria das vezes a simetria em suas plantas. A disposição de um eixo no edifício determina a força visual de uma organização axial, e os arquitetos do estilo francês davam muita importância à composição que gradualmente explodia em algum ponto focal. Não concebiam um projeto com a ausência de um ápice, de uma hierarquia como faziam os representantes do modernismo.

E, mesmo que não apareça com a monumentalidade da torre do relógio que faz essa marcação na Estação Ferroviária de Goiânia, para citar apenas um exemplo, as construções ipamerinas, dentro de sua simplicidade construtiva, não deixam de se enquadrar dentro deste, que é um dos principais conceitos construtivos do art déco.

O elemento mais comumente encontrado, marcando o eixo de equilíbrio dos edifícios – colocado na parte mais alta da platibanda – é o que Bergallo e Tarán (1986, p.35) consideram como possuidor de um caráter simbólico, associado ao “impulso ascensional inerente à natureza humana em sua fase de superação”. Consiste tal elemento em uma peça verticalizada, escalonada ascendente, que na maioria das vezes, marca o eixo de simetria do edifício ou ainda, faz a referência à sua porção mais importante.

Convém observar a existência de um estudo desses arquitetos argentinos sobre a questão simbólica no uso de elementos decorativos pela arquitetura déco, de grande valor para qualquer processo investigativo sobre esse modelo arquitetônico. Vários dos elementos por eles relacionados, como de caráter eminentemente simbólico, aparecem nos projetos de arquitetura na cidade de Ipameri, estando aplicados não só às platibandas, como também às portas, janelas e apoio de alpendres.



Fig. 09 – ladrilho hidráulico do piso do aeroporto de Ipameri com avião estilizado

Também no que se relaciona à pintura e ao acabamento de uma forma geral, a produção arquitetônica da cidade de Ipameri não fica a dever, bastando observar a quantidade de edifícios que apresentam, ainda hoje, resquícios da pintura em pó-de-pedra, característica daquele período. No caso específico desse processo de pintura, a própria areia encontrada no município e utilizada para tal fim, apresenta uma quantidade considerável de malacheta, o que proporciona ao resultado final um brilho maior do que aquele normalmente encontrado nas pinturas do período. Grande foi também a produção de ladrilhos hidráulicos empregados nessas edificações, destacando-se os da Fundação Goiás e os do salão de espera do aeroporto de Ipameri.

Referências

BERGALLO, Juan M. e TARÁN, Marina. El Art Déco en Córdoba. In: *Revista Summarios*, n. 105. Buenos Aires: setembro/1986.

COELHO, Gustavo N. *A modernidade do art déco na construção de Goiânia*. Goiânia: ed. do autor, 1997.

_____. *Art Déco: uma vertente da modernidade*. Goiânia: Vieira/Trilhas Urbanas, 2000.

_____. *Arquitetura déco nos bairros de Goiânia: o Setor Campinas*. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Anápolis: UEG, 2001.

GUIMARÃES, Maria Teresa J. *Elementos art déco: detalhes do tempo em que a modernidade chegou*. Goiânia: trabalho de monografia – TH8. UCG, 2003.

MARGENAT, Juan P. *Arquitectura art déco em Montevideo (1925-1950): Qando no todas las Catedrales eran blancas*. Montevideo: Dardo Sanszberro, 1994.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG) – em Goiânia

- Códigos de Posturas – Documentos Avulsos: Catalão, caixa 1.

- Códigos de Posturas – Documentos Avulsos: Ipameri, caixa 1.

Arquivo do Instituto Romão Edreira – em Ipameri

- Cópias dos projetos arquitetônicos da cidade de Ipameri.

O nascimento de Goiás

*Maria Helena Romacheli**

O relato feito pelo português emboaba José Peixoto da Silva Braga que acompanhou a bandeira do Anhanguera Filho em 1722, em busca de ouro e para povoar Goiás, é pouco conhecido pelos goianos. O jornal “O Popular”, abre o espaço para que todos os leitores possam conhecer a história de sua terra, por meio da publicação de trecho dos documentos aqui apresentados

Relato do José Peixoto da Silva Braga (íntegra do documento retirado do livro *Memórias Goianas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*)

“Saí da cidade de S. Paulo a 03-07-1722, em companhia do Capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera de alcunha que era o cabo da tropa, com 39 cavalos, 02 religiosos bentos, Fr. Cosme de Santo André e cento e cinqüenta e duas armas entre as quais iam também 20 índios, que o Sr. Rodrigo César que então era Presidente da Província de S. Paulo, deu ao cabo Bartolomeu para condução das cargas e necessários. Dos brancos, quase todos, eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com os seus índios e negros e todos as suas custa.

* Maria Helena Romacheli é Sócia Correspondente do IHGG.

2. Passado o Rio Theaté fomos pousar neste dia junto ao mato do Jundiay, quatro léguas distantes da cidade de S. Paulo. Na marcha seguinte entramos no matto e gastamos nelle quatro dias.

Sáimos do matto e passamos o Rio Mogy, que é de canoas, muito peixe tem e dá mostra de ouro mas com pouca conta. Aqui falhamos um dia e no seguinte marchamos sempre ao norte e demos também com um rio também de canoa e que pusemos o nome de ...e nele pousamos esta noite. É o caminho todo campo com muitos capões, bons pastos e bastante aguada.

No dia seguinte passamos por um rio em um vão com água pelo peito e fomos pousar no meio do mato, distante três ou quatro léguas

É todo bom o caminho, bons pastos e muita caça e têm alguns córregos com bastante peixe. Deste ponto, fomos dormir distante de quatro léguas junto ao córrego que junta com os demais no Rio Grande.

Daqui passamos no outro dia a fazer pousos nas margens de um riacho que passamos na manhã seguinte encostados a uns paus e presos com uns cipós para vencermos a muita violência e grande força d'água com que corria.

Neste pouso falhamos um dia, sendo a causa a requerer toda tropa ao Anhanguera lhe fizesse a resenha que lhe tinha prometido antes fazer em Mogy e a que tinha já faltado. Escusou-se este com a promessa de que em chegando o Capitão João Leite da Silva Ortiz, seu genro, que nos tinha ficado atrás e era o outro descobridor, o faria, e, caso que este não chegasse a tempo competente, o faria ele o cabo no Rio Grande.

4. Com esta esperança marchou toda tropa sete ou oito dias sempre nos campos e Mattos Grossos e pousando sempre ao lado dos córregos e rios: não faltam em

todos *elles* caça e peixes. Deste último ponto fomos ao Rio Grande, passando em canoas feitas de paus de semauuma, depois de dormirmos e falharmos nelle dois dias, esperando que nos fizesse a resenha prometida, mas faltou-nos como sempre o Anhanguera. Partiu deste Sítio, toda tropa ainda junta, mas desconfiada foi dormir distância de 4 léguas junto a um Córrego que deságua no Rio Grande. Aqui nos começou faltar mantimentos, e assim nos foi preciso marchar cinco dias, passando com o que dava a espingarda, pássaros, macacos, palmito e algum mel.

5. No fim destes cinco dias chegamos ao Rio das Velhas, que entra no Rio Grande e é caudaloso, tem bastante peixe, mas sem mostra de ouro. Falhamos nele dois dias, caçamos e pescamos por ter aqui bons matos e para provimento da viagem. Aqui nos deixou o Anhanguera adiantando-se com parte da tropa, ficando a mais, expedindo-se para o seguir. Neste tempo e ausente já o cabo, chegou João Leite com a sua gente, por cuja causa falhamos mais este dia.

No dia seguinte seguimos com João Leite, o Anhanguera e depois de quatro dias de marcha o achamos, rancho feito entre o matto: passamos no caminho por alguns córregos que nos permitiam a vadeá-los por ser tempo de secca.

6. Avistada a tropa com o cabo, lhe pediu João Leite que lhe fizesse a resenha prometida tantas vezes, não só em S. Paulo, mas no sertão porque havia desconfiado e temia se malograsse por esta causa a aspereza que ambos tinham oferecido não só o General Rodrigo Cesar, mas ao mesmo soberano. Respondeu que a resenha era escusada porque os emboabas, assim chamam aos reinóis, não era gente que merecesse. Com esta resposta, desconfiados não só os emboabas mas ainda os poucos paulistas que nos acompanhavam, determinaram voltar logo para S. Paulo; mas acudindo a isto, João Leite os obrigou com rogo

e com promessas e muito mais com seu natural agrado a que o não o desamparassem.

7.Reduzida a tropa se pôs em marcha depois de quinze dias de Falha, que se gastaram nessa desordem, como também a fazer algum provimento de que permitia os Mattos, como este não era muito e nem todos tinha o que se caçasse, obrigou alguns a matarem e comerem um Cavallo que tinha quebrado a perna e eu fui um que aproveitei *delle*.

Aqui quisemos falhar mais alguns dias por entrarem já as águas e temermos não só os rios e córregos, mas a falta de Mattos e com Ella o necessário e preciso para o sustento. Resolveu o cabo a marchar em ódio dos emboabas de quem era o voto. Seguiu o cabo e fomos dormir neste dia junto a um córrego que tinha alguns peixes e melhores pastos e bastante *matto*. Aqui desconfiamos de tudo, persuadidos que o cabo queria nos acabar no meio daqueles matos e alguns houve que se queria ficar, lançando roça e plantando algum pouco de prato de milho que tinham ainda para o seu sustento; mas o Capitão João Leite os tornou de novo a animar e deduziu a que passassem adiante.

8.Passados alguns dias de marcha e nelles alguns rios, córregos e assás trabalho e perigo por serem as águas muitas e maior a fome nos fomos arranchar perto do Rio Meia Ponte que é um Rio Caudaloso, tem bastante peixe bons pastos e muito *matto*. Passando esse rio em umas pequenas canoas, que fizemos de casca de árvore, fomos dormir na outra banda do rio que nos hospedou toda a noite com uma frondosa trovoada que durou até a manhã seguinte com tanta água que não nos deu a fazer ranchos e por isto me vali de uma tolda que tinha comigo. Do Rio Meia Ponte, distante dois dias de viagem, se deixou ficar Frei Antônio com ânimo de lançar roça com dez negros, um sobrinho e um mulato com outro branco paulista que

consigo tinha. Sentiu toda tropa naquela noite a falta do dito religioso, deu-se parte ao Anhanguera, mandou-o este a persuadir a que voltasse e marchasse adiante. Mas teve por resposta, que vista a falsidade que Sua Mecê tinha usado com todos, faltando a tudo que lhes tinha prometido em S. Paulo, lhe não era possível o pode-lo acompanhar; que ele determinava plantar algum milho, com que pudesse se recolher a povoado.

9. Desenganado o Anhanguera marchou com a mais tropa e julgando que ia sempre ao norte, havia mudado de rumo para nordeste, quarta de norte, publicamos primeiro a todos que íamos errado porque os *goyases* que procurava já nos ficava atrás,, Passaram as cento e tantas léguas que andamos a este rumo, sem mais sustento que o que dava o *matto* e esse pouco. Nesse dia lhe fugiram ao cabo oito índios seus passaram cento e tantas léguas. Destes índios foram apanhados depois de alguns dias, apenas três que trouxe preso João Leite que se expediu a buscá-los com dois negros e quatro brancos, trouxe também nesta volta consigo, Frei Antônio, que nos ficará distante, perto de oitenta léguas; mas que ainda veio Frei Antônio nem por isto desamparou sua roça porque deixou nela o sobrinho com quase todos os negros. Nesta ocasião demos em umas grandes chapadas, falta de todo o necessário, sem *Mattos* nem mantimentos, só assim com bastante córrego em que havia algum peixe, dourados, traíras e upiabas que foram todo nosso remédio, achamos também algum palmito que chama das jaguaroba que comíamos assados e ainda é amargoso, sustenta mais que os mais. Aqui nos começou as gentes a nos desfalecer de todos, morreram quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo e o eu ficar com vida o devo ao meu Cavallo, que para me montar nelle, pela minha fraqueza em que me achava era preciso eu me lançar de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava.

10. Vendo-se o cabo nessa miséria e temendo a falta de mortandade das gentes e muito mais considerando o erro que tinha dado ao rumo que então seguia, se valeu do Céu e foi a primeira vez que o vi lembrar-se de Deus, fazendo várias novenas a Santo Antônio para que nos deparasse algum gentio que conquistados nos valessem dos mantimentos que lhes achássemos para remédio da fome que padecíamos. Passando quinze dias com moléstia e trabalhos, demos em uma picada nos mesmos campos, seguimo-la nove dias achando nelas alguns ranchos feito de pau e ramos com alguns grãos de milho já nascidos: no fim destes nove dias chegamos a uma serra cuja vertente deságua para o norte e lançando adiante quatro índios a farejar o gentio, e seguimos três dias de viagem, éramos só dezesseis com o cabo porque a mais tropa e bagagem deixamos atrás com os doentes. Na noite do terceiro dia avistamos a rancharia dos gentios e seus fogos: emboscamos-nos nos Mattos para lhe darmos na madrugada, mas sendo sentidos dos cachorros que tinham muitos e bons, quando nós avançamos nos receberam com seus arcos e flexas.

11. Não demos nem um tiro por ordem do cabo, do que resultou a fugir-nos quase todo o gentio o investir num deles ao sobrinho do cabo com tal ânimo e lançando-lhe a mão à rédea do Cavallo lhe tomou a espingarda da mão e da cinta traçado e dando-lhe com *Ella* um famoso golpe em um dos ombros e outro no braço esquerdo, fugiu levando-lhe as armas. Desembaraçado do tapuia o paulista correu sobre elle sem mais effeito que recuperar a espingarda que lhe largou o tapuia. Naquela mesma ocasião outro tapuia feriu levemente no peito, com sua flecha a um Francisco de Carvalho Loredó, e acudindo ao outro lhe deu na cabeça com um porrete que caiu logo; caído lhe deu outra porretada outro tapuia que apareceu

deixando-o já por morto. É para admirar que em todo este conflito não fizesse mais acção o cabo que o andar sempre longe gritando e requerendo-nos que só atirássemos ao vento para não acertar o gentio.

12 Retiraram-se para o matto os tapuias mas nunca nos perderem de vista e tanto que querendo darmos sepultura ao Carvalho persuadidos que estava morto. Retirado o dito Francisco de Carvalho o achamos com a boca, nariz e feridas, cheio de bichos mas vendo que lhe palpitava o coração e outros sinais de vida o recolhemos na rancharia curando-lhe as feridas com urina e fumo e sangrando-o com a ponta de uma faca por não termos melhor lanceta; aproveitou tanto a cura que o Carvalho pela noite tornou a si, abriu os olhos mas não pode falar senão no dia seguinte, o regime que teve não passou de um pouco de anu e algumas batatas que achamos.

13. Em todo este tempo não nos deixou o gentio, perseguindo-nos, cativamos sete índios *exceptuando* um torto ao qual se deu liberdade. Recolhido ao seu rancho o Anhanguera mandou logo buscar os doentes e bagagens. Neste tempo se tinha humanizado mais o gentio buscando-nos e servindo-nos sem arcos e flechas e admirados das nossas muitas armas. Oferecendo-nos páos, trazendo em um destes dezesseis índias ainda moças, muito claras e bem feitas em sinal de Amizade.

Repugnou o cabo a aceitá-las, contradizendo todos os mais companheiros e eu fui o que mais persuadi aceitá-las dizendo-lhe que na consideração de sermos tão poucos, e estes fracos e mortos de fome, e muito o gentio não o escandalizássemos e que postas em guardas as ditas índias e os que mais se achavam já presos, podíamos catequizar os mais gentios não só pelas pazes mas para nos ensinar o caminho dos *goyases*, ao saber que chegariam os doentes e mais gentes o gentio foi embora.

14. Chama-se este gentio Quirixá, vive aldeado, usa de arco, flecha e porrete, é muito claro e bem feito, anda todo nu, assim homens como mulheres. Tinham dezenove ranchos, todos redondos, bastante alto e coberto de palmitos, com uns buracos junto ao chão em lugar de portas, em cada um destes viviam vinte ou trinta casais juntos, as camas eram uns cestos de buriti que lhes serviam de colchão e cobertas, eram pouco mais de seiscentas almas. Estava situada toda esta aldeia junto com um córrego com bastante peixes e bons, encontramos um rio caldaloso em que havia muitos peixes, *cayjús*, palmito e muita e grande caça que nos serviu de muito. Nesta aldeia achamos duzentas mãos de milho, vinte e cinco batatas, muitas araras e piri-quitos que nos serviram de sustento e de regalo; tinham também bastante cópia de cabaços e panela e muitos cães que mataram quando fugiram.

15. Aqui nos detivemos três meses sem *nelles* nos dar o cabo milho nenhum reservando-o todos para si e para sua comitiva, desculpando esta sua tirania como dizer-nos lhe era preciso para as bandeiras que havia de lançar... Eu tive a fortuna de me darem dezessete espigas e mais algum que devo ao trabalho de ao perigo com que o recolhi das roças que tinham deixado de refugio o gentio, assim os fizeram todos os mais até os religiosos.....

16. Na demora que fizemos nesta aldeia, vendo toda tropa que o cabo sobre faltar a resenha tantas vezes prometidas, tinha a culpa de perdermos o gentio se amotinou e tanto que se resolveram dois bastardos e um mulato, digo, mameluco com alguns paulistas a querer tirar-lhe a vida e levantar o seu irmão Simão Bueno por cabo por ser de melhor e mais dócil condição. Eu que soube a sua resolução, não obstante o não o merecer o Anhanguera, fiz todo o possível para o dissuadir de semelhante intento

insinuando-lhe o tanto que deviam a João Leite. Dissuadido os bastardos e seus sequases, seguimos viagem, costeando o córrego da rancharia até darmos em um rio que fomos costeando também pela parte do norte e buscar novos gentios que nos pudesse ensinar o caminho dos goyases. Nesta marcha gastamos setenta e seis dias, andando dois delles sem achar água que quando achamos um rio foi tal a alegria em nós que cobramos nova alma e tanto que nem os *caballos* havia quem os tirassem da água. Aqui falhamos doze a quinze dias esperando por João Leite que nos tinha ficado atrás em busca dos índios fugidos e não chegava.

17. Neste sítio, ouvindo dizer o cabo que já estávamos perto do Rio Maranhão me resolvi a deixá-lo e rodar rio abaixo buscando uma terra já povoada para não perecer de fome e de sede no meio daqueles Mattos. Seguiram-me seis camaradas que foram: José Alves, Francisco de Carvalho, seu irmão Manoel de Oliveira, paulistas e João da Matta filho da Bahia, ainda rapaz. José Alves com um negro e uma negra, seu irmão com um só negro eu com três e um mulato que foram todas as peças que nos escaparam da viagem do Anhanguera. Repugnou-se o cabo que saíssem os dois irmãos comigo....Fiz uma procuração a Frei Antônio para que vendesse o negro que ia ficando e remetesse à minha mulher Leonarda Peixoto em Braga- Portugal mas o João Leite deu-me outro no lugar que aceitei para aumentar o número de remadores nas duas canoas que fizemos, dei meu cavalo ao Frei Luiz para que rezasse por mim ...’

... e assim José Peixoto se separa da bandeira do Anhanguera mas segue o seu relato com a sua pequena equipe, rio abaixo até chegarem, muito sofridos, ao Pará, onde foram socorridos.

A Bandeira do Anhanguera fica então ali às margens do Rio Maranhão, sem o relator.

Um novo relato é feito bem mais tarde, bem mais geral, poético e resumido, que se atribui ao português da Ilha da Madeira, o Urbano do Couto e Menezes.

‘No ano de 1722, sendo eu de 22 anos, assentei praça de soldado para ir a esta conquista de *Goyás*. Em um tempo em que andei explorando esta vastíssima campanha, vi ouro em muitas partes só em três me parece de boa pinta. A primeira é uma das pontas deste Matto Grosso Goiano, no lugar que se chama Palmeira. Foi visto em 1723 e descoberto por João Leite da Silva Ortiz, genro do Anhanguera. Eu não me achei presente pois tinha ido com meus soldados a outra diligência mais fragorosa e arriscada mas quando me recolhi no mesmo dia e hora, chegou o dito João Leite com grande estrondo de tiros e foi recebido do sogro com muito mais e com alegria do ouro que tinham descoberto. No dia seguinte, se fez junta com todos conselheiros para quem havia de ir à cidade de S. Paulo levar amostra de ouro ao governador que era o General Rodrigo César de Menezes e todos concordaram que fosse eu, o aventureiro.

Quando pronto, com as cartas feitas e tudo arrumado e o ouro que devia ir, já pesado, que era 28 oitavas, de um dia para outro tomaram nova resolução dizendo que não era aquilo o *Goyás* que procuravam.

Em outra parte onde se viu ouro que me parece se não as maiores grandezas que haverá na comarca e fora dela e nas contra vertentes do nome e muitos outros que não estavam no Araés. Nasce nas águas de um campo limpo e por ele corre para o sul e se mete no Rio Grande e juntos vão à Colônia de Buenos Aires.

Tem o seu nascimento uma pedra muito alta, de várias cores seu feitio é de uma galera sem mastros.

Ao norte desta, rumo direito está outra pedra no centro dos *mattos* do Araés- que me parece será ainda vista e povoada de muita gentes e será rica, uma perfeita obra da natureza que se poderá ter como uma das maravilhas do mundo; é a tal pedra redonda tão alta como dizem da Torre de Babel; tem da parte do sul uma escada bem feita, obra da natureza por onde se sobe e tem em cima um assento em que bem poderiam estar 20 soldados formados à vontade, da parte do norte uma pessoa por mais animada que esteja pode olhar para baixo que não a tema. Porque não avista o fundo. Tem para a parte norte uma serra bem grande que corre de leste a oeste e promete ser fiadora de muitas riquezas chamei-a Serra Escalvada..

Neste lugar só eu estive com meus soldados e Antônio Ferrás sobrinho do cabo; este me pediu fizesse um sermão ao seu tio para que arribasse e eu neste dia não estava com vontade de Pregar, porque estava com a barriga bem cheia de fome; mas tanto me pediu e rogou que fiz o sermão, que foi o último que ia me custando a vida; sendo que meus sermões deram vida a muita gente porque vendo meus companheiros cada dia morrendo três ou quatro de fome depois de terem comido todos os cachorros e alguns *ca-vallos*, principiei a pregar e fiz 33 sermões sem mudar de tema, animando a todos que não esmorecessem que para diante havia rios de muitos peixes, campos e muitos veados, *Mattos* e muita caça, mel e guariroba....Com isto cessaram as mortes e mal de muitos não fora o pregador

Entre esta torre e a serra está uma distancia de 15 a 20 léguas, olhando-se mais ao longe se vê uma planície de Mato que toma toda essa distancia e pelo meio se vê sinal de correrem dois riachos...tudo faz barra no Rio Araés onde estão 14 pilões e uma tapera antiga que foi do cunhado do Anhanguera, Manoel Pereira Calhamares, que quando viajava ao gentio aí fazia escala por ter roça e

aí juntava o gentio para levar para S. Paulo.

Neste lugar da tapera onde se acham os 14 pilões é o legítimo Rio Araés onde fazem barra os ribeirões que se vêem a torre de Babel. Neste mesmo rio disse o Anhanguera a seu irmão Simão Bueno que era onde seu cunhado Calhamaro tinha achado em uma **parede de pedra alta os desenhos do martírio de Cristo**; e outros homens que estavam com ele que todos ouviram. É este o Rio Pilões mas seu nome próprio é Araés, eu só nisso posso falar e depois de DEUS me favorecer tanto. Servi de Piloto e peguei no leme; e logo andou a nau a caminho e foi DEUS servido levar-nos a este rio e eu ser vivo para dele dar notícias Corre para o norte e faz barra com outro que vem da Serra Escalvada, onde eu pus uma Cruz grande por ordem do Cabo para posse da Comarca e pertence a esta pela repartição e depois eu fiz com as providências, por ordem de Martinho de Mendonça em 1736, que abrimos um caminho das gerais para estas minas.....

O divertido e estudioso historiador, Eduardo Bueno que participa do programa de TV, 'Guia Politicamente Incorreto' num certo dia disse que os bandeirantes não deixavam relatos escritos sobre suas aventuras da viagem. Então Goiás saiu à frente, pois já temos, do Anhanguera Filho, dois relatos e um rico mapa onde minuciosamente nos contam sobre essa bandeira. Quiçá no futuro, serão achados mais documentos pelos pesquisadores.

Antes de finalizar o assunto, devo, porém, explicar aos leitores alguns detalhes:

1. O Bartolomeu Jr. foi quem povoou Goiás, mas esteve na Bandeira de seu pai 40 anos antes com apenas 12 anos. Da bandeira de seu pai, pouco se sabe, mas é nele que falam os livros de história, lá do 3º ou 4º ano do fundamental, que citavam

o Anhanguera pai, como aquele que pôs fogo na aguardente, lembram-se?

2. O que é uma bandeira de exploradores? Era uma comitiva organizada por particulares, às suas próprias custas, que entravam para o interior do Brasil em busca de riquezas e índios para escravizar. Geralmente com 200 a mil participantes.

3. O que são emboabas? Era o nome dado aos portugueses e alguns do nordeste, que queriam direito de explorar as minas de ouro achadas por paulistas, tanto quanto os paulistas. Foi uma guerra feroz (1707-1709) onde os emboabas venceram e os vencidos deveriam aceitá-los na sua comitiva, por ordem real, por isso a implicância que José Peixoto tinha com o Anhanguera Jr. e vice versa durante a viagem, como veremos no relato.

4. A bandeira do Anhanguera pai saiu em 1682 em busca de índios para serem usados nas fazendas de cana e coisas mais. Chegou na região dos índios Goyá e vendo que traziam folhetas de ouro no pescoço quis saber onde era a mina. Sem resultado porque não queriam dizer; ameaçou então que iria fazer com os rios o que estava fazendo com a cuia d'água, só que na cuia tinha álcool que logicamente pegou fogo. Os índios com medo dos rios também pegarem fogo, contou onde eram as minas, os bandeirantes arrancaram muito ouro, mas já estavam com cargas lotadas. Dizem que levavam tantos índios cativos que dava para povoar uma vila, ficaram de voltar em outra oportunidade.

O velho Anhanguera já alquebrado não voltou mais, e daí, todo paulista queria achar estas minas, mas ninguém achava, até que o filho já com 52 anos aceitou fazer a jornada. Uma expedição dessas ficava muito cara. O Anhanguera Jr. seria o único que teria condições para achá-la, pois, se existisse um mapa, o velho Anhanguera, já falecido na época, certamente teria dado ao filho e a ninguém mais. A instrução era ir a norte até chegar ao planalto

divisor de água e virar para oeste onde tinha o Mato Grosso Goiano que era uma floresta extremamente densa que segundo o escritor John Emanuel Pohl, apresentado um século depois, “não tinha com entrar nela a não ser com machado”.

5. Planalto Divisor de Águas é a região onde nascem os rios, nascem ali e vão para o sul ou nascem ali e vão para o norte, ou para leste ou oeste, é mais ou menos a região onde nasceu Brasília – Pirenópolis (Meia Ponte) – Jaraguá (Córrego do Jaraguá) – Cidade de Goiás – (Vila Boa), observe no mapa. É como se o Brasil tivesse uma grande barriga no centro. Toda água no umbigo corre para todos os lados. A região do umbigo seria então, o divisor de águas.

Endossando os relatos anteriores, têm-se também o mapa concluído em 1751 por José Francesco Colombine que foi enviado pelo rei para demarcar o caminho do Anhanguera. O que está no mapa é o que ele conheceu. O destaque pontilhado é o caminho do bandeirante, que ficou conhecido como caminho real.

Quando Colombine terminou a sua exaustiva demarcação, 20 anos depois, muitos arraiais já haviam nascido, pois a região dos Goyá, assim que ficou conhecida como fonte riquíssima, ficou super povoada. Mesmo tendo muito ouro, não havia para todos que chegavam e aí saíam pelos sertões à sua volta com possibilidade de mais minas e iam fundando novos arraiais.

Na bandeira do Anhanguera Jr, 40 anos depois contavam, segundo alguns autores mais de 200 pessoas, 5 ou 6 paulistas e os demais portugueses e seus escravos e escravas.

Analisando o relato de José Peixoto, citado anteriormente, diz que a comitiva desviou um pouco para nordeste, eles sabiam estabelecer coordenadas de latitude e longitude dos lugares que passavam, mas com aparelhos rudimentares, observando a olho nu o Cruzeiro do Sul e nem sempre acertavam exatamente onde

estavam, sendo assim e foram parar no Rio Maranhão. Neste local, José Peixoto contrariado e mais 9 outros separam, descem o Rio Maranhão e chegam, depois de muito sofrimento, ao Pará, sempre contando por escrito sua aventura.

Ora, se eram mais de duzentos, morreram alguns, 10 desceram o rio, vamos arredondar para duzentas pessoas ali decidindo o que fazer. Leitores vamos botar a cabeça para funcionar, olhem o mapa: Se desviaram para nordeste e estavam num rio que corria para norte, o que não poderia acontecer, perceberam que estavam errados realmente.

Voltemos então ao nosso raciocínio, estão num rio e eles sabem que desceram muito para o norte, o que é lógico fazer?

- Construir algumas canoas e voltar sempre para o lado oeste. Os rios eram os melhores caminhos do que por terra, e as águas estavam altas, pois já era início de 1723. Certo? Lá vão eles, construindo canoas e voltando para as nascentes do Rio Maranhão e aí encontra com um dos formadores do Rio Maranhão, um rio tão caudaloso quanto.
- E aí leitores seguirão o rio da direita que vai para oeste ou seguirão para a esquerda? Muito bem, seguirão a bifurcação para oeste que é o Rio das Almas. Continuam então indo para a nascente dele, aí o Rio das Almas vira para leste, o que devem fazer?
- É isso aí, saltam para terra e vêem a Serra de Jaraguá, uma serra não muito alta, mede 1100m no seu ponto mais alto, mas com características singulares: 1. Sobe abruptamente 500 m, (Saint Hilaire, escritor de Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyas, de 137 se refere a essa intensidade na subida de “Sobe a pico”) 2. Do lado norte e leste da serra é só cerrado e do

lado sul e oeste é o temido Mato Grosso Goiano que é uma Floresta extremamente densa que existia, com aproximadamente 10 mil quilômetro quadrados abrangendo mais ou menos a região entre Goiânia, Inhumas, Itaguarú, Ceres, Jaraguá . 3. Do local que o rio virou para leste, e onde os bandeirantes desceram para terra, a vista da serra se torna dois picos exatamente iguais ao Pico do Jaraguá em São Paulo, daí o nome Córrego do Jaraguá dado ao arraial que aí se formou.

O Anhanguera deve ter se sentido em casa pois reconheceu o local, aí que está ao pé da Serra, a grande Pedra com os registro dos **Martírios de Cristo**, vejam a foto e veja comentário do relato de Urbano do Couto e de Pedro Taques. Por muito tempo os paulistas ficaram em dúvidas; o que seria **Martírios de Cristo**? Seria uma serra todinha de ouro? Não, são desenhos feitos entalhados na pedra e que até hoje não se definiu feito por quem e quando? Estão ainda lá para alguém descobrir sua datação. Veja a foto dos desenhos. Para pessoas com alto grau de religiosidade aquilo lembrava sim, os **Martírios de Cristo**. Certo é que uma seta mostrando a direção do caminho daí para os Goyá e a palavra PAI escrita no seu rodapé, foram feitas pelos bandeirantes.

Em 'Nobiliarquia Paulistana', genealogia e registros da época cujo autor era Pedro Taques, sobrinho do genro do Anhanguera Jr., o João Leite da Silva Ortiz, ao relatar sobre a família do Anhanguera Pai, diz que: '...Bartolomeu Bueno da Silva casou com Isabel Cardoso e teve:..... etc., Francisca Cardoso é uma das filhas que casou com Manoel Peres Calhamaro e que este já tinha deixado uma tapera onde arregimentou muitos índios e os reunia ali junto a uma grande parede de pedra com os desenhos dos Martírios de Cristo.'

No segundo relato atribuído ao companheiro do Anhanguera Jr, o Urbano do Couto e Menezes, está escrito: ‘Chegamos nesse **lugar da tapera** ...Nesse mesmo dia, disse o Anhanguera Jr. ao seu irmão Simão Bueno que era onde seu cunhado Calhamaro tinha achado numa parede de pedra, os **Martírios de Cristo** e outros homens que estavam com ele, que todos ouviram.’

Que tapera era essa? No IPHAN, sob o numero Ni 113 tem o registro de um Sítio Arqueológico, junto à estrada real que passa por Jaraguá, onde consta uma grande parede de pedra, mais ou menos 5mx4m onde estão registrados tais desenhos. VER DESENHOS RUPESTRES NA FOTO.

Junto, um muro de pedras de 30mx15m, cercando uma capela com 100m². Infelizmente, atualmente só as bases evidenciadas, porque em 1930, num desejo de se fazer uma hidrelétrica no lugar, retiraram suas paredes de pedras e fizeram uma barragem que nunca segurou água.

Tal sítio foi estudado pela Arqueóloga Margareth de Lourdes Souza que mesmo sem saber a história antiga do lugar fez um trabalho minucioso (mal sabe ela o quanto importante foi seu estudo), conforme fotos. Era a Capela de São José do Córrego do Jaraguá, cujos registros constam nos livros de óbitos, casamentos e batistérios que ainda existem e que funcionou até 1748, daí, quando foi autorizada a funcionar a imensa Capela de Nossa Senhora da Penha do outro lado da serra, no atual Jaraguá. O muro a sua volta deve ser para manter os índios aprisionados e para se defenderem (num futuro próximo passou a ser o engelho do português Batista José da Rocha rico cidadão de Jaraguá). Consta que os índios que o sogro do Calhamaro aprisionou, dava para povoar uma vila O Arraial mudou de lado da Serra para um local mais ralo e saudável, pois antes estava na beira do Mato Grosso Goiano e às margens do Mato Grosso e do Rio Pari, que como o Rio

Nilo, deixa encharcada suas margens, sendo propício ao habitat de mosquitos, cobras etc. Excelente local para roças.

Interessante observar o mapa de 1751 nota-se que em toda a extensão, a única menção a alguma floresta é ali em Jaraguá, desenharam umas arvoretinhas e o pontilhado do caminho passando dentro dela. Porque será? Essa era a floresta diferenciada que segundo John Emanuel Pohl “o Mato Grosso Goiano era uma floresta tão densa que só com machado para entrar nela” e esse Mato estendia-se do sul da serra, passando por Goiânia, Itaguarú etc.

Muito bem, e aí o que aconteceu com os bandeirantes? Ficaram perdidos 3 anos e 2 meses? Que nada, a região era rica em ouro, então se arrancharam ali, plantando roças, garimpendo e construindo um caminho dentro do mato, com seus poucos machados. Segundo o General Raymundo José da Cunha Mattos, que um século depois, escreve em seu livro, *Chorographia Histórica da Província de Goyas*, esse caminho tinha 40 léguas. Cá comigo achei meio exagerado, talvez considerasse a légua de 4 km o que era comum e talvez se referisse a estrada até Vila Boa (Cidade de Goiás). Veja no mapa.

Fato é que foi muito difícil fazer esse trajeto com machado. Fica aqui a pergunta, a seta desenhada na pedra teria sido feita antes ou foi feita pela bandeira do Anhanguera Jr? Penso que foi antes, mas fica para os próximos pesquisadores.

Descobriram a região dos Goiás, Daí pra frente o goiano já conhece.

Especificamente em Jaraguá, alguns voltam para o local da Tapera que acabou sendo bastante povoado continuando com o nome Córrego do Jaraguá que era também o nome do córrego que desce das entranhas de serra, muito rico de ouro no seu leito e que vai até o arraial, no local chamado ‘tapera de Calhamaro’ depois Córrego do Jaraguá.

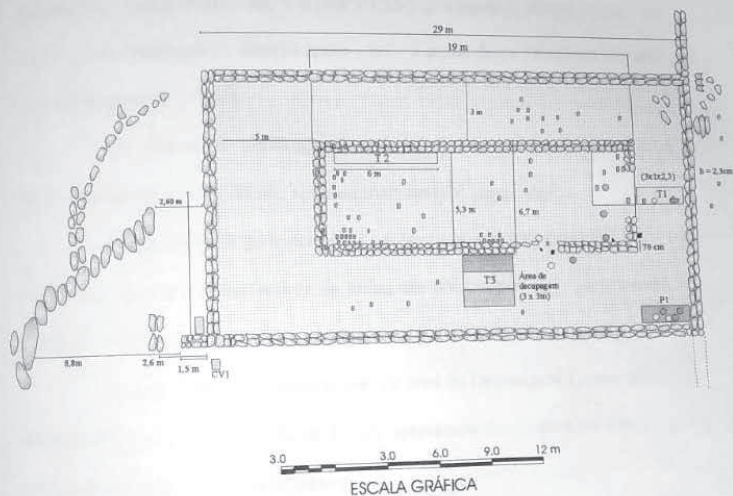
. O Arraial mudou para o outro lado da Serra, estava apertado entre a serra e o mato denso, cheio de animais, mas ficou prejudicado por ter saído do caminho mais curto para Vila Boa que fez com que o arraial ficasse meio abandonado. Disse o General Raimundo da Cunha Mattos, 100 anos depois: “ ficou 6 léguas mais longe mas foi bom porque evita a passagem de nefastos viajantes”.

Fiz questão de fazer essa matéria que foi resultado de 40 anos debruçada em documentos e mapas, já estou no quarto livro, o último a ser terminado fazendo a descendência dos vários portugueses e paulistas que aqui ficaram. Com essa pandemia, a gente pode estar vivo hoje e amanhã não, sou uma pessoa de risco, não poderia deixar perder o resultado de meu estudo que ainda não estava no papel.



Setor 2 – Detalhe de muro de pedra

SETOR 2 - CAPELA



LEGENDA	
○ — Mat. cerâmico	□ — Área erodida
⊞ — Telha	■ — Área de decapagem
▤ — Fragmentos de telhas	□ — Trincheiras
○ — Metal	■ — Perfil
○ — Louça	□ — Cortes de verificação
⊞ — Madeira	⊞ — Blocos de quartzito
■ — Carvão	

PRODUÇÃO -
Lah. Geoprocessamento do PA-SALV-SM
MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

ELABORAÇÃO:
Alda Monteiro Barbosa
Margareth de Lourdes Souza
Rosirene Santos
Wagneide Rodrigues

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
Loçandra Borges de Moraes
Geógrafa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
USP

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
SITIO SÃO JANUÁRIO GO-Nº 113

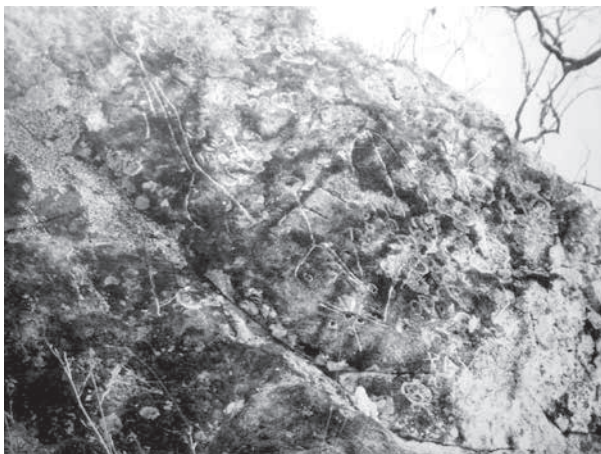
ORIENTADORA
Margarida Davina Andreatta

ORIENTANDA
Margareth de Lourdes Souza

Fig. 24



Setor 1 – Trincheira 1 e trincheira 5



Desenho Rupestre no Sítio Arqueológico de Jaraguá.
Situado na Fazenda São Januário



Copia dos desenhos na pedra de 5m x 4m

Alcide Jubé

*Ademir Hamú**

Alcide Celso Ramos Jubé nasceu na cidade de Goiás, no dia 26 de junho de 1896. Filho de Joaquim Rufino Ramos Jubé e de Maria Carlota da Assunção Silveira Ramos Jubé. Não gostava que o chamassem de Alcides. Dizia que Alcides era nome de mulher. “Meu nome é Alcide!”. Seu pai, Joaquim Rufino, na qualidade de Presidente do Senado, foi convocado diversas vezes para dirigir os destinos do Estado de Goiás e, no



dizer de Joaquim Carvalho Ferreira, “sempre se conduzindo com honestidade e sempre procurando desempenhar as altas funções de modo a merecer os aplausos e o reconhecimento de seus conciliados”. Alcide fez os estudos primários com a Mestra Nhola e cursou Humanidades no Seminário Diocesano Santa Cruz. Em 1925, diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Goiás. Foi um entusiasta da Ciência Geográfica, abraçando o magistério como o grande ideal de sua vida.

* Ademir Hamú é médico e escritor.

Se algum professor faltava à aula, ele o substituía com toda galhardia. Os alunos adoravam. *Dava aula até de Trabalhos Manuais*, conta Aloysio, seu filho.

Foi casado com Josephina da Veiga Jardim Ramos Jubé e deixou os seguintes filhos: José Tancredo, militar da Reserva, que foi assessor parlamentar do ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva. Quando esse tornou-se presidente da República, foi adido militar nos Estados Unidos da América.

Aloysio Jubé, engenheiro arquiteto, formado em 1955, na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Relata que sua especialidade era “residências”. Formado, veio para Goiânia, onde projetou e construiu 3.122 casas na capital. Sua esposa, Olema, acompanhava-o em sua vida profissional, tendo se tornado pioneira em Goiânia a usar papel de parede. Para tanto, fez curso em São Paulo, e estudou Decoração com a professora Vera Viana.

Alcide possui, ainda, os filhos Joaquim Inácio e Caius Emmanuel, que são odontólogos; e Jairo, advogado e ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

José Luiz Bittencourt, em matéria publicada no *Diário da Manhã*, intitulada “O Geógrafo Alcide Jubé”, escreve:

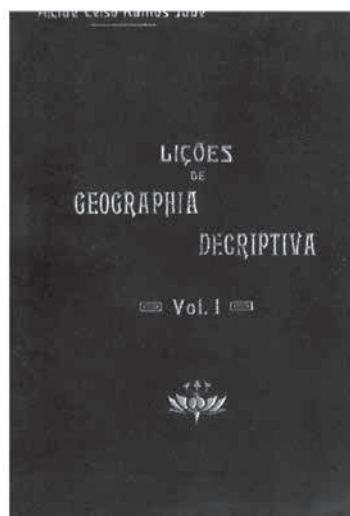
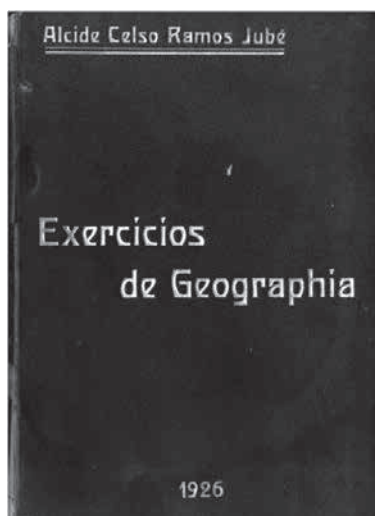
Alcide foi um homem de privilegiada inteligência, erudito e geógrafo de primeiro plano, autor de livros importantes para o melhor conhecimento da terra goiana.

No Colégio Pedro II, aluno ginásiano de Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, ouvi, em visita a eles, já na maturidade, que Goiás tinha um notável professor de geografia, um cidadão de marcante personalidade, modesto, competente e estudioso.

Alcide pertenceu à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e fez parte de sua primeira Diretoria Efetiva, sendo eleito seu 2º vice-presidente.



Professor Alcide Jubé e sua esposa Josephina (sentados) com os netos Maria Elizabeth, Joaquim Inácio Júnior (no colo) e José Carlos. Em pé: Caius, Olema, Aluysio, Tancredo, Madalena, Jairo, Marli e Joaquim Inácio



Foi membro correspondente da Academia de Letras de Goiás e membro honorário do Instituto Industrial do Rio de Janeiro. Foi presidente do Centro Intelectual Católico de sua cidade e Diretor do Asilo São Vicente de Paulo. Publicou, além de *Memória Geográfica e Histórica do Município de Goyaz*, *Ensaio de Chorographia de Goyaz*, Goyaz, Typ. Caetano Alves Pinto, 1919; *A Eurásia e África*, Goyaz, 1924 – edição do autor; *Exercícios de Geographia*, Goyaz, Typ. de A. Patroclo, 1926; *Terras do Brasil*, cidade de Goyaz, 1927; *Lições de Geografia Descritiva*, cidade de Goyaz, 1929.



Seu livro *Exercícios de Geographia*, volume de nº 200, com dedicatória ao Dr. Constâncio Gomes, foi-me apresentado pelo casal Aloysio e Olema. Possui 500 perguntas em sua primeira parte e mais “790 problemas” em sua segunda parte. Foi publicado em 10 de agosto de 1926 e, em sua apresentação, Alcide diz:

O único desejo de prestar um modesto auxílio aos nossos principiantes, com o fito de os preparar, de um modo mais eficaz, a se inscreverem nos exames de Geographia, levou-me a publicar, com muita dificuldade, este pequeno curso de exercícios graduados de “mapa mundi”.

Nele há perguntas interessantíssimas. Vejamos algumas:

- Qual era a estrela que os Phenicios se serviam para se orientarem no Mediterrâneo e no mar Vermelho?
- Qual o número apreciáveis de estrelas que são vistas a olhos desarmados?
- Quantas estrelas catalogou Lalande?
- Qual é a causa provável pela qual muitas nebulosas parecem elípticas ou alongadas?

- Voltado para que ponto cardeal está o Asilo de São Vicente?
- Qual o ponto cardeal que está em frente da Igreja do Carmo?
- Em uma carta geográfica na escala 1:500 000, um milímetro na carta, a quantos metros corresponde no terreno?

Em *Lições de Geografia Descritiva*, um de seus importantes trabalhos, escreve a respeito do valor e do papel da Geografia para os homens:

Evidente que a ninguém é dado desconhecer a utilidade do ensino e conhecimento da geografia, sendo o seu estudo tão útil quão instrutivo e interessante. Todos os homens têm necessidade dos conhecimentos da geografia.

Se não desse à geografia a importância que não pode deixar de ter, não se conheceriam ainda hoje as terras... O comércio existiria somente entre vizinhos, pois não haveria a dilatação dos negócios; este seria somente entre os povos de um país, e não como nos nossos dias, mundial.

Os homens do mar teriam a sua ação restrita ao litoral dos países em que trabalhavam. O industrial nunca poderia desenvolver as suas indústrias, porquanto estas não tinham para onde se escoar.

Os artistas onde iriam buscar motivos para atender a sua imaginação? Os homens de letras, quando tivessem de tratar das ciências, quando chegassem às divisões delas, e falassem da geografia, seriam reduzidos ao silêncio, pois haveriam chegado ao desconhecido.

Do exposto podemos concluir que, sem a geografia e seu conhecimento, o homem – fator – não poderia viver na superfície da Terra, a não ser que quisesse rivalizar com os irracionais. Quase todos os ramos de conhecimentos têm relações íntimas com a Geografia, tais como a Física, a Economia Política, a Astronomia, a História Natural, a Agricultura, a Estatística, a Náutica, a Matemática, a Geologia, etc.

Foi por 20 anos, de 10 de agosto de 1941 a 01 de agosto de 1961, diretor do Ginásio, hoje denominado Colégio Estadual Alcide Jubé, que se encontra localizado à rua Alcide Jubé s/nº, no centro da cidade de Goiás. O prédio é construído em estilo arquitetônico moderno e possui atualmente 15 salas de aulas e amplas dependências. Possui uma biblioteca denominada “Goiás do Couto”.

Em homenagem prestada aos “Grandes Mestres Goianos”, em novembro de 1975, assim expressou a Sra. Olga Saddi a respeito do Prof. Alcide:

Cabelo branco e bem curtinho, olhos vivos e penetrantes, tinha sempre um sorriso para todos. Era infalível seu comportamento no Colégio. Percorria diariamente a mesma rua, testemunha silenciosa de outra caminhada de outro diretor que dedicava carinhosamente seus ensinamentos à mocidade goiana, que reconhece em professor Ferreira e professor Alcide, as qualidades raras de homens que se dedicam ao magistério com entusiasmo, amor, fazendo do trabalho, uma oração.

– Diretor, o professor de história faltou.

– Volta para a sala de aula depressa. Hoje o professor de história sou eu.

Assim, ele substituíria qualquer professor ausente. Sua cultura era vasta e com facilidade extraordinária ele fazia as explicações. Os alunos adoravam a falta de um professor para que o próprio diretor o substituísse. Pela aparência, ninguém diria que era o autor de *Ensaio de Corografia de Goiás*; *Eurásia e África*; *Terras do Brasil*; *Exercícios de Geografia*; *Geografia Descritiva e Memória Geográfica e Histórica do Município de Goiás*.

Pela simplicidade, nem mesmo os funcionários ficavam a par de seus altos cargos exercidos anteriormente à direção do nosso Colégio, como: advogado e professor, amanuense

da Secretaria do Interior e Justiça, diretor, diretor gerente do *Correio Oficial*, oficial de Gabinete do secretário de Interior e Justiça, secretário particular da Presidência do Estado de Goiás, diretor e professor da Escola Normal e oficial do estado de Goiás, hoje Instituto de Educação de Goiás, diretor e professor Catedrático do Colégio Estadual de Goiânia.



Casa em que viveu Alcide Jubé, rua Couto Magalhães, nº 26



O Monumento das três raças

*Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado**

Há 53 anos, em 03 de novembro de 1967, uma sexta feira, era inaugurado na Praça Cívica em Goiânia o “Monumento a Goiânia” ou “Monumento das Três Raças”; também conhecido como “os negrões”; ou ainda “os negões”, ou “monumento ao trabalhador”, ou mesmo “aqueles homens de ferro segurando um trem”, consumido pela população como objeto de arte e história, com seus motivos ideológicos, na fusão das raças na construção da identidade goianiense. De proporções grandiosas, foi feito pelo talento artístico de uma admirável mulher, Neusa Rodrigues de Moraes.

Cinquenta anos depois, o dia 03 de novembro caiu ainda uma vez numa sexta feira e o prefeito na época, Iris Rezende Machado foi, meio século após, o prefeito da cidade, novamente. Coincidências e sutilezas da história na evocação de nossa memória e dos feitos de nossa gente.

Goiânia, década de 1960. A “capital brotinho” com pouco mais de vinte anos de efetiva existência dava os primeiros passos rumo à sua consolidação. Surgida nos altiplanos de Campinas na década de 1930, graças aos esforços de Pedro Ludovico Teixeira, e de todo o povo goiano e brasileiro. Impulsionada pela “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas, a nova capital propiciou outra

* Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado é Sócio Titular do IHGG, Cad. 27

dimensão ao Estado de Goiás que, até então, por um determinismo geográfico de sua antiga capital, Vila Boa, depois Cidade de Goiás, vivia num letargo social e econômico sem precedentes, isolado e desconhecido do resto do País.

A epopeia da mudança da capital, sua transferência e efetiva permanência nos arredores da antiga cidade de Campinas passou por datas emblemáticas: 24 de outubro de 1933, data do lançamento da Pedra Fundamental; 23 de março de 1937, data da mudança definitiva e inexorável do governo e repartições públicas e 05 de julho de 1942, data do Batismo Cultural de Goiânia, que efetivava uma nova cidade no coração geográfico da pátria brasileira, “flor miraculosa do sertão”, como a alcunhou Dom Aquino Correia na missa daquele 05 de julho de 1942.

O desenvolvimento social, econômico, político e cultural de Goiânia foi gradativo, dadas as dificuldades do período da Segunda Guerra Mundial e, também, ao Estado Novo. A iniciativa privada, o sonho da consolidação da cidade e os investimentos foram molas propulsoras para que a nova capital se firmasse no cenário brasileiro, como a confirmação de uma vontade e a tenacidade de um povo em busca de um ideal maior.

E o Monumento à Goiânia confirma esse legado histórico, mesmo tantas vezes visto de forma distorcida.

Quando alcunhados de “negrões” há um erro étnico, pois a raça negra é apenas uma delas que ali se representa; mas tal fato se dissolveu no imaginário popular e pela cor enegrecida que o bronze foi adquirindo com o tempo, muitos imaginam três homens negros sustentando a coluna. Na verdade, ali estão o negro, o branco e o índio.

Algumas pessoas, em errônea interpretação, destacam que o monumento é uma agressão à raça negra, como se somente ela tivesse que trabalhar arduamente para erguer a cidade. Há, pela

internet, um vídeo de animação em que, injuriados pela exploração do trabalho, os três “negrões” derrubam a coluna e a carregam juntos, descem a Avenida Goiás rumo à Avenida Anhanguera e dão, com a coluna, uma tremenda surra no “Bandeirante” no seu pedestal, devido ao fato de que foram explorados pelo processo histórico de ocupação de Goiás pelo “Diabo velho”.

Tal situação mostra que o monumento é, de fato, consumido e interpretado pelo povo em diferentes concepções e entendimentos. Assim, cumpre o seu papel na rotina da cidade, pois têm sua carga de ludicidade.

Ele é, com certeza, um símbolo da cidade, integrado à paisagem da praça, no antes e no agora; tantas vezes utilizado por moradores de rua para descanso, ou para uso de entorpecentes em tantos tempos; pessoas ali assentadas, de olhar perdido na paisagem da cidade, sem rumo, sem destino, na massacrante rotina de exclusão que se vive numa cidade que não é para todos, ou que não abre perspectivas para os que não têm as mesmas oportunidades ao longo da vida.

Numa praça é perceptível a grande quantidade de dores humanas na cadência do dia!

Também ali são vistos, embora com menos frequência nesses tempos bicudos de escasso romantismo, casais de namorados; pais com seus filhos a brincarem (embora haja medo, hoje, na praça, infelizmente) e as crianças que escorregam em uma das pernas mais inclinadas dos “negões”, como é corriqueiro falar; tanto que, ali, nesse pedaço do corpo dele, o bronze é mais brilhante de tanto ser utilizado como rampa pelas crianças com seus pais, ou aquelas perdidas num mundo de abandono e sofrimento pela incúria humana.

O grande cronista goiano José Mendonça Teles, em 1993, escreveu pungente crônica intitulada “Os meninos da Praça

Cívica”, ao denunciar aqueles que, na indignação, dormiam ao relento, sujos e maltrapilhos, na praça da civilidade, em triste ironia, ao conclamar as excelências do poder para alguma solução: “Eu falo, excelência, por essas crianças que não têm culpa de sua indignação, que dormem nas pálpebras do poder e sonham com café da manhã com muito pão, manteiga e mão amiga!”

Os “negrões” da Praça Cívica” foram testemunhas caladas de tantas transformações na história da cidade; umas tristes, outras alegres; movimentação política em comícios históricos, movimentos grevistas, festas juninas, comemorações natalinas, shows diversos, marcando a sequência interminável da vida.

Há sempre alguém por ali, no monumento, que expressa a agitação urbana da metrópole, em diferentes motivos, como parte integrante da paisagem e da vivência dos que caminham ou se arrastam pelas estradas do mundo.

O sentido ideológico do monumento é a representatividade da miscigenação de três raças trabalhando em sintonia e perfeição, na busca da evolução, do progresso e do desenvolvimento à custa do trabalho, para a melhoria da vida do povo goianiense na contribuição de todos para o bem comum. Assim deveria ser, mas, na realidade, tais termos são questionáveis ante o caos que vivenciamos nos dias atuais, infelizmente.

A obra de dimensões grandiosas refere-se ao trabalhador, numa alusão à força física do serviço, o labor braçal na solidificação de um ideal. Fala do imigrante que buscou em Goiânia um novo lar, um novo destino, retratado na figura do branco. Também mostra o índio, antigo dono e senhor dessas terras de Goiás e faz uma homenagem ao negro, com seu labor forçado, a exploração de que foi vítima, para a solidificação da vida.

Historicamente, o monumento foi feito a pedido do Rotary Club de Goiânia e Goiânia Oeste como forma de comemoração

do Jubileu de Prata do Batismo Cultural de Goiânia, que ocorreu em 05 de julho de 1942.

Na verdade, a pretensa data para a inauguração do monumento seria o dia 06 de julho e 1967, como está registrado na placa do mesmo. Mas, a empresa Fundação Artística Paulistana conseguiu entregar apenas duas estátuas, do branco e do índio, fixadas em 05 de julho de 1967. O representante da raça negra só foi entregue depois pelo “Expresso Universo”, compondo a totalidade do monumento, inaugurado há 50 anos, no mês de novembro.

A artista, Neusa Moraes utilizou bronze e granitina, com o tamanho de 700x300x470 cm, com 300 quilos cada um; coluna com inclinação de 89 graus em relação ao suporte. Uma obra de perfeição artística e também técnica, numa harmonia e habilidade invejáveis.

O processo de criação do monumento foi desenvolvido pela artista na definição exata do tema, o estilo, os materiais utilizados, as sessões de foto para a dimensão das posições de cada personagem, em diferentes posições de partes do corpo como cabeça, pés e mãos na sustentação da coluna; bem como desenhos e esboços.

A artista levou por volta de oito meses desde o esboço, depois a maquete, objeto tridimensional em escala reduzida, na visibilidade dos pormenores; a construção das armações de ferro, modelagem em palha e aplicação de gesso, até a fundição em bronze e a aplicação de uma camada de pátina, no sentido de preservar o material e propiciar ao mesmo uma cor desejada. Um longo e desgastante trabalho, mas valioso para a nossa história.

Em 1991 o Monumento a Goiânia foi tombado como Patrimônio da cidade e se incorporou definitivamente ao cenário da capital, primeira escultura de livre expressão instalada no espaço urbano da nova capital do Estado.

Trinta anos depois de inaugurado, em 1997, o monumento foi retirado na figura das três raças e foi levado para o ateliê da autora e passou por uma restauração em virtude das danificações que sofreu nas três décadas de sua existência. Havia danificações e perfurações com prego, muitas fendas e muita sujeira. A autora fez uma camada de patina, revestimentos de granitina na coluna e uma limpeza geral. Em outubro de 1997, o monumento foi recolocado e recebeu a instalação de uma iluminação especial e rampa de acesso para portadores de necessidades especiais.

Desde o surgimento da cidade a partir do lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia em 24 de outubro de 1933, o conjunto arquitetônico da Praça Cívica passou a ser o coração geográfico da nova capital. Em sua forma original, aparecia no local onde hoje está o Monumento das três raças, um obelisco maior, acompanhado de outros dois obeliscos menores, como marcos na cidade que nascia em pleno sertão.

Sabe-se que o obelisco aparece desde os tempos imemoriais, ainda no antigo Egito, como um monumento comemorativo de algo especial para uma determinada comunidade. É constituído de um pilar, geralmente de pedra, em forma quadrangular alongada de maneira sutil, que se afunila ligeiramente em direção à ponta; decorado com inscrições.

Na Antiguidade, esse símbolo ou ícone era sinônimo de proteção e defesa, daí o sentido de apontar para as nuvens, defender como uma arma, as forças negativas vindas do alto. Sua terminação é um arremedo de pirâmide, daí o sentido bem profundo de sua existência. Sua divisão geralmente ocorre como corpo e depois a pirâmide na extremidade.

Há obeliscos famosos na história como o de Washington, do Vaticano, de Paris, de Buenos Aires, de Lisboa, de Matosinhos,

em Portugal, de Belo Horizonte, de Petrópolis e muitos outros. Houve muita crítica quando se retirou o obelisco maior e iluminado de Goiânia para se colocar o Monumento das Três Raças ao ferir o seu aspecto histórico original.

Mas, a história de Goiânia, uma cidade nova, sofreu ao longo dos mais de 80 anos, uma profunda e drástica modificação.

Suas eras distintas bem demonstram a sua identidade, mas, perdeu pouco a pouco a atmosfera de cidade tranquila, com seu belo estilo Art Déco, que foi selecionado para os projetos arquitetônicos desde os primórdios. Eram os ideais de modernidade e progresso preconizados por Getúlio Vargas em sua “Marcha para o Oeste” e também pelos idealizadores e fundadores do estadonovismo.

A cidade, ao longo de sua história, contou com três Planos de Urbanização, traçados por autores e concepções distintas e que pouco a pouco definiram sua existência.

O primeiro plano, 1933-1935, foi criado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, quando seguiu, com requinte para o tempo e para o sertão, o modelo das cidades da França, como bucolismo e a identidade com o requinte.

O segundo, 1936, do engenheiro civil Armando Augusto de Godói, o das cidades-jardins da Inglaterra; também com grande beleza para uma cidade ainda esquecida e perdida no Oeste brasileiro. O terceiro plano foi projetado pelos engenheiros irmãos Coimbra Bueno - Abelardo Coimbra Bueno e Jerônimo Coimbra Bueno, com modificações dos dois anteriores.

O primeiro plano urbanístico, o de Atílio Corrêa Lima, que era sócio e representante da empresa P. Antunes Ribeiro e Cia, do Rio de Janeiro, foi iniciado pelo núcleo central ou centro cívico, em forma de ferradura, o miolo da cidade, de onde nasce e se expande em raios distintos, atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Era o ponto de convergência para todas as direções na nova cidade, com demonstrações cívicas e regionais, na denominação dos rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, em circulação giratória.

Na Praça original, encabeçada pelo Palácio das Esmeraldas, guarnecido pelos três obeliscos pontuais, um maior no centro e dois menores na lateral a caracterizar a conquista pós-Revolução de 1930.

O obelisco maior durou pouco mais de trinta anos, quando foi destruído em 1967 para colocação do Monumento concebido pela argúcia artística de Neusa Moraes, que iniciou sua pesquisa escultórica, ao realizar um trabalho neoclássico e depois arte moderna em estilo realista e expressionista.

O obelisco central funcionava também como uma luminária, que foi projetada pelo engenheiro/arquiteto José Neddermeyer, com características do Art Déco. Esta luminária/obelisco homenageava os trabalhadores anônimos que construíram Goiânia.

O combativo jornal *Cinco de Março*, de 10 de julho de 1967, na época em que o monumento ainda não havia sido inaugurado, publicou na coluna “Café de Esquina” a charge “Aprenda a ver as coisas”, que comentava sobre a atitude dos governos autoritários que, com mão de ferro, impunham a diluição da arte aos olhos dos goianienses, na retirada de um obelisco da época da construção da Capital para ceder espaço aos “negrões pelados”; o que eram agressivos à história, por não perpetuar a memória, e ao presente, por agredir os olhos dos transeuntes.

Nesse tempo, a coluna era assinada por Zeca Nacionalista e Zé Chapa branca, com ilustração de Fróes. O escritor-jornalista Carmo Bernardes publicou na época, o artigo “Deu azar no Monumento” ao comentar de forma crítica que o Rotary Clube, responsável pela encomenda do objeto recebeu vinte milhões dos Governos Estadual e Municipal, ao denotar o absurdo de se pagar

para enxovalhar a história e escancarar a imoralidade naqueles tempos.

Em seu artigo no *Cinco de Março* de 31 de julho de 1967, continua o enfoque da nudez. “(...) eram para ser postos apurando o poste foram esculpidos peladinhos como se nasce, e pretos que alumeia. (...) Deliberaram cortar as partes-de-baixo dos dois, sem atinarem que as estátuas eram ocas”, Ou seja, foram colocados calções nas estátuas para não se ferir o pudor público.

Muito se especulou sobre o preço do Monumento e aventou-se sobre sua retirada e o retorno do obelisco/luminária: “O Otávio decidiu mandar tirar os Negrões da Praça Cívica” e, ainda no ano seguinte se discutia que o Estado havia arcado com dez mil cruzeiros novos para o Monumento que, ao todo, ficou no preço de 65 mil cruzeiros novos. O aludido Otávio era o governador do Estado, Otávio Lage de Siqueira.

A autora dividiu seu trabalho em fases que abrange o figurativo e o abstrato geométrico. Explorou com harmonia os opostos das superfícies planas e em relevo, criando diferentes texturas. Pela cidade de Goiânia espalham-se trabalhos de sua lavra, na sensibilidade de sua alma enlevada.

De toda a forma, o Monumento foi inaugurado e embelezou Goiânia, tornando-se seu símbolo, na concepção do mundo pela ótica de uma admirável mulher.

Neusa Moraes consagrou-se como uma escultora do bronze, mas utilizava, também, a esteatita e a madeira. Sua variedade de estilos e formas, na suavidade de seus traços, deu-lhe a consagração, mas, também, muitos dissabores.

Como arguta pesquisadora em sua área de atuação, selecionou, nos anos oitenta, madeiras de várias regiões brasileiras para produzir uma pesquisa que resultou na produção de obras onde se pode encontrar 33 tipos diferentes de madeira na criação de

expressivos contrastes de cores em tons claros e escuros, formas e modelos importantes para o desvendar de nossas possibilidades no campo sutil da escultura.

Para essa ilustre vilaboense, o artista não via a técnica como algo imutável; mas teria que ser fruto de experiências, no manejo de diferentes materiais, para inferir novos processos, novas técnicas em seu trabalho, ao recriar novas expressões. No seu parecer esse era o amadurecimento do domínio da técnica.

Vários jornais naquele novembro de 1967 noticiaram a auspiciosa inauguração do Monumento das três raças em Goiânia: “O Monumento à Goiânia - homenagem às três raças que a construíram - (o negro, o branco e o índio) foi inaugurado ontem” (*O Popular*, 04 nov. 1967).

O *Boletim mensal do Rotary* trouxe na capa da edição de novembro de 1967, a imagem do Monumento e abaixo a legenda: “A homenagem dos Rotary Clubes de Goiânia e Goiânia-Oeste, aos construtores desta linda Capital, está perpetuada neste monumento erigido na Praça Cívica”. Era uma legenda de perpetuidade do trabalho rotariano em terra da nova capital, na concepção de seu grande presidente à época, o notável médico Dr. Luiz Rassi e a presidente da Casa da Amizade, a escritora Lygia de Moura Rassi, mulher culta e admirável, ambos falecidos.

Naquela sexta-feira, 03 de novembro de 1967, há 50 anos exatamente estavam presentes à solenidade de inauguração do Monumento a Goiânia o Sr. Jacy de Assis, representando o Governador Otávio Lage de Siqueira; Íris Rezende Machado, Prefeito de Goiânia; Dr. Luiz Rassi, Presidente do Rotary Goiânia; Elias Daher, Presidente do Rotary Goiânia-Oeste; Venerando de Freitas Borges, primeiro Prefeito de Goiânia; da escultora Neusa Moraes, criadora do monumento e diversas autoridades civis e militares, além de populares e curiosos.

Era uma concepção inovadora para o que se alcunhou de arte pública, que, em Goiânia, já existia desde 1937, há 80 anos, quando se iniciou a implantação de monumentos na cidade, como o busto do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, de Zaco Paraná; a estátua do Bandeirante, de 1942, de autoria de Armando Zago; a escultura da CELG, de Arturo Dazzi, de 1958; o busto de Latif Sebba, de 1966, de autoria de Angelo Ktenas; o busto do Padre Pelágio Sauter, de 1964, de Luis Morroni; o busto de Antonio Perillo, na Praça A, de 1966, de autoria de Angelo Ktenas; o relógio da Avenida Goiás, de 1942, autoria de Américo Vespucio Pontes, com relógio Michelini, torre de alvenaria revestida com pó de pedra e malacacheta; busto de Lygia Rebelo, de Pèclat de Chavannes, de 1961; busto de Abrão Rassi, de Angelo Ktenas, de 1966; busto de Antonio Lisita, de Matheus Fernandes, datado de 1959; busto de Dona Gercina, de Angelo Ktenas, datado de 1951; o Coreto da Praça Cívica, de Jorge Félix de Souza, datado de 1942, além de outros que, hoje, povoam o cenário da cidade, tão desprezados e esquecidos do grande público.

Ao longo das cinco décadas, o Monumento a Goiânia sofreu todo tipo de reação positiva e negativa. Muitos críticos especializados destacaram a similitude entre as figuras, ou seja, eram iguais; em nada ostentando as três raças aludidas. Segundo estes, as três estátuas não possuíam características próprias da etnia a que se referiam. Por isso eram chamados de “negrões”, pulverizando-se as raças branca e indígena.

Também a pudicícia popular não poupou as estátuas que possuíam órgãos salientes, e exigiu-se que fossem mutiladas e, nelas, colocados calções. Durante décadas foram desenhados nos mesmos, alusões às genitálias, e eram colados neles, no local das partes íntimas, falsas genitálias de todos os tipos e tamanhos. No Natal de 1967, receberam o Papai Noel, que lhes trouxe ternos para que fossem vestidos.

Muito se discutiu que os mesmos eram cansativos de se verem cotidianamente; que eram “presentes de grego” ferindo a paisagem. Em 25 de julho de 1978, o Monumento sofreu mais uma violência em sua estrutura física. Vândalos passaram nas estátuas uma mistura de cola e tinta, deteriorando em muito a beleza da mesma. Foi preciso que a autora, Neusa Moraes, fosse ao local e fizesse uma avaliação dos danos. Foi muito cansativa a restauração, com solventes e formões, com a ajuda dos servidores municipais, longos dias foram gastos no difícil trabalho.

Ao longo dos anos também foram testemunhas de muitos acontecimentos. Foram colocados chapéus nos mesmos, suas unhas foram pintadas com tinta e desenhadas florzinhas minúsculas e “francesinhas”; alusão homossexual aos mesmos; neles se escreveram palavras horríveis e críticas ao governo.

Foi consumida literalmente pelo povo, numa triste realidade de desrespeito ao patrimônio público. Porém, muitos turistas e famílias de todos os lugares ali também vivenciaram dias felizes de passeios memoráveis.

Assim é a vida e assim são os lugares.

Também houve a campanha “Eleja Goiânia”, que envolveu o Monumento. Foi uma promoção do Banco Itaú e a Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia, em 1999. Toda a população foi convidada a eleger um símbolo capaz de caracterizar a Capital; um ícone que falasse por Goiânia.

Assim, nas cédulas, a população podia votar em uma das seis opções indicadas ou no espaço em branco sugerir outra. Entre as opções encontravam-se: o Monumento aos Bandeirantes, Monumento às Três Raças, Bosque dos Buritis, Parque Vaca Brava, Praça Cívica e Antiga Estação Ferroviária. Todos eram pontos essenciais da história goianiense. O Monumento à Goiânia ficou em segundo lugar, perdendo para o Bosque dos Buritis. O

Dr. Luís Rassi, deliberou em favor do Monumento por ser ele no ponto zero de Goiânia e remeter ao ideário dos que se dedicaram a erguer Goiânia em meio ao cerrado.

Assim os anos se passaram sobre o Monumento e sobre Goiânia. Passou, inclusive, para aquela admirável mulher e artista, tão plena de talento. Sua criadora, tão talentosa e ao mesmo tempo singela, Neusa Rodrigues de Moraes nasceu na Cidade de Goiás em 1932 e faleceu em Goiânia em 2004.

Residiu em Goiânia e fez seus estudos artísticos em São Paulo. Foi professora da FAV-UFG, pesquisadora, que utilizou materiais como bronze, madeira e esteatita em suas belas composições. Era membro da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Recebeu várias premiações no Brasil e no exterior. Dentre outras obras destaca-se o monumento a Pedro Ludovico (que tantos dissabores lhe deu), o painel bellissimo em madeira no auditório do IFG, além dos bustos de Heitor Fleury, Doralice Lisboa, Pedro Ludovico, Delmiro Paulino da Silva, Clenon de Barros Loyola, Paulo Torminn, Gercina Borges, Alberto Rassi, Mariana Rassi, Saint-Hilaire e muitos outros. Sua obra tão linda se espalha por ruas e edifícios em Goiânia; fruto de sua sensibilidade aguçada, sua singeleza, sua bondade. Uma mulher de estatura pequena, de alma tão grande e espírito elevado.

Neusa Moraes foi, também, membro efetivo e fundador da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás; consagrou-se como ativa colaboradora dos ideais de Rosarita Fleury na valorização dos trabalhos artísticos da mulher de Goiás.

A grande artista realizou diversas exposições como - 1958/63/64: Participou do VII, XII e XIII Salão Paulista de Arte Moderna, premiada nos três com Medalha de Prata, Medalha de Bronze e Prêmio Aquisição, respectivamente. 1962: Prêmio Cidade de Santos no IX Salão de Belas-Artes de Santos, SP. 1966:

Realizou individual no Clube Militar de São Paulo. 1967: Medalha de Prata no X Salão de Artes de São Bernardo do Campo, SP. 1967: Participando de diversas edições do Salão Paulista de Belas-Artes, recebeu Medalha de Prata em 1960 e 1961, Medalha de Ouro em 1963, Grande Prêmio Governador do Estado em 1977 e 2º Prêmio em 1978. 1974/76: Participou das Bienais de São Paulo e da sala Realidade de Goiás, anexa à XII Bienal Internacional de São Paulo, em 1975. 1977: Salão de Arte Frei Confaloni, Goiânia. 1977: Coletiva “Esculturas no Calçadão”, promoção da Casa Grande Galeria de Arte, Goiânia. 1998: Como convidada, participou da coletiva “60 Artistas nos 60 Anos do Jornal O Popular”, na Fundação Jaime Câmara.

Dentre os depoimentos mais importantes que deixou pode-se citar a sua filosofia de vida:

“Eu nunca me arrependi de nada do que fiz. Acho que não nasci para o casamento, pelo menos para o casamento tradicional, mesmo porque eu teria dificuldades de conciliar a minha profissão com uma vida doméstica, de esposa, dona de casa e de mãe. Mas eu me sinto casada. Eu me casei com a arte e sou uma mulher realizada”.

Sobre o sentido e o significado da concepção artística, a autora mostra o sentido histórico da arte na valorização da vivência daquele que cria algo novo e imperecível: *“A arte é uma coisa séria (...) é também uma forma de denunciar qualquer fato, em qualquer época”*.

Sobre o difícil e complicado trabalho da estátua de Pedro Ludovico sobre o cavalo, a artista ressalta:

“Eu garanto que não foi pelo dinheiro. Aceitei para resgatar a história e conquistar a perpetuação do meu nome

enquanto artista. O político normalmente é esquecido, mas o artista é quem realmente vende a imagem do país, pois vive para a eternidade. O que vem da cultura é o que permanece diante de uma civilização (...) O representante da cultura é quem lança o país diante do mundo”.

Assim caminha nossa história. O Monumento das três raças, ou Monumento à Goiânia, ou os negrões, aí estão no cenário de nossas vidas. Eles representam mais que um ícone da capital nesses seus mais de 80 anos. São pedaços da alma sutil de uma inesquecível artista, da concepção de beleza própria de um tempo; do sentimento de identidade de uma época, a demonstrarem que uma cidade é feita de pedaços de emoções e almas incendiadas pelo dever cívico de ampliar o futuro. Feita, ainda, de dores, sofrimentos, desilusões e descaminhos, na caótica vivência urbana de agora.

E o futuro é apenas um pedaço minúsculo da eternidade!

Bento Fleury (Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado).

Licenciado em Letras e Linguística pela UFG. Especialista em Letras e Literatura pela UFG. Mestre em Letras e Linguística pela UFG. Mestre em Geografia pela UFG. Doutor em Geografia pela UFG. Professor e poeta.
bentofleury@hotmail.com



Modelos vivos que serviram de modelo ao monumento.



Capa da Revista do Rotary Clube nos 60 anos de Goiânia.



Capa da Revista Foco que identifica o obelisco/luminária, antes do Monumento às Três Raças.



O Monumento com a colocação de um chapéu sobre uma das figuras.



O obelisco/luminária visto de perto



Selo alusivo aos 70 anos de Goiânia com seus ícones, inclusive o Monumento



Vista de Goiânia com o antigo obelisco



Placa do carro de boi que fez o trabalho de carrear cimento e madeira para a construção da praça e adjacências.



Cartão natalino utilizando a figura do Monumento



O antigo obelisco visto a partir do Coreto



O monumento como cartão postal de Goiânia nos anos de 1970



Detalhes do monumento



Linda vista com a iluminação do monumento



Monumento às Três Raças, ou Monumento à Goiânia, na nova Praça Cívica, reinaugurada em 24 de outubro de 2015.



Neusa Moraes, a grande artista de sensibilidade e emoção



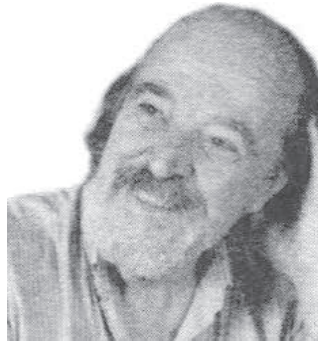
Iris Rezende Machado, aquele que inaugurou o Monumento como Prefeito de Goiânia há 50 anos e, novamente no comando da capital agora no seu cinquentenário. Experiência e vida que se alongam no tempo nas histórias e enfrentamentos de cada um.

Aldair da Silveira Aires: além do peixe na telha

**Aldair da Silveira Aires, talentoso na arte da mesa,
na arte da interpretação e na arte da produção poética.**

*Ubirajara Galli**

Conheci Aldair na época em que ele era proprietário do Restaurante Forno de Barro, localizado no Setor Sul, Goiânia, na segunda metade da década de 1970. Sua casa gastronômica era o ponto de encontro natural dos artistas goianos e de outros estados. Se havia apresentação de uma peça teatral, show musical de outras bandas do



Aldair da Silveira Aires

país em Goiânia, era lá para que os seus protagonistas se dirigiam, após as apresentações, para jantar, tomar umas e outras, sobretudo, confraternizar com os artistas locais.

Nas paredes do restaurante ornadas com poemas pinturas, era possível avistar também assinaturas de famosos vilaboenses como Cora Coralina, Octo Marques, goianos de coração como João Bênnio, de famosos nacionais como Eva Todor e Paulo Autran. O prato principal da casa, além desse farto *free couvert* artístico, era o Peixe na Telha, inventado pelo Aldair em parceria com

* Ubirajara Galli, Sócio Titular do IHGG, cadeira nº1 e presidente da Academia Goiana de Letras.

o amigo e escritor Bariani Ortencio, hoje, um prato degustado mundialmente.

Aldair, o *Chef*, poeta e excelente intérprete, além de comandar a cozinha, exercer de mesa em mesa, um excelente trabalho de relações públicas, acumulava a função de superintendente de Cultura, no governo de Irapuan Costa Júnior, quando foi empreendida a mais significativa reforma do Teatro Goiânia, inaugurado artisticamente em 1942, com uma peça teatral interpretada por Eva Todor.

Filho da cidade de Catalão, Aldair nasceu no dia 19 de janeiro de 1942, na terrinha do poeta Ricardo Paranhos, foi amigo de infância e adolescência do escritor Geraldo Coelho Vaz, juntos tomaram gosto pela literatura, promovendo com outros amigos, estudos literários e recitais poéticos. Mais tarde residindo em Goiânia, Aldair foi ungido, em 1963, primeiro presidente do GEN – Grupo de Escritores Novos, que revelou importantes talentos como Yêda Schmaltz (maior voz da poesia feminina goiana de todos os tempos), e o próprio Geraldo Coelho Vaz.

Aldair, temperamental ao extremo e dócil na mesma proporção, um dia chutou o balde, vendeu o restaurante, foi para o litoral Sul da Bahia, residindo na cidade de Nova Viçosa, onde abriu um restaurante na orla marítima. Coagido pela solidão (conforme ele me revelou), da vida e de fregueses, no período de baixa temporada, retornou à Goiânia, junto com a segunda esposa Cléia e os dois filhos do casal: Leandro e Fabiana.

Curta foi a sua parada na cidade erguida por Pedro Ludovico, foi ancorar seu barco familiar às margens do Rio Araguaia, na cidade de Aragarças, para ministrar aulas na Universidade Federal de Mato Grosso, na vizinha Barra do Garças. Até então, essas cidades nunca tinham visto tamanha agitação cultural, provocada pela presença de Aldair. Em uma das suas agitações, ajudei

o Aldair a realizar um concurso de poesia falada em Aragarças, no ano de 1988. Nesse concurso vi o bigode peculiar do Aldair literalmente se entornar, sua face enrubescer feito um saudável pimentão e enrugar como um maracujá: no momento da revelação dos vencedores do concurso, o poeta Pio Vargas - uma das melhores revelações poéticas de Goiás, abortado da vida em pleno voo - insatisfeito com a sua terceira colocação obtida, ao pegar o cheque relativo à sua premiação, rasgou-o em pedacinhos, jogando seus restos mortais sobre a mesa da comissão julgadora. Eu que compunha a comissão julgadora vi boiar sobre a cerveja no meu copo pelo menos uns dois pedacinhos do cheque. No entanto, passados uns meses, Pio e Aldair já se haviam reconciliado.

De volta a Goiânia, na Universidade Federal de Goiás, onde havia se formado em Letras Modernas, Aldair fez mestrado em Literatura Brasileira e Linguística. Aposentado por motivo de doença da Universidade Federal do Mato Grosso, mais uma vez Aldair chutou o balde e foi se abrigar na centenária cidade de Bonfim, atual Silvânia. Lá, voltou com tudo o seu ativismo cultural, motivado, sobremaneira, pelo então secretário de cultura do município, Cleverlan do Vale. Foram sete anos de intensa vida bonfinense. Até que vencido pelo câncer, faleceu às seis horas da manhã do dia 15 de maio de 2007.

Além do peixe na telha, Aldair deixou também um saboroso cardápio de livros de sua autoria, entre versos e prosa. O que ele deve estar aprontando do lado de lá, só mesmo Deus para saber.

Será que todo dia é mesmo dia de índio?

Antônio Teixeira Neto*

Há exatos 500 anos Cortez, com alguns trabucos, meia dúzia de cavalos e uns poucos homens, deu início ao flagelo das Américas, ou melhor, à destruição de impérios: o primeiro a ruir foi o império dos astecas no México, em seguida, o império dos incas, nos altiplanos andinos. No Brasil, em 22 de abril de 1500, ingênuos índios, das praias, viam aqueles homens que saíam do mar como se fossem deuses! O encantamento da chegada – naus com velas com a cruz de Cristo, homens barbudos e, como dizia Darcy Ribeiro, “fedentos”, mas diferentes – os embevecia!

Quase todo escrito ou crônica que se faz sobre o índio brasileiro todo 19 de abril, começa geralmente assim: *“hoje é dia do índio! Vamos, então, como qualquer outro dia, comemorar!* Comemorar é uma palavra mágica, mas, cada vez mais, alienante (nos afasta do real sentido do dia disso ou daquilo), porque parece que o que importa mesmo, é comemorar! Então...

Não que não haja fatos que justifiquem não se lembrar que todo 19 de abril é *Dia do Índio!* Praticamente, quase todos os dias, imagens mostradas pela mídia, principalmente a TV, falam mais fortes, e convincentemente, que qualquer crônica ou artigo a respeito do assunto. Basta clicar em *sites* de ONGs sérias, como o CIMI, para se inteirar de relatos, depoimentos e imagens pungentes

* Antônio Teixeira Neto é Sócio titular do IHGG, Cad. 14

sobre o flagelo a que, hoje e agora, nossos índios são submetidos. Infelizmente, em cidades próximas a aldeias, em que índios aculturados curtem nas calçadas trocas de mensagens em *smartphones*, parecem mostrar que enquanto a *Covid-19* já é para os brancos um flagelo, para eles isso nunca chegaria. Ilusão atroz, porque enquanto querem viver vida de branco, que os encanta e seduz, suas terras são invadidas por fazendeiros-grileiros, garimpeiros e, sobretudo, madeireiros. “*Produzir é o que importa!*”, dizem eles.

O governo federal atual tudo isso vê e, inacreditável, tudo isso também incentiva! Realmente, sejamos brancos ou índios, estamos vivendo novos tempos e novos flagelos. Como sabemos, os garimpos (autorizados em terras indígenas pelo governo), como as queimadas e desmatamentos que avançam sobre o que é protegido por lei, detonam o meio ambiente. E há quem pensa que garimpeiro só trabalha com as mãos! As atitudes incorretas de homens e mulheres que acham que terra indígena não tem que existir, advêm de uma só fonte: aquela alimentada pelo *establishment* político e financeiro, que veem nelas um grande desperdício de riqueza. Se esquecem de que são nessas mesmas terras que moram a sobrevivência e a felicidade futuras de nossos filhos, netos, bisnetos, tataranetos. Ana Bella agradece! Não é de hoje que, sem ser, digamos, especialista do assunto, venho me preocupando com essa questão. Se antes, eram as doenças sexualmente transmissíveis (DST) que infestavam e matavam os índios (sífilis, varíola, aids...), hoje é um inimigo invisível – a *Covids-19* – que não poupa nem a eles e nem aos brancos: tudo se iguala. Mas, para os indefesos índios de nossas mais profundas florestas – os *Yanomamis*, por exemplo –, que ainda vivem como há dez mil anos, essa nova peste do século XXI é o *Senhor da Morte!*

Há anos, então, venho abordando a questão do índio, não como uma questão meramente antropológica, mas, sobretudo,

humana. Sem nenhuma outra pretensão, senão a de mostrar a injustiça e o ódio que perduram entre nós contra o indivíduo indígena, insisto em dizer que sem a sabedoria indígena – dita e praticada na aldeia –, o Brasil deixará de ser uma nação exemplar no que concerne à proteção do seu meio ambiente em todos os sentidos.

Em um primeiro escrito (2006), sublinhava que o ser humano juvenil, alegre e, sobretudo, livre em seu modo de ser que, no começo, era o índio, só existe na nossa imaginação e nas caricaturas literárias que se fazem sobre ele e, cada vez mais raro, nas tribos não contatadas que ainda vivem na Idade da Pedra. Naquela ocasião, enfatizava também que a simples pronúncia da palavra “índio” já despertava nas pessoas reações das mais diversas: para algumas, devido ao modo de vida indígena, ela teria relação com pureza, inocência e até mesmo candura; para outras, ou melhor, para a maioria, ela estava equivocadamente associada a premeditação, selvageria, ódio, violência, malignidade e até mesmo traição.

Anos depois (2013), evocando Darcy Ribeiro, pintava-se uma das mais belas aquarelas de nossa terra: a de como era o Brasil dos índios assim que por aqui chegaram os descobridores portugueses:

Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver [...]

E foi assim que tudo começou na *Terra Brasilis*: um choque brutal entre duas maneiras opostas de ver o mundo – a dos índios e a dos descobridores. Infelizmente, 520 anos depois, pouca coisa mudou na relação entre índios e brancos em nossa terra, pois, de

um lado, o homem branco e todo o seu aparato de guerra, ainda rondam as terras indígenas; de outro, o índio, praticamente cercado e indefeso, continua ameaçado pela ambição dos brancos.

Em todos esses escritos, ao focar a questão do índio no Brasil em geral, ou em qualquer outro recanto desse imenso planeta Terra, enfatizava-se que sempre se encontrariam desvios retóricos para afirmar que estávamos diante de um problema insolúvel. De um lado, se situavam pessoas e instituições que viam o índio como criatura humana e seus territórios como espaço essencial à sua sobrevivência material e espiritual; de outro, haviam forças poderosas que sistematicamente se opunham a qualquer medida que contrariasse interesses de grupos privados também poderosos e que, por isso mesmo, não arredavam os olhos das terras indígenas. Na ocasião, discursava-se um pouco sobre o papel de entidades nacionais que se ocupavam – e ainda se ocupam dos índios: a FUNAI e o CIMI, por exemplo.

À FUNAI, cujo Regimento só foi aprovado em 1993, 26 anos após a sua criação, dentre outras funções, competia primordialmente promover sob todos os aspectos o bem-estar dos índios, proteger, levantar, demarcar e homologar seus territórios e garantir o direito de permanecerem como índios, só intervindo apenas quando qualquer fator colocasse em risco a sobrevivência e organização sociocultural dos grupos indígenas. Não se sabe se ainda é este o seu papel.

Com relação ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972 e vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ele era até então a instituição que mais esforços vinha despendendo para fazer prevalecer os direitos dos índios estipulados nas leis brasileiras. Seu objetivo primordial seria *“defender a garantia do direito à diversidade cultural do índio brasileiro”*. Na verdade, esse objetivo primordial fora estabelecido para se

“contrapor à filosofia do Estado brasileiro, que assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária”. Sua missão seria, portanto, diferente da que era estipulada para a FUNAI e, por esse motivo, sua preocupação maior era com a condição humana do indivíduo indígena, com vistas a valorizar essencialmente seu modo e suas formas originais de organização social e cultural. Pelo amor que desde o início sempre dedicou à questão indígena, o CIMI deve ainda trilhar pelo mesmo caminho.

Voltando às primeiras linhas deste artigo, repete-se a pergunta: o que mudou para nossos índios 520 anos depois que os barbudos “fedentos” chegaram às praias brasileiras? Para alguns, como aquele índio que queria levar vida de branco, abandonando a tribo para habitar a favela, só restaram desilusões e uma dura realidade: *“o mundo aqui fora é sujo e sem saída; não tenho mais como retornar; não saiam daí”*, aconselhou aos que ficaram em casa – a tribo. Para outros, senão a maioria, como lamentava um velho cacique guarani em uma reportagem mostrada na TV Cultura há 16 anos, o mundo deles está diminuindo de tamanho: *“a terra antes era grande; tinha mata, hoje não tem mais mata, porém, o que nós mais precisamos é de terra, água, mata; aqui, no meio do que restou, nós estamos abandonados; quero terra para minha família; não quero morrer assim; Deus criou isto tudo para nós, mas não temos mais terras; elas têm muitos donos; Deus castiga o mal que estão fazendo para nós, porque ela (a terra) está diminuindo”*.

Deixando em aberto a pergunta mostrada no título deste texto, gostaria de ter poupado adjetivos ao focar mais uma vez esta questão, mas, ao que parece, isto é praticamente impossível. Ora, assim que chegaram os descobridores, aos índios, como relatara Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* – seu último legado ao entendimento da sociedade a que pertencemos –, só restou mesmo o deslumbramento inicial, pois, as concepções diferentes que

ambos os lados tinham do mundo, da vida, da morte e do amor se chocaram cruamente. Mas, como que dando colorido poético à dura realidade dos índios brasileiros, o antropólogo resume em poucas palavras como foi o primeiro encontro entre as duas culturas: *“esplêndidos de vigor e beleza, (os índios) viam, ainda pasmos, aqueles seres que saíam do mar!”* Desde então, todas as instituições que os europeus trouxeram consigo – exércitos, polícias, parlamentos, igrejas – recaíram sobre os índios como um flagelo.

Finalizando, pergunta-se: o que restou daquele encantamento inicial em que brancos e índios se viram pela primeira vez nas praias brasileiras? O resumo dessa história pode ser lido nestas poucas palavras tiradas de relatos indígenas: restaram culturas destruídas, lugares rebatizados, lembranças e histórias apagadas e imagens de guerreiros valentes, indomáveis, que, como sublinhado no início, só existem nos livros e nos relatos mais antigos e que, em pouco tempo, desaparecerão de nosso imaginário. Hoje não mais se percebe a velha maneira de contar histórias – ela também não mais entusiasma os jovens –, mas os problemas enfrentados são praticamente os mesmos. Na verdade, os conflitos humanos com relação aos índios não mudam, pois, o cotidiano das relações pessoais e institucionais acerca deles continua praticamente o mesmo, ou seja, mudaram-se apenas o vocabulário e a intensidade dos conflitos, enquanto que as interrogações – *“será que todo dia é mesmo dia índio?”*, por exemplo – continuam girando em torno de uma só realidade.

Realmente, como sempre dissera Orlando Villas Boas, não há lugar para o índio na sociedade dos brancos, do mesmo modo que não há lugar para os brancos na sociedade dos índios: cada qual deve viver no seu quadrado!

Vereda Encantada, 19 de abril de 2020

História e arqueologia para um estudo de caso em Ipameri-GO

*Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz**

RESUMO

Este texto reúne, de forma breve, alguns apontamentos técnico-científicos sobre a arqueologia em Goiás, reflexões sobre a ocupação humana da região do território do Planalto Central e a análise acerca de um machado indígena feito de rocha básica polida, localizado no território do município de Ipameri-GO. Como apontado pelo texto, por parte da arqueologia, ainda há muito por se descobrir e resgatar sobre as populações ancestrais dessa região sudeste de Goiás.

Palavras-chave: Arqueologia, ferramentas líticas, índios Kayapós¹, Planalto Central, Ipameri-GO.

* Padre da Diocese de Ipameri, atualmente pároco de Cumari e Anhanguera-GO.

1 Conforme define a norma estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na I Reunião Brasileira de Antropologia no ano de 1953, de como devem ser grafados os etnônimos indígenas, neste artigo, optamos por usar o etnônimo “KAYAPÓ” nos trechos onde são textos nossos. A norma de 1953 definiu que os etnônimos indígenas não devem ser grafados com flexão de número e gênero, sendo utilizada a letra inicial maiúscula e as letras “c” e “q” devem ser substituídas pela letra “k”. É facultativo o uso de inicial maiúscula quando os etnônimos forem utilizados como adjetivos. Entretanto, no decorrer do texto, onde são feitas citações, mantivemos o que foi usado pelo autor, o que pode fazer aparecer o etnônimo com uso diverso do estabelecido na norma.

1 – Homo-cerratensis: ocupação humana do planalto central

Segundo Imrhild Wüst, “A ocupação humana da área que corresponde ao Estado de Goiás recua até 9.000 anos a.C.” (WÜST, 2001, p. 13). Semelhantemente, corrobora Paulo Bertran, citando Altair Sales Barbosa, referência na arqueologia goiana, afirma que: “No atual estágio das pesquisas, 12 mil anos é a mais antiga datação da presença do homem no Planalto Central (...)” (BERTRAN, 2000, p. 6). Barbosa faz uma abordagem das origens das populações que vieram para o continente americano e explica como se teria dado esse processo de chegada e ocupação do território por esses povos:

Quando chegaram à América, todos os ameríndios² já eram “*Homo sapiens, sapiens mongoloide*”, originários da região que hoje corresponde à Mongólia.

Embora todos fossem descendentes de um mesmo tronco racial, já existiam marcantes diferenciações culturais, refletidas na cultura material, nos sistemas sociais de organização e possivelmente na língua falada entre os grupos que aqui chegaram.

Mas existiam também muitas semelhanças, principalmente na obtenção de alimentos – todos tinham sua economia baseada na caça e na coleta, e na busca de abrigos naturais para se protegerem das intempéries do tempo e garantirem sua sobrevivência.

Organizadas em pequenos grupos clânicos, as populações ameríndias do novo Continente foram obrigadas a um isolamento geográfico por longo tempo, o que contribuiu para aumentar ou fazer surgir uma diferenciação linguística acentuada

2 O termo ameríndio é aplicado às populações que viviam nas Américas antes da chegada de Colombo.

No Brasil Central, as diferenciações linguísticas, os sistemas de organizações sociais e ideológicos foram se sedimentando ao longo do tempo, aumentando a diferenciação entre os grupos ou povos.

A maior parte deles inventou ou incorporou novas tecnologias ao seu cotidiano, como a cerâmica, as ferramentas de pedra polida e a domesticação de algumas espécies vegetais, desenvolvidas localmente ou aprendidas por intercâmbio, cujo impacto positivo se refletiu no crescente demográfico. O que se constata, como regra geral, e que leva a concluir, com boas razões, é que os primeiros habitantes encontrados pelos brancos nos diversos locais do Cerrado foram os que se desenvolveram e se adaptaram nesse local por séculos. Até o contato direto, esses povos não foram afetados em sua estrutura demográfica e cultural (BARBOSA, 2016).

Sobre o modo e estrutura dos abrigos humanos no Brasil e também em nossa região Centro-Oeste, Bertran afirma que: “De maneira geral, a ocupação humana em abrigos rochosos – grutas, lapas, paredões de pedra, etc – revelou-se aqui esporádica, conquanto rica em desenhos rupestres e objetos líticos” (BERTRAN, 2000, p. 6). No seu texto, Bertran argumenta que embora a arqueologia europeia tenha obtido grandes resultados nas pesquisas feitas em cavernas, devido aos períodos prolongados de inverno europeu, que levavam os antigos habitantes a permanecerem longos períodos abrigados nelas, o mesmo não pode ser facilmente transposto para a arqueologia a se realizar no ambiente brasileiro tropical, devido às suas oscilações de umidade e calor que influenciavam na existência de outros tipos de abrigos dos grupos humanos que por aqui viveram. Sobretudo, no bioma do Cerrado, próprio do Planalto Central, o que levou as populações que aqui viveram a desenvolverem muitos abrigos sazonais, de temporada, e que, conforme a estação, migravam em busca de áreas com melhor acesso a frutos,

caça e pesca, além de terras férteis para o plantio de suas roças no começo das chuvas de verão; todavia, muitas vezes retornando aos lugares de abrigos anteriormente utilizados, como em ciclos. Acerca dos abrigos, Barbosa & Araújo fazem a distinção entre as diferentes realidades, mesmo em regiões próximas:

Os assentamentos desse homem dão-se em grutas ou abrigos calcários, areníticos ou quartzíticos, nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e no alto das colinas em Goiás. Alguns desses sítios apresentaram longos períodos de permanência, como no sudoeste e centro de Goiás, porque os recursos eram abundantes, ao passo que a maior parte eram de acampamentos temporários (BARBOSA; ARAÚJO, 2020, p. 17).

São encontrados, portanto, vestígios de abrigos humanos em grutas e cavernas em algumas regiões de nosso Estado, como, por exemplo, o extraordinário sítio arqueológico de Serranópolis-GO³, onde foi encontrado o fóssil de um ser humano que viveu há cerca de 11.500 anos atrás⁴. A descoberta desse fóssil levou Paulo Bertran a cunhar o termo *Homo-Cerratensis*, com o qual ele simbolicamente o batizou. Nestas grutas e cavernas de Serranópolis, inclusive, tem sido onde mais se localizaram sí-

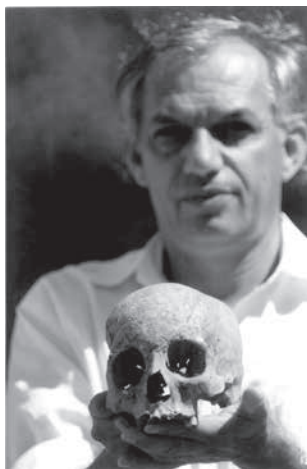


Figura 1: Altair Sales Barbosa e o crânio do *Homo-Cerratensis*.

3 Sítio GO-Ja.02.

4 O fóssil foi encontrado na “Gruta do Diogo”, município de Serranópolis-GO, ao qual se atribuiu o nome de “Homem da Serra do Cafezal”, e encontra-se exposto no Museu de Jataí-GO.

tios arqueológicos no Estado. Até pelo fato de que há uma maior previsibilidade de, ao longo de milhares de anos, nesses locais, duradouros e resistentes ao tempo, em algum momento ou em vários momentos diversificados, ter sido utilizado como abrigo, tanto para seres humanos quanto por animais extintos da mega fauna. Contudo, nem todas as regiões possuem cavernas ou grutas grandes suficientemente para acolher grupos de pessoas. A maior parte dos abrigos eram do estilo temporário e, por esse motivo, não muito previsíveis para se localizar. O que faz com que, ainda hoje, a quase totalidade dos sítios arqueológicos permaneça inexplorada. Alguns deles são encontrados ao acaso, em meio à plantações, durante a construção de rodovias, de residências, etc. Com a grande expansão agrícola em Goiás, muitos outros se perdem sem serem jamais descobertos. Sobre isso, afirma Ataídes: “Utilizando-se o maquinário agrícola, em geral, tanto para o desmatamento quanto para a preparação das sementeiras, em pouco tempo os sítios arqueológicos serão reduzidos a nada” (ATAÍDES, 1998, p. 156).

Para as culturas de homens mais antigos a chegarem ao território brasileiro foi dada a denominação de Paleoíndio, cujo conceito é aplicado para aqueles povoamentos de culturas mais antigas. Vestígios de Paleoíndios foram encontrados em Goiás, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Posterior a eles, sucede-os o conceito de período Arcaico aplicados às outras culturas de caçadores pré-cerâmicos e, a seguir, vem os horticultores, já com o domínio da arte da cerâmica. Em síntese, esses povoamentos são divididos em Paleoíndio (11.000 a 9.000 AP⁵, ou seja, 9.050 a 7050 A.C.), Arcaico (9.000 a 7.000 AP, ou seja, 7050 a 5050 A.C.) e Horticultor (a partir de 1.000 AP, ou seja, a partir de 950 A.C.). Sobre o

5 AP – Esta sigla é uma marcação de tempo utilizada na arqueologia, paleontologia e geologia e que significa “antes do presente”. Esta sigla tem como base de referência o ano de 1950. De modo que, 11.000 AP é equivalente a 9.050 A.C, pois calcula-se 1.950 - 11.000 = - 9.050.

ambiente em que estavam aclimatados, os modos de sobrevivência, suas práticas, e a transição entre os diversos períodos, abordando os povos que, por sucessivas gerações, viveram no Planalto Central, sobretudo, no território goiano de Serranópolis-GO⁶, embasando-se nos estudos de Altair Sales Barbosa, Souza expõe as seguintes informações dos três períodos:

Paleoíndio. [...] Chovia muito pouco na região e a temperatura era mais fria que na atualidade. A paisagem dominante da área era constituída por campos limpos, que ficaram restritos aos chapadões. Compunha a vegetação, ainda, o cerrado [...]. Já os rios da região de Serranópolis apresentavam um volume menor de água [...]. As primeiras populações humanas que chegaram na região encontraram boas condições ambientais para sua adaptação, [...] pertenciam a grupos de caçadores e coletores. Entre os animais caçados destacam-se a ema, o veado campeiro, o tamanduá bandeira e o tatu canastra. Seus instrumentos de pedra lascada eram utilizados para cortar carne e trabalhar couros usados em suas vestimentas. / **Arcaico.** [...] a temperatura começa a esquentar e as chuvas aumentam de intensidade. As populações humanas [...] tinham uma cultura e um sistema de vida muito diferente do Paleo-Índio, passando mais tempo nas grutas. A alimentação do grupo era constituída de peixes e frutos coletados nos cerrados. Esse período dura até mil anos AP; quando a área começa a ser ocupada pelo homem horticultor. / **Horticultor.** [...] os campos estavam restrito (sic) aos chapadões, o cerrado [...] ocupava a maior parte dos solos arenosos. [...] os habitantes dessa época já manejavam a técnica da agricultura. [...] era plantada (sic) roças, cujos produtos principais era o milho, a abóbora, a cabaça, o amendoim e o algodão. Na

6 Cidade situada no sudoeste goiano e similar ao que deveria ter ocorrido no sudeste goiano.

alimentação, além dos produtos cultivados entram ainda animais caçados, peixes, aves e frutos [...]. Esse grupo já conhecia e dominava a técnica de fabricação da cerâmica, utilizando a argila coletada nas várzeas com a qual faziam potes e panelas, que serviam para cozinhar alguns alimentos (SOUZA, 2005, p. 17-18).

Já em eras mais recentes, quando da chegada dos portugueses, as tribos indígenas que habitavam o país eram divididas conforme o tronco linguístico ao qual pertenciam: macro-jê ou tapuias (região do Planalto Central), tupi-guarani (região do litoral), aruák (Amazônia) e karib (Amazônia) (Cf. MARCOVICZ; OLIVEIRA, 2010). No entanto, para os portugueses eram apenas dois grandes grupos: os tupis, com os quais tiveram primeiro contato nas regiões litorâneas e logo começaram a lhe estudar e entender a língua, sendo “pacificados” e tornando-se “aliados”; e englobando todos os demais, das áreas mais interioranas do país, eram chamados de tapuias, aos quais não conseguiam compreender sua linguagem e tinham-nos como hostis e “inimigos”, ou seja, “não pacificados”. De tal modo, criou-se um verdadeiro binômio Tupi-Tapuia. Além disso, todo o bloco deste lado dos Tapuias, eram também chamados de “Gentios”.

As entradas das primeiras bandeiras nas regiões do Planalto Central se dão ainda no Séc. XVI⁷, porém, a fixação e ocupação dos não índios na região se dá somente a partir de 1726, com a descoberta do ouro às margens do rio Vermelho, onde surgiria Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás. Assim, o desenvolvimento populacional nas “minas dos Goiasés” atingiu um *rush* rapidamente. Neiva (1963, p. 134-135) afirma que, já em 1726, havia 5 mil pessoas apenas em Vila Boa. Também de modo

7 Essas entradas têm princípio em 1592 e formariam aquilo que se nomeou “ciclo Paraupeva” e durariam até 1618.

acelerado cresceram as migrações para a região fazendo surgir novas povoações:

Após as primeiras incursões dos bandeirantes, o primeiro povoado que veio a prosperar em todo o território do Sudeste goiano foi o arraial de nossa Senhora da Imaculada Conceição de Santa Cruz. Segundo Palacín & Moraes (1975, p. 11), logo se desenvolveram três zonas com relativa densidade de povoamento nas Minas de Goiás: a região do Rio Maranhão ou do Alto Tocantins⁸, região do norte⁹ e a região do centro-sul, onde estava Vila Boa, a capital da província, e, no seu entorno, vários pequenos povoados, como o arraial de Jaraguá, e os importantes arraiais de Meia Ponte (atual Pirenópolis), Santa Luzia (atual Luziânia) e Santa Cruz (VAZ, 2017, p. 36).

2 - Ferramentas líticas & vestígios arqueológicos

A “pedra corisco” ou “pedra raio” como é popularmente chamada, apesar de o folclore popular afirmar que essa pedra surge onde caem os raios ou, ainda, que tal pedra cai do céu junto com os raios, na verdade são ferramentas fabricadas e utilizadas por índios há centenas de anos. Entretanto, em alguns casos, podem ser bem anteriores, fabricadas e utilizadas por povos que deram origem a esses indígenas, como visto anteriormente, povos paleoíndios, arcaicos e horticultores, podendo ter milhares de anos. Portanto, onde são localizados artefatos de pedra como esses, trata-se de um sítio arqueológico, que, no passado, foi um abrigo ou lugar de passagem de indivíduos que habitaram a região. Tais artefatos em pedra são denominados líticos, os quais “são compostos por artefatos feitos em pedra lascada ou polida

8 Traíras, Água Quente, São José (atual Niquelândia), Santa Rita, Muquém etc.

9 Arraias, S. Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (atual Porto Nacional).

como raspadores, furadores, pontas de projétil, lâminas polidas e lascas líticas em geral” (SOUZA, 2012, p. 38).

Seus abrigos eram muitas vezes formados de estruturas efêmeras, para uso temporário, com material facilmente degradável, extraído da própria vegetação local. Nesses locais de abrigo, a cada mudança de localidade, como nômades que eram, deixavam para trás muitos vestígios de sua passagem por ali. Como, por exemplo, restos de fogueiras, artefatos produzidos em pedra para cortar e escarnear a carne dos animais caçados, objetos para amassar os grãos ou para extrair castanhas e cocos, pontas de flechas e lanças, machados para cortar madeira ou para uso em lutas contra outros povos, além de artefatos confeccionados a partir de ossos e de conchas, bem como artefatos cerâmicos e restos de artefatos diversos quebrados e por eles descartados; incluindo ainda, as urnas funerárias do sepultamento de seus mortos, também feitas em cerâmica. Hoje, estes locais e os vestígios humanos neles encontrados, constituem sítios arqueológicos com importante valor para a compreensão da história e da antropologia destes povos originários do Planalto Central.

De acordo com Souza: “No Brasil, são considerados pré-históricos os sítios referentes ao período anterior ao contato com a colonização europeia e históricos os locais onde são encontrados vestígios relacionados à colonização ou a períodos posteriores” (SOUZA, 2012, p. 30-31). Também segundo a normatização para a pesquisa arqueológica no Estado de Goiás “instituída em 1972, após a aprovação da Carta Arqueológica: Divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos no Estado de Goiás (...) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (MARTINS, 2002, p. 12) o território ocupado por todo o Sudeste e Sudoeste Goiano, dentro de

suas normas geográficas, é denominado de GO-P, Área Paranaíba. Entretanto, Essa área maior é subdivida em três regiões arqueológicas: GO-Ja (região Jataí), GO-Rv (região Rio Verde) e GO-Ca (região Catalão); sendo esta última aquela na qual se insere o território de Ipameri-GO.

2.1 – Termos técnico-científicos para distinguir e agrupar conjuntos lítico-cerâmicos e seus respectivos sítios

Para facilitar a identificação de artefatos, agrupar diferentes sítios arqueológicos, e sistematizar uma cultura específica no ato da fabricação dos artefatos líticos e cerâmicos, de modo teórico e técnico, a arqueologia dividiu em tradições e fases para caracterizar e distinguir algumas culturas particulares e diversificadas em uma mesma área geográfica. Sendo assim:

O conceito de tradição subentende uma unidade ou uma série de unidades arqueológicas básicas (fases) relacionadas entre si, que são socialmente transmissíveis e persistentes no tempo. Portanto, uma tradição seria caracterizada principalmente pela profundidade temporal, enquanto um horizonte teria por marca distintiva a amplitude geográfica (DIAS, 2007, p. 62).

Isso faria uma integração histórica e cultural, gerando uma unidade específica, em um tempo e espaço determinados, sobre os artefatos a serem estudados e compreendidos como um conjunto. Sobre o conceito de fase, a qual é uma espécie de divisão dentro de uma tradição (Cf. ATAÍDES, 1998, p. 150), entendida como um processo evolutivo em um recorte de tempo e formando “um complexo cultural, cultura pré-histórica ou ‘fase pré histórica’” (MEGGERS; EVANS, 1970, p. 87), trata-se, portanto, de

uma unidade arqueológica que possui traços suficientemente característicos para distingui-la de todas as outras unidades similarmente concebidas, seja da mesma ou de outras culturas ou civilizações, especialmente limitada pela magnitude de uma localidade ou região e cronologicamente limitada a um intervalo de tempo relativamente breve (WILLEY; PHILLIPS, 1958, p. 22).

Ao significado dos nomes dados às fases e tradições, segundo Ataídes,

A denominação das fases ou tradições é feita, em geral, tomando-se emprestado o nome do sítio onde primeiramente foram identificadas, ou nomes derivados da língua indígena que, provavelmente, estão associados aos restos arqueológicos. Pode-se ainda utilizar, para o mesmo fim, nomes de lugares ou de acidentes geográficos (ATAÍDES, 1998, p. 150).

Em Goiás, de modo técnico-normativo, tais tradições e fases, são definidas e enquadradas da seguinte maneira:

(...) sem dados que comprovem a transição da caça e coleta para a horticultura, aparecem em Goiás grupos ceramistas, horticultores, que são enquadrados segundo a literatura arqueológica, em cinco tradições tecnológicas diferentes: a tradição Aratu, a qual pertence a fase Mossâmedes, objeto de nossos estudos; a tradição Sapucaí com as fases Itaberaí e Tejuacu; a tradição Uru, que engloba as fases Aruanã, Itapirapuã, Uru, Jaupaci e Uruacu; a tradição Una, com as fases Jataí e provavelmente a fase Palma e, ainda, a tradição Tupi-Guarani com as fases Iporá e São Domingos. Deve-se destacar também a fase Pindorama que até o momento não foi incluída em nenhuma tradição (ATAÍDES, 1998, p. 151).

Entretanto, estudiosos ultimamente passaram a integrar as tradições Aratu e Sapucaí, como uma mesma tradição, unindo-as e redenominando-as com a junção das duas palavras, formando o termo Aratu-Sapucaí:

Inicialmente, Aratu e Sapucaí foram consideradas tradições diferentes, mas mais tarde reunidas em uma só. (...) A evidência de uma homogeneidade estética entre as duas tradições levaram-nas a serem classificadas como uma única: a Aratu-Sapucaí. De acordo com os especialistas, a tradição Sapucaí é “ligada ao horizonte agrícola ao qual pertence também a tradição Aratu, da qual é difícil de separar” (Schmitz et al. 1982: 88) (ASNIS; MANO, 2020, p. 156).

Quanto ao material lítico produzido no período da fase Mossâmedes, “é caracterizado pelas lâminas polidas de machado simples (...). É raro o material lascado” (ATAÍDES, 1998, p. 161). Dentro da perspectiva da tradição Aratu-Sapucaí, tal fase deixou vestígios em uma extensa área goiana, como se pode observar pelos diversos municípios por ela abrangidos e onde há sua ocorrência:

Os sítios cerâmicos da fase Mossâmedes localizam-se numa extensa área abrangendo várias micro-regiões, em especial, a do Mato Grosso de Goiás, a do Sudeste de Goiás, a do Meia Ponte e a do Alto Araguaia Goiano. (...) Abrange um grande número de municípios como Edéia, Ipameri, Orizona, Goiatuba, Trindade, Anicuns, Taquaral, Itaguaru, Heitorai, Mossâmedes, Jaupaci, Diorama, Montes Claros, Caiapônia, correspondendo, em especial, à borda baixa da Serra do Kayapó, Dourada, dos Pirineus e de outras menores (SCHMITZ et al, 1982, p. , 1998, p. 49).

Schmitz propõe que os Kayapós do Sul sejam descendentes daquilo que “arqueologicamente, identificamos como fase Mossâmedes” (1982, p. 266). Ataídes, fundamentando-se no texto de Shmitz afirma que:

Partindo-se da premissa de que o território kayapó do Sul, identificado etnograficamente nos documentos históricos, coincide com a ocorrência dos sítios da fase Mossâmedes – o que realmente ocorre na prática - sua oponente negativa serve para afirmá-la. É, portanto, igualmente válido que fora do território, conhecido historicamente como Kayapó do Sul, não foram encontrados sítios da fase Mossâmedes. [...] / o território atribuída a este povo corresponde exatamente aos locais de ocorrência dos sítios localizados pela fase arqueológica (...)” (ATAÍDES, 1998, p. 168).

Na região do sudeste goiano, a existência de testemunhos arqueológicos sobre a ocupação pré-histórica e evidências de sua vinculação aos Kayapós do Sul são atestadas por Miranda:

O Sertão do São Marcos¹⁰ e, de resto, o conjunto da província de Goiás, Com locais batizados com nomes de santos, foi por vários séculos povoado pelos Kayapó do Sul. (...) Evidências que indicam possíveis vínculos com os Kayapó do Sul encontrados pelo colonizador branco, sobretudo no período da mineração, mas também no período de implantação e desenvolvimento das atividades agropastoris. Os testemunhos arqueológicos foram encontrados em vários municípios, entre eles, Caldas Novas, Ipameri e Urutaí (MIRANDA, 2008, p. 119).

10 Termo usado pelo historiador João Veiga para denominar a região em que se encontra Ipameri, em obra da qual Miranda teve acesso para desenvolver seu texto.

De fato, alguns sítios arqueológicos foram levantados nessa região, pois, na década de 70 foi realizado o chamado projeto Paranaíba em 3 localidades. A localidade 3 abrangia a “sub-bacia do rio Corumbá, afluente do Paranaíba, no seu curso médio, concentrando nos municípios de Urutaí e Ipameri. 2 sítios levantados” (SCHMITZ et al, 1982, p. 13). A equipe que fez a prospecção da área 3 teve a presença dos Profs. Avelino Fernandes de Miranda, citado logo acima, e Wilson Ferreira da Cunha. O trabalho de pesquisa de material levantado nos sítios foi realizado pelo Profs. Pedro Ignacio Schmitz, Irmhil Wüst e Sílvia Moehlecke e se percebeu que “O Centro-Sul de Goiás aparece neste momento como uma fronteira de vários grupos horticultores indígenas” (SCHMITZ, 1982, p. 15), sendo os dois maiores grupos da tradição Aratu-Sapucai e da tradição Uru com a existência de outras tradições.

Além dessas pesquisas, em entre junho e julho de 1996, os pesquisadores do IGPA (Instituto Goiano de Antropologia e Arqueologia) foram contratados para fazer o “Diagnóstico do potencial arqueológico da área a ser afetada pela pavimentação da GO-213, trecho Caldas Novas/Córrego Fundo (Ipameri)”. Através deles, foi feita a descoberta de outro sítio em no território de Caldas Novas, em região limítrofe com o município de Ipameri. Ali foi descoberto o Sítio Voçoroca (GO-Ca.27).

Próximo a esses locais, entre 1994-1996, já haviam sido encontrados os sítios Lourenço (GO-Ca.14) e Gengibre (GO-Ca.13), pois, quando da construção da Usina Hidrelétrica do Corumbá, empreendimento realizado por Furnas Centrais Elétricas S.A., foi realizado o “levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental pela criação da barragem do Rio Corumbá”, com o convênio celebrado entre a empresa e o curso de arqueologia da Universidade Católica de Goiás. Nesse

trabalho realizado, segundo Santos (2001, p. 115): “Foram empregados 70 dias no levantamento (sete etapas de 10 dias), tendo sido localizados 15 sítios arqueológicos e 7 pontos de ocorrência, dos quais 7 sítios e 3 pontos encontram-se no interior da ADA¹¹” (SANTOS, 2001, p. 115). Além desses, a pesquisadora aponta existência de outros sítios, porém, não abordados por ela em seu estudo: “Não será analisado aqui o levantamento arqueológico realizado durante o EIA, por outra equipe, quando foram detectados 5 sítios fora da ADA, numa etapa de 12 dias” (SANTOS, 2001, p. 114).

A localização desses sítios arqueológicos resultou na descoberta de diversos vestígios, artefatos, e, através deles, foi possível situar o tipo de fase e tradição, ratificando a presença da fase Mossâmedes na região:

O projeto em questão trouxe importantes contribuições para a compreensão da ocupação dos grupos horticultores na região Centro-Oeste, que na área em questão constituem basicamente horticultores da fase Mossâmedes. Foi possível definir três momentos da ocupação: o mais antigo (300 a.C.), onde predominam pequenos grupos que ocupavam as proximidades do rio Corumbá; o segundo (800 a 1.200 d.C.), representado por grupos bem maiores, que habitavam grandes aldeias, vinculados com sítios sazonais; e o terceiro momento (1.500 d.C.), do colapso, decorrente do contato com outros grupos culturais (Mello et al., 1996:298-299) (SANTOS, 2001, p. 115).

Todos esses dados atestam e comprovam cientificamente as bases da existência de Sítios arqueológicos da tradição Aratu-Sapucai, especialmente de sua fase Mossâmedes na região.

11 ADA – Área Diretamente Afetada.

Lembrando que o primeiro sítio arqueológico localizado no Estado de Goiás também é situado no Sudeste Goiano, na cidade de Orizona. Sendo a região, a verdadeira pioneira na localização de vestígios dessa fase. O Sítio Arqueológico Cachoeira foi o primeiro a ser estudado cientificamente em Goiás e foi datado em 1050 d.C. (Cf. SCHMITZ, 1982, p. 61), ou seja, há cerca de 970 anos atrás. Segundo SCHMITZ podem existir outros sítios mais antigos: “O topo da seriação Mossâmedes deva estar ao redor dos séculos XVII e XVIII; a base da seriação deve ser vários séculos anterior ao século IX, podendo chegar ao tempo de Cristo” (1982, p. 61). O nome do Sítio chegou a dar nome à terminologia fase Cachoeira, mas seus dados acabaram esquecidos e arquivados. Anos mais tarde, outros estudos foram mais divulgados e amplamente conhecidos. Como o do Sítio Mossâmedes que gerou a alcunha da fase Mossâmedes. Todavia, confrontando com os dados e artefatos da pesquisa do Sítio Cachoeira eram as mesmas, mas, pela maior divulgação, conforme informa Mendes, a fase Cachoeira, apesar de ser pioneira, foi absorvida pela fase Mossâmedes.

A primeira coleção arqueológica do Museu Antropológico/UFG ficou esquecida durante muitos anos, e com ela algumas histórias que nos ajudam a pensar a nossa realidade científica e acadêmica. Em grande medida esse trabalho foi ofuscado pelos programas de pesquisa sistemáticos desenvolvidos no Museu Antropológico/ UFG. Mas, também porque na sempre citada publicação de síntese sobre os grupos agricultores ceramistas do Planalto Central a Fase Cachoeira foi “absorvida” pela Fase Mossâmedes (...) (MENDES et al. 2019, p. 143-144).

3 - Kayapós: de “Bárbaros” indomáveis à aldeados pacíficos

Até os anos setecentos, todo o território goiano “foi domínio incontestável do Jê – o Tapuia – de língua própria, especializado em viver nos cerrados. Os Tupi do litoral só aqui vieram como refugiados das guerras de colonização” (BERTRAN, 2000, p. 18). O ramo Macro-Jê era dividido em diversas nações, individualizadas em grupos e sub-etnias indígenas, muitas vezes rivais entre si. Diversos estudiosos afirmam que, antes da chegada das bandeiras paulistas e mesmo durante o início da povoação do território por elementos não índios, os povos que ocuparam predominantemente essa região foram os Kayapós. Porém, as entradas das bandeiras, sobretudo, a partir de 1721, com a significativa localização de ouro pela bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera II) e o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais, logo começaria a mudar essa realidade e a chegada de brancos, escravos negros e indígenas, geraria conflitos e ataques de ambas as partes.

Com o constante fluxo de bandeiras, se criou o “caminho de Goias ou Goiás”, estrada que ia de São Paulo até Vila Boa, passando pela região do atual Triângulo Mineiro e depois por Santa Cruz, no Sul de Goiás, mais tarde conhecida como “estrada do Anhanguera” ou também como “caminho de São Paulo”¹²; foi o primeiro caminho oficial da região. Além dessa, em 1737, surgiria ainda outra estrada denominada “Picada de Goiás”; a qual saía de São João del Rei, passava por Paracatu, atravessava o Rio São Marcos, cortando Santa Luzia (atual Luziânia), e se dirigia a Vila Boa. Ao longo dessas estradas, ocorriam muitos dos ataques das tribos às expedições e, a partir delas, os bandeirantes e sertanistas também se dirigiam para atacar às tribos indígenas. Um texto presente na Revista Oeste recorda que:

12 A atual “Rodovia Anhanguera” conserva parte do traçado da antiga estrada.

A viagem para Goiás não era sem perigos, pois os ‘Caia-pós’ infestavam todas as estradas (...) desde o Rio das Mortes até o Rio Grande / Ninguém se aventurava a palmeiar as duzentas e muitas léguas que medeiam entre São Paulo e Vila Boa sinão (sic) em caravanas numerosas (...) (N.I., N° 17, 1944, p. 32¹³).

O primeiro registro que faz referência a indígenas utilizando-se o termo Kayapó ocorre em 1723, quando o sertanista Capitão Antônio Pires de Campos¹⁴ faz o seguinte relato descritivo acerca desses indígenas:

e falando do Rio Grande (em que mete o Tietê e perde seu nome) navegando por ele acima, se dá em um rio chamado Pernaíba¹⁵, e por ele acima habita o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado de Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes desses bárbaros é viverem

13 Não identificado, Oeste Revista Mensal, N° 17, junho de 1944, p. 32. in: Revista Mensal Oeste, Edição Facsimilar, 1983, pp. 669-671.

14 Antônio Pires de Campos foi um sertanista que conseguiu fazer contato e criar influência sobre indígenas Bororo do Mato Grosso. Mediante contratação pelo governador de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, em 1741, trouxe seus Bororo para a região do atual território do Triângulo Mineiro para fazer expedições e perseguir aos Kayapós e demais tribos das redondezas e também do atual sul de Goiás. Nessa região, fundou três aldeamentos denominados: Santana do Rio das Velhas (Indianópolis-MG), Rio das Pedras (Cascalho Rico-MG) e Lanhoso; e combateu violentamente os Kayapós. Em 1744, é criada a Capitania de Goiás e o sertanista continuaria agindo contra os Kayapós, porém, debaixo das ordens dos governadores da nova Capitania. Em 1748, no encalço dos Kayapós, lançou um ataque ainda mais violento. Em 1751, após um ataque dos Kayapós à Capital Vila Boa, foi novamente chamado e, trazendo consigo uma tropa de 500 Bororos, tornou a persegui-los e nessa ação acabou recebendo uma flechada no peito, abaixo do ombro direito. Ainda convalescente, foi chamado para escoltar uma comitiva até Vila Rica, no que a febre aumentou e, infeccionando sua ferida, acabou falecendo. Antônio era visto pelos índios Bororos como seu Cacique.

15 Trata-se do Rio Paranaíba, o qual tem sua nascente na cidade mineira do mesmo nome.

nus, tanto homens como mulheres, e seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar (...) (CAMPOS, in TAUNAY, 1953, p. 181-182).

Entretanto, os Kayapós já eram conhecidos anteriormente, ainda em meados do Séc. XVII, “pelos Tupi pelo cognome Ubirajara ou Ibirajara e Bu, Bilreiro, Caceteiro pelos cronistas” (CHAIM, 1983, p. 50). O significado do termo Kayapó é controverso e não há consenso, sendo as proposições e interpretações bem diversas uma da outra. Alguns pesquisadores apontam o significado como “homens semelhantes aos macacos”, devido a rituais em que os indígenas dançavam com máscaras de macaco, outros divergem dizendo que esse significado era aplicado a eles em sentido pejorativo dado pelos brancos ou por outros povos indígenas. Silveira Bueno aponta o significado como “o que traz fogo na mão, tribo de índios incendiários”, ligado ao modo de seus ataques. Já o Pe. des Genettes, em texto publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao citar a Corografia Histórica do Brasil, diz que ela aponta o significado ao termo de aquele que habita, reside nos matos, do qual ele discorda e aponta o que considera o real significado como “Terrenos húmidos, abundantes de rios e matas” (Cf. ATAÍDES, 1998, p. 67-68).

Depois dos contatos iniciais que os Kayapós tiveram com as primeiras expedições bandeirantes, que avançavam sobre os sertões com a perspectiva de aprisionar e fazer cativos os índios a fim de vendê-los como escravos, mesmo após a descoberta de ouro e mudança de foco para os bandeirantes, as ações de violência e ataque utilizadas para com os indígenas não foram esquecidas pelos Kayapós; que se vingavam, atacavam, saqueavam, resistiam e lutavam para se defender, sobreviver e manter seu território. Segundo Saint-Hilaire haveria aqui uma espécie de ação e reação: “Desde os

primeiros tempos da descoberta de Goiás, os aventureiros que se espalharam por essas terras fizeram contra os índios as mais terríveis crueldades, e estes se vingaram muitas vezes por meio de represálias não menos terríveis” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 62). O mesmo pensa Gomes (1963, p. 115): “O índio, portanto, insultado, nada faz do que resistir de imediato (...). ‘A luta que ofereciam os naturais da terra contra os brancos era quase sempre fruto do terror do que haviam passado’. Por outro lado, não menosprezando o aspecto de sua defesa, mas refletindo a partir da cultura guerreira dos Kayapós e de sua importância para a própria identidade deste povo, segundo Giraldin (2001, p. 58-61), os brancos eram vistos como “inimigos”, atacá-los era a oportunidade de demonstrar “bravura”, mas também de obter deles uma “fonte de bens de valor (...), tal como algumas plantas, como batata e cará, as quais foram roubadas dos ‘inimigos’, e também fonte de armas de metal e de miçangas” (GIRALDIN, 2001, p. 65). Somente depois de quase dois séculos, em 1780, se objetivou e atingiu uma conciliação e tentativa de pacificação:

Empreendeu no anno seguinte com o melhor sucesso a conquista do Cayapó, indomável desde as primeiras entradas dos Paulistas. O pedestre José Luiz, que tinha por vezes guerreado com esta nação, e que era intrépido, foi eleito para comandar essa expedição, e tendo recebido instruções para seu governo, partiu da aldêa de S. José com cincoenta companheiros, um índio que tinha criado, de nação Cayapó, Feliciano José Luiz, e dous casais de índios, que estavam na mesma aldêa em 15 de fevereiro de 1780. Chegaram ao Rio Claro, e entranharam trez meses de marcha pelo sertão, sustentados de mel e de caça como os primeiros aventureiros, e encontrando alguns índios, por meio de língua os afagou e lhes deu os presentes que levava, persuadindo-se a virem ver o capitão grande que

os enviava. E de facto vieram um Índio idoso, seis homens de guerra com suas mulheres e filhos, que chegaram por tropas que salvavam á acção de graças que fez no templo, e o setembro de 1780 (SOUZA, 1978, p. 97).

Após serem bem recebidos na Capital, este primeiro grupo de indígenas, composto por 36 indígenas, impressionado pela forma como foram recebidos e de verem como eram tratados os seus semelhantes na aldeia de São José de Mossâmedes, voltou para chamar os demais. No retorno, o mais velho, chamado Romexi, que tinha vindo representando o Cacique Angraiocha, e as mulheres não atravessaram o Rio Claro. Romexi enviou alguns índios para irem ao encontro dos membros de sua tribo e chamarem-nos para encontrá-los dentro de “oito luas” (oito meses). Assim se fez, e, em 29/05/1781, comandados pelos caciques Angraiocha e de Xaque-nonau, entraram na Capital 237 índios Kayapós que foram encaminhados para aldeia Maria I, fundada naquela ocasião. Depois dessa primeira leva, vieram 88 Kayapós comandados pelo cacique Cananpuaxi (Cf. ALENCASTRE, 1979, pp. 235-237), e, em uma terceira leva, chegava o cacique Pupuare com outros 200 Kayapós, chegando em pouco tempo ao número superior a 600 aldeados. Entretanto, sabe-se bem que esses aldeamentos tiveram seus altos e baixos. Nem sempre tiveram pessoas competentes para administrá-los e também os recursos financeiros suficientes para manter ali a estrutura necessária, o que levava a muitos indígenas a debandarem das mesmas, voltando para as matas¹⁶. Figura 2: M.

16 Com as epidemias, dispersões dos indígenas aldeados, o fim dos aldeamentos, integração e miscigenação com as populações brancas, associação com outras tribos indígenas, continuadas perseguições e ataques pelos brancos ao longo do Séc. XIX e XX, o grupo Kayapó denominado Panará, localizados originalmente próximos ao Rio Peixoto de Azevedo, para onde se embrenharam fugindo no período das contínuas expedições para matá-los pelas Províncias de Goiás, São Paulo e Mato Grosso, e atualmente aldeados nas cabeceiras dos rios Iriri e Ipiranga, na fronteira do Pará e Mato Grosso, são os últimos descendentes dos chamados Kayapós do Sul.

3.1 - Caiapônia: “Sertão do Gentio Cayapó”



Figura 2: Mapa dos Bispados. De autoria desconhecida, foi elaborado entre 1750-1775. Fonte: Biblioteca Pública de Évora.

Bertran chega a referir-se aos Kayapós denominando-os de “onipresentes” (Cf. 2000, p. 65) e, ao abordar a abrangência do território ocupado por eles, afirma que:

Antigamente ocuparam todo o sul de Goiás, a partir da latitude do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, onde tiveram suas principais aldeias e onde mais resistiram. Havia também os do Norte (Bilreiro) que liquidaram com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (800 homens), em 1671, na confluência Araguaia-Tocantins. Talvez sejam os mesmos Caiapós depois encontrados na Bacia do Xingu (BERTRAN, 2000, p. 32).

O Oficial de Engenheiros Luís D'Alincourt, passando pela região disse: “seguindo o rumo do noroeste se atravessará a Província de Goiás na ponta, que a limita ao sul, o país dos caiapós” (D'ALINCOURT, 2006, p. 4). Anterior a ele e de modo semelhante, o Padre Manuel Aires de Casal, em seu livro “*Corografia Brasílica*” (1817), fazendo eco ao que a cartografia oficial já apresentava, atribui à região que hoje compreende o território situado entre a atual divisa do Estado de São Paulo com Minas Gerais, do Rio Grande até o centro sul de Goiás¹⁷, além do norte de São Paulo, o leste do Mato Grosso do Sul e o sudeste de Mato Grosso com o termo “Caiapônia”:

A Caiapônia deriva o nome da nação Caiapó, que de tempos imemoráveis ainda a ocupa. Tem ao norte o Distrito de Goiás; ao poente a Bororônia, da qual é separada pelo Rio Araguaia; ao meio-dia a Camapuânia, de que é dividida pelo Rio Pardo; ao nascente os Rios Paraná, Paranaíba, e Anicuns, que a separam, o primeiro da Província de S. Paulo, os outros do distrito do Rio das Velhas. A raia setentrional corre pelos montes, que se acham no mesmo paralelo da Lagoa dos Pasmados, situada junto ao rio do seu nome, na latitude de 17° e um terço, segundo as informações de Urbano do Couto e Francisco de Bulhões. Dão-lhe para mais de 80 léguas norte-sul, e 50 de largura média. É a menos conhecida, não havendo ainda nela estabelecimento algum de cristãos. Os caiapós, que a dominam (repartidos ainda, segundo dizem, em várias tribos), têm sido fatais por vezes aos comboios cuiabanos, e invadido a parte setentrional da Província de São Paulo, onde causaram a deserção de muitos estabelecimentos. Andam nus,

17 Em meio a esse território, estão a região do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cortada pelos rios das Velhas, Uberaba, e Uberabinha, a região do Sudeste e Sudoeste goiano com os rios Paranaíba, Claro, Pilões, Araguaia, Veríssimo, Corumbá, dos Bois, e Vermelho, entre outros.

cobrando só o que o pejo ensina a ocultar. Além do arco e flecha, armas comuns a todas as outras nações indígenas, usam também de maça com um côvado de comprimento, de pau escolhido, roliça na parte por onde se maneja, e espalmada com forma de remo na outra, toda bem vestida com cascas de arbusto de várias cores, e tecidas à imitação de esteira, e cujo golpe é fatal. Mel, peixes, frutas silvestres e caça são o seu alimento (CASAL, p. 151).

Ultimamente, para diferenciá-los dos Kayapós do antigo norte do Estado de Goiás, hoje território do Tocantins, entre os pesquisadores, tem se convencido chamá-los de Kayapós do Sul ou Kayapós Meridionais. Curiosamente, no sudoeste goiano, região onde também havia numerosos focos de sua presença, mais tarde, devastados pelas levas de mineiros que migravam para Goiás e, como visto, parte dos que restaram, levados para os aldeamentos, no ano de 1845 surgiu o arraial do Divino Espírito Santo das Torres do Rio Bonito, em 1855, com a criação do distrito, foi denominado Torres do Rio Bonito, posteriormente, elevado à Vila, em 1873, e instalada oficialmente em 1874. Em 1911, passa a se chamar Rio Bonito e, mais tarde, em 31/12/1943, tem o seu topônimo novamente alterado para Caiapônia-GO, lembrando os primitivos habitantes da região (Cf. IBGE). Próximo à cidade, fica situado o Rio Kayapó, afluente do Rio Araguaia e que banha grande parte dos municípios da região.

Partindo do universal para o local, o historiador João Veiga afirma o mesmo sobre o domínio da região, ao situar que “O domínio primitivo das terras que formam o município de Ipameri, pelo que é dado inferir da tradição e dos textos mais remotos, pertencia aos Caiapós” (VEIGA, 1968, p. 35). Estando também esse território inserido na chamada “Caiapônia”.

4 - Análise de machado polido encontrado em Ipameri-GO

Como visto, nos abrigos humanos as ferramentas líticas eram utilizadas como utensílios do dia a dia dos antigos indígenas. Peças como essas “falam” da vida cotidiana dos índios, desde milênios atrás até o século XIX. Sua análise leva a compreender o *modus vivendi* dos antigos povos pré-históricos, seus hábitos, costumes e práticas. Uma peça dessas foi localizada ao acaso em uma residência em Ipameri-GO. Vejamos algumas características e detalhes sobre a peça em questão:

4.1 - Histórico

Sem saber a origem, a pedra foi encontrada e utilizada por cerca de 30 anos como encosto de porta em uma fazenda na zona rural de Ipameri, de propriedade de Nadir Vaz Silva, popularmente conhecida como “D^a Nêga”, e seu esposo Sadoch Batista da Silva. Situada em direção à cidade de Campo Alegre de Goiás-GO, via GO 213. Tendo ficado viúva, foi vendida a fazenda e, em 2009, a proprietária mudou para a sede do município, trouxe a machadinha consigo e continuou a utilizá-la como encosto de porta em sua residência em Ipameri-GO, até dezembro de 2020. Utilizada, portanto, por cerca de 40 anos com essa finalidade. Tal utilização não é tão incomum, segundo Bezerra (2018, p. 55):

Elas são usadas como pesos de porta, como alisadores de cerâmica, como objetos para contar histórias; são guardadas como lembrança dos filhos, como herança dos pais; são jogadas fora por trazerem má sorte, doenças, e por atraírem visagens; além disso, são consideradas como bons indicadores de terras boas para plantar, em razão de sua associação com os sítios arqueológicos de terra preta, conhecidos por seu alto potencial de fertilidade (Moraes,

2010; Bezerra, 2017, 2018). Bandeira & Alves (2017) registraram o uso das lâminas de machado como peso de balança no Maranhão(...).



Figura 4: Corte com o gume produzido no machado e danificado pelo uso.

Quem notou a origem da peça e seu valor foi este que redige o presente texto. E, tendo recebido o machado de pedra polida de D^a Nêga, achou por bem de partilhar com toda a população e demais estudiosos, doando-a para o Museu Municipal Adolvando Carlos de Alarcão, em Ipameri-GO.

4.2 - Referências Geográficas

O território de Ipameri é naturalmente banhado por diversos rios, córregos e ribeirões. Como, por exemplo, os principais rios: Corumbá, Veríssimo e Braço. Sendo que o próprio nome do município tem suas origens nesta realidade. Ipameri é a tentativa

de tradução do nome anterior do município, outrora denominado Entre-Rios. A pedido do então prefeito de Ipameri, Cel. José Vaz, o Mons. Inácio Xavier pesquisou a língua Tupi e se deparou com o livro “O Tupi na Geografia Nacional”, de autoria do engenheiro Teodoro Sampaio. O Monsenhor dirigiu-se, então, ao autor que, pouco depois, enviou-lhe a tradução de Entre-Rios, vertida para a língua Tupi. Suprimida alguma sílaba, para melhor eufonia, a tradução ficou sendo Ypameri e depois com a mudança ortográfica, Ipameri. Mesmo o nome anterior à Entre-Rios, quando era o arraial do Vai-Vem, trazia o nome do Córrego que banhava às terras onde surgiu o antigo arraial. A região onde foi encontrado o machado de pedra polida fica a cerca de 2 km do Rio Veríssimo e não muito distante do Rio do Braço. Demonstra-se, então, que a sua localização geográfica seria um ponto aprazível para os antigos habitantes dessa região, com facilidade de pesca, caça e coleta de frutos.



Figura 5 - Diferentes ângulos do machado de rocha polida

4.3 - Características

Neste machado, de formato retangular, pode ser observado um trabalho de polimento característico do período Neolítico, período em que houve um aprimoramento e desenvolvimento das habilidades manuais para a criação de artefatos; em contraposição ao período anterior, o paleolítico, onde ainda se usava a pedra lascada. É possível notar que os artífices conseguiram obter na peça um gume para corte, o qual, por sua utilização ao longo do tempo, perdeu uma lasca, o que pode, inclusive, ter levado ao descarte da mesma. Nota-se também um entalhe como uma saliência nos lados, que corresponde ao local onde era fixo o cabo. Do período de uso como encosto de porta, há alguns sinais de maior desgaste de uma de suas faces, a qual teria ficado voltada para o chão e em atrito direto ao longo dos anos, do mesmo modo, nas laterais, há sinais de onde a quina da porta teria batido na pedra.

5 - Considerações finais

O achado do referido objeto em estudo, trata-se de uma importante peça para a história de nossa cidade e de toda a região, podendo ser realizados novos estudos que aprofundem na história, arqueologia e antropologia dos primeiros habitantes dessa região. Para tanto, seriam necessários estudos preliminares de reconhecimento, levantamento e prospecção na região da fazenda onde foi originalmente encontrado o machado; a fim de se fazer uma varredura para tentar localizar sítios arqueológicos. Para, assim, partir para a escavação e localizar novos objetos e vestígios desses antigos habitantes.

Como visto, além desse local, nas regiões vizinhas existem outros sítios arqueológicos já mapeados para o lado da Usina Corumbá, na divisa com Caldas Novas-GO¹⁸ e também com Urutaí.

18 GO-Ca.14.

Todavia, próximo a esses locais, há alguns pontos com indícios promissores de outros sítios ainda não mapeados ou conhecidos oficialmente, localizados também na divisa de Ipameri com Urutaí-GO, às margens de um afluente do Rio Corumbá, chamado Ribeirão dos Índios. Já anteriormente era citado este local por João Veiga em seu livro “Ipameri Histórico”: “Aí está, no primitivo distrito de Urutaí, o ‘Ribeirão dos Índios’, em cujas margens os selvícolas se refaziam de suas andanças e escaramuças pelos sertões virgens, rudes e desabridos” (VEIGA, 1968, p. 35). Neste último local, segundo moradores da região, antigamente, ao plantar roças de várzea, era comum encontrar pedaços de cerâmica, machadinhas, e, segundo informam, até urnas funerárias. Próximo desse local, mas dentro do território de Urutaí, há também a informação da existência de uma grande pedra com inscrições, possível gravuras de petróglifos, feitas por índios em uma propriedade rural. Ainda próximo à região, a 85 km de Ipameri, no município de Cumari-GO, foi possível verificar *in loco*¹⁹ outro machado indígena, localizado em sua zona rural, na chamada região do “Fundão”, um pouco menor, mas com as mesmas características do estudado neste artigo e com o gume perfeito, afiado e ainda cortante.

Exceto pelos estudos de alguns sítios localizados em Orizona-GO, Ipameri, e Caldas Novas-GO, pouco ou quase nada existe de concreto de pesquisas arqueológicas realizadas no território do Sudeste Goiano, bem como dos povos, aguerridos e resistentes às tentativas de subjugação e domínio que lhes eram impostas, que ocuparam e habitaram essa região em tempos remotos. Muito ainda está por se fazer e descobrir, localizar e resgatar a história dos povos ancestrais que outrora viveram nessa região.

19 Pertence a um particular.

Referências bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás (1863). Brasília: Ipiranga, 1979.

ASNIS, Gabriel Zissi Peres; MANO, Marcel. Continuidades e descontinuidades: a arqueologia Aratu-Sapucai e a história indígena Cayapó. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, 34: 154-173, 2020. *in* <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/163394/164227>>. Acessado em 10/01/2020.

ATAÍDES, Jésus Marcos de. Sob o signo da violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BARBOSA, Altair Sales; ARAÚJO, Luciane Martins. Pré-História do Cerrado. In: *Élisée, Revista De Geografia Da UEG - Goiás*, v.9, n.2, e922007, jul./dez. 2020. *in* <<https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10860>>. Acessado em 08/01/2021.

BARBOSA, Altair Sales. HOMO-CERRATENSIS: Uma incrível jornada humana rumo ao paraíso do Planalto Central. 2016. *in* <<http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/2016/09/homo-cerratensis.html?m=1>>. Acessado em 10/01/2020.

BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Volume 12, Número 2, Julho – Dezembro 2018, pp. 49-58. *in* <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/12198/9842>>. Acessado em: 05/01/2021.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal, Brasília: Verano, 2000.

CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811). São Paulo: Nobel, 1983.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos [...] *in*: TAUNAY, Afonso d'E. (org). Relatos sertanistas. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, p. 181-200.

CARDOSO, Ângelo dos Santos. Mapa geral da Capitania de Goiás, datado de 1753. Mapoteca do Itamaraty. *Apud in*: Org. SILVA, Elias Manoel da.; JÚNIOR, Wilson Vieira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. *in* <<http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/GOYAZ-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>>. Acessado em 10/01/2021.

D'ALINCOURT, Luis. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006.

GOMES, Modesto. Os turbulentos Arraiais Goianos. *in*: Caderno de Estudos Brasileiros, Ano 1, Goiânia: Editora UFG, 1963, pp. 111-119.

IBGE – *in* <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caiaponia/historico>>. Acessado em 10/01/2021.

MARTINS, Dilamar Cândida. Relatório Técnico-Científico final projeto de levantamento e resgate arqueológico da Rodovia TO-020, pp. 7-146. *in*: Museu Antropológico – Série Documentos, Nº 2, Goiânia: Única, 2002.

MENDES, Diego Teixeira; OLIVEIRA, Tatyana Beltrão de; COSTA, Natália Dutra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. RETOMANDO A PRIMEIRA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUSEU ANTROPOLÓGICO/UFG, O SÍTIO CACHOEIRA (GO-CA.1) E ALGUMAS HISTÓRIAS ADORMECIDAS. Goiânia, v. 17, n.1, p. 125-150, jan./jun. 2019. *in* <<https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/239650/1/2019%20-%20Retomando%20a%20primeira%20cole%C3%A7%C3%A3o%20arqueol%C3%B3gica%20>>

do%20Museu%20Antropol%C3%B3gicoUFG%2C%20o%20S%C3%ADtio%20Cachoeira%20-rev%20Habitus.pdf>. Acessado em 10/01/2021.

MIRANDA, Avelino Fernandes. Entre-Rios: O sertão virou mar. 2008. Revista *Habitus*. **Goiânia**, v. 6, n. 1/2, p. 117-152, jan./dez. 2008, pp. 117-152. *in* <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/1999/1256>>. Acessado em: 05/01/2021.

MEGGERS, Betty J.;EVANS, Clifford. Como interpretar a linguagem da cerâmica – Manual para arqueólogos. Washington: Smithsonian Institution, 1970, (Mimeo). *Apud in*: ATAÍDES, Jésus Marcos de. Sob o signo da violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Editora UCG, 1998.

Não identificado, Oeste Revista Mensal, Nº 17, junho de 1944, p. 32. *in*: Revista Mensal Oeste, Edição Facsimilar, Goiânia: Palmares, 1983, pp. 669-671.

Não identificado, Mapa dos Bispados. Arquivo da Biblioteca Pública de Évora, Portugal. *Apud in*: Org. SILVA, Elias Manoel da.; JÚNIOR, Wilson Vieira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. *in* <<http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/GOYAZ-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>>. Acessado em 10/01/2021.

Não identificado, “Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar...”, Arquivo da Biblioteca Nacional. *Apud in*: Org. SILVA, Elias Manoel da.; JÚNIOR, Wilson Vieira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. *in* <<http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/GOYAZ-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>>. Acessado em 10/01/2021.

NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Dois estudos Antropológicos. *in*: Caderno de Estudos Brasileiros, Ano 1, Goiânia: Editora UFG, 1963, pp. 133-145.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental. Dissertação apresentada ao curso de mestrado para a obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2001. *in* <<https://www.passei-direto.com/arquivo/6553023/a-problematica-do-levantamento-arqueologico-na-avaliacao-de-impacto-ambiental>>. Acessado em 10/01/2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; WÜST, Irmhild; COPÉ, Sílvia Moehlecke; THIES, Ursula Madalina Elfriede. Arqueologia do centro-sul de Goiás : uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisas Antropologia, São Leopoldo: IAP, n. 33, 1982.

SOUZA, Pe. Luís Antônio da Silva. O descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goiás. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 12 (12): 429-510, out/dez, 1874, *in*: TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. Goiânia: Oriente, 1978.

SOUZA, Harley Anderson de. O desgaste da pintura rupestre e dos abrigos sob rocha na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pousada das Araras em Serranópolis-Goiás: condicionantes naturais. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural. Goiânia, 2005. *in* < <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4332#preview-link0>>. Acessado em 10/01/2021.

SOUZA, Carolina Guimarães Starling de. O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2012. *in*

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Carolina%20Guimar%2B%-C3%BAes%20Starling%20de%20Souza.pdf>>. Acessado em 07/01/2021.

VAZ, Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz. As terras do Divino Espírito Santo: Desenvolvimento histórico do Município de Ipameri-GO. Orizona: Master Gráfica, 2017.

VIANA, Sibeli A. Análise espacial intra-sítio: o estudo do Sítio Lourenço (GO-CA-14). Revista de Arqueologia, v. 9, n. 1, p. 65-87, 30 dez. 1996. *in* <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/109/102>>. Acessado em 07/01/2021.

VEIGA, João. Ipameri Histórico I. São Paulo: Minox Ltda, 1968.

WILLEY, Gordon; PHILLIPS, Philip. Method and theory in American Archaeology. American Archaeology Chicago: University of Chicago Press, 1958. 269 p. *Apud in*: DIAS, Adriana Schmidt. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007. *in* <<https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v2n1/v2n1a05.pdf>>. Acessado em 07/01/2021.

WÜST, Imrhild. A ocupação de Goiás antes da chegada do Europeu (Goiás Pré-Colonial). In: ROCHA, Leandro Mendes (Org). Atlas Histórico – Goiás Pré-Colonial e Colonial. 1º Vol., Goiânia: CECAB, 2001, pp. 13-25.

Bernardo Élis e a receita goiana para mudar uma capital

*Jales Guedes Coelho Mendonça**¹

Único goiano a integrar até hoje a Academia Brasileira de Letras (ABL), Bernardo Élis produziu um ensaio histórico relevante a respeito da transferência da sede do governo estadual, intitulado “Receita goiana para mudar uma capital”, publicado no bojo do livro “Goiás em sol maior” (1985). O escritor abordou dialeticamente em seu texto os dois lados do complexo processo mudancista, ou seja, tanto a cidade sonhada (Goiânia) quanto a abandonada (Cidade de Goiás), o que destoou da narrativa oficial e hegemônica, quase sempre focada apenas na perspectiva da construção da nova urbe. Bernardo Élis assinalou ainda, em várias passagens, o viés autoritário que permeou a maior parte do percurso, bem como o “grande número” de vilaboenses (moradores da antiga capital, outrora Vila Boa) que apoiavam a edificação de Goiânia, dois posicionamentos novamente dissonantes da versão tradicional.



Bernardo Élis

* **Jales Guedes Coelho Mendonça** é Promotor de Justiça, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira n° 5.

Minas e Goiás: receitas com sabores distintos

Ante a expressividade do título, o autor deixa patente ao leitor, logo no início, a mensagem de singularidade e nuances da experiência levada a efeito no estado de Goiás após a vitória da Revolução de 1930. A epígrafe acentua, de igual modo, a particularidade que cada deslocamento de capital carrega em seu ventre, a exemplo da inauguração de São Petersburgo (Rússia – 1712), Washington (Estados Unidos – 1800), Camberra (Austrália – 1927) e Brasília (Brasil – 1960). Em outras palavras, é dizer: cada acontecimento desse porte apresenta sua específica “receita”.

Apesar da mencionada singularidade, experiências antecedentes influenciaram nas posteriores, consoante ocorreu visivelmente em Goiás, onde o itinerário trilhado em Minas Gerais cerca de 40 anos antes modelou o roteiro vizinho, algumas vezes para segui-lo, outras para desviá-lo.

Em relação à transferência de Ouro Preto para Belo Horizonte, efetivada após a proclamação da República, a grande tensão eclodiu quando o poder Legislativo definiria o local da nova sede governamental. A propósito, em Minas Gerais, as principais decisões sempre derivaram do parlamento: inicialmente da Constituinte Estadual de 1891 e depois da Assembleia Legislativa em 1893, motivo pelo qual a receita mineira apresenta indiscutivelmente um sabor democrático.

Em Goiás, atalhou-se esse momento de conflagração mineiro com a escolha do sítio – no município de Campinas – e, ato contínuo, o início das obras de Goiânia dois anos antes da Constituinte Estadual de 1935. A antecipação ao parlamento tornou irreversível o lugar previamente selecionado, tanto que nem as emendas propostas pela oposição sobre o assunto tentaram alterá-lo, restando homologado pelos deputados.

Além da referida escolha do local, a deliberação da mudança definitiva e a compensação prevista constitucionalmente à

antiga capital – tema da grande tensão em Goiás – igualmente correu à margem do Legislativo, porquanto emanou de ato exclusivo do chefe do poder Executivo, isto é, via “decreto” e não “lei”. A rigor, o projeto de lei nunca mereceu aprovação da Assembleia Legislativa.

Não bastasse o desvio do parlamento – não percebido pelo autor –, Bernardo Élis sublinha, em diversas passagens (implícitas e explícitas), o caráter autoritário da receita goiana. De maneira explícita, aduz o uso pelo governo de expedientes violentos, como a prisão – ainda hoje praticamente desconhecida – do Professor Ferreira (Francisco Ferreira dos Santos Azevedo), a quem o literato conceitua, com toda justiça, como “o mais representativo elemento da cultura de Vila Boa!”. Na sequência, informa a impressão causada pela detenção de seu maior intelectual: “A cidade tremia de pavor e perplexidade. Quem diria! Bem melhor o tempo do caiadismo... Depois de mim virá quem melhor me fará – era o que se repetia em segredo.”

Cabe aqui a abertura de um parêntese para consignar que Genesco Ferreira Bretas, em seu clássico “História da Instrução Pública em Goiás” (1991, p. 559), também ventilou o fato, acrescentando que “a própria mãe do Interventor, Dona Josefina, vizinha do Professor, foi ao Palácio e puxou as orelhas do filho.” O episódio certamente necessita de uma melhor contextualização, mas a informação é útil para dimensionar o grau de indignação gerado na sociedade vilaboense.

Mais: o professor só foi solto após seu filho, o advogado Joaquim Carvalho Ferreira, impetrar um “habeas corpus”. O curioso é que por ter feito referência em sua petição “à série enorme de violências policiais que têm sido praticadas, (...) inclusive o assassinato de um pacato lavrador”, o próprio causídico acabou intimado a comparecer à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos acerca do afirmado. Sentindo-se intimidado, Joaquim

Carvalho Ferreira encaminhou ofício ao magistrado Ignácio Bento de Loyola contendo o seguinte trecho: “dado o regime de falta de garantias individuais reinante nesta capital, conforme V. Exa. já teve oportunidade reconhecer (...)” Ato contínuo, impetrou “habeas corpus preventivo” (autos do recurso ex-offício de habeas corpus nº 532\1936 – Corte de Apelação de Goiás), subscrito pelo deputado Jacy de Assis, e concedido no dia seguinte pelo aludido juiz de Direito e confirmado em grau de recurso necessário, com base no sigilo profissional. Fecha-se o parêntese.

No tópico “Depois de mim virá...”, Élis transcreve um trecho do livro “Os tempos da mudança” (1967), do memorialista Jaime Câmara, com o seguinte conteúdo: “Restava a Pedro Ludovico partir para a violência. E foi o que fez. Uma dezena de soldados foi deslocada à Cidade de Goiás, com o calculado objetivo de estabelecer o pânico.” Bernardo encerra este tema acrescentando um dado de real utilidade para a compreensão da mentalidade da época, muito embora mais associado à violência psicológica do que à física: “Havia como que um espírito sádico, empenhado em acalantar a dor e o desespero com tais práticas inutilmente emocionais [tristeza, abatimento e melancolia].”

Na sequência, o literato relata outra prisão: a do deputado estadual Jacy de Assis e o recolhimento – chamado na ocasião de “asilo político” – dos parlamentares da oposição e da dissidência no quartel do Exército da antiga capital. Sem embargo, no tópico “Barata ameaça ou ameaça barata”, o imortal da ABL não se esquece de registrar um personagem de fundamental importância no ano de 1936 em Goiás, malgrado pouco estudado no estado: Magalhães Barata, comandante do 6º Batalhão de Caçadores (BC) do Exército, sediado em Ipameri, e ex-interventor do Pará (1930-1935).

Apesar do discurso de modernidade, Bernardo Élis assinala a existência, no início de Goiânia, de uma espécie de notificação

pelo poder para que um morador malquisto abandonasse a cidade: “[Dr. Pedro] estendia suas asas na defesa de uma pessoa, outras vezes dava prazo de 12 ou 24 horas para alguém deixar a cidade. Mulheres da vida, por exemplo, não podiam morar em Goiânia: era em Campinas.”

Além das ocorrências explícitas expostas acima, Élis aponta em algumas situações, implicitamente, o ambiente autoritário vigente, a saber: i) ao analisar as fontes de financiamento de Goiânia, conclui: “Mas o prudente era não falar muito. Viva o cochicho!”; ii) quando trata da eleição indireta do governador pela Constituinte de 1935, encerra: “Era simplesmente o beneplácito goiano à execução da mudança. A polícia também ajudava, mas cala-te boca!”; iii) ao referir-se à transferência do governador Pedro Ludovico para a nova capital em 4 de dezembro de 1935, termina um dos parágrafos com a seguinte frase: “Mas falemos baixo que parede tem ouvidos.”; iv) mais: “os detentores do poder, esses em todos os tempos sempre usaram da força e do arbítrio.”; v) por fim, o já mencionado “era o que se repetia em segredo”, alusivo à prisão do professor Ferreira.

Em arremate, cumpre salientar que a percepção de Paulo Bertran alinha-se perfeitamente à de Bernardo Élis: “a mudança da capital (...) fez-se com extraordinária violência ideológica e emocional (...). A imprensa, sob censura, sem contestações. A Assembleia Legislativa fechada à força. Foi quando Goiás-Velho passou a chamar-se assim, em contraposição ao Goiás-Novo, capital Goiânia.”

Helenos entre bárbaros e o mudancismo condicionado

A narrativa oficial sobre a transferência goiana, escrita sob a ótica dos vencedores e no calor dos acontecimentos – logo após a implantação da ditadura do Estado Novo (1937–1945) –,

foi pioneiramente formulada na obra “Como Nasceu Goiânia” (1938), de Ofélia Sócrates Monteiro, esposa do secretário de Segurança Pública, João Monteiro. A reconstituição ordenou-se em torno de um eixo dualista simples: mudancistas versus antimudancistas, sendo que os primeiros representavam o bem e os últimos o mal, conforme ensina o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (“As imagens de Goiânia na literatura mudancista”, 2004).

A versão transformou-se em verdadeiro “mito de origem”, conceito descrito por José Murilo de Carvalho, em seu “Formação das Almas” (1990) da seguinte forma: “O mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. (...) Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da ideia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão os personagens envolvidos.”

Essa leitura maniqueísta de Ofélia, presa à lógica do “tudo ou nada”, além de pobre analiticamente, reduz a complexa conjuntura da época a uma dicotomia que não corresponde à realidade factual. Ademais, uma outra história alternativa ao percurso mudancista afinal trilhado termina completamente soterrada.

Segundo dados objetivos coletados junto à Justiça Eleitoral, sobretudo o “Boletim” do TSE dos anos 1930, o partido liderado pelo interventor/governador Pedro Ludovico obteve folgada vitória nas três eleições realizadas na antiga capital durante a referida década – em 1933 (Constituinte Nacional), em 1934 (Constituinte Estadual) e em 1935 (Câmara Municipal). Ora, se o par binário (mudancista x antimudancista) explicasse adequadamente o vivido, a consequência incontornável seria uma acachapante e tríplice derrota da agremiação ludoviquista no suposto centro de resistência ao principal projeto governamental.

O autor de “Receita goiana para mudar uma capital” reforça a fragilidade dessa conexão mecânica entre antimudancista e vilaboense: “Grande número, entretanto, mesmo sendo filho da histórica cidade, mesmo a amando entranhadamente, percebia que a mudança era a única maneira viável de romper a estagnação que por dois séculos sufocava o Estado. E, torcendo a própria orelha, apoiava a mudança como um imperativo embora cruel e doloroso.” A ponderação de Élis explica o apoio vilaboense pelo ângulo do desejo do progresso estadual. A rigor, não se deve olvidar das análises históricas que o surgimento de uma nova cidade abriria para os capitalistas em geral grandes oportunidades de negócios.

A bem da verdade, em uma rápida contextualização, na segunda metade da década de 1920, muitos vilaboenses atuaram na oposição ao Partido Democrata, dirigido então pelo senador Antônio Ramos Caiado. Com a vitória da Revolução de 1930 e a consequente alteração do tabuleiro político, esses antigos opositores passaram a ocupar posições de destaque na administração estadual, que, por sua vez, advogou a retirada do trono de capital da cidade onde eles justamente exerciam liderança. Eis uma hipótese clássica de conflito de lealdade.

A propósito, o ex-Prefeito de Goiânia, Hélio de Brito, bem sintetizou a encruzilhada vivida por seu sogro João Coutinho e Hermógenes Coelho: “Homens da Revolução de 1930, amigos do Governo, deputados pela antiga capital, de que eram líderes, tinham que se repartir, não traindo seu povo e ajudando a mudança, que reputavam de alto interesse para o Estado. A missão deles era a mais delicada, como deputados governistas do município espoliado. Tinham que se conduzir com habilidade e diplomacia, para conciliar os sentimento, e até mesmo os interesses dos vilaboenses com a necessidade da mudança.”

Emerge exatamente desse contexto o mudancismo condicionado, solução conciliatória do típico jogo de acomodação da cultura política brasileira. A saída centrista encontrada, cujo lema era “construir sem destruir”, selou o apoio dos vilaboenses governistas à edificação de Goiânia, condicionado, porém, à preservação cultural e educacional alcançada pela Cidade de Goiás e à implantação de melhoramentos urbanísticos.

A antiga capital nos anos de 1930 era a única municipalidade do estado detentora de uma rede pública de ensino completa, que começava no jardim de infância, passava pelo tradicional Liceu (equiparado ao Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro) e Escola Normal e chegava na Faculdade de Direito (reconhecida em 1936 pelo órgão federal competente). Apesar de não dotada dos serviços de abastecimento de água e coleta (e tratamento) de esgoto, a comuna oferecia a seus habitantes desde o ano de 1920 energia elétrica, subvencionada pelos cofres estaduais.

Sob a moldura desse panorama, Bernardo Élis lança uma tirada genial, a realçar a primazia cultural da capital em comparação com os demais municípios do estado: “Era Goiás talvez a única cidade habitável no Estado. O vilaboense sabia disso e se julgava um heleno entre bárbaros, na opinião talvez injusta dos habitantes do resto do Estado.” De acordo com o escritor, essa mentalidade de parte dos goianos do interior, gênese do mudancismo incondicionado – mudança sem qualquer compensação –, ocasionava uma “velada porém mal contida revolta contra a velha cidade de Anhanguera, única a obter favores da mísera renda estadual.”

Os vilaboenses aspiravam a preservação dessa hegemonia intelectual conquistada a duras penas e exteriorizada sobretudo nos estabelecimentos educacionais, conforme observou o médico Laudelino Gomes de Almeida em 1932: “A mudança da capital

não envolve a destruição da velha cidade de Goiás. Esta viveria na história dos dias da vida goiana (...) como um centro de cultura inicial no seu Lyceu, na sua escola normal, no seu jardim de infância, etc.”

A manutenção desse patrimônio cultural material e principalmente imaterial, aliada à ambição de dotar-se a cidade dos serviços sanitários de água e esgoto, bem assim o apoio à nova ordem política estadual pós-1930 alimentaram conjuntamente a formação da corrente intermediária do “pode ser que sim, conforme...”, no dizer do intelectual Ignácio Xavier da Silva, primeiro a conclamar o alistamento em suas fileiras pela imprensa.

As reivindicações desse poderoso movimento do mudancismo condicionado foram acolhidas não apenas em discursos e pronunciamentos, mas gravadas formalmente na Constituição de 1935 – “o governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da Cidade de Goiás” – e anteriormente no artigo 2º, do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933 (norma que escolheu o município de Campinas como a futura sede): “O governo do estado entender-se-á com o município de Goiás sobre o emprego de proteção à cidade, atual sede da administração pública, resguardando-a da decadência.”

O uso dos vocábulos “decadência” e “proteção” na redação transcrita chama a atenção e atesta o compromisso governamental de amortecer cuidadosamente a inevitável queda projetada pelo município. Aliás, tal amparo restava imperioso frente à visível dependência de Vila Boa do mundo oficial, ou, consoante ponderou Bernardo Élis: na cidade a “única indústria era o emprego público.”

A despeito das determinações normativas citadas, no momento decisivo da regulamentação do dispositivo mudancista da Constituição Estadual de 1935, a Assembleia Legislativa acabou

não aprovando o projeto de lei encaminhado pelo governador em exercício, deputado Hermógenes Coelho, em julho de 1936. O mencionado projeto de lei, além de determinar a transferência definitiva dos poderes para Goiânia, previa igualmente uma série de benefícios à antiga capital, especialmente a conservação dos estabelecimentos de ensino, salvo a Faculdade de Direito.

A sutil diferença entre a “lei” e o “decreto” não deve ser negligenciada, pois afigura-se em elemento-chave para a compreensão dos acontecimentos e suas implicações nas marchas e contramarchas dos eventos ulteriores.

Ao final, prevaleceu a vontade do governador Pedro Ludovico. Para ele, o artigo da Constituição de 1935 sobre a mudança seria autoaplicável, isto é, a participação do poder Legislativo tornar-se-ia desnecessária nessa fase crucial. Em outras palavras, um simples “decreto” – ato unilateral do chefe do Executivo – resolveria a questão, já que extrairia diretamente da própria lei maior (Constituição) sua força normativa, não precisando da confecção de uma “lei”. É nessa linha de raciocínio que emerge o decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, sem qualquer benefício à antiga capital e apenas ordenando a remoção dos poderes para Goiânia.

Na sequência, a rede de ensino pública existente na Cidade de Goiás é transferida para Goiânia, bem como todos os servidores públicos federais e estaduais junto com suas respectivas repartições. A unidade do Exército é fechada, os consulados removidos e, por último, cassa-se a própria autonomia municipal em 1937, interditando-se a eleição para prefeito.

Além de o jornal “A Razão”, primeiro de propriedade de Jaime Câmara, comparar a mudança a um “cavalo de troia”, Paulo Bertran destacou que a rota afinal seguida provocou “a ruptura do tecido cultural antigo, urdido na velhice de dois séculos progressos de história. E a ruptura daquilo que hoje se chama de

goianidade.” O poema de Josefina Pinheiro Mendes sintetizou de modo refinado o sentimento vilaboense da época: “Ponte Nova, Carmo e Lapa/É uma trinca que escapou.../Também o Rio Vermelho/Pois esse ninguém levou...”.

Bernardo Élis reconhece em seu texto, ao mesmo tempo, o benefício do surgimento de Goiânia para o desenvolvimento do estado e a decadência a que restou submetida a antiga capital, pelo desamparo oficial prometido. Em suma, enxerga os dois lados do complexo processo mudancista: a cidade sonhada e a abandonada. Exatamente por essa razão, ao se referir a Pedro Ludovico, Bernardo Élis lança duas indagações que encerram seu ensaio: “Será que tesconjuro? Será que te bendigo?”.

Por fim, na linha do mudancismo condicionado, vale uma terceira pergunta: seria possível duas respostas afirmativas?

A Capela de Areias, Entreposto da Saudade

Ao Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado e Dona Ivany Craveiro
(*in memoriam*).

*Antônio César Caldas Pinheiro**

O viajante, que de Goiânia se dirige pela GO-070 à Cidade de Goiás, a cerca de oito quilômetros antes da antiga capital, do lado esquerdo da estrada, logo ao descer a Serra Dourada em caminho margeado de muros de pedra, trabalho dos antigos escravizados, chega ao lugar conhecido por Areias.

Hoje, como antes, poucas casas compõem o povoado, mas é a ermida de Nossa Senhora Aparecida que chama a atenção dos que por ali passam, seja por ser uma bonita paisagem, que tem como fundo a Serra Dourada, seja por ser um oásis convidando-nos a parar, por um momento, o corre-corre da vida e rezar, estreitando o nosso coração ao coração da Virgem Mãe de Deus, sempre pronta a nos acolher como Mãe terna e boa!

Estas linhas que redijo, são impulsionadas pela saudade e apreço pela pesquisa histórica. Saudade, sim, pois desde que me entendo por gente, meus pais residentes em Itaberaí, quando se dirigiam à Cidade de Goiás, sempre paravam ali. E isso é mais significativo, pois meu pai não sendo católico e sim espírita,

* Antônio César Caldas Pinheiro é mestre em História pela UFG, doutor em documentação pela Universidade de Salamanca, diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás, membro da Academia Goiana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Academia Itaberina de Letras e Artes.

respeitava a devoção de minha mãe. Aliás, os espíritas admiram Maria, a Mãe de Jesus, assim como os muçulmanos que a têm como a mais excelente das mulheres, digna de ser mencionada mais de trinta vezes no Alcorão e de ter todo um capítulo (sura 19) dedicado a ela.

Outro motivo que me impulsiona a escrever sobre Areias é o desejo, há muito acalentado, de homenagear o casal Augusto da Paixão Fleury Curado e Ivany Craveiro, os grandes guardiões da capela de Areias. Muito devotos de Nossa Senhora Aparecida e cidadãos probos, retos no agir e no conviver, sua memória é um rastro de luz a guiar seus filhos: Augusta, José Augusto, Maria Aparecida, Antônio de Pádua, e a caçula das mulheres, Maria das Graças Fleury Curado, amiga muito estimada a quem, um dia, prometi escrever sobre Areias.

Conhecendo a capela de Areias desde pequeno, meu interesse pela história goiana deve ter nascido, ou pelo menos se tornado maior ali, em Areias, junto a Nossa Senhora que aprendi a amar e invocar desde sempre. É que meus avós paternos, apesar de nascidos em Itaberá, eram netos de vilaboenses da gema. Minha trisavó se chamava Jacinta Luiza do Couto Brandão (Mãe Cinta) e meu trisavô, José Manuel da Silva Caldas (Papai Juca). Ambos eram da barranca do Rio Vermelho. Explico: Mãe Cinta



Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado e Dona Ivany Craveiro, os guardiões da capela de Areias. Fotografia de Maria das Graças Fleury Curado

nasceu na Casa da Ponte, e Papai Juca em casa que existiu onde hoje está a avenida que margeia o cais do Rio Vermelho, junto ao Hotel Municipal. Esta casa, que chegava junto à ponte da Lapa, tal qual a Casa da Ponte, ficava na margem oposta a esta e em situação transversal, ou seja, a fachada principal da casa ficava em frente à igreja da Lapa. Tanto a casa quanto a igreja foram destruídas na grande cheia de 1839 que, inclusive, segundo testemunhos antigos, cavou o próprio lugar onde existiram esses edifícios.

Por sua vez meu avô paterno, José Pinheiro de Abreu (vô Juca), estudou interno no Seminário Santa Cruz, na Cidade de Goiás e em Ouro Fino, ali pelos anos de 1909 a 1911. Contava-me ele de suas passagens por Areias, ressaltando um acontecimento singular presenciado ali, em 1910.

Dizia-me meu avô que naquele ano, quando estava com 11 anos de idade, saindo de madrugada em companhia de seu pai e irmãos para Itaberaí (então, Curralinho), pararam junto à ermida e puderam presenciar um fenômeno que nunca esqueceram: o cometa de Halley. Meu avô se transformava quando recordava este episódio de sua infância. Contava-nos que o cometa iluminava a abobada celeste, deixando atrás de si uma enorme cauda de luz. Ouvindo-o narrar este acontecimento, nós nos quedávamos imaginando o episódio maravilhoso que meu avô presenciara em Areias e que nunca se esmaecera de sua lembrança.

Ainda, relacionado a Areias, contava-me meu avô, a lembrança que tinha de uma senhora apelidada de Nanhã, que fora criada na Casa da Ponte e sempre trabalhara ali, nas lides domésticas. Desde a juventude se tornara retraída e sistemática, permanecendo solteira e cuidando dos velhos patrões e da casa. Já de idade avançada (meu avô dizia que devia ser quase centenária, pois sua mãe, minha bisavó, já a conhecera velha) e sem que nunca tivesse deixado a Cidade de Goiás, quis conhecer a ermida de

Areias e, assim, pagar antiga promessa. Acompanharam Nanhã várias pessoas a cavalo e diversos rapazinhos a pé. Ela, porém, seguiu de banguê, uma espécie de liteira carregada por dois cavalos, um à frente e outro atrás. Ao chegarem a Areias levaram-na à capela onde entre rezas, ladainhas e jaculatórias pagou sua promessa, aliviando sua alma, como a alma do velho Simeão, que segundo a Escritura, ao testemunhar a vinda do Messias e sentindo cumprida sua missão exclamou: *Nunc dimittis servum tuum, Domine* – Agora, Senhor, podeis despedir vosso servo em paz! (Lucas 2:29)

Pois bem, assim que nossa pagadora de promessa saiu da capela, chegou ao adro e percorrendo com o olhar a paisagem, a serra e morros ao redor, exclamou para meu avô: Juca, como o mundo é grande! Meu avô contava e sorria, dizendo: coitada de Nanhã! Nunca saíra da velha capital. Seus horizontes eram turbados pela Serra Dourada e os morros Dom Francisco e das Lajes. Como seu mundo era reduzido!

Portanto, desde pequeno aticou-me a curiosidade sobre Areias. Quando a capelinha fora edificada? Qual o nome de seu fundador? O lugar chegou realmente a ser um povoado com dezenas de casas? Foi para responder a estas indagações que me debrucei sobre velhos alfarrábios, livros impressos, manuscritos diversos e jornais antigos, tirando a pátina do tempo que encobria a memória sobre Areias.

A região no século XVIII

Para compreendermos a localização de Areias no século XVIII, é preciso contextualizar a região naquele tempo.

Estamos acostumados com a atual e principal entrada da Cidade de Goiás pela GO-070, adentrando a cidade após passar a ponte do Rio Bacalhau.

Até a segunda década do século XIX, contudo, a principal estrada para a antiga capital era pela “Estrada Real”, que passava pelos arraiais de Ouro Fino e Ferreiro, chegando à capital pela Cambaúba, onde hoje está o balneário da Carioca. A estrada que demandava o antigo arraial do Curralinho (Itaberaí) era vicinal e passou a ser a mais frequentada a partir de 1818, com a ruína da ponte que existiu no rio Uru, bem a jusante da atual.

O documento mais antigo que faz referência à região de Areias data de 1795. É uma alusão indireta. Sabemos que o orago da capela de Areias sempre foi Nossa Senhora Aparecida, cuja devoção surgiu no interior de São Paulo no ano de 1717, no local onde está hoje a cidade de Aparecida.

Com as entradas e bandeiras dos paulistas em busca de ouro e índios, e o conseqüente povoamento do Sul e Centro Oeste do Brasil, esta devoção foi aos poucos se espalhando, sendo difundida, também, pelos mineradores e tropeiros. Em 1784 foi edificada uma capela com esse orago, na região de Sorocaba, e em 1827 outra capela foi o marco inicial da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul¹.

Em Goiás, encontramos em um livro de recebimento de dí-zimos, datado de 1795 a 1797, referência ao “Cítio da Parecida”, ou seja, Sítio da Aparecida², pertencente a Felisberto da Silva e Mello. Em um levantamento dos outros sítios da região, pudemos concluir que é a mesma região de Areias.

Será que Felisberto da Silva Mello era devoto de Nossa Senhora Aparecida e por isso honrou-a dando seu nome ao lugar? Sabemos que um grande número de paulistas veio para as Minas de Goiás e, certamente, trouxeram suas devoções e culturas. Mas, pode ser, também, que a denominação de “Sítio da Aparecida” se

1 BRUSTOLONI, Júlio João. Santuário de Aparecida. Aparecida: Editora Santuário, 1991, p. 11.

2 Sítio, aqui, é um lugar qualquer, local, localidade. No português arcaico, e ainda hoje em Portugal, o termo é usado como sinônimo de lugar. Geralmente não se refere a uma pequena propriedade agrícola, como é utilizado, atualmente, no Brasil.

deva a algum devoto desconhecido, talvez um viajante, um comerciante que do Rio e São Paulo demandava Vila Boa para comercializar. Aventamos essas hipóteses que, no futuro, poderão, talvez, serem comprovadas ou não, quando outros documentos lançarem luzes sobre esta incógnita.

O certo é que, não obstante existir a tradição de que a primeira capela de Areias foi edificada no século XVIII, nada há que possa confirmar essa informação. Ao que tudo indica, a primeira capela surgiu na segunda metade do século XIX, como veremos a seguir.

A região no século XIX

Em 1819, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, ao sair da Cidade de Goiás para a Aldeia de São José de Mossâmedes descansou no lugar chamado Areias e registrou: *O lugar tem o nome de Areias por assim se chamar o córrego*³.

Cunha Matos, em 1823, descrevendo o itinerário da Cidade de Goiás para o arraial de Anicuns e Campinas descreve os acidentes geográficos do caminho entre o Rio Bacalhau e a fazenda de Santo Izidro. Em certo trecho informa que após o Rio *Bacalhau (...)* fica o *Córrego das Arêas: entra na direita [margem] do Pai José; meia légoa*⁴.

Outro viajante, o português Luiz D'Alincourt, em 1818, dirigindo-se, pela estrada de Curralinho (Itaberaí), para a Cidade de Goiás, anotou: *Do engenho [Santo Izidro] à Capital media a curta distância de três léguas, passa-se primeiro o ribeirão da Quinta, depois o das Arêias, e próximo à Cidade o do Bacalhau (...)*⁵

3 SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. Velo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975, p.60.

4 MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1836, Tomo II, p. 120.

5 ALINCOURT, Luís d'. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: Itatiaia, 1975, p. 94.

Como se percebe, os viajantes que passaram pela região de Areias nas três primeiras décadas do século XIX, não mencionaram uma capela ou arraial no lugar.

No Registro de Terras da Paróquia de Santana da Cidade de Goiás temos duas referências a Areias. A primeira é o registro de nº 49, do declarante Manuel José [Campolim?], que registrou, em 28 de setembro de 1858, uma chácara “no local de Areias”, distante uma légua da Cidade de Goiás, e comprada de João Ferreira Leite, em 1856.

A segunda referência é o registro de nº 72, datado de 29 de setembro de 1859. Nele, João Evangelista de Siqueira declara ser possuidor de meio quarto de légua no lugar chamado “Córrego das Arêas”, sendo a demarcação a mesma do córrego das Arêas, desde a sua cabeceira até as vertentes do córrego dos Barbeiros.

A primitiva capela e seu construtor

Nossas pesquisas nos autorizam a dizer que a primeira capela foi edificada na segunda metade do século XIX, na década de 1860. Seu construtor foi David Claudino da Silva.

Como a região em que se edificaria a capela de Areias era terreno foreiro⁶, de propriedade da Câmara da Cidade de Goiás, David Claudino da Silva requereu à Câmara o aforamento de uma gleba no local.

Illm^{os}. Snr^s. Pres^c. e Vereadores da Cam^a. Municipal.
Goyaz, 11 de Setembro de 1869.

Diz David Claudino da Silva que ele Supp^c. quer afforar um quarto de légoa de terras do Patrimônio da Camara no lugar denominado Arêas, tendo a demarcação do assude a

6 São terrenos do Município cujo domínio útil é cedido ao particular, com a constituição do aforamento ou enfiteuse, obrigando-o ao pagamento anual do foro.

a cabisseira da Olaria, córrego abaixo até o fundo da tapeira de Luís Soares e deste em rumo direito até a cabisseira, digo, até a calçada e desta com os foros do Candinho e Arêas acima até o assude, e oferece adiantadam^e. treis anos de pagamento, e como não pode obter sem licença dessa Câmara o referido terreno,

P. a VV. SS. sejam servido deferir o supp^o. na forma requerida.

E. R. M.

David Claudino da Silva⁷

O requerimento foi deferido pelo presidente da Câmara da Cidade de Goiás em 13 de setembro de 1869. Não obstante o aforamento do terreno em Areias ter sido legalizado junto à municipalidade, David Claudino já estava em Areias há alguns anos ou, talvez, fosse natural da região. Não logramos, porém, encontrar algum documento que nos informasse a naturalidade de David. Seria ele vilaboense? Goiano? Não sabemos.

Encontramos informações de que em 1866 David Claudino da Silva estava encarregado do Depósito de Bahús⁸, posto de abastecimento criado pelo governo de Goiás no território de Mato Grosso, como entreposto para armazenamento de víveres e gado vacum e cavalari, para socorrer os soldados goianos que lutavam na Guerra do Paraguai⁹.

7 Documento do Arquivo Frei Simão Dorvi, caixa sem numeração, Cidade de Goiás.

8 (...) posto de abastecimento construído pela província de Goiás, num lugar chamado Bahús, que se tornou ponto da administração de Goiás para fins de concentração da logística de guerra voltada para o comando das forças expedicionárias em operações ao sul do Mato Grosso. IN SOUZA FILHO, José Atanázio de. Cruzando os Caminhos do Passado: História, Sociedade e Literatura na Participação de Goiás na Guerra do Paraguai. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal de Goiás.

9 Correio Oficial de Goyaz, nº 127, de 10 de março de 1866.

Em 19 de janeiro de 1867, o presidente da província de Goiás, Dr. Augusto Ferreira França, enviou cópia do ofício do chefe do Depósito de Bahús para o inspetor da Tesouraria da Fazenda de Goiás. Acompanhava o ofício, documentos para o ajuste de contas com David Claudino da Silva, e comunicava *que aprovou a deliberação tomada pelo dito chefe de permitir que o referido David se recolhesse à Capital por estar doente*¹⁰.

Não sabemos se David Claudino, após seu retorno, passou de imediato a residir em Areias. A nós nos parece razoável que sim, pois em setembro de 1869 solicitaria o aforamento de terreno naquela paragem. Talvez David já conhecesse o lugar e quis legalizar a sua permanência no terreno foreiro.

David Claudino da Silva casou-se com Francisca Marinho de Jesus (ou conforme outros assentos, Francisca Claudina Marinho de Jesus). Pudemos descobrir, pelo menos, quatro filhos do casal:

- 1 – Messias Claudino da Silva, nascida em 1859. Casou, em 14 de julho de 1889, com Antônio Pedro Alves.
- 2 – David Claudino da Silva Júnior, nascido em 1861. Em 1890, por ocasião de seu registro como eleitor, era solteiro.
- 3 – Modesto Claudino da Silva, nascido em 1866. Casou, em 14 de abril de 1886, com Ana Gonçalves Noronha. Este Modesto teve um filho, Joaquim Claudino da Silva, que se casou, em 26 de setembro de 1914, com Benedita da Cruz, filha de João José Sotero e Joana Francisco Sotero (que também assinavam João José dos Reis e Joana Francisco Reis). Os padrinhos dos noivos Joaquim e Benedita, foram Genaro Spenciere (no documento o nome foi aportuguesado para Januário) e Cecília Spenciere. Isto corrobora a tradição de que Andrea Spenciere e seu filho Genaro Spenciere foram os construtores da capela e também

10 Idem, nº 177, de 08 de abril de 1867.

trabalharam na sua fachada, construindo as platibandas, cimahlhas, cornijas, coruchéus, e outras molduras que a enfeitam e cujo gosto começava a influenciar os vilaboenses¹¹.

- 4 – Maria Romana da Silva, nascida em 1865. Casou, em 20 de abril de 1890, com Bernardo José Peixoto.

O jornal *A Província de Goyaz*, número de 17 de dezembro de 1869, publicou uma notícia que parece indicar o motivo que levou David Claudino a solicitar o aforamento do terreno no qual, como nos parece, já residia há algum tempo:

O Sr. David Claudino da Silva, morador nas Arêas (légua e meia ao sul da Capital) acaba de fundar em sua residência uma fábrica de fundição de ferro, que está funcionando há várias semanas, com resultados animadores. A fábrica é por hora uma experiência, um ensaio; convinha mesmo que assim se começasse. Tem um só cadinho que dá quatro fundições por dia, sendo cada uma de oito libras de ferro; uma arroba diária, por consequência. As pedras da Chapadinha, que o Sr. David manda vir de preferência, pela comodidade do transporte, dão excelente qualidade quer de ferro, quer de aço. Dizem que as do Ouro Fino são ainda de melhor qualidade, e mais abundantes de metal. Já se estabeleceram junto à fábrica três oficinas de ferreiro, que estão constantemente em trabalhos aperfeiçoando em instrumentos de lavoura o ferro que vai-se produzindo. Informou-nos que a fábrica e oficinas não podem satisfazer a grande affluência de encomendas de foices, machados, etc com que os lavradores os acabrunham¹².

11 Januário e Cecília Spenciere parece que tinham realmente contato com os moradores de Areias. Em 26 de maio de 1915, Cecília foi madrinha de casamento de Amâncio Alves Costello e Joana Francisca dos Reis. Ele, filho de Boaventura Alves Costello e Cassimira Marques, e ela de João Francisco dos Reis e Honorata Joaquina da Silva.

12 *Jornal A Província de Goyaz*, nº de 17 de dezembro de 1869. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia.

Pelo documento acima tomamos conhecimento que David Claudino montou, em 1869, uma fábrica de ferro em Areias. Ao perceber que estava dando bons resultados, tempos depois, solicitou à autoridade competente uma subvenção para auxiliar o empreendimento:

A Comissão do Commércio Industrial e Artes, a quem foi presente da representação de David Claudino da S^a, empresário da fábrica de ferro estabelecida nas Areias pedindo a subvenção de R3:000\$000 offerecendo melhores garantias que a empresa que tentou fundar o estrangeiro Marie Augusto Rochet e cujo infeliz resultado é notório, e porquanto a que se propoem está creada há mais de anno, em operações effectivas e há já produzido resultados proveitosos, e devendo-se animar toda sorte de ensaios sobre esta e outras Indústrias cuja falta de iniciação a Província assás sente, é de parecer (...).¹³

O parecer da Comissão foi no sentido de que se deveria dar-lhe o subsídio, que na realidade era um empréstimo, e como a província carecia de indústrias, achou por bem não cobrar juros dessa subvenção, e ainda ofereceu para David Claudino a vantagem de pagar o empréstimo em três prestações. O despacho afirmativo está datado de 23 de agosto de 1870.

Segundo informações do viajante Oscar Leal, esta fábrica já não existia em 1892. Nesse ano, ao passar pelo local denominado arraial de Areias, registrou a informação que obtivera de que ali existira uma fábrica de ferro pertencente “a um certo senhor Davi”¹⁴, cujas pedras ele mandava vir da Chapadinha, não muito

13 BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. CURADO, Bento Alves de Araújo Fleury. Estrangeiros Radicados em Vila Boa e Outras Terras de Goyaz. Goiânia: Kelps, 2018, p. 188.

14 Sem dúvida é o mesmo David Claudino da Silva que edificou a ermida de Nossa Senhora Aparecida.

distante dali. Oscar Leal arremata a notícia dizendo que ali se fabricavam ferro e aço de excelente qualidade, e que junto à fábrica existiram oficinas de ferreiro que produziam instrumentos de lavoura,¹⁵ informações que se coadunam com a notícia do jornal acima citado.

Para construir a capela de Areias, David Claudino solicitou permissão ao bispado. Em 3 de fevereiro de 1869 a Diocese de Santana de Goiás concedeu *licença para David Claudino da Silva edificar uma Capela de N. Sra. Aparecida, por onde passa a estrada que dessa Cidade vai para o Curralinho*¹⁶.

É a primeira menção à capela de Nossa Senhora Aparecida de Areias que nos parece ter sido levantada a partir de 1870, pois a 14 de outubro de 1871, foi deferida uma solicitação de David Claudino à Diocese, que concedeu *Licença para que se possa continuar a celebrar o santo sacrificio da missa na Ermida erecta na estrada das Arêas, por tempo de um anno, em beneficio dos habitantes desse lugar, e dos que por ahi transitarem*¹⁷.

Concedeu-se licença, também, para que David construísse um cemitério em Areias, nas cercanias da capela¹⁸.

A imagem venerada em Areias

Em 1875 a capela já estava de tal forma, que em 7 de fevereiro desse ano, com a concorrência de muitos fiéis da região e da Cidade de Goiás, de diversas autoridades civis e religiosas, procedeu-se à bênção da imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo vigário da Catedral de Santana de Goiás.

15 LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas*. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1980, p. 60.

16 Livro de Provisões do Bispado de Goiás - 1869, fl. 30 v. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás.

17 Correio Oficial nº. 389, de 14 de outubro de 1871.

18 Idem.

BENÇÃO DA IMAGEM – Deu-se a d Nossa Senhora Aparecida na povoação das Arêas, segundo publicamos abaixo.

Termo da Benção da Imagem de N. S. da Aparecida que está na capella de Arêas, districto da Capital de Goyaz.

Aos sete dias do mez de Fevereiro de 1875 em a povoação das Arêas districto da Capital de Goyaz, onde eu abaixo assignado Vigário da Paróchia da Cathedral de Sant'Anna da Cidade de Goyaz, me achava para o fim de Benzer a Nova Imagem da Virgem Santíssima que se venera debaixo da invocação de N. S. Aparecida, presentes os Srs. Drs. Antônio José Pereira, Ramiro Pereira de Abreu, Francisco Antônio de Azeredo, Vigário Antônio Pereira Ramos Jubé, Capitão Cristiano Joaquim de Sant'Anna João da Rocha Vidal, e grande concorrência dos fiéis, procedi a Benção Solemne da Imagem, e em seguida celebrei o Santo Sacrificio da Missa, funcionando nos ditos actos a música Philarmônica, e para todo tempo constar faço este termo em que assignarão comigo os acima mencionados, e mais pessoas abaixo declaradas. José Iria Xavier Serradourada, Vigário Collado da Paróchia da Cathedral, Vigário Collado da Paróchia de N. S. do Pilar do Ourofino Antônio Pereira Ramos Jubé, Dr. Francisco Antônio de Azeredo, Ramiro Pereira de Abreu, Christiano Joaquim de Sant'Anna, João da Rocha Vidal, Manoel Alves de Castro, Francisco Antônio Ferreira de Azevedo, Benedicto Pereira de Andrade, Bellarmino Felipe do Nascimento, José do Patrocínio Marques Tocantins, o thesoureiro Luiz Marques dos Santos Aranha - Antônio José Pereira - Está conforme - Gregório da Silva Abrantes escrivão de capellas e resíduos¹⁹.

Esta imagem é, certamente, a mesma que se venera ainda hoje em Areias e que possui duas peculiaridades: representa a

19 Correio Official de Goyaz, nº 13, de 20 de fevereiro de 1875.

Virgem Maria com tez branca e não morena como sói as imagens de Nossa Senhora Aparecida, e é imagem de roca²⁰.

A este respeito, Octo Marques em seu livro *Cidade Mãe – Casos e Contos*, registra o que a tradição oral dizia a respeito da imagem de Nossa Senhora Aparecida de Areias ser de tez branca:

Até aí ao darmos crédito à tradição oral de nossa gente, existia nesse nicho primitivo, a imagem de Nossa Senhora Aparecida de cor branca, visto que seu autor, um anônimo santeiro do lugar, desconhecia, no século passado [XIX], que a milagrosa virgem bondosa possuísse a tez escura²¹.

Dona Célia Coutinho registra que esta imagem de Nossa Senhora Aparecida, de pele branca, é obra de Antônio Marques²². Acreditamos que ele deve pertencer à família Marques Aranha que por muito residiu em Areias.

A imagem branca de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, citada acima, foi recentemente restaurada por Guilherme Veiga em excelente trabalho. No dia 18 de fevereiro de 2018, a



O artista Guilherme Veiga no restauro da imagem. Fotografia de Guilherme Veiga

20 “Imagem de roca, ou santo de roca, é a designação genérica usada para um tipo de imagem que tem como “principal” característica a possibilidade de ser vestida. Ela também é chamada de imagem de vestir, imagem de bastidor ou imagem de procissão”. OLIVEIRA, Selma Soares. *As Seculares Imagens de Roca*. IN *Sitientibus, Feira de Santana*, n. 40, p.203-215, jan./jun. 2009.

21 MARQUES, Octo. *Cidade mãe: casos e contos*. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, Fundação Legionárias do Bem-Estar Social, 1985 notas, p. 58.

22 BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. CURADO, Bento Alves de Araújo Fleury. *Estrangeiros Radicados em Vila Boa e Outras Terras de Goyaz*. Goiânia: Kelps, 2018, p. 189.

imagem saiu em procissão da Catedral de Goiás até Areias, onde foi novamente entronizada.

Quanto à imagem branca da capela de Nossa Senhora Aparecida de Areias, refletimos e aventamos uma hipótese. A capela de Areias é citada em alguns livros e documentos como tendo o orago de Nossa Senhora da Conceição, e sem dúvida essa imagem branca da Virgem representa Nossa Senhora da Conceição. Certamente, quando da construção da capela, era essa a imagem que tinham para ser colocada no altar-mor. Como a invocação da capela sempre, desde o início, foi Nossa Senhora Aparecida, cujo título completo é Nossa Senhora

da Conceição Aparecida, mesmo sendo outra a imagem, os fiéis chamavam-na Nossa Senhora Aparecida, surgindo aí a tradição de que em Areias a imagem da padroeira do Brasil é branca.

Hoje, em Areias, existe, também, a imagem tradicional de Nossa Senhora Aparecida, de tez morena e manto inteiriço na própria imagem.

Tempos difíceis, a demora na conclusão das obras

No Correio Oficial de Goyaz, de 15 de dezembro de 1877, colhemos a notícia pela qual nos inteiramos de que a capela, quase dez anos depois de iniciada a sua construção, ainda não estava acabada:



A imagem branca de Nossa Senhora Aparecida de Areias, restaurada por Guilherme Veiga. Fotografia de Guilherme Veiga.

*No domingo, dia 16 do corrente, haverá missa da invocação da Senhora Aparecida, não havendo festa, por que o procurador antes prefere aplicar o pouco dinheiro existente na conclusão da obra da nova capella, que está em bom andamento*²³.

Pelo visto, devido às dificuldades da época a capela ficou anos sem ser concluída, o que não impediu que nela ocorressem celebrações como missas, crismas e batizados.

Informações mais substanciais sobre a capela de Areias foram anotadas na ata da visita pastoral realizada por Dom Cláudio José Ponce de Leão, bispo da Diocese de Goiás, que ali esteve no dia 9 de março de 1885, vindo de sua visita à paróquia de Ouro Fino.

VISITA DO BISPO

(...) Depois de um pequeno descanso seguiu para a povoação de Arêas para onde havia mandado desde o dia 8 o Revdo. Fr. Miguel para confessar os fiéis alli residentes e dispô-los para receberem o Chrisma, o que foi cumprido (sic), aí confessou e comungou 60 pessoas; chegou S. Ex^a. e depois de um pequeno descanso (sic) e tendo almoçado, dirigiu-se para a Capella, aonde (sic) depois de cantar o hymno e oração do Espírito Santo, fez instrução breve sobre o Sacramento do Chrisma e o administrou a 20 fiéis de ambos os sexos; concluído este acto, visitou ainda visitou a Capellinha que só tem a capella mor e uma só sacristia, estando ainda aberto o corpo da Igreja; examinou seus paramentos e tudo o mais que achou e bom estado; ordenou que fosse dourado por dentro o cálix (sic) para poder celebrar com elle o Santo Sacrificio da Missa; fez retirar da Capella 4 ou 5 imagens pequenas, por muito imperfeitas e deo esmolla para a obra da mesma todo o rendimento do Chrisma aí feito e exhortou o

23 Correo Official, nº 96, de 15 de dezembro de 1877.

povo para continuar no trabalho de conclusão da igreja (sic). O orago é Nossa Senhora da Conceição da Aparrecida. Zella da Cappela o snr. David Claudino da Silva. Findo todo o serviço voltou S. Ex^a. para a Capital (...). 9 de março de 1885²⁴.

No mesmo ano de 1885 encontramos outras informações sobre Areias em um artigo intitulado *Notas de Viagem*, de autoria de Floriano Florambel²⁵, publicado no jornal *O Publicador Goyano* em setembro de 1885. Nesse artigo, seu autor descreve a viagem empreendida da Cidade de Goiás à Corte do Rio de Janeiro. Artigo interessante, tece comentários sobre aspectos da estrada, topografia, rios, córregos, povoações e cidades.

Saiu da Cidade de Goiás no dia 27 de agosto de 1885, às 13 horas. Após as despedidas dos familiares e amigos que o acompanharam até o Bacalhau para o “bota-fora”, iniciou a longa viagem. Chegou a Areias às 15 horas e nos deixou uma interessante descrição do lugar e da capela:

NOTAS DE VIAGEM

(...) Feitas algumas despedidas entre prolongados abraços partimos para Areias, onde chegamos às 3 horas. Tendo apeiado a porta da casa das residências do sr. Luiz Marques, fomos em seguida visitar a Igreja do lugar: o altar está preparado com gosto interiormente, mas a obra de architectura do edificio é má, se bem que trabalhada com

24 Livro de Termos de Visitas Pastorais e Pastorais da Diocese de Sant'Ana de Goiás, 1885-1887, fl. s/nº, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás.

25 Floriano Florambel da Conceição foi capitão da Força Pública de Goiás, em 1886. Casou-se com Ana Rita de Barros Conceição. Segundo Joaquim Carvalho Ferreira (Presidentes e Governadores de Goiás. Goiânia, Editora FG, 1980, p. 56) foi redator do jornal *Aurora*, semanário político e noticioso publicado na Cidade de Goiás Em 1894 era coronel e diretor do Matadouro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. *Jornal o Paiz*, nº 4283, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1894. Biblioteca Nacional Digital. O coronel Floriano faleceu no Rio de Janeiro, antes de 1922.

muita solidez. Será planta de algum dos nossos engenheiros? Duvido muito.

O thesoureiro da capela e encarregado da construção do edifício é o Sr. David Claudino, homem de muita probidade e bastante delicado.

Areias é uma pequenina povoação e jamais poderá florescer devido à grande falta de água no lugar; tem poucos casebres, mas tem clima ameníssimo²⁶.

O articulista dá a entender que a capela ainda estava em construção, o que corrobora a notícia registrada na visita pastoral de Dom Cláudio, e aduz que, possivelmente, estava sendo edificada sem o acompanhamento de um engenheiro, daí a crítica à sua arquitetura. Elogia, porém, a solidez da construção e a honestidade de seu construtor.

Como veremos adiante, somente em 1886 a capela seria totalmente terminada, conforme registro no livro tombo da paróquia de Santana de Goiás²⁷.

Aliás, em 1886 os moradores de Areias e arredores receberiam a atenção do governo. A Lei Provincial de nº 771, de 8 de novembro de 1886, criou ali uma escola pública de instrução primária. Assim, as crianças em idade escolar já não precisavam se deslocar para a Cidade de Goiás para realizar seus estudos, o que obrigava os pais que não tinham casa na capital, a deixar os filhos em casas de parentes.

Cinco anos após a passagem e descrição de Floriano Florimbel sobre Areias e sua capela, temos um comentário lacônico de Oscar Leal, em 1891. Porém, pouco acrescenta, refere-se apenas à fábrica de ferro que ali existira e ao seu proprietário, David

26 O *Publicador Goyano*, nº 29, Cidade de Goiás, 13 de setembro de 1885. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás.

27 Livro Tombo da Catedral de Goiás, 1908 – 1939, fl. 6v. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Claudino. A única informação de interesse, também lacônica, é sobre a povoação: *O arraial das Areias conta umas quarenta casinhas quasi (sic) todas cobertas de palha*²⁸.

A nós nos parece que Oscar Leal exagerou o número de casas do arraial de Areias. Não encontramos nenhuma outra informação que indique ter tido o arraial este número de casas. Um arraial com quarenta casinhas naquele tempo, não era uma povoação pequena.

Pudemos encontrar os nomes de alguns moradores do povoado e adjacências em 1876 e 1890. São listas de cidadãos “qualificados votantes”, o que nos leva a inferir que outros moradores da região não constam da lista, por não terem sido qualificados. Arrolaremos os nomes desses moradores, pois poderá servir de informações para outras pesquisas sobre a região ou mesmo sobre a genealogia das famílias formadoras de Areias.

Em 1876 é a seguinte a lista geral dos cidadãos qualificados como votantes do município da capital, paróquia de Santana, quarteirão das Areias²⁹.

1. Antônio Henrique Alves Costa, 27 anos, casado, carpinteiro, filho de José Alves Costa.
2. Apolinário Nunes Valadão, 51 anos, lavrador.
3. Benedicto Pereira de Andrade, 45 anos, casado, vive de agências.
4. Belarmino Felipe do Nascimento, 28 anos, casado, filho de Manoel do Nascimento Serqueira.
5. Braz de Bessa, 58 anos, viúvo, vive de agências, filho de Braz de Bessa.
6. David Claudino da Silva, 60 anos, casado, vive de agências, filho de Manoel da Silva Mota.

28 LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)*. Goiânia: Editora da UFG, 1980, p. 60.

29 Correio Oficial de Goiás, nº 70, de 13 de setembro de 1876.

7. Francisco de Bessa, 27 anos, solteiro, carpinteiro, filho de Braz de Bessa.
8. José Pereira de Melo, 43 anos, casado, vive de agências, filho de Joaquim Pereira de Melo.
9. Joaquim da Rocha Couto, 28 anos, solteiro, vive de agências, filho de Joaquim da Rocha Couto.
10. Luiz Pereira de Melo, 40 anos, casado, lavrador, filho de Joaquim Pereira de Melo.
11. Luiz Marques Aranha, 43 anos, solteiro, vive de agências, filho de Francisco Marques Aranha.

O jornal *O Publicador Goyano*, em outubro de 1886, publicou um texto assinado pelos moradores de Areias. Por meio desse documento os moradores da povoação juntam-se aos moradores da capital para atestar que o capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada, médico prático, tem tratado os enfermos que o procuram, com a permissão dos facultativos e devido à falta absoluta de médicos na capital. Atestam que o capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada tem tratado com sucesso os doentes, nada recebendo por isso.

Nesse sentido, os moradores de Areias fazem publicar o texto seguinte:

Em additamento aos assignatários do attestado em favor dos exercícios médicos do senhor Joaquim Martins Xavier Serradourada se reúnem os abaixo assignados moradores das Arêas.

João Alcino da Silva Abrantes, Joaquim da Rocha Couto, Petronilho Ferreira dos Santos, Francisco Claudino da Silva, Daniel Claudino Filho, Luiz Marques dos Santos Aranha, Joaquim Pedro de Souza, Ana Pereira de Mello,

Maria José Pereira de Mello, Maria Ignácia de Macedo, Maria dos Anjos de Souza, Maria Benedicta Pereira, Benedicta Maria Pereira, Levina Souza Joaquim Pedro, José Francisco Maia, João Nogueira da Silva, Davi Claudino da Silva, Francisco Marinho da Silva, Modesto Alves da Silva³⁰.

Um novo alistamento foi realizado em 1890³¹, e desta feita compuseram a lista dos eleitores da povoação de Areias os seguintes nomes:

1. Luiz Marques dos Santos Aranha, 58 anos, filho de Francisco Marques, casado, lavrador.
2. Joaquim Pedro de Souza, 32 anos, filho de José de Souza Caldas, casado, lavrador.
3. Joaquim da Rocha Couto, 36 anos, filho Joaquim da Rocha Couto, casado, lavrador.
4. Jerônimo Gomes Pinheiro, 26 anos, filho de José Gomes Pinheiro, casado, lavrador.
5. Joaquim Antônio Ramos Jubé, 38 anos, filho de Antônio Pereira Ramos Jubé, casado, lavrador.
6. Davi Claudino da Silva, 75 anos, filho de Manoel da Silva Mota, casado, lavrador.

Não podemos dizer com certeza que todos residiam no povoado. Talvez alguns residissem em suas terras, um pouco afastados da povoação. O certo é que Areias foi realmente um povoado, e se não fosse a capela edificada por David Claudino, talvez nada restasse que pudesse lembrar que ali tivesse existido um arraial.

30 *Jornal O Publicador Goyano*, nº 87, de 25 de outubro de 1886.

31 Anotação esparsa, 1890.

Algumas dessas famílias, como os Marques (aparentados aos Leite Santana), Nascimento, Pereira de Melo e Claudino da Silva, ainda estavam em Areias e região nas primeiras décadas do século XX.

Oscar Leal, acima citado, já havia passado por Areias em 1881, quando visitou, pela primeira vez, a Cidade de Goiás. Esta viagem ele a descreve no livro *Viagem ao Centro do Brazil*³², obra pouco conhecida, mas importante para conhecermos Goiás no final do regime imperial, principalmente ao se fazer o contraponto com o Goiás de 1891, pós-proclamação da República. É pena, entretanto, que referente a Areias Oscar Leal tenha sido ainda mais lacônico: *Partimos depois do almoço e às tres horas da tarde passamos a povoação de Areas*. Nada mais diz a respeito do arraial, e em ambas as viagens não se refere à capela.

A próxima descrição que temos de Areias, e que menciona a capela, foi escrita por Dom Eduardo Duarte da Silva, nomeado bispo de Goiás em 1891. Nesse mesmo ano Dom Eduardo iniciou a viagem do Rio de Janeiro para a Cidade de Goiás, sede episcopal. Seu *Diário* é uma obra formidável, nele descrevendo tudo o que via e presenciava pela estrada, tecendo comentários sobre a natureza, as cidades e povoações, os habitantes do sertão, os costumes e modo de vida etc. Areias foi a sua penúltima parada antes de adentrar a Cidade de Goiás, pois depois de Areias teve de esperar no Bacalhau que se organizasse a solenidade de sua entrada na sede episcopal. Em Areias, pousou na casa de David Claudino:

A 28 de Setembro [1891] comecei o último trecho da minha jornada, mas chegado à povoação das Areias, onde há uma e distante légua e meia da capital, veio ao meu encontro, a cavalo, um velho pardo montado em um panga e, parando diante de mim, sem mais nem menos foi

32 LEAL, Oscar. *Viagem ao Centro do Brazil - Impressões*. Lisboa [?], 1886 [?].

dizendo: “tenho ordens e não deixá-lo ir para adiante.” “E quem é vossa mercê?” “Sou o David.” “Muito bem, tenho muito prazer em obedecer a uma intimação feita pelo real profeta.” “E para onde irei?” “Para minha casa.” O bom David fez quanto pôde para suavizar a minha detenção preventiva, com exceção da cama, que por pouco não foi no telhado, tendo eu de subir para ela por meio de uma escadinha. Não dormi toda a noite pensando no caso³³.

A última referência a Areias no século XIX que encontramos, está no livro *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*, de Augusta Faro Fleury Curado. A autora, porém, não faz referência à capela:

Ao meio-dia chegamos em “Areias”, depois de termos decidido a “Serra Dourada” toda calçada de lajes largas. Há lugares de altas rochas pretas, pontiagudas, que parecem defender a entrada da cidade. Vimos, pouco adiante, o fio do telégrafo que vai a Cuiabá. Tive verdadeira sensação de prazer ao avistá-lo, como se encontrasse um velho amigo. Em Areias, pequeno povoado, almoçamos e mudamos de roupa. Estávamos molhadíssimos³⁴.

Augusta de Faro Fleury Curado não se encontrou com David Claudino. O construtor e zelador da capela falecera três anos antes, a 14 de julho de 1893, e foi sepultado no cemitério da povoação, obra, também, edificada por ele.

A este respeito, o jornal *Estado de Goyaz*, órgão noticioso ligado ao Partido Republicano Federal e de orientação política

33 SILVA, Eduardo Duarte. *Passagens: Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007, pp. 90 e 91.

34 CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. Kelps/UCG, 2005, p. 68.

do monsenhor Inácio Xavier da Silva³⁵, noticiou o falecimento de David:

No povoado do Bacalhau falleceu no dia 14 d'este [julho] o septuagenário David Claudino da Silva. Cathólico pratico, recebeu todos os sacramentos da Igreja.

Morou por muitos annos no arraial das Arêas onde gastou parte da sua vida trabalhando na erecção e conservação da capella de N. Senhora d'Apparecida, orago da povoação, em cujo cemitério foi sepultado.

Paz à sua alma e pezames à sua família³⁶.

Até o final dos anos 1930, Areias ainda contava com diversas casas e um comércio que atendia não só os seus habitantes, mas os fazendeiros e chacareiros da região. Dona Célia Coutinho Seixo de Brito, aparentada com os Leite Santana que residiram por muitos anos em Areias, e que eram ligados, também, à família Marques, registrou algumas informações sobre o povoado na década de 1930:

Sua pequena população contava com escola e duas casas comerciais. Seus proprietários atendiam ainda à gente da zona rural e passageiras daquela única via de acesso ao sul da capital.

Só conheci a casa comercial de Durval Leite Santana, primo de minha saudosa mãe. Casado com D. Ana Alves Rezende, neta de Luiz Marques dos Santos Aranha (...) ³⁷.

É de dona Célia Coutinho, também, a única referência ao aspecto exterior da capela. Apesar da escritora não informar a sua

35 TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Ed. Kelps, 2ª edição, 2010, p. 65.

36 *Jornal Estado de Goyaz*, nº 111, de 17 de setembro de 1893.

37 BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. CURADO, Bento Alves de Araújo Fleury. *Estrangeiros Radicados em Vila Boa e Outras Terras de Goyaz*. Goiânia: Kelps, 2018, p. 189.

fonte, infere-se que deve ter perguntado às pessoas mais velhas que conheceram a primitiva ermida, e a descreveram. A referência, porém, é lacônica: *A primeira casa de oração ali construída ficava no mesmo lugar de hoje. Era construção tipo colonial, la-deada por acolhedor alpendre. Subia-se a encosta por uma escada de pedras com sete a oito degraus, pisava-se no avarandado que circulava a ermida*³⁸.

Todos os documentos compulsados são unânimes em afirmar que a capela atual de Areias foi edificada no mesmo lugar da antiga, que foi demolida.

Os ermitões e encarregados da capela

Para que a capela permanecesse decentemente limpa e aberta para receber os fiéis, a paróquia de Santana de Goiás, à qual ainda hoje pertence a ermida, contratava zeladores. Estes recebiam uma gratificação pelo serviço, e nós cremos que apenas o fundador da capela não tenha recebido gratificação. Nos documentos do Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás encontramos referências a alguns desses ermitões ou zeladores. São dados esparsos que não nos permitem elaborar uma lista completa desses encarregados.

Foram “ermitões”³⁹, zeladores ou encarregados da capela de Nossa Senhora Aparecida de Areias, desde a sua construção até o ano de 1911:

1. David Claudino da Silva administrador da capela Nossa Senhora Aparecida de Areias de 15 de novembro de 1871 a 29 de Fevereiro de 1888.

38 Idem, p. 189.

39 O termo aqui não se refere a um “eremita”, mas a alguém encarregado de cuidar de uma ermida.

2. Teodósio Manoel Soares de Souza, “ermitão”, zelador de Areias de 1894 a 1896 e 1898. Teodósio recebia \$30.000 mensais, e deveria oferecer almoço aos padres, quando estes visitassem a capela para a celebração de missas;
3. 1907 - zeladora Joaquina Marques.
4. 1910 - Joaquina de Assis, “encarregada” da capela nos meses de setembro a dezembro de 1909. Recebeu gratificação \$50.000, referentes aos meses de janeiro a dezembro de 1910.
5. 1911 – Dona Flaminia Godinho.
6. 1968 – Dona Rosa, tia de Domingos Leite Santana.

Século XX, a construção da nova capela

Ao virar o século, em 1910, encontramos no Livro Tombo da Catedral de Santana, o registro de uma provisão de licença do bispado de Goiás, datada de 29 de abril desse ano, referente à construção da nova capela de Areias:

Passou-se nesta data [29 de abril de 1910] provisão de licença para se construir a nova Capella de N. Senhora d'Apparecida das Arêas, no lugar da antiga Capella, cuja demolição foi auctorizada verbalmente pelo Exmo. e Revmo. Sr. Bispo. Também foi aprovada a planta da nova Capella⁴⁰.

Cinco meses após, no mesmo Livro Tombo, foi anotado que a capela de Areias havia sido benta pelo vigário da Catedral, que na época era o monsenhor Joaquim Confúcio de Amorim. Esta anotação é do dia 5 de setembro de 1910, e está exarada nos seguintes termos: *Arquivou-se a provisão de licença para se benzer*

40 Livro Tombo da Catedral de Goiás, 1908 – 1939, fl. 5. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

*a nova Capella de N. Senhora d'Apparecida das Arêas, licença esta que foi cumprida immediatamente pelo Rev. Vigário*⁴¹.

Esta informação nos leva a concluir que a nova capela foi edificada em tempo recorde para a época. cremos, porém, que ela não estava de todo acabada. Certamente faltavam os acabamentos como reboco, pintura, cimalkhas, molduras da fachada etc. Mas, a capela já poderia acolher celebrações e missas festivas, ocasião em que ocorriam quermesses e leilões que angariavam fundos para o término das obras. Isso é muito comum nesses casos. Inclusive o construtor da primitiva capela, David Claudino, realizou diversas quermesses e leilões para amealhar fundos que pudessem ser aplicados para a consecução das obras.

E não era apenas a festa de Nossa Senhora Aparecida que se celebrava na capela. Em janeiro celebrava-se São Sebastião⁴², muito invocado pelos fazendeiros, pois era protetor contra a peste; em junho era a festa do Divino Espírito Santo, com imperador e todo o aparato da tradicional festa do Divino. Muitas vezes a celebração em Areias não ocorria nas datas litúrgicas, para não coincidir com as celebrações da Cidade de Goiás, isso para proporcionar que os fiéis da capital pudessem acorrer às festas da capela.

FESTAS DAS AREIAS

Não pôde ter lugar, este anno, a festa de Nossa Senhora Aparecida no dia marcado, que é no primeiro sábbado do mez de Junho de cada anno, assim como a do Senhor Divino Espírito Santo que devia ser na 1ª domingo de Junho, porque adoeceu o juiz ou festeiro d'Aquella Senhora e ter fallecido o imperador sorteado para o Senhor Divino. Ficam, pois, adiados aquelles festejos para

41 Idem, fls. 5 e 5v.

42 Informação de Célia Coutinho Seixo de Britto.

os últimos sábbado e domingo do mez de Julho próximo futuro, sem prejuízo do dia marcado anteriormente para os annos seguintes.

David Claudino da Silva
Encarregado da Capella das Areias⁴³.

Esta hipótese, de que a bênção ocorrida em 1910 se deu sem que as obras da capela estivessem concluídas, é bem verosímil. Tanto é assim, que no dia 6 de maio de 1911 anotou-se no livro tombo já mencionado, a seguinte informação: *Nesta data concedeu-se licença ao Cura da Cathedral para mandar encarnar a Imagem de Nossa Senhora d'Apparecida das Arêas.*⁴⁴ Ou seja, a imagem ainda não havia sido restaurada, recebido nova pintura e reparos. Ora, se a capela já estivesse totalmente acabada em 1910, teriam tido o cuidado de encarnar a imagem para a inauguração.

Quanto à nova capela de Areias, aguçava-nos a curiosidade saber se ela teve uma planta elaborada por um profissional. A nova capela construída, a mesma que existe hoje, difere muito das construções que se faziam no interior de Goiás naquela época. Tanto a sua planta como o acabamento da fachada com quatro colunas quadradas com capiteis simples, constante de frontão com platibanda encimada com coruchéus, cimalthas, torre central com três janelas ogivais cegas, guarnecida de molduras e pequena platibanda triangular, distinguem-na das demais igrejas de Goiás.

Nossa curiosidade foi satisfeita ao encontrarmos em um livro manuscrito com anotações sobre a história das paróquias da Diocese de Santana de Goiás, com informações sobre as capelas pertencentes às paróquias e outras notícias referentes à época da construção das igrejas, seus párocos etc.

43 *Jornal O Publicador Goiano*, nº 117, de 21 de maio de 1887.

44 Livro Tombo da Cathedral de Goiás, 1908 - 1939, fl. 6, v. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Na parte que se refere à paróquia de Santana, Catedral de Goiás, há uma pequena, mas importante informação sobre a capela de Areias. Este registro confirma os documentos pesquisados e traz o nome do engenheiro que elaborou sua planta: (...) *capella de N. S. da App^a das Areias - Erecta em 1875 e terminada em 1886 por Davi Claudino da Silva e construída novamente em 1909, pelo Vigário, sendo a sua planta fornecida pelo Dr. de Engenharia Major Otávio Augusto Confúcio*⁴⁵.

Pronto, eis esclarecida a dúvida que tínhamos quanto aos nomes de quem elaborou a planta e de quem mandou construir esta nova capela. A citação acima informa que foi o engenheiro militar goiano, Otávio Augusto Confúcio⁴⁶, falecido como general, o autor da planta da capela. E as informações se encaixam, pois o vigário que conduziu a nova construção da capela foi o monsenhor Joaquim Confúcio de Amorim⁴⁷, irmão do engenheiro autor da planta.

A data de 1910, estampada no frontispício da capela, parece contradizer as informações acima. Certamente, 1909, seria o ano em que foi concedida a licença para se arriar a antiga capela e levantar a nova. As obras de construção devem ter se iniciado em 1910, como está registrado em sua fachada, sua inauguração se daria em 1911 como indica a provisão citada, e ficaria realmente pronta em 1912.

45 Livro Tombo da Catedral de Goiás, 1908 – 1939, fl. 25. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

46 General Otávio Augusto Confúcio, natural da Cidade de Goiás, nasceu a 14 de junho de 1868, filho de Luis Gonzaga Confúcio de Sá e Ana Joaquina de Amorim. Em 1896 finalizou o Curso de Estado Maior e Engenharia Militar, no Rio de Janeiro. Faleceu em 1935 no Rio de Janeiro. BORGES, Humberto Crispim. *Generais Goianos*. Goiânia: Editora O Popular, 1979, p. 68.

47 Monsenhor Joaquim Confúcio de Amorim, natural da Cidade de Goiás, nasceu a 14 de junho de 1868, filho de Luis Gonzaga Confúcio de Sá e Ana Joaquina de Amorim. Foi vigário da paróquia de Santana à qual pertencia a capela de Areias, de 1900 a 1937, quando faleceu. IN Jayme, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas*, vol. I. Pirenópolis: S/E, 1973, 340.

O construtor da capela, assim como dos adereços modernos para a época em Goiás, foi o italiano Andrea Spenciere, mestre de artes e ofícios com formação em seu país⁴⁸. Mestre Andrea e seu filho Genaro trabalharam muito em Goiás e cidades vizinhas. Estava em voga a construção de casas com platibandas, cimalthas, colunas, cornijas e coruchéus, ou a reforma de antigas casas, adaptando-as a este estilo. Assim Mestre André e seu filho Genaro reformaram dezenas de casas na Cidade de Goiás e algumas em Itaberaí.

Dona Célia, que deve ter consultado estes construtores, pois os conheceu, deixou registrado o trabalho por eles realizado em Areias: *E, assim, em 1910, o italiano Andrea Spenciere, mais conhecido por Mestre André, ajudado por seu filho Genaro, foi seu Construtor. A obra ficou em 300.000 contos de réis, elevada importância na época.*⁴⁹

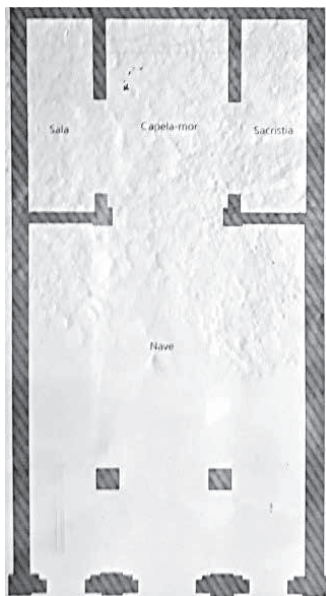
A respeito da planta da capela de Areias, tem se difundido entre as pessoas da antiga capital e mesmo entre os viajantes que adentram a capela, a notícia de que sua planta “guardadas as proporções” apresenta a mesma planta da igreja de Santa Maria do Castelo, em Estremoz, Portugal.

Quando analisamos as duas plantas, salta aos olhos as diferenças, e estas não são devido às suas proporções que são, realmente, bem distintas. A igreja de Santa Maria do Castelo é uma igreja de três naves, com quatro monumentais colunas a separar as naves laterais, ao passo que Areias é de uma só nave. Dizer que as duas sacristias que ladeiam a capela-mor, demonstram as similaridades da capela de Areias com a de Estremoz, não é

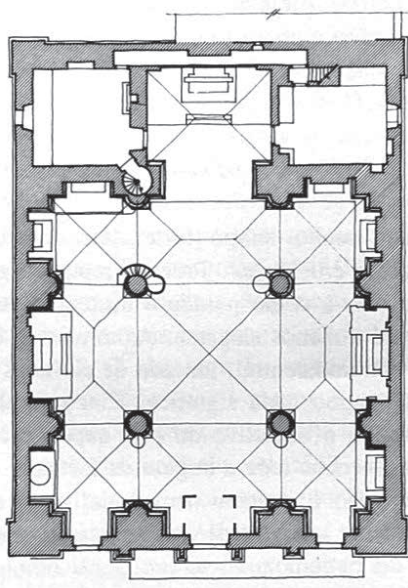
48 Linhas atrás, vimos que Genaro Spenciere e sua esposa Cecília tinham convívio com as famílias de Areias. É quase certo que esta amizade com os moradores da povoação teve início com a permanência de Mestre André e Genaro quando da construção da capela.

49 BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. CURADO, Bento Alves de Araújo Fleury. Estrangeiros Radicados em Vila Boa e Outras Terras de Goyaz. Goiânia: Kelps, 2018, p. 189

razoável. Diversas igrejas pelo Brasil afora têm, praticamente, a mesma planta de Areias. Não faz sentido ligar a planta da igreja de Santa Maria do Castelo, construída em 1562, como tendo sido a fonte inspiradora para a planta de Areias.



Planta da capela de Areias. Plantas do acervo de Gustavo Neiva



Planta da igreja de Santa Maria do Castelo, de Estremoz, Portugal

A Capela de Areias e as sucessivas reformas

Nas primeiras décadas do século XX, o estado criou um posto fiscal em Areias. Esse melhoramento favoreceu, por um tempo, a sobrevida da povoação. A escritora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, deixou-nos notícias desse posto fiscal em 1926⁵⁰:

50 MONTEIRO. Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goiás, Coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983, p. 170. (Edição fac-similar do original de 1934, com atualizações).

Cerrando um pouco as pálpebras revejo a casa do posto fiscal, logo na entrada da povoação, bem de frente da igreja-jinha (...). Revejo o interior da igreja, pequeno e branco, o altar-mor modesto de N. S. Aparecida, muito preta, en-volta na capa azul celeste marchetada de estrelinhas dou-radas; à esquerda o altar lateral onde se acha a imagem branca da Virgem, a preferida dos habitantes da povoação.

Em 1924, Pedro Valentin Marques, pai de Octo Marques, foi designado para gerenciar este posto fiscal, que também era um posto de cobrança de pedágio dos poucos veículos motorizados que por ali passavam⁵¹.

Com a construção de Goiânia, a nova capital do Estado, e a conseqüente transferência de diversas famílias cujos chefes eram funcionários públicos, assim como a mudança, ainda que não oficial, da sede da diocese de Santana de Goiás para a cidade de Silvânia, o povoado de Areias, que já era pequeno, definiu ainda mais. A capela, sempre menos visitada, jazia abandonada, maltratada em sua estrutura, necessitando de reforma. O posto fiscal, que movimentava de alguma forma a povoação, tão logo seria desativado.

Dessa forma, de 1937, data da transferência definitiva da capital, até 1949, a capela permaneceu em triste abandono. Nesse ano, o Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado, que se tornaria o grande guardião de Areias e a quem se deve o não desaparecimento da capela, ensejou uma campanha para a sua reforma. Para isso, formou-se uma comissão nomeada por dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás. O ato próprio constituindo a comissão foi assinado por dom Abel Ribeiro Camelo, bispo auxiliar e vigário geral da arquidiocese, no dia 11 de outubro de 1949,

51 MARQUES, Octo. *Cidade mãe: casos e contos*. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, Fundação Legionárias do Bem-Estar Social, 1985 notas, p. 57.

véspera da festa litúrgica de Nossa Senhora Aparecida. Compunham esta comissão, o Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado, Domingos Leite Santana, Otávio Monteiro Artiaga e Hugo Leite Santana.

A comissão não perdeu tempo. Durante o ano de 1949 angariou recursos não só em Goiânia e na Cidade de Goiás, mas acorreram, também, às cidades vizinhas⁵².

Em nosso arquivo temos uma carta de Dr. Augusto da Paixão, endereçada ao nosso bisavô, coronel João Elias da Silva Caldas, de Itaberaí, na qual solicita auxílios para a capela:

Goiânia 12 de novembro de 1949,

Prezado amigo Cel. João Caldas.

Estimarei a sua saúde bem assim a da Exma. Família.

Confiado na velha e sempre sólida amizade que o sr. tinha com meu velho pai, tomo a liberdade de escrever a presente carta para lhe formular um pedido.

Certamente o sr. já leu na Cidade de Goiás, no “O Popular” e até nos jornais do Rio, a notícia da reconstrução da Igreja de Nossa Senhora da Aparecida de Areias.

A Igreja está prestes a cair. Acudi em tempo e todos os goianos têm me auxiliado. Assim, grandes e pequenos, ricos e pobres enfim, o povo em geral está me auxiliando e o serviço vai bem adiantado. Terminada a Igreja será rezada uma missa. Itaberahy e Goiás são cidades vizinhas e amigas. Acredito que daí todo o mundo terá boa vontade.

52 Desde a primeira capela de Areias, os curralinhenses (hoje itaberinos) cooperaram com esmolas para as suas obras. Localizamos no ano de 1885 a esmola do senhor Lino Mendanha, que doou R\$ 100.000; em 4 de dezembro de 1908 dom Prudêncio entregou a esmola de R\$130.000 de um senhor do Curralinho; em outubro de 1910 foram registradas as esmolas de Silvestre Alves da Costa e Antônio Luiz da Silva Caldas. (Livro de Lançamento das Esmolas do Cofre para despesas feitas para conservação da Capela (Areias) e o mais que for necessário para o culto). Arquivo Geral da Diocese de Santa de Goiás, Cidade de Goiás.

Sendo o amigo um dos homens de maior representação de Itaberahy, amigo de Goiás - certamente poderá me auxiliar dando qualquer importância para evitar que a antiga Igreja de Areias venha a desaparecer.

Pela presente cartinha faço um apelo a seus dignos filhos Dr. Gilberto Caldas e Jacintho Caldas - todos pertencentes a tradicional família que o sr. é o patrono.

Aguardo resposta desta, antecipo os melhores agradecimentos e desde já convido o sr. com a exma. [família] para assistir uma missa a ser celebrada em dia previamente marcado, a fim de que as bênçãos da Padroeira do Brasil venham a cair sobre os lares de cada um dos benfeitores que estão concorrendo para a reconstrução da Igreja.

Com a estima de sempre subscrevo-me

Amigo Adm. Agd^o.

Augusto da Paixão Fleury Curado

Dessa forma, Dr. Augusto Fleury, homem religioso e portador de excelentes virtudes, contrariava a sua humilde timidez e não poupava esforços para que Nossa Senhora Aparecida de Areias tivesse um templo digno, onde sua imagem pudesse ser venerada.

Devotos de Maria Santíssima, Dr. Augusto Fleury e Dona Ivany Craveiro, sua esposa, abraçaram a causa de Areias e nunca deixaram de socorrer a ermida, tendo-a como a Casa da Excelsa Mãe do Salvador. Sabiam e confiavam que Nossa Senhora Aparecida, venerada ali em Areias, é luzeiro a guiar os viajantes, a derramar bênçãos e a socorrer todos quantos ali, a seus pés, suplicam conforto e bálsamo para suas dores ou agradecem as graças recebidas.

Para a reforma da capela, já em 24 de outubro de 1949, a comissão celebrou contrato com um construtor russo, o mestre de obras

Dimitry Rechetnikow, que residia em Anápolis. Destarte, na festa da padroeira, a 12 de outubro de 1950, com a igreja reformada, dom Abel Ribeiro Camelo rezou a missa de ação de graças pela reforma bem sucedida. A igreja, que era de chão de terra batida recebeu ladrilhos hidráulicos, mas, na realidade, não só a igreja, propriamente dita, foi reformada. Foi refeita a escadaria que leva ao adro da igreja, pois a antiga já não existia. Foram construídas as muretas que circundam o adro e este, que antes era de terra, foi todo calçado de lajes.



A capela após a reforma de 1949.
Acervo Antônio Carlos Costa Campos

Para prevenir sinistros, instalou-se um para-raios na torre e a capela que não possuía bancos, recebeu diversos deles para o conforto dos fiéis.

No final da década de 1950, a capela esteve prestes a levar um duro golpe. Quando das obras para a pavimentação da rodovia de Goiânia à Cidade de Goiás, corrigiu-se as voltas da antiga estrada. Os engenheiros traçaram o trecho a partir do rio Uru até Goiás, em uma linha reta, e a estrada passaria a cerca de 400 metros ao fundo da capela. Seria, talvez, a ruína da ermida tão cara aos vilaboenses e itaberinos.

Se esse projeto fosse levado a efeito, os milhares de viajantes que estacionam ali para visitar a capela, rezar, descansar, lanchar e se deliciar com a paisagem, deixariam de fazê-lo.

Sabedor disso, dom Cândido Bento Maria Penso, bispo de Goiás, insurgiu-se contra o intento. Organizou a reação promovendo um abaixo-assinado que foi enviado ao governador do Estado, à época, José Ludovico de Almeida (Juca Ludovico), itaberino e genro do coronel João Caldas, acima citado.

Não deu outra, o governador chamou ao palácio os engenheiros responsáveis pela obra e solicitou novo traçado da estrada na região de Areias. Os engenheiros fizeram-no ver que seria necessário um traçado em arco, com uma enorme volta, o que dificultaria as obras. O governador, após calorosa discussão, em que certamente pesou a emoção, pois que estudara no Seminário Santa Cruz e na Faculdade de Farmácia, ambos os estabelecimentos na Cidade de Goiás, e muitas vezes subira à capela para rezar e se embevecer com a paisagem, convenceu os engenheiros a mudar o traçado da estrada, para que ela passasse bem em frente à capela.

Foi grande e muito bem conduzida a reforma de 1949, tanto que a capela permaneceria em bom estado por quase duas décadas. Em 1967, porém, a capela de Areias se encontrava novamente a requerer cuidados. Dr. Augusto Fleury não se fez de rogado, organizando nova campanha para a reforma da capela.



O governador José Ludovico de Almeida e Dona Iracema da Silva Caldas, em Areias. Acervo do autor

Dessa feita, sua estrutura estava comprometida. As paredes laterais estavam com rachaduras preocupantes. Foi necessário uma intervenção mais arrojada, construindo-se duas colunas na parte externa para a estabilidade das paredes laterais, assim como uma viga de cimento que atravessa toda a nave à altura do coro, ligando a duas colunas. Nessa reforma foram trocadas todas as telhas, adquiridas na Cerâmica Tapuia, em Itauçu.

Não conseguimos informações que nos esclarecessem quando as três portas da fachada perderam o formato de ogivas, sendo rebaixada a parte superior das portas, transformando-as em arcos abatidos.

Entretanto, pelas fotografias que vão aqui publicadas, pode-se notar que não apenas os arcos das portas foram rebaixados. Os arcos que sustentam o coro, também o foram. Pelo menos o arco central, abaixo do coro, era ogival. Note-se, ainda, pelas fotografias, que o óculo acima do altar não contém o bonito vitral com a efígie de Nossa Senhora Aparecida, que dever sido colocado ali após a década de 1960.



Vislumbra-se, no interior da capela, o arco ogival abaixo do coro. Acervo do autor

Outra alteração na fachada da capela é quanto às três janelas cegas da torre. Hoje as três janelas da torre são cegas, mas anteriormente a janela do meio era aberta, e aí ficava o sino, como as fotografias demonstram. O sino, atualmente, está pendurado em uma armação de metal fixada na coluna da parede lateral esquerda da capela.



As três janelas da torre, sendo a do meio aberta, com o sino, e as outras duas, cegas. Acervo do autor



A capela com o sino dependurado na coluna da parede lateral.
<http://fotostrada.com.br/2016/03/16/areias/>

Essa reforma permitiu que a capela chegasse à década de 1970 em bom estado de conservação. Em 1975, porém, segundo a narrativa de Dr. Augusto Fleury, pela primeira vez não se pode celebrar a festa da padroeira:

Justamente no Ano Santo de 1975, pela primeira vez não se pode realizar a missa anual costumeira, pois a capela, estando mais fechada do que aberta, tornou-se um grande ninho de casas de marimbondos e terríveis abelhas. Naquele ano de 1975, quando o povo já se encontrava no recinto da capela, as abelhas atacaram os devotos, tendo havido várias pessoas picadas por abelhas, inclusive crianças e a minha esposa Ivany Craveiro ficou hospitalizada três dias em Goiás, por ter sido mais atingida.

Dr. Augusto não estava na capela quando desse acontecimento. Como era Ano Santo, viajara em peregrinação a Jerusalém. Após seu regresso, em visita à capela de Areias, pode constatar que seria necessária outra reforma, a terceira que iria encetar em favor da ermida. Cremos que foi nessa reforma que fecharam a janela do meio, que antes sustinha o sino na torre. Por ficar sempre aberta, as abelhas e marimbondos devem ter entrado por ela, daí a necessidade se ser fechada.

Tão logo tomou pé da situação, organizou uma comissão formada por Êlder Camargo de Passos, Jaime Câmara e por ele, Dr. Augusto Fleury, que assim se refere sobre esta terceira campanha:

Com a grande ajuda da TV, Canal 2, do jornal “O Popular”, dos Lions de Goiás, em 12 de outubro de 1976 entregamos ao bispado de Goiás a capela totalmente recuperada. A partir dessa data, o bispado de Goiás construiu uma pequena casa para o vigia, com a finalidade de abrir, fechar, limpar e coletar esmolas, que quase a totalidade dos viajantes ali param, não só por ser um ponto turístico muito aprazível, mas principalmente os devotos que ali passam diariamente.

Quando dessa terceira reforma, dom Tomás Balduino era o bispo de Goiás e procurou, de alguma forma, auxiliar a comunidade de Areias. Envidou, então, esforços para que a capela não ficasse fechada e que tivesse um zelador. Assim, evitar-se-ia que a capela se deteriorasse ou fosse ocupada por abelhas, marimbondos, morcegos e outros animais que se aboletam ou refugiam em lugares que permanecem muito tempo fechados, sem utilização.

Dr. Augusto Fleury salientou, ainda, a contribuição do senhor Antônio Simones, comerciante em Itaberaí, que forneceu toda a cal necessária. Referiu-se, também, às esmolas e ofertas anônimas depositadas nos gazofilácios da capela. Essas ofertas, que eram mais generosas quando a capela estava em obras, eram sempre revertidas para auxílio das reformas.

Entre os papéis do acervo de Dr. Augusto Fleury, que consultamos, localizamos mais duas intervenções na capela, ambas implementadas por ele, mas sem campanhas.

Assim, em 1983 ocorreu a quarta reforma. Para isso, Dr. Augusto Fleury contratou com o senhor Abílio Alves Mamédio a realização de uma limpeza geral na capela, externa e internamente, com o prazo estipulado de trinta dias. O contrato foi assinado em 12 de setembro de 1983. Foram realizados reparos nas muretas, escadaria e na rampa, pintura das portas, janelas e do cruzeiro. Não houve campanha com uma comissão organizada para solicitar ajuda para a empreitada, mas diversos vilaboenses e goianos, amigos particulares de Dr. Augusto Fleury, deram a sua contribuição.

Três anos após, em 1986, para a comemoração do dia de Nossa Senhora Aparecida, Dr. Augusto Fleury empreendeu nova limpeza da capela:

Agora, para comemorar a data nacional de N. S. Aparecida fizemos nova limpeza, pois as goteiras mancharam as paredes e o teto, os vidros quebrados, enfim, o aspecto quer externo como interno da Capela oferecia um certo abandono. Nesta quinta etapa, sem campanha, sem noticiário, em 12

dias com a falta de água do poço ao lado da Capela e com operários vindos de Goiânia, a Capela recebeu nova roupage com a ajuda dos goianos que jamais faltaram ao nosso apelo e nos deram mais um voto de confiança.

Para essa reforma, foi celebrado um contato de empreitada com Divair Cordeiro da Silva, pintor residente em Goiânia; que se comprometeu a iniciar a limpeza da capela no dia 1º de outubro de 1986 e terminá-la no dia 10 de outubro, para a festa de Nossa Senhora Aparecida. O tempo foi o necessário, pois não precisou de serviços de massa, somente pintura do teto e paredes internas e externas.

Esta foi a última reforma que encontramos nos papéis de Dr. Augusto Fleury. Certamente a capela continuou recebendo a sua atenção, pois, ele e sua esposa, dona Ivany Craveiro, foram os guardiães da capela durante mais de 50 anos.

Em 1987 solicitou-se ao IPHAN a abertura de processo para tombamento da Capela de Nossa Senhora Aparecida de Areias.⁵³ Cremos que o processo esteja parado. A capela de Areias conta, porém, com a proteção do tombamento da Cidade de Goiás e seu entorno, declarado pela UNESCO em 2001, como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial.

Mais que centenária, a capelinha branca recebe durante o ano milhares de visitantes, fiéis, peregrinos, turistas curiosos. No dia 12 do outubro de cada ano, dia de Nossa Senhora Aparecida, uma romaria dirige-se à capela. Milhares de pessoas ali se encontram, muitas vindas da Cidade de Goiás e cidades vizinhas. De Itaberaí, dezenas de pessoas fazem a pé o caminho de 32 quilômetros, entre aquela cidade e Areias. O bispo da Diocese e vários padres celebram diversas missas no dia, ocorrendo quermesses e leilões disputados em alegre e sadio conagraçamento.

53 <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover.hecimento>

A capela de Areias sempre foi o lugar de acolhida e de despedida dos que chegavam, ou saíam da antiga capital. Por isso, o coronel Pedro Cordolino de Azevedo⁵⁴, autor do livro *Terra Distante*, ao voltar à terra natal, após 32 anos de ausência, foi recebido festivamente, junto ao adro da capela. E na volta para o Rio de Janeiro, onde residia, Areias foi o lugar das lágrimas e do adeus dos amigos e parentes que, na capela, elevavam os corações em prece pela feliz viagem do ente amado.

Nada demonstra mais o que aqui se disse, que as palavras do autor de *Terra Distante*, ao deixar para sempre a terra ancestral: *Areias! Entreposto da Saudade, em cuja sombra se acirram as mágoas e sangram os corações dos que partem, e se derramam as lágrimas de alegria dos que chegam!*

Referências

ALINCOURT, Luís d'. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: Itatiaia, 1975.

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *Terra Distante*. Rio de Janeiro: Papelaria e Editora Alberto Silves, 1925.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. CURADO, Bento Alves de Araújo Fleury. *Estrangeiros Radicados em Vila Boa e Outras Terras de Goyaz*. Goiânia: Kelps, 2018,

BORGES, Humberto Crispim. *Generais Goianos*. Goiânia: Editora O Popular, 1979.

BRUSTOLONI, Júlio João. *Santuário de Aparecida*. Aparecida: Editora Santuário, 1991.

54 AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *Terra Distante*. Rio de Janeiro: Papelaria e Editora Alberto Silves, 1925. P. 56.

CURADO, Augusta de Faro Fleury. Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim). Goiânia: Ed. Kelps/UCG, 2005.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1980.

JAYME, Jarbas. Famílias Pirenopolinas, vol. I. Pirenópolis: S/E, 1973.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas*. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1980.

MARQUES, Octo. *Cidade mãe: casos e contos*. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, Fundação Legionárias do Bem-Estar Social, 1985.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1836, Tomo II.

OLIVEIRA, Selma Soares. *As Seculares Imagens de Roca*. IN *Sistentibus*, Feira de Santana, n. 40, p.203-215, jan./jun. 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Velo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975.

SILVA, Eduardo Duarte. *Passagens: Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

SOUZA FILHO, José Atanázio de. *Cruzando os Caminhos do Passado: História, Sociedade e Literatura na Participação de Goiás na Guerra do Paraguai*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal de Goiás.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Ed. Kelps, 2ª edição, 2010.

CRÔNICAS

Saint – Hilaire em Santa Luzia

*Epaminondas Roriz**

No dia 2 de junho de 1819, chegou ao Arraial de Santa Luzia, hoje Luziânia, o célebre cientista francês Auguste de Saint-Hilaire, sendo recebido cordialmente pelo padre João Teixeira Álvares¹, em meio às cavalcadas à época aqui apresentadas, na festa de Pentecostes².

Saint-Hilaire, ao descrever a sede do arraial, assim assinala:



Auguste de Saint-Hilaire
(1779-1853)

A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem se deve às minas de ouro, hão de ter tido o seu encanto em seus tempos de esplendor, e é evidente que Santa Luzia foi um dos mais aprazíveis. Suas ruas são largas e bastante regulares. Quanto às casas-cerca de trezentas- é bem verdade que são feitas de madeira e barro, sendo menores e

* Epaminondas Roriz, Membro da Academia de Letras e Artes do Planalto, de Luziânia.

- 1 O padre João Teixeira Álvares, um dos mais expressivos expoentes da Igreja em Goiás, conforme registros eclesiásticos, tomou posse na Vigararia de Santa Luzia em fevereiro de 1808, permanecendo até maio de 1828. A sua família era bastante numerosa, viviam em sua companhia, na chácara São João Evangelista, a mãe, irmãs, várias sobrinhas e um irmão deficiente físico.
- 2 A chácara São João Evangelista localizava-se à direita da rodovia Brasília-Belo Horizonte, nas proximidades da indústria Friboi, na Fazenda Mangabeira. Não guardando, o presente, nenhum vestígio dos tempos de outrora, a não ser centenárias mangueiras.

mais baixas do que as de todos os outros arraiais por que eu tinha passado até então, mas todas elas são cobertas de telhas e rebocadas com um barro branco que no interior é chamado de tabatinga. Alguns têm mesmo em suas janelas vidraças feitas com lâminas de talco tão transparentes como vidro.

No que tange à economia local o ilustre naturalista registrou:

Os principais artigos que os habitantes de Santa Luiza exportam são peles de animais selvagens, couros e sobretudo marmeladas, de excelente qualidade, que são enviadas ao Rio de Janeiro. É a criação de gado que constitui atualmente a fonte de renda mais segura dos fazendeiros de Santa Luzia, mas nem por isso são grandes os lucros obtidos, não só porque eles precisam dar sal aos animais se quiserem conservá-los, mas principalmente porque as fazendas ficam distantes demais dos mercadores que poderiam comprá-los. levam o gado a Bambui e Formiga onde, tão longe de suas terras, são forçados a vendê-lo pelo preço que lhes é oferecido.

É fácil perceber que tais viagens só podem ser empreendidas por fazendeiros que ainda gozam de certa abastança.

Da sociedade santaluizana o renomado visitante não poupa elogios ao vigário João Teixeira Álvares:

Podia ter-me posto logo a caminho, mas havia tanto tempo que eu não tinha oportunidade de conversar com um homem culto, que resolvi prolongar minha estada em Santa Luzia³, afim de usufruir da companhia do vi-

3 O Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, ao visitar Santa Luzia em 1823, achou seus habitantes mais civilizados do que em todos os lugares por que passara a partir de Barbacena-MG, atribuindo esse louvável fato ao pároco Teixeira Álvares.

gário. João Teixeira Álvares sabia latim, francês, italiano e espanhol; conhecia os nossos melhores escritores do século de Luís XIV e possuía uma seleta biblioteca com vária centenas de volumes, o que no país era uma raridade. Além de ser homem instruído, bondoso e amável, ele era no clero brasileiro uma notável exceção, pois se achava imbuído do verdadeiro espírito da sua missão evangelizadora. Fazia sermões todos os domingos, procurando inculcar nos seus paroquianos o amor ao trabalho e usando de toda a sua influência para convencê-los a abandonar seus errôneos métodos de agricultura. O trabalho apostólico de João Teixeira não deixou de dar frutos, pois havia, asseguraram-me, mais união e honestidade em Santa Luzia do que em outras partes da Província de Goiás⁴.

Augustin François César Prouvençal de Saint –Hilaire conhecido como Auguste de Saint-Hilaire – nasceu em Orléans (França) em 4 de outubro de 1779, onde veio a falecer em 30 de setembro de 1853.

Entre 1816 e 1822, Saint-Hilaire percorreu extensas regiões do Brasil, documentando minuciosamente os aspectos botânico, zoológico e sócio – econômicos das regiões percorridas. As Capitânicas por ele visitadas foram: Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, chegando até a Província Cisplatina, denominação do território uruguaio durante o tempo em que esteve incorporado ao Brasil (1817 a 1828). Quinze anos de sua existência foram dedicados ao Brasil, em viagens e estudos.

4 O Dr. João Teixeira Álvares, famoso médico santaluziano da virada do século XIX, e pai do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o fundador de Goiânia, e grande liderança política em Goiás, no século passado, provém em indeterminado grau de parentesco do Padre João Teixeira Álvares, seu homônimo.

A flora luzianense muito deve ao eminente botânico, pela descrição de várias espécies de sua vegetação e pelo relacionado com a fitogeografia ecológica, ao observar o complexo meio físico x plantas.

De volta ao seu país, Saint-Hilaire ocupou posição de prestígio no meio científico parisiense e francês. Ministrou aulas de organografia na Faculdade de Ciências Naturais da Universidade de Paris (Sorbonne). Em 1830 tornou-se membro da Academia Francesa de Ciências, na qualidade de assistente⁵.

5 A Academia Francesa de Ciências (Académie des Sciences) – é uma academia científica fundada por Luís XIV em 1666, por sugestão do Ministro Jean-Baptiste Colbert, para promover a investigação científica francesa. Esta academia esteve a vanguarda dos desenvolvimentos científicos na Europa nos séculos XVII, XVIII, XIX. Reúne os mais eminentes cientistas franceses, e alguns estrangeiros. Atualmente faz parte do Instituto da França (Institut de France), que agrupa as cinco grandes academias nacionais francesas.

No pátio do colégio

*Lena Castello Branco**

Toda cidade tem segredos, conhecidos somente pelos moradores habituais e que não se colocam ao alcance dos visitantes. Monumentos, prédios, uma praça, uma viela, uma rua - locais pouco visíveis, jamais presentes nos roteiros turísticos. É o caso de São Paulo. MetrÓpole trepidante, a cidade inclui muito mais do que a Avenida Paulista, o Teatro Municipal, o Ibirapuera, o Mercado, as cantinas italianas de visitaçÓo obrigatÓria, para quem deseja conhecê-la em pouco tempo. Isso sem falar nos shoppings centers e na Rua 25 de Março, templos do consumo, cada qual ao seu modo.

Assim é que, há tempo, convidei algumas amigas para conhecerem o Pátio do Colégio, com sua igreja e o Museu de Anchieta, no centro antigo da capital paulistana. Logo ao chegar, causa impacto a simplicidade do edifício pintado de branco, tendo na fachada janelas de guilhotina e folhas cegas de madeira. Nada há de grandioso, nem de requintado. Na metrÓpole de tantos milhões de habitantes, causa espanto a modéstia de seu começo: porque foi ali, naquele local simples, que teve início a cidade caleidoscópica.

Entramos na igreja, onde visitamos o oratório dedicado a José de Anchieta - o jesuíta que integrou a tropa de choque da Companhia de Jesus, vinda para a recém descoberta Terra de Vera Cruz, com a finalidade de conquistar fiéis para a Igreja Católica.

* Sócia Emérita do IHGG - Diretora da Revista.

No século 16, prevalecia o ideal de converter o gentio e salvar suas almas, instruindo-as na doutrina cristã. José de Anchieta, nascido em Tenerife, nas ilhas Canárias, depois de anos de estudo e preparação espiritual, fez-se discípulo de Inácio de Loyola, atravessou o Atlântico e passou a viver em terras que viriam a ser brasileiras.

Morou entre os índios durante décadas, buscando conquistá-los pela brandura e pelo amor. Para entendê-los e fazer-se entender, aprendeu a língua e estudou os costumes do gentio. Tendo como escudo sua condição de missionário, protegeu-os da escravidão e da violência, pelo que veio a conquistar-lhes a amizade e o respeito. Empenhado em obter a paz, chegou a atuar como mediador junto à Confederação dos Tamoios, conseguindo impedir que eclodisse a guerra entre os naturais da terra, os franceses e os portugueses.

Vejo, exposto em uma vitrine, o manto de Anchieta, vestimenta que ele usava em suas andanças por matas, veredas e praias.

É uma espécie de sobretudo feito em tecido rústico, de uma cor indefinida entre o bege e o cinzento. Consta que foi encontrado em um baú, juntamente com os restos mortais do jesuíta, mais de um século depois de sua morte. Ei-lo autenticado e restaurado: a roupa humilde de um homem pequeno e magro, consumido pela fé, ascético em sua vida de renúncias e de privações. Usaria Anchieta esse manto, quando escreveu o Poema à Virgem Maria, nas areias de Iperoig?

Com Manuel da Nóbrega e outros padres da Companhia de Jesus, Anchieta fez parte do pequeno grupo de fundadores do Colégio de São Paulo, erguido em 1554 no Planalto de Piratininga, como posto avançado de catequese junto às numerosas aldeias que por ali se espalhavam - e que era preciso conquistar para o Senhor.

Repetidas vezes essa edificação foi levantada e derrubada, dando lugar a outra, no mesmo lugar: testemunho da tenacidade

e da fé daqueles que, quase sem querer, davam começo à maior das metrópoles brasileiras e uma das mais celebradas do mundo ocidental.

No Museu de Anchieta, logo à entrada, uma pia batismal em pedra dá o tom do despojamento de um estilo de vida que veio a ser conhecido como “bandeirista”. A estatuária, as alfaias religiosas, os oratórios são igualmente pobres, alguns denotando a precariedade da mão de obra inculta. Não se veem ostensórios nem relicários. Nesse espaço consagrado, deu-se prioridade ao culto do Senhor e ao ensino do Evangelho - que veio a servir de base para a mais avançada civilização que se desenvolveu nos trópicos, qual seja, a brasileira.

Da perspectiva laica do século 21, muitos meneiam a cabeça e analisam com suspeição a obra jesuítica, como sendo a causadora da destruição de culturas ameríndias, além de responsável por certa mentalidade bacharelesca de nossa gente. É preciso atentar, contudo, que na transposição da civilização europeia para o Novo Mundo, foi graças à pedagogia da Ratio Studiorum dos inicianos que não tivemos no Brasil a rígida intolerância dos puritanos das Treze Colônias da América, nem a violência destruidora dos guerreiros espanhóis do México e do Peru.

A tarde cai, o perfume de café vem do terraço, onde mesinhas circundam o pátio central do velho Colégio de São Paulo. Árvores centenárias, orquídeas, monumentos, uma fonte de onde escorre tranquilo um filete de água - tudo é paz, neste recanto privilegiado da cidade tentacular, tão perto, mas tão distante.

Em uma cripta no subsolo, painéis informam sobre a história da Companhia de Jesus, inclusive sua extinção e restauração, que completou duzentos anos em 2014. Sendo ele próprio jesuíta, no dia 3 de abril daquele ano, o Papa Francisco procedeu à canonização de São José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil.

Musa Bravia

*Leo Lynce**

Julho de 1949, em Ipameri. Certo júri rumoroso levou-me até lá, como advogado. Foi quando tive a satisfação de conhecer pessoalmente o poeta Demóstenes Cristino.

De há muito, porém, que não perdia de vista a sua colaboração em vários jornais, principalmente a seção em versos de raro humorismo, intitulada “Chumbo fino”.

Feliz acaso propiciou-me tão desejado encontro num dos bares da cidade, com apresentação de Geraldo Valle e com a presença de outro poeta, então estudante de preparatórios – esse, já hoje, admirável e teimoso sonetista -, Edésio Daher.

Lembro-me que perpetrei, a propósito, um dos meus raros improvisos em versos pretensamente humorísticos:

Disparando “Chumbo fino”
em versos de ouro, às centenas,
e embora o nome pagão
que lembra o outro de Atenas,
Demóstenes é “Cristino”
e doutor em boticão.

* Leo Lynce, príncipe dos poetas goianos pertenceu ao IHGG

Trocando chumbo, respondeu-me ele com deliciosa “carga” (infelizmente não consigo mais coordenar os versos) satirizando o meu cordeirismo de “Léo” e a conflagração visual do “Lynce”. Era a flor da amizade que brotava, harmoniosa, espontânea.

Foi uma bela tertúlia. Cinza do tempo...

Recebo, agora, com emoção e carinho, tal como se fosse a relíquia de algum santo de minha devoção, o livro de versos de Demóstenes.

Sou, como se vê, quase suspeito para externar o meu desvalioso juízo sobre *Musa bravia*, tanto mais em se tratando, como no caso, de um poeta consagrado, do mestre inconfundível de “Raça”, poema que se pode emparelhar, sem desdouro, embora a dessemelhança do gênero, com “Essa nega Fulô”, de Jorge de Lima.

Digam o que disseram do livro de Demóstenes; apontem-lhe defeitos que porventura existam (aliás, só tenho lido sobre ele referências elogiosas, inclusive as de Xavier Júnior, que é, incontestavelmente, o mais autorizado crítico literário do Brasil Central); incluam-no mesmo, se puderem, no *Index Papal*; nada me impedirá de considerar *Musa bravia* um dos livros de minha especial estima, um verdadeiro breviário de poesia goiana.

Não Minas, mas Goiás é a

Terra em que do Brasil o coração palpita
Terra onde se vive eternamente em paz
terra bendita,
Bendita terra de Goiás.

Abra-se, ao acaso, o livro de Demóstenes Cristino e leia-se, por exemplo, “Elegia”, “Eu tenho um bugre dentro de mim”, “Poentes de ouro”, “Profecia”, “O crime de um estilingue”, “Carros de bois”, “Versos íntimos” e tantos outros. O elemento plástico, a doce musicalidade e a pureza da expressão farão ressaltar, para

logo, as características do poeta, do autêntico poeta. A parte final – “Versos humorísticos” – constitui, no gênero, a melhor coletânea existente em terras do Brasil Central. Digo “melhor”, porque, embora menos volumosa, nada fica a dever à do nosso tão injustamente esquecido Ricardo Paranhos.

As “Trovas” de Demóstenes são de encantadora simplicidade. Veja-se que suavidade, que primor:

Coração, bate mais forte,
bate, bate sem cessar;
enquanto bates, a Morte
vai bater noutra lugar.

Demóstenes é sempre assim: natural, espontâneo, harmonioso, igual a si mesmo. Sua *Musa bravia* é canto da terra e a voz da raça.

Fonte:

O Anápolis, Anápolis (GO), ano XVI, nº 1009,
4 de agosto de 1950.

O covarde assassinato de Americano do Brasil

*Cida Sanches**

Por várias partes do Brasil encontramos cidades, praças, ruas, colégios com o nome de ‘Americano do Brasil’. E para muitos este nome passa despercebido, não sabem que Antônio Americano do Brasil foi um Silvanense ilustre que muito contribuiu para a valorização de nossa cultura, através de sua riquíssima produção literária.

Ele nasceu em 28 de agosto de 1892 em Bonfim-Silvânia. Seus pais Antônio Eusébio Abreu e Elisa Maria de Sousa Abreu, desde cedo perceberam que o filho tinha nascido para brilhar. Logo que começou a estudar no Colégio Bonfinense, de seu próprio pai, notaram que ele tinha uma facilidade muito grande para aprender e também falar, isto é, sua oratória encantava a todos. É curioso notar que Americano do Brasil nasceu gago e com a ajuda de seu pai, foi capaz de superar esta dificuldade. Desde pequeno seu pai, desenvolveu um método para ajuda-lo



Antônio Americano do Brasil

1 Cida Sanches é professora universitária e presidente da Academia de Letras, Arte e História de Silvânia.

a perder a gagueira. Um dos exercícios fonoaudiólogos era falar alto, compassado e rápido. O treino foi tão intenso que esta característica o acompanhou por toda vida, fazendo com que se destacasse em sua vida parlamentar, quando foi deputado federal, e também como professor. Outra característica sua, era que possuía um olho verde e o outro “cor-de-folha-seca”, isto é, castanho escuro e isto lhe conferia



Galiana Americano do Brasil,
freira e irmã de Americano do Brasil

um charme especial. Além disso, era um homem bonito, elegante, educado e de uma simpatia excepcional que lhe rendeu o título de grande sedutor.

Aos dezoito anos viajou para o Rio de Janeiro iniciando assim seus estudos no Colégio Pedro II, passando com louvor nas provas de admissão. E durante todo curso foi considerado o primeiro aluno de Colégio. Depois ingressou na faculdade de Medicina. Neste período começa um intenso processo de leituras em francês, castelhano, tupi e também de obras de filosofia e literatura brasileira.

Depois de formado, foi trabalhar no Hospital Central do Exército, ajudou a combater a gripe espanhola em Vila Rica, entre os anos de 1924 e 1925. Foi o primeiro médico a fazer uma cesariana na zona rural. Era apontado como um médico humanitário, competente e extremamente dedicado, chegando ao ponto de cuidar de um tuberculoso em sua própria casa.

Como parlamentar foi um dos mais atuantes de sua época, seus discursos eram admirados e aplaudidos por todos, conseguia silenciar o plenário enquanto discursava. Participou ativamente

de momentos importantes do cenário nacional, como o da Reforma do Ensino Secundário, lei de Proteção à Infância, mudança da capital para o Planalto Central, vacina obrigatória, assuntos relacionados à cultura nacional, o carvão nacional e muitos outros.

Antônio Americano do Brasil também tinha alma de poeta, escreveu várias poesias que foram reunidas em um de seus livros, “Nos Rosais do Silêncio”.

Como jornalista, historiador e folclorista, soube escrever com muito talento cada uma destas áreas do conhecimento. Junto com Henrique Silva fundou a revista “Informação Goiana”, que tinha como objetivo divulgar Goiás. Esta revista circulou pelo País por dezoito anos.

Como historiador, escreveu “História de Goiás”, obra que posteriormente passou a ser utilizada por alunas da escola normal. Para a realização desta obra teve que ler mais de 5.000 documentos oficiais. Com esse livro Americano do Brasil ajudou a mudar os rumos da História de Goiás e é considerado o Reformador de nossa História.

Homem de excepcional capacidade de trabalho de ampla visão de futuro e espírito pioneiro, conseguiu que fosse lançada por Epiácio Pessoa, em 7 de setembro de 1922, a pedra fundamental da futura Capital Federal, dando início à abertura de uma concorrência para o levantamento da Rodovia Rio-Goiás-Pará.

Como professor gostava de dar aulas fardado. Era professor de Física e Literatura e suas aulas eram em tom discursivo e desta forma conseguia prender a atenção de seus alunos durante todo o tempo. Gastava horas lendo e preparando suas aulas, era extremamente exigente e por isso, fazia questão de estar muito bem informado ao transmitir qualquer conhecimento. Acreditava no poder da educação para transformar a sociedade.

Devido a algumas manchas que apareceram em sua face e que mais tarde se confirmaram ser lepra, ele deixou a barba crescer numa tentativa de disfarçar a doença. Resolveu então voltar para Goiás com a esposa e a filha, para se tratar. Nesta época morava no Rio de Janeiro.

Em 1927 transferiu-se para a Santa Luzia, hoje Luziânia, onde comprou um sítio, “Sítio das Rosas” e na cidade abriu um consultório médico, onde também trabalhava como advogado. Clinicava em fazendas e povoados da região, viajando a cavalo ou em um fordinho, tornando-se em pouco tempo respeitado e querido pelo povo. Além disso, criou a Escola Normal de Luziânia, onde ministrava aulas de literatura.

Aos 39 anos de idade Antônio Americano do Brasil foi covardemente assassinado no dia 20 de abril de 1932, por Aldovandro Gonçalves. O motivo do crime: Aldovandro tinha sido acusado pela dona da pensão onde estava hospedado de ter deflorado sua sobrinha Castorina. Aldovandro negou as acusações, mas os comentários já percorriam a cidade e o caso chegou até a polícia que determinou que um exame fosse feito para constatar se realmente o defloramento havia acontecido. Americano seria o médico que faria o exame em Castorina e entregaria o resultado ao delegado.

Nervoso, Aldovandro começou a perambular pela cidade e não faltou quem lhe botasse medo dizendo que Americano iria dar o laudo contra ele. Aldovandro acreditava que Americano era o seu único inimigo na cidade e por causa disto iria prejudicá-lo.

Na manhã do dia 20 de abril, Americano que tinha uma maneira toda especial de corrigir provas, andava com elas nas mãos, de um lado para o outro. Estava totalmente concentrado corrigindo-as no corredor de sua casa, quando foi surpreendido com um tiro pouco acima da virilha esquerda. Numa tentativa de se defender, Americano corre em direção ao seu quarto quando um segundo tiro o atinge pouco abaixo do ombro esquerdo.

Americano já caído no chão, e ainda segurando a prova que corrigia na mão, o rapaz descarrega o que sobrava do revólver 38. Estava morto uma das personalidades mais brilhantes de nossa cidade e do País. Homem de rara cultura e talento extraordinário até hoje é lembrado com muito respeito e admiração.

O assassino ficou preso por apenas sete meses, quando foi julgado e absolvido por ordem do juiz José Balduino de Sousa Décio

Americano foi enterrado em Luziânia, mas posteriormente os restos mortais foram transferidos para o cemitério de Silvânia. Seu túmulo foi recentemente reformado para perpetuar a memória de um homem que, como ninguém, divulgou a grandeza de nossa terra.



Túmulo de Americano do Brasil: Os seus restos mortais foram transladados para o Cemitério de Silvânia em 10 de julho de 1938. Em 2006 a vereadora Alba Stefânia Silva Batista promoveu a recuperação de seu túmulo.

Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)

*Hélio Moreira**

Quando pesquisei para escrever a biografia de Couto Magalhães (Couto Magalhães, o último desbravador do Império, Ed. Kelps, Goiânia, 2005), constatei, consultando documentos da época, a enorme dificuldade para se fazer a viagem do Rio de Janeiro a Goiás (ano de 1863); denominei o feito de Couto Magalhães como uma epopeia.

A escritora Maria Paula Fleury de Godoy publicou em 1961 (1ª edição) um opúsculo, com o título que gravei acima; trata-se, também, da narrativa de uma epopeia: diário da viagem empreendida por sua mãe, carregando dois filhos menores, um deles a própria autora, entre Rio de Janeiro e Goiás, no ano de 1896, Sr^a Augusta de Faro Fleury Curado, por sinal, avó paterna de Augusta de Faro Fleury Curado de Melo, membro da AGL.

Para que se possa, realmente, conceituar a façanha, é necessário um breve sumário biográfico daquela extraordinária mulher, cuja personalidade, plasmada em princípios católicos, permitiu que criasse seus oito filhos na antiga Goiás no início do século passado, na hoje famosa chácara Bauman, orientando-os, ao lado do esposo, no caminho da cultura e da religião.

Augusta era filha do conselheiro André Augusto de Pádua Fleury; nasceu em Curitiba, durante o tempo em que o pai era

* Hélio Moreira, é Sócio Titular do IHGG, Cad. 19 e primeiro vice-presidente.

presidente daquela província, depois se mudaram para o Rio de Janeiro; na adolescência foi aluna interna de colégio, em Paris, onde descobre o piano e a pintura. Enfim, era uma jovem-mulher, requintada, com cultura e conforto material; em 1893 casou-se com seu primo Sebastião Fleury Curado; viveram cerca de três anos no Rio de Janeiro e depois se mudaram para a cidade de Goyaz.

Este preâmbulo foi necessário para que se possa entender o desprendimento e, sobretudo, a coragem desta jovem ao se decidir acompanhar o marido em uma viagem que se antevia tão cheia de percalços, levando a tiracolo duas crianças, seus filhos.

Antes de transcrevermos, alguns trechos daquele diário, achamos necessário dar, em rápidas pinceladas, uma visão do que foi aquela viagem que teve duração de 58 dias. Do Rio de Janeiro até Uberaba, foram de trem de passageiros, até Araguari, parte em vagão descoberto (transporte de cargas) e seis quilômetros a pé; ali descansaram por vinte dias. O resto da viagem (33 dias) foi feita a cavalo e em banguê.

Deixemos que ela mesma conte em algumas páginas do seu diário, cujo texto completo, repleto de lirismo e coragem, foi publicado no livro da sua filha, acima citado.

“23 de agosto de 1896, madrugada triste, céu sem estrelas. Aglomerado de povo na estação de ferro, a comprar bilhetes. Quando voltar?... Só Deus sabe. Meu coração sangrava de dor, ir para tão longe! Quantas lágrimas derramadas na escuridão do carro de praça...Partimos, as crianças dormiam... Dia 24 de agosto – São Paulo, depois de 15 horas de trem, noite mal dormida, dia seguinte, 5 horas da manhã, estação da Luz, rumo a Ribeirão Preto, dia 26, Uberaba, bela cidade, carros e muito luxo, só se anda de vestido de seda, embora em ruas não calçadas e com pó vermelho; dia 28 Uberabinha, dia 29 Araguari, onde ficamos por vinte dias; dali para frente, a cavalo e banguê, este muito incomodo, joga como um bote no mar. É uma espécie de gavetão de

cômoda, teto de couro, tudo isto puxado por dois burros, um na frente e outro atrás, de repente o burro da frente deitou-se, levei grande susto, comecei a chorar e a rezar, neste primeiro dia caminhamos 3 léguas, faltavam 72. No segundo dia (19 de setembro) chuva torrencial, ficamos debaixo da tolda, acordamos as crianças, roncavam os trovões, vento fortíssimo, querendo arrancar os panos da tolda, invasão de água, colocamos o André na rede, Maria Paula no meu colo; 4º dia (21 de setembro), atracamos em Goiás! Joãozinho deu um tiro para cima e os camaradas responderam: Viva Goiás! 12º dia (1 de outubro), passamos por Caldas Novas, é uma cidadezinha, riacho corre no centro, às 4 da tarde continuamos a viagem, mais chuva, tive que tomar 'Parati' para não resfriar, fiquei com uma verve extraordinária; 18º dia (8 de outubro) dia do meu aniversário, ganhei um ramallete de flores e meu Sebastião abraçou-me muito, acampamos perto de uns ciganos, não dormi, com medo dos ciganos roubarem meus filhinhos, André com febre; 28º dia (18 de outubro), passamos por Currálinho (7 léguas de Goiás); chegada a Goiás (20 de outubro), levantamos com chuva. Ao meio dia chegamos em 'Areias', depois de termos descido a Serra Dourada. Ali almoçamos e mudamos de roupa, estávamos completamente molhados, vesti o roupão (amazonas) da minha sogra (Joãozinho havia ido buscar no dia anterior); passamos pelo povoado do rio Bacalhau, avistamos a capelinha de Santa Bárbara. Pedi a Deus que nos abençoasse.

O banguê quase vira ao entrarmos na cidade de Goiás, já estava escuro. Muitos curiosos perguntando quem ia no banguê, se era doente, a cidade toda cercada de morros, no centro o Rio Vermelho. Agora até a volta, e que Deus nos proteja.

Augusta de Faro Fleury Curado nunca mais saiu da cidade de Goiás, tendo falecido em 1929, quinze anos antes do esposo.

ATIVIDADES DO IHGG

Atividades realizadas / outras - 2020

/01/2020	A Academia Goiana de Letras, por unanimidade de votos, instituiu para 2020, o <i>Ano Cultural Acadêmico Geraldo Coelho Vaz</i> , pelos relevantes serviços prestados à cultura Goiana. Coelho Vaz é membro da AGL desde 1987. Durante todo o ano são tributadas homenagens ao acadêmico, com palestras, conferências, mesas redondas e estudos de suas obras.
02/02/2020	O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás retornou suas atividades no dia 02 de fevereiro de 2020, em reunião no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado. Na oportunidade o presidente Geraldo Coelho Vaz apresentou o relatório anual, de 2019, das atividades da Entidade, inclusive a prestação de contas.
04/02/2020	No dia 04 de fevereiro o IHGG recebeu a visita dos escritores Gessilda de Souza e Silva e de Cleverlan Antônio do Vale. Ambos membros da Academia de Letras, Artes e História de Silvânia.
08/03/2020	O Sócio Titular Martiniano José da Silva (Cidade de Mineiros – GO), visitou o IHGG a fim de tratar do lançamento de seu mais recente livro para o dia 08 de abril a se realizar no IHGG.
11/03/2020	No dia 11 de março, no auditório Yêda Shmaltz, da União Brasileira de Escritores de Goiás, o presidente da Academia Goianiense de Letras, poeta Aidenor Aires, empossou os escritores: jornalista Valterli Leite Guedes, Cadeira nº 10, patrono Javier Godinho; poeta Nelson Lopes Figueiredo, Cadeira nº 15, patrono Americano do Brasil e o historiador Nilson Jaime Gomes, Cadeira nº 03, patrono Jarbas Jayme. O discurso de recepção, aos novos associados, foi proferido pelo escritor Geraldo Coelho Vaz.

12/03/2020	No mês de março o IHGG adquiriu três computadores oriundos da verba de parceria com o Ministério Público, por meio de convênio de um TAC.
12/03/2020	Tomaram posse na presidência e vice-presidência do Instituto Bernardo Élis dos Povos do Cerrado os sócios titulares do IHGG: Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado e Nilson Jaime, respectivamente.
12/03/2020	O artista plástico e restaurador Alexandre Liah está restaurando os murais dos renomados professores Peclat e Maria Guilhermina pintados na Sala Colemar Natal e Silva, localizada na sede original do IHGG.
13 /03/2020	O presidente do IHGG recebeu as visitas dos escritores Rafael Fleury Ribeiro de Passos, presidente do secular Gabinete Literário da Cidade de Goiás e do Sócio titular Antônio Celso Ramos Jubé.
14/03/2020	A Academia Catalana de Letras lançou, no dia 14 de março, às 19h, na plataforma de antiga Estação Ferroviária de Catalão (Museu Municipal de Cornélio Ramos), livros dos autores Eurípedes Rodovalho, Geraldo Coelho Vaz, Marcos Bueno, Maria do Rosário Cassimiro, Miriam Nassif, Paulo Pazz e Ulysses Rocha Filho. A solenidade contou com a presença do escritor Ubirajara Galli, presidente da Academia Goiana de Letras.
16/03/2020	O Presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz, reuniu no dia 16 de março com os funcionários da Casa para elaborar o programa de trabalho até que passe esse inimigo invisível que é o Coronavírus, pandemia do Covid – 19, que alastrou em todo o continente. Ficou estipulado que os funcionários irão trabalhar em suas casas. Passarão a executar os serviços online, conforme lei do governo dando continuidade nos projetos da Instituição. As reuniões serão realizadas uma vez por mês, com tarefas concluídas, na sede do Instituto. Ainda, as portas do IHGG vão ficar fechadas para as visitas, pesquisadores, estudantes até o final dessa maldita pandemia. Todos, observando as normas sanitárias do uso da máscara, lavar sempre as mãos com sabão, ou álcool e ficar em casa.

27/06/2020	Faleceu em Goiânia no dia 27 de junho vítima de Covid-19, Vanderlan Domingos Souza, natural da cidade de Morrinhos e ex-vice-presidente da UBE-GO.
02/07/2020	O arquiteto e compositor Otávio Monteiro Daher, nasceu em Goiânia, em 27/01/1947 e faleceu vítima de Covid-19, em 02/07/2020, na terra do seu nascimento.
11/07/2020	Faleceu no dia 11 de julho, o psicólogo e escritor Marcos Bueno, natural de Jundiá (SP), vítima de Covid-19, professor e residente há mais de 40 anos em Catalão (GO). Membro da Academia Catalana de Letras e deixou diversos livros publicados.
01/08/2020	O prefeito municipal de Catalão, médico Adib Elias Junior entregou no dia 01 de agosto, às 17h, a nova sede da Academia Catalana de Letras aos membros daquela entidade cultural, com a presença do presidente, escritor e historiador Luiz Estevam, sendo as instalações abençoadas pelo padre Murah R. Peixoto Vaz.
24/08/2020	Faleceu neste dia às 14h, Antônio de Almeida, Sócio Honorário do IHGG, de Covid 19, associado a um câncer na coluna. Editor e presidente da Editora Kelps.
24 /08/2020	No mês de agosto, o escritor Valdemes Ribeiro de Menezes, faleceu na cidade de Inhumas (GO). O escritor nasceu em Indaiatuba (MG) no dia 09 de março de 1932.
24/08/2020	No dia 24 de agosto faleceu em Goiânia de Covid-19 o jornalista Washington Novaes. Referência em jornalismo ambiental, foi diretor do Globo Repórter, do Jornal Nacional e vencedor da Categoria Meio Ambiente do Prêmio Unesco.
08/09/2020	Faleceu no dia 08 de setembro, vítima de Alzheimer, o professor, Dr. Noé Freire Sandes, membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e professor da UFG.

23/09/2020	No dia 23 de setembro, o vereador Anselmo Pereira aprovou o projeto Legislativo nº 034/2020 que institui a <i>Comenda Literária Antônio Almeida</i> a ser entregue aos três (03) escritores, ou escritoras escolhidas pelas Academias Goiana de Letras (AGL), Goianiense (AGnL), e Feminina de Letras (AFLAG).
06/11/2020	A partir do dia 15 de novembro a 30 do mesmo mês vão integrar diversos vídeos <i>Quinzena Cultural Bernardo Élis 2020</i> , promoção do Instituto Bernardo Élis para os Povos do Cerrado.
21/11/2020	O Instituto Bernardo Elis para os Povos do Cerrado, pelo vice-presidente Nilson Jaime, entregou no dia 21 de novembro, às 9h, na residência e sede e do Instituto Bariani Ortencio o <i>Troféu Seriema</i> ao escritor e historiador Waldomiro Bariani Ortencio.
20/11/2020	Faleceu no dia 20 de novembro em Goiânia, o cantor e produtor César Canêdo Abdnur, natural de Uberlândia (MG) e residia na Capital do Estado de Goiás desde o ano de 1966. O bom gosto musical de <i>Cesinha Canêdo</i> (72 anos), compositor, que por muitos anos apresentou suas composições em bares da Capital, fazendo história na noite goianiense.
20/11/2020	No dia 20 de novembro, às 19h, foi realizada uma reunião virtual para a eleição da nova diretoria da Academia de Letras, Artes e História de Silvânia, sendo reeleita Cida Sanches na presidência da ALHS, para biênio 21/22 e Leonice Jacob, 1ª secretária.
26/11/2020	Dia 26 de novembro faleceu o escritor Geraldo Queiroz Barreto, autor de <i>O país da minha Infância</i> . Membro fundador da Academia Itaberina de Letras e Artes.
26/11/2020	Uma das mais importantes Comenada Cultural do Estado de Goiás, do Conselho Estadual de Cultura, <i>Troféu Jaburu – 2020</i> foi outorgada a escritora Leda Selma de Alencar, pelos relevantes serviços prestados a cultura goiana.

27/11/2020	No dia 27 de novembro na sede da União Brasileira de Escritores de Goiás, o presidente da entidade, escritor Ademir Luiz, Ubirajara Galli, presidente da AGL e a secretária da UBE, Ana Luiza Serra, revelaram os ganhadores da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, versão 2020. Categoria de prosa: Luiz Gustavo Medeiros de Lima, categoria poesia, Fabrício Carlos Clemente, ambos moradores de Goiânia.
30/11/2020	O escritor, folclorista e pesquisador Bariani Ortencio é tema do documentário do cineasta Edson Luiz de Almeida <i>O paulistinha e alma da Terra</i> , que foi lançado no dia 30 de novembro do corrente no You Tube.
03/12/2020	A UniEvangélica – Centro Universitário, convidando para as solenidades dia 03 de dezembro, às 19h. da entrega do <i>Título de Professor Emérito</i> , ao professor Dr. Francisco Itami Campos, membro do IHGG.
03/12/2020	A convite do escritor Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos, presidente do Gabinete Literário Goyano, os escritores Geraldo Coelho Vaz e Elizabeth Abreu Caldeira Brito, presidente e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, tomaram posse como associados, em Sessão Solene no dia 03 de dezembro no Salão Nobre do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário na Cidade de Goiás. O Gabinete Literário Goyano é a mais velha instituição cultural do Estado (fundado em 10/04/1864).

SÓCIOS DO IHGG

**PRESIDENTES DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - 07/10/1932 a 14/04/1933;
Colemar Natal e Silva - 14/04/1933 a 16/03/1956;
Zoroastro Artiaga – 07/09/1956 a 20/02/1962;
Gilberto Mendonça Teles – 20/02/1962 a 23/03/1970;
Basileu Toledo França – 23/03/1970 a 16/03/1973;
Colemar Natal e Silva – 16/03/1973 a 12/01/1993;
José Mendonça Teles – 12/01/1993 a 05/04/2005;
Aidenor Aires – 05/04/2005 a 15/04/2013;
Geraldo Coelho Vaz – 15/04/2013 até os dias atuais.

Presidente Perpétuo:
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SÓCIOS TITULARES

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira nº 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira nº 3

Patrono: Francis Castenau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira nº 4

Patrono: Guimarães Natal

Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira nº 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira nº 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: NILSON JAIME GOMES

Cadeira nº 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira nº 8

Patrono: Luís Antônio da Silva Souza

Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira nº 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: HÉLIO ROCHA

Cadeira nº 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

Cadeira nº 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira nº 12

Patrono: Caspitrano de Abreu

Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira nº 13

Patrono: Pe. Luiz Palacín Gomes

Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira nº 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira nº 15

Patrono: Emanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira nº 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira nº 17

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos

Titular: JADIR MORAIS PESSOA

Cadeira nº 18

Patrono: Couto Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira nº 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre

Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira nº 20

Patrono: Luiz Gonzaga

Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira nº 21

Patrono: José Lobo

Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES

Cadeira nº 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina

Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

Cadeira nº 23

Patrono: Cispriano Tavares

Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO

Cadeira nº 24

Patrono: José Lopes Rodrigues

Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira nº 25

Patrono: Luiz do Couto

Titular: JOSÉ AMAURY MENEZES

Cadeira nº 26

Patrono: Jarbas Jayme

Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira nº 27

Patrono: Manoel Onofre Andrade

Titular: BENTO ALVES ARAÚJO FLEURY CURADO

Cadeira nº 28

Patrono: Bouyhan Helou

Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira nº 29

Patrono: Salomão Vasconcelos

Titular: HELOÍSA SELMA FERNADES CAPEL

Cadeira nº 30

Patrono: Clifford Evans

Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira nº 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva

Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES

Cadeira nº 32

Patrono: José Peixoto da Silveira

Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Cadeira nº 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira nº 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira

Titular: vaga

Cadeira nº 35

Patrono: Moisés Santana

Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO

Cadeira nº 36

Patrono: Ricardo Paranhos

Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira nº 37

Patrono: Luís Cruls

Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira nº 38

Patrono: Henrique Silva

Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira nº 39

Patrono: José Honorato de Silva e Souza

Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira nº 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira

Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES

Cadeira nº 41

Patrono: Maria Barbosa Reis

Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira nº 42

Patrono: Ministro Jorge Latour

Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ

Cadeira nº 43

Patrono: Cora Coralina

Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira nº 44

Patrono: Francisco Tosi Colombina

Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA PARAGUASSÚ

Cadeira nº 45

Patrono: Cândido Mariano Rondon

Titular: HEITOR ROSA**Cadeira nº 46**

Patrono: Manoel Aires Cabral

Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO**Cadeira nº 47**

Patrono: Regina Lacerda

Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO**Cadeira nº 48**

Patrono: Rosarita Fleury

Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS**Cadeira nº 49**

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado

Titular: SANDRO DUTRA**Cadeira nº 50**

Patrono: Gerson de Castro

Titular: vaga**SÓCIOS EMÉRITOS**

Ana Braga

Ático Villas Boas †

Binômio da Costa Lima

Cristovam Francisco do Castilho

Elder Camargo Passos

Geraldo Coelho Vaz

José Mendonça Teles - falecido

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Luís Antônio Estevam

Mari de Nazaré Baiochi

Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes

Maria Terezinha Campos Santana

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Ursulino Tavares Leão †

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges †

Gilberto Mendonça Teles

**SÓCIOS CORRESPONDENTES
(NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)**

Adilson César

Ana Maria de Almeida Camargo

Andréa Luísa de Oliveira Teixeira

Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello

Arno Wehling

Bráulio Nascimento

Carlos Gomes de Carvalho

Carlos Granado Vieira de Castro

Consuelo Pondé de Sena

Cybelle Moreira de Ipanema

Djalma Silva †

Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira

Dulce Madalena Rios Pedroso Edmar Camilo Cotrim

Esther Caldas Guimarães Bertoletti

Filadelfo Borges Lima

Gilson Silva †

Gustavo Neiva Coelho

Hilda Agnes Hübner Flores

Iapery Soares de Araújo

Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar †
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Melo
José Luiz Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquádes Pinto Paiva
Osvaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista †
Padre Ronaldo Silva

Ramir Curado
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos †
Terezy Fleury Godoi
Umbelina Frota †
Valdemes Ribeiro Menezes †
Valdon Varjão †
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena †
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar
Toniquinho JK

SÓCIOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAL

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida †
Armando Calheiros Acioli
Eliézer Penna †
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Luza Júnior

Luiz José Bittencourt
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldyr Eduardo Aidar †
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS



Bento Alves A. J. Fleury Curado, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Martiniano José da Silva e Tito Oliveira Coelho



Geraldo Coelho Vaz, recebe em seu gabinete os escritores Antônio Celso Ramos Jubé e Rafael Fleury



Os associados do IHGG, Geraldo Coelho Vaz, Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Ubirajara Galli e Luís Estevam com a planta da nova sede da Academia Catalana de Letras



Membros do IHGG: Geraldo Coelho Vaz, Bariani Ortencio, Elizabeth Caldeira Brito e Nilson Jaime



Antonio de Souza Almeida,
Sócio Honorário do IHGG



Noé Freire Sandes,
Sócio Titular do IHGG



Adimir Luís, presidente da UBE-GO e os sócios do IHGG, Pedro Nolasco, Geraldo Coelho Vaz, Ubirajara Galli e Jales Guedes Coelho Mendonça



Bariani recebendo *Trófeu Seriema*. Participaram do evento os escritórios Aindenor Aires, Geraldo Coelho Vaz, Ubirajara Galli, Bariani Ortencio, Nilson Jaime, Elizabeth Caldeira Brito e Adimir Luís



Afresco do saudoso professor Antônio Henrique Peclat



Afresco da professora Maria Guilhermina



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a EDITORA GRÁFICA/ KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da
EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set 75g/m²,
composto na fonte Minion Pro,
Maio, 2021

A revisão final desta obra é de responsabilidade da instituição